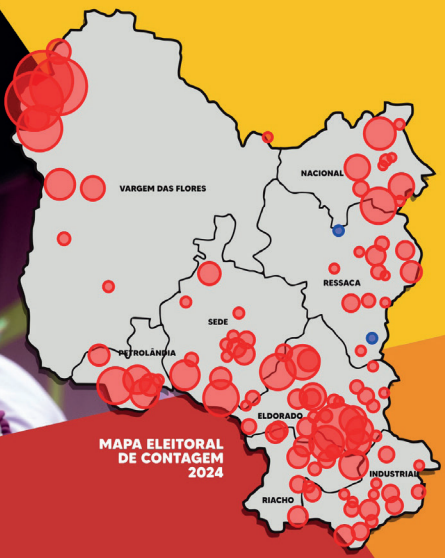
PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CONTAGEM

PT



MAPA ELEITORAL DE CONTAGEM 2024

O BRASIL OLHA PARA CONTAGEM

Contagem é um exemplo de despolarização da política no Brasil. Marília Campos construiu uma frente ampla com 16 partidos e venceu no primeiro turno para prefeita com 60,68% dos votos. Ela venceu nas oito regiões da cidade, em 64 dos 66 bairros e no bairro onde mora com a família. E impressionante: Marília termina o mandato com 80% de aprovação popular. É na base que se muda a história! Contagem e o Brasil merecem política sem ódio, sem confrontação e com esperança de futuro!

JOSÉ PRATA ARAÚJO
IVANIR CORGOSINHO

APRESENTAÇÃO

Esta publicação trata da eleição de 2024. Faz um balanço dos resultados em Contagem e no país, na tentativa de responder à seguinte questão: por que não houve uma ampliação do "voto lulista" e de esquerda nos municípios já que temos uma situação confortável em termos do crescimento do PIB, redução drástica do desemprego, valorização do salário mínimo, aumento do consumo das famílias e retorno dos investimentos estatais?

Muitos analistas ficaram perplexos com os resultados nacionais, pois acreditavam que essas seriam as principais armas da esquerda na polarização com o bolsonarismo no processo eleitoral. E, até agora, se perguntam o que aconteceu.

Nossa resposta para essa questão é simples e objetiva: erraram o diagnóstico. As eleições municipais não foram e não seriam, exceto em casos muito particulares, nacionalizadas. Em Contagem, nunca acreditamos num terceiro tempo entre Lula e Bolsonaro.

Na acachapante maioria dos casos, foram as questões locais (o buraco da rua) que mexeram com a cabeça do eleitor e determinaram seu voto. Essa convicção orientou a estratégia eleitoral da prefeita Marília Campos e a levou a uma vitória inquestionável, já no primeiro turno, exatamente contra a direita bolsonarista. Por essa razão, Contagem virou estrela. Por essa razão, o Brasil olha para Contagem.

Esperamos que as reflexões que apresentamos neste trabalho ajudem a melhorar a compreensão dos termos da disputa política na atualidade e das tarefas que a esquerda deve desempenhar para voltar a ocupar o lugar que lhe cabe no cenário político brasileiro.

Agradecemos ao Rodrigo Paiva pela programação visual e ao PT Contagem que viabilizou a impressão deste livro. Boa leitura.

Contagem, Minas Gerais, janeiro de 2025.

Ivanir Corgosinho
José Prata Araújo

ÍNDICE

MARÍLIA CONSTRUIU FRENTE AMPLA, UNIU CONTAGEM E DERROTOU A EXTREMA DIREITA
JOSÉ PRATA ARAÚJO — 5

E CONTAGEM VIROU ESTRELA... ANOTAÇÕES PARA UM BALANÇO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024
IVANIR CORGOSINHO — 37

A VITÓRIA EM CONTAGEM É FRUTO DE UM TRABALHO POLÍTICO E DE BASE DE 30 ANOS; É NA BASE QUE SE MUDA A HISTÓRIA!
JOSÉ PRATA ARAÚJO — 58

O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PT CONTAGEM DEVE SERVIR DE INSPIRAÇÃO PARA MINAS E O BRASIL
JOSÉ PRATA ARAÚJO — 92

ELEIÇÃO 2024: UM BRASIL MAIS CONSERVADOR, MAS NÃO DE EXTREMA DIREITA
IVANIR CORGOSINHO — 111

PARA CONTINUAR MUDANDO O BRASIL, O PT TAMBÉM PRECISA MUDAR PROFUNDAMENTE
JOSÉ PRATA ARAÚJO — 150

OS DESAFIOS POLÍTICOS DA ESQUERDA SÃO MONUMENTAIS PARA MANTER AS CONQUISTAS DA DEMOCRACIA E DO ESTADO SOCIAL
JOSÉ PRATA ARAÚJO — 192

A ESQUERDA E A CRISE DA DEMOCRACIA: ENTRE O PASSADO E O FUTURO
IVANIR CORGOSINHO — 215

MARÍLIA CONSTRUIU FRENTE AMPLA, UNIU CONTAGEM E DERROTOU A EXTREMA DIREITA

JOSÉ PRATA ARAÚJO

Tratamos neste capítulo da campanha vitoriosa de Marília Campos em Contagem em 2024, quando ela se elegeu prefeita em primeiro turno. Definimos uma estratégia acertada em todos os pontos: apontamos corretamente que a eleição municipal nunca foi e não seria nacionalizada em 2024; que o eixo em Contagem deveria ser o nosso projeto de cidade e não as questões nacionais; construímos uma Frente Ampla com 14 partidos e mais dois partidos com apoios informais; e apostamos numa campanha afirmativa, alegre, coletiva e descentralizada. Contagem, mais uma vez, chama a atenção do Brasil pelo seu papel na luta contra o autoritarismo. Foi aqui em nossa cidade que, em 1968, tivemos uma forte greve dos metalúrgicos, que foi, junto com Osasco, a primeira grande manifestação nacional de protesto contra a ditadura militar. Agora, com Marília, fazemos história mais uma vez, mostrando que o caminho para enfraquecer e derrotar a extrema direita é com uma frente ampla, com política afirmativa e com o resgate da esperança de futuro.

Nós, de Contagem, temos uma tradição de analisar os acontecimentos políticos "em tempos longos", pelo menos nos últimos 30 anos, cada disputa política de que participamos (Marília disputou 10 eleições, teve

vitórias políticas nas primeiras duas e venceu política e eleitoralmente as oito seguintes, a exemplo desta vitória histórica para a Prefeitura agora em 2024) ficaram registradas na história através de planos de campanha e cartilhas com análises precisas dos resultados políticos e eleitorais. Nós amamos a história! Por isso segue mais uma publicação deste nosso grande feito político que foi eleger Marília em primeiro turno para um quarto mandato em nossa cidade. A mulher é tetra!

1-MARÍLIA FAZ HISTÓRIA EM CONTAGEM; ELA É TETRA, SENDO ELEITA PELA QUARTA VEZ PARA PREFEITA DE CONTAGEM; ELA VENCEU NO PRIMEIRO TURNO; MARÍLIA VENCEU NAS OITO REGIÕES DE CONTAGEM, INCLUSIVE NAS REGIÕES NACIONAL E RESSACA; VENCEU EM 64 DOS 66 BAIRROS; ELA FOI A PREFEITA MULHER MAIS VOTADA DO BRASIL NO PRIMEIRO TURNO. Marília faz história em Contagem: ela é a primeira mulher que governou Contagem nos mais de 100 anos de nossa cidade; foi a primeira mulher que conseguiu a reeleição depois que este instituto foi implantado no Brasil. Agora, em 2024, com Marília Campos, que teve 60,68% dos votos, Contagem volta a decidir eleição em primeiro turno depois de 28 anos (a última eleição em primeiro turno foi decidida por Newton Cardoso, em 1996, quando teve 51,78% dos votos); Marília é tetra: ela venceu quatro eleições para a Prefeitura de Contagem: 2004, 2008, 2020 e agora em 2024, o que nunca aconteceu antes em nossa cidade; Marília, segundo dados divulgados pela Folha S.Paulo, é a Prefeita com maior votação nominal no Brasil no primeiro turno: 188.229 votos.

Marília teve uma vitória com enorme capilaridade na cidade. Ela obteve 188.228 votos (60,68% do total), Junio Amaral teve 120.776 votos (38,93%) e os outros três candidatos (PSTU, PCO e Partido da Mulher) obtiveram apenas 0,38% dos votos. Um estudo feito com base na Inteligência Artificial, que nos foi remetido por um militante do PT, mostra Contagem toda avermelhada e com apenas dois pontinhos azuis. Marília venceu nas quatro zonas eleitorais de nossa Cidade (90, 91, 93 e 313, esta última pela primeira vez na história do PT). Ela venceu nas oito regiões de Contagem (Vargem das Flores / Nova Contagem, Eldorado, Industrial, Riacho, Petrolândia, Sede, e, pela primeira vez na história do PT Contagem, Marília venceu nas regiões Nacional e Ressaca, que foram sempre muito refratárias ao nosso Partido). Marília venceu as eleições em 64 dos 66 bairros de nossa cidade; nos dois bairros em que perdeu a petista teve votações expressivas de 49%, no bairro Cabral,

e de 46% no bairro Colorado, onde mora o adversário dela do Partido Liberal – PL. E vale ressaltar também o protagonismo das mulheres que responderam por 61% do comparecimento eleitoral nas urnas contra 39% dos homens.

Nova Contagem lidera a Contagem nova; a região é uma espécie de "Nordeste da Marília". Mais uma vez a região de Nova Contagem deu uma vitória esmagadora para Marília, com 72% dos votos; o que impressiona que este é o mesmo percentual que Lula teve no Nordeste no segundo turno. Nova Contagem, para quem não é de nossa cidade, é uma comunidade formada por 40 mil pessoas; foi construída através de um grande projeto habitacional do então prefeito Newton Cardoso, que ajudou muito a projetá-lo para o Estado onde se tornou governador. Marília, de forma suave e sem rupturas, assumiu a liderança da região com um grande programa de urbanização: saneamento, pavimentação e políticas públicas de educação e saúde. Os nomes dos bairros e vilas de Nova Contagem, não sei se surgiram espontaneamente ou foram definições do poder público, dialogam profundamente com Marília: Vila Renascer, Vila Esperança, Vila Feliz, Retiro dos Sonhos, Liberdade I e II e bairros com nomes de flores: Buganville, Ipê Amarelo. Marília mais uma vez ganhou disparado as eleições em Nova Contagem. Eu, como coordenador geral da campanha, não tive muito tempo para ir às ruas, mas fui em todas as atividades na região. Impressionante o carinho e o reconhecimento da população com a prefeita, que retirou Nova Contagem do esquecimento e do abandono. Marília, emocionada, retribuía distribuindo esperança, felicidade, sonho, renascimento, liberdade, buganvilles e ipês. Emocionante!.

Nova Contagem deu à Marília um dos momentos mais emocionantes da vida dela nas eleições para a prefeitura em 2020 na apuração dos votos. A apuração começou empatada; Marília abriu uma pequena frente; o adversário equilibrou a apuração e passou à frente; no comitê de apuração do adversário comemoraram a "vitória" de forma antecipada. Caminhando para o final da apuração houve novo empate e, no finalzinho, Marília virou e venceu. Quando o adversário passou à frente eu, assim como todos os apoiadores e apoiadoras, nos desesperamos. O que me tranquilizou foi o link que recebi de um dos nossos coordenadores que estava na Justiça Eleitoral mostrando que os votos de Nova Contagem não tinham sido apurados. Pois foi em Nova Contagem, de onde vieram os votos que garantiram a virada de Marília. Depois da eleição fizemos uma reforma de nossa casa e três operários eram de Nova Contagem e um deles me disse de forma orgulhosa:

"Nova Contagem virou a eleição e deu a vitória à Marília". O operário tem razão: Nova Contagem lidera a Contagem nova. Mais um momento épico numa eleição em Contagem. Impressionante!

2-MARÍLIA OBTEVE OS MAIORES PERCENTUAIS NAS REGIÕES E SUB--REGIÕES MAIS POBRES DE CONTAGEM; NESTES LOCAIS A POLARIZAÇÃO FOI MENOR PORQUE A POPULAÇÃO SE MOVE MENOS PELA IDEOLOGIA E MAIS PELAS CONQUISTAS CONCRETAS QUE TIVERAM NOS GOVERNOS DA PETISTA. Numa análise territorial um pouco mais ampla do que regionais apenas, com dados de 25 sub-regiões e bairros, Marília venceu as eleições em 23 locais e onde perdeu foi por um percentual ínfimo de 1% a 2%. E onde Marília venceu com os maiores percentuais, de 64% a 72%, foram nos bairros/vilas mais pobres de nossa cidade: Nova Contagem (72%); Perobas / Parque São João (68%); Vargem das Flores no que se refere à área rural e bairros como Tupã (68%); Cidade Industrial (66%); Jardim Industrial / Vila São Paulo (64%); Estrela Dalva / São Mateus (63%). Marília venceu nas regiões e bairros mais pobres porque uma de suas marcas em Contagem, nos seus três primeiros mandatos, foi ampliar o "direito à cidade" para todos e todas com investimentos maciços em saneamento básico, moradia, obras em áreas de risco, pavimentação asfáltica, escolas infantis, melhorias na saúde, ampliação dos equipamentos de lazer e esportes, obras diversas de urbanização. As pessoas mais pobres, como toda razão, valorizam nas escolhas políticas não as polêmicas ideológicas, mas os avanços concretos que elas têm na vida delas em termos de melhorias na qualidade de vida.

E Marília ganhou as eleições em todos os bairros de classe média de todas as oito regiões administrativas de Contagem, porque também atendeu aos anseios de melhorias desejadas por este segmento da população, com melhorias na saúde e na educação, mas também um amplo programa de requalificação urbana (asfalto novo, revitalização de centros comerciais, lazer, cultura e esportes). Isto mostra que a petista conseguiu montar uma histórica unidade política dos mais pobres e da classe média em Contagem, que garantiram seus quatro mandatos em nossa Cidade.(….) Nas pesquisas que antecederam as eleições, Marília vencia em todos os critérios pesquisados: sexo, escolaridade, renda familiar, idade, situação de trabalho, religião, regiões da cidade. Dado a capilaridade da votação da Marília em toda a cidade, nas zonas eleitorais, regiões, sub-regiões e bairros, podemos concluir que Marília, mesmo com a redução da intenção de votos na reta final não capta-

da pelas pesquisas, deve ter vencido as eleições em todos os critérios; minha dúvida é em relação à religião que imagino Marília tenha ficado abaixo da média da votação entre os eleitores evangélicos, mas, ainda assim, com uma votação robusta entre 40% e 45%.

3-MARÍLIA VENCEU, COM AMPLA VANTAGEM, ENTRE OS NOSSOS VIZINHOS DO BAIRRO ELDORADO EM CONTAGEM; ELA É UMA CRAQUE NA DISPUTA DE BASE TERRITORIAL ONDE RESIDE. Eu, José Prata, e Marília Campos somos casados há 41 anos e sempre moramos no bairro Eldorado e trocamos de residência uma única vez e na mesma rua. O meu amigo Ivanir Corgosinho escreveu um banner para a nossa campanha, onde afirmou que Marília é uma mulher "simples e atenciosa", é "gente como a gente" e "é a melhor vizinha que alguém pode ter". Pois bem, Marília ganhou com ampla vantagem na vizinhança do bairro Eldorado em Contagem. No Colégio Helena Guerra, onde Marília, eu e nossa família votamos, ela teve 4.226 votos contra 2.552 do seu adversário; na escola Ovídeo Guerra Marília obteve 1.689 votos e o adversário 932 votos; portanto, a petista teve na vizinhança 5.915 votos, ou 63% dos votos. É uma coisa fantástica na política sair de casa com a Marília e, na porta de casa, no supermercado, na feira, no bar, no restaurante, ser recebido com carinho e apreço pelos vizinhos. Marília é uma craque na disputa política de base territorial onde reside. Sempre disse para a Marília e para os meus amigos e amigas que é um enorme desafio conquistar o apoio das pessoas que moram em nossa cidade; mas tem um gostinho especial conquistar a admiração de quem mora perto da gente, no nosso bairro, os nossos vizinhos. Sou fascinado com uma representação de base, próxima e orgânica com o moradores de nossa cidade de Contagem. Sempre defendi que a Marília tivesse uma representação política quase distrital. Ela, nas três disputas para deputada estadual teve votações em Contagem que lhes garantiram o mandato na nossa cidade: 2002 (28.064 votos); 2014 (61.224 votos) e 2018 (33.407 votos). Sempre priorizamos também Belo Horizonte onde fomos militantes sociais nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e onde Marília sempre teve uma votação expressiva para deputada estadual, cerca de 10 mil votos.

Eu e Marília somos "agarradinhos" com Contagem e Belo Horizonte por razões políticas, mas também por razões familiares. Os mandatos da Marília de deputada estadual, pela agenda política, foram mandatos mais compatíveis com de deputada federal. Marília até dá desculpa de que "o José não me deixa ir para Brasília". Não é bem assim. Ela

não gosta de exercer a representação à distância, quer estar sempre no meio da população, em especial em cargos executivos que "fazem" melhorias de vida para a população. A vida de um deputado federal é muito dura, passa a semana em Brasília e, nos finais de semana, tem que viajar 70, 80, 100 cidades, ao longo do ano, onde tem trabalho político. Quase não sobra tempo para a família. Por isso, não "deixei" Marília ir para Brasília para ela estar sempre perto de mim e dos nossos filhos. Mesmo quando deputada estadual, Marília concentrou fortemente o trabalho político em Contagem, Belo Horizonte e em mais algumas cidades da Grande BH. Isto seguiu uma diretriz política de buscar uma representação política orgânica da cidade e da região, em vez de dispersar o trabalho por dezenas de cidades do interior. Mas também visou manter Marília perto de casa e da família; todas as visitas nas bases políticas dela eram cumpridas com retorno no mesmo dia para nossa casa. Militância política de base e orgânica e tempo para a família. Talvez por isso, tenhamos chegado, depois de 41 anos de casamento e de militância, bastante energizados pessoalmente e rejuvenescidos politicamente. Nossos três filhos não seguiram nossa militância mais engajada, temos na família uma advogada, um matemático e um futuro geógrafo todos progressistas e que tem por nós, eu sinto, uma enorme admiração. Assim é a nossa vida!

4-MARÍLIA FEZ UMA CAMPANHA COMBINANDO UMA PRESENÇA MASSIVA NAS RUAS (FORAM 53 CAMINHADAS, CARREATAS E BANDEIRAÇOS) E O DIÁLOGO E A EMOÇÃO DAS RUAS FORAM TRAZIDOS PARA AS REDES SOCIAIS (76 MILHÕES DE VISUALIZAÇÕES DE VÍDEO). As campanhas políticas majoritárias no Brasil, até mesmo as de esquerda, sobretudo nas grandes cidades polo regionais que tem uma ampla rede de comunicação, não dão grande prioridade às atividades de rua com os candidatos tomando um "banho de povo". São campanhas muito padronizadas, onde os candidatos gastam a maior parte do tempo com gravações para os programas de rádio e TV (blocos e inserções), produção que em geral são replicadas nas redes sociais. Os candidatos e candidatas vão às ruas em atividades breves para gerar cenas para os programas de TV, rádios e redes sociais.(…) Em Contagem, Marília, em todas as campanhas, como esta última em 2024, marca uma presença massiva nas ruas, mesmo não tendo se licenciado do cargo; com programação de rua antes do expediente na Prefeitura, na parte da tarde e noite e nos finais de semana. Essa prioridade para as campanhas de rua em Contagem se deve a dois fatos: a) Marília dá

continuidade ao ativismo de rua que ele traz da experiência dos movimentos sociais das décadas de 1970, 1980 e 1990; b) Contagem, como cidade metropolitana, não tem TVs, rádios, jornais diários e grandes portais de internet.(…) Veja os números impressionantes da campanha de rua em Contagem: três grandes atividades da campanha (convenção da Frente Brasil da Esperança, duas caminhadas de rua na abertura e no fechamento da campanha, atividades que reuniram milhares de pessoas); oito Sextou com Marília, com bandeiraço simultâneo nas oito regiões de Contagem, com grande presença da militância; 42 caminhadas e carreatas regionais com participação expressiva das candidaturas a vereadores(as).

Equipe local coordenou a comunicação de Marília em Contagem. Veja só: a campanha de Marília "explodiu" nas redes sociais porque, ao invés de gravar vídeos frios em estúdios, escritórios e locais fechados, ela trouxe o "olho no olho" da população, o diálogo com a população e a emoção das ruas para as redes sociais. Marília, em diversos vídeos, afirmou que a campanha eleitoral para ela não era apenas para ganhar votos, mas também para ouvir elogios, críticas e sugestões ao seu governo e para "pactuar com as pessoas" os compromissos que ela assumiria no seu quarto mandato. Os resultados da campanhas nas redes sociais foram impressionantes: foram 76,246 milhões de visualizações de vídeo e 4,998 milhões de engajamento com as publicações.(…) Vale dizer que na comunicação da Marília, a agência de publicidade contratada teve um pequeno protagonismo; a campanha foi quase toda coordenada e executada pela equipe de comunicação local do PT Contagem. A reeleição da prefeita Marília Campos em Contagem destacou a importância de uma estratégia de comunicação local estruturada, conduzida por pessoas profundamente conectadas à realidade e trajetória política da cidade. Essa abordagem permitiu construir uma narrativa alinhada às expectativas do eleitorado, reforçando a conexão com as demandas locais e o histórico da própria prefeita. Um diferencial foi o envolvimento de uma equipe multidisciplinar formada por militantes e simpatizantes que lideraram as ações de comunicação. Esse grupo, já familiarizado com a trajetória de Marília, conseguiu criar uma campanha autêntica e focada nos interesses da população. A proximidade com a realidade de Contagem fortaleceu a comunicação, tornando-a mais clara e eficaz. Inicialmente, a campanha contava com o suporte de uma agência de publicidade voltada ao horário eleitoral gratuito na televisão. No entanto, com a decisão da Justiça Eleitoral de não disponibilizar esse espaço, a equipe se adaptou rapidamente e concentrou esforços na comuni-

cação de rua e digital, utilizando redes sociais como principal canal do diálogo captado nas ruas.

Campanha teve preparação com antecedência; foi coletiva e descentralizada. A campanha eleitoral de Contagem teve uma preparação com larga antecedência, que esteve articulada com a reorganização do PT Contagem. Iniciamos a movimentação logo após a pandemia, em 2022, com uma grande participação nas eleições gerais daquele ano, com muitas atividades de rua já no primeiro turno, com caminhadas, carreatas e plenárias. Não vencemos as eleições majoritárias (presidente, governador e senador), mas fizemos uma grande movimentação na cidade, e a assessoria de Kalil e o candidato a senador Alexandre Silveira reconheceram publicamente que tivemos em Contagem a melhor campanha nas cidades em defesa de nossos candidatos. Adotamos uma estratégia muito consistente para nossas candidaturas a deputados(as); foram eleitos dois deputados de nossa cidade: Miguel Ângelo e Ricardo Campos e duas lideranças mulheres, candidatas a deputadas estaduais, tiveram grandes votações (Moara Saboia e Adriana Souza), eleitas agora para vereadoras. Em 2023, o PT Contagem lançou a revista "Contagem está feliz com Marília", que reuniu no lançamento mais de 1.000 pessoas e que colocou o governo Marília Campos em um novo patamar. Retomamos a organização setorial e regional do PT Contagem, com reuniões com mais de 3.000 pessoas. Alugamos uma sede ampla, que passou a receber as reuniões de nosso partido, sempre lotadas com os filiados e simpatizantes.(…) No início de 2024, aprovamos um plano de campanha, um documento interno da coordenação, como pode ser visto a seguir neste capítulo, com impressionante acerto de 100% de nossos diagnósticos e metas; montamos um grupo de trabalho eleitoral do PT, que depois da convenção e constituição da Frente Ampla foi ampliado e passou a ser a Coordenação Executiva da Campanha, sob a minha coordenação; fizemos aquilo que uma tradição em Contagem, que Marília chama de "Política de Gestão da Informação" com cinco textos: sobre balanço de governo, balanço de governo nas oito regionais, plataforma da Marília, texto com os principais componentes de nossa narrativa de campanha e de vacinas contra nossos adversários, e dois textos com redação para vídeos e cards de campanha.

Iniciada a disputa fizemos uma campanha coletiva, com mais de 30 coordenadores, e descentralizada, nas oito regionais de Contagem, como nunca vi em meus 50 anos de militância política. A nossa estrutura era a seguinte: a) Eu, José Prata, como coordenador Geral, em diálogo com o presidente do PT Contagem, Adriano Boneco; uma coordenação executiva, de 13 pessoas, com reuniões semanais; b) realização de, pelo

menos, três reuniões com os presidentes(as) de partido, onde aprovamos sobretudo uma ampla campanha casada, da Marília e candidatos a vereadores(as), com folhetos, adesivos, citru, colinha eleitoral; c) constituímos uma ampla estrutura descentralizada da campanha com comitês nas oito regiões e com a infraestrutura necessária para a campanha e com reunião semanal do grupo de coordenadores; d) constituímos sete comissões de trabalho, que diariamente despachavam comigo nas seguintes áreas: programa de governo, comunicação, organização e infraestrutura, mobilização e agenda, finanças, jurídico, coordenação regional da campanha.(…) Como coordenador da nossa bela campanha agradeço a todos os presidentes(as) dos 16 partidos que apoiaram Marília; aos mais de 30 coordenadores da campanhas e suas equipes de trabalho; a ampla militância que sustentou a campanha da Marília; e aos milhares de simpatizantes anônimos do PT e "marilistas", que lideraram, de baixo para cima, a campanha em suas famílias, no trabalho, nos bairros, na suas igrejas e outros espaços da vida social que garantiram a vitória da Marília, pela primeira vez, em primeiro turno.

5-CHAPA VEREADORAS(ES). PT CONTAGEM TRANSFORMOU A "CHAPA DA MORTE" EM "CHAPA DA VIDA"; MULHERES LIDERARAM NOSSA CHAPA E NOSSA MAIOR DIFICULDADE FOI A "COTA DE HOMENS".
A direção do PT Contagem realizou a proeza de transformar a "chapa da morte" da Federação Brasil da Esperança (PT, PV, PCdoB), com quatro vereadores(as), em "chapa da vida". Fizemos um enorme esforço político de ampliar a participação de lideranças em nossa chapa. No caso do PT reunimos lideranças promissoras que já tinham experiência política e eleitoral e realizamos um enorme esforço político para reaglutinar no PT antigas lideranças que optaram por concorrer por outros partidos. Enfrentamos enormes dificuldades, que foi a filiação pelo PCdoB de mais um vereador com mandato, o que nos deixaria em uma situação dramática de disputar a eleição com cinco vereadores com mandato. Depois de muito diálogo, os comunistas recuaram; colocamos como critério da Federação de que vereador com mandato só entrava para partidos da federação com anuência dos três partidos; o PCdoB filiou uma nova liderança de base muito bem votada; conseguimos reaglutinar parte das antigas lideranças. Mas, pelo menos, cinco companheiros e companheiras de caminhada optaram por disputar por outros partidos. Sempre dissemos que nossa chapa da Federação, com a larga aprovação popular da Marília, com o aumento do número de cadeiras na Câmara Municipal de 21 para 25 cadeiras e com um time

compacto poderia eleger até seis vereadores. Veja só: elegemos cinco vereadores, três do PT, dois do PV e a primeira suplente ficou com o PC-doB; ficamos a menos de 100 votos de conquistar a sexta vaga e, com o time todo reunido como propúnhamos, chegaríamos a incrível marca de sete vereadores(as) da chapa Federação Brasil da Esperança na Câmara Municipal de Contagem. Mas valeu o nosso esforço e nosso tino político, comandado pelo companheiro Adriano Boneco, presidente do PT Contagem. Os resultados eleitorais foram muito expressivos para a Federação Brasil da Esperança e para o PT Contagem. A Federação alcançou 50.102 votos, sendo o PT o Partido mais votado da Federação com 32.137 votos praticamente empatado com o PL que obteve 32.782 votos.
Os candidatos(as) do PT Contagem tiveram média de votos muito superior à dos candidatos do PL. O companheiro João Alves destrinchou os dados que mostram a superioridade da chapa do PT em relação ao PL: "Apesar de análises iniciais sugerirem que o PT enfrentaria dificuldades na eleição para vereadores, os resultados demonstraram uma força significativa do partido. O PT lançou 16 candidatos ao cargo de vereador e obteve 32.137 votos, correspondendo a 10,33% dos votos válidos. Isso resulta em uma média de aproximadamente 2.008 votos por candidato. Três candidatos do PT foram eleitos: Adriana Souza (8.205 votos), Moara Saboia (4.260 votos) e Zé Antônio do Hospital (4.215 votos). Por outro lado, o PL apresentou 26 candidatos ao cargo de vereador e alcançou 32.782 votos, representando 10,53% dos votos válidos. Isso resulta em uma média de aproximadamente 1.261 votos por candidato, bem inferior à do PT. Esses resultados indicam que, mesmo com um número menor de candidatos, o PT conseguiu mobilizar seu eleitorado de forma eficaz, desafiando as expectativas iniciais e demonstrando sua relevância no cenário político municipal de Contagem".(…) Um dado impressionante de nossa chapa de vereadores foi que nosso maior desafio foi garantir não a cota de 30% de mulheres, mas a cota de homens. Pelo PT foram 11 candidatas a vereadoras e apenas 6 candidatos a vereador. A Federação não conseguiu ampliar a participação dos homens, faltaram dois candidatos do sexo masculino, o que custou à Federação a obtenção de uma sexta cadeira na Câmara Municipal. Impressionante não é mesmo?

6-A EXTREMA DIREITA É FRUTO DE UM TEMPO HISTÓRICO MARCADO POR CRISES; PARA SUPERAR O EXTREMISMO POLÍTICO SERÁ PRECISO SUPERAR A CRISE E RESGATAR A "ESPERANÇA DE FUTURO".

Um artigo de José Luís Fiori que serviu de referência para nós foi o que

situou o extremismo de direita historicamente; refletindo "em tempos longos" ele vê grande similaridade com que ocorreu no início do século 20.(…) Fiori, afirma que a melhor explicação para o extremismo de direita é que o final dos ciclos de globalização multiplicam as revoltas sociais e as reações nacionalistas: "A história contemporânea sugere que Karl Polanyi tenha razão: os grandes avanços da internacionalização capitalista promovem grandes saltos econômicos e tecnológicos, mas, ao mesmo tempo, aumentam geometricamente as desigualdades na repartição da riqueza entre as nações e as classes sociais. E como consequência, no final dos grandes 'ciclos de globalização', aumenta e generaliza-se a insatisfação das grandes massas, e multiplicam-se as revoltas sociais e reações nacionalistas, ao redor do mundo. O que ele chamou exatamente de "duplo movimento" das sociedades de mercado. Mas se isto parece ser verdade, não é verdade que estas "inflexões reativas" tenham sempre um viés progressista ou revolucionário. Pelo contrário, elas nunca foram homogêneas, e podem tomar direções radicalmente opostas, sendo impossível deduzir teoricamente e prever a orientação ideológica e o desdobramento concreto que tomará cada uma destas revoltas, e destas explosões nacionalistas".

Fiori mostra que o que acontecendo agora é muito parecido com o que ocorreu no século 20: "A ascensão fascista contou com o apoio da grande burguesia, mas também contou com o apoio de grandes massas de miseráveis e de "excluídos sociais" de todo tipo, revoltados contra o fracasso social da globalização capitalista e do imperialismo colonialista da segunda metade do século XIX. E todos esses casos culminaram com a formação de governos autoritários movidos pelo mesmo ódio contra as minorias, os estrangeiros, e seus opositores que foram exterminados, como foi o caso notável dos judeus, mas também, dos comunistas, dos ciganos, dos deficientes físicos e de todos que se opuseram ao regime e que foram mortos e aos milhares até o momento de suas derrotas na Segunda Guerra, no caso da Itália e da Alemanha".(…) José Luís Fiori destaca nesta crise atual a fragilidade da esquerda e a força da extrema direita. Para ele a esquerda perdeu "a esperança de futuro". Fiori explica as fragilidades da esquerda: "É muito difícil resumir em poucas linhas, uma história tão longa, e uma conjuntura tão complexa. Mas se for necessário apressar a análise e escolher um fator mais importante para explicar o enfraquecimento dos socialistas e dos social-democratas europeus frente às novas revoltas sociais, diríamos que foi sua perda de sintonia com a esperança de futuro dos europeus, em particular de suas grandes massas de desempregados e

excluídos sociais".(Outras Palavras, 13/10/2022).
O certo é que a extrema direita precisa de uma crise profunda da sociedade para convencer as pessoas a aderirem às soluções extremistas. Esta identidade com a crise é tão intensa que, mesmo quando é governo, no caso de Bolsonaro, não desceu do palanque, manteve o País em temperatura política elevada; porque um governo mais rotineiro "acalmaria" as pessoas e as distanciariam do extremismo. Para estabilizar os seus governos, a extrema direita aposta tudo na corrosão da institucionalidade e na consolidação de governos autocráticos.

7-AFIRMAMOS QUE A MAIORIA DAS PESSOAS "NÃO SÃO" EXTREMISTAS, ELAS "ESTÃO" EXTREMISTAS; MARÍLIA SEMPRE TEVE ESTA COMPREENSÃO E É UMA LIDERANÇA TALHADA PARA O GRANDE DIÁLOGO SOCIAL E, POR ISSO, VENCEU AS ELEIÇÕES EM CONTAGEM NO PRIMEIRO TURNO. O que prevalece na esquerda é um diagnóstico ahistórico do extremismo de direita no Brasil e no mundo. Se erramos no diagnóstico do extremismo seremos incapazes de combatê-lo de forma eficaz e de derrotá-lo politicamente. Muitos afirmam que ele é fruto da "maldade humana"; onde os seres humanos são divididos, de forma maniqueísta, entre "bons" e "maus"; outros explicam pela nossa "tradição escravista" e a maioria da militância diz que o extremismo é resultante da emergência das redes sociais. Muito duvidosas estas explicações.
Não podemos nos apegar a uma explicação idealista do ser humano, somos sim, contraditoriamente, "generosos e perversos", mas é preciso reconhecer que o grau de "incivilidade" da extrema direita não é algo natural, é fruto de um "tempo histórico" marcado pela crise da globalização liberal. Veja o caso de Bolsonaro: ele esteve no anonimato político da política durante 28 anos, era uma figura inexpressiva no Congresso Nacional, candidato a presidente da Câmara teve três votos, e com presença restrita a círculos militares e saudosistas da ditadura militar; ele se tornou a liderança que é devido ao "tempo histórico" que favoreceu a emergência da extrema direita. Também é muito duvidosa a tese de que a extrema direita tem tal força hoje porque o Brasil é um país de tradição escravista. De fato, o escravismo é uma das marcas mais danosas das desigualdades brasileiras, que têm duas marcas: gênero e raça. Mas ao longo da história, nos intervalos democráticos, a extrema direita sempre foi muito ruim de voto: elegeu Jânio Quadros e Fernando Collor, que não completaram seus mandatos; elegeu Bolsonaro, que não conseguiu a reeleição. Também é um equívoco explicar a força

da extrema direita pelas mídias sociais. É evidente que neste "tempo histórico" marcado pela crise da globalização neoliberal, a emergência das mídias sociais, amplificou em muito politicamente a extrema direita; mas a "política de comunicação" é, no essencial, a "comunicação da política", ou seja, as mídias sociais potencializam demais mas não inventam a crise que vivemos. Veja só: tivemos no século 20 a "Era dos Extremos", tivemos uma guerra que matou 70 milhões de pessoas; era violenta a polarização social e não se tinha mídias sociais. Hitler e Mussolini se comunicavam especialmente pelo rádio.
Portanto, para enfraquecer e derrotar a extrema direita é preciso um diagnóstico deste "tempo histórico" que emergiu o extremismo de direita. A extrema direita "não veio para ficar"; vai demorar mas vai passar esta maré de ódio e ressentimentos. José Luís Fiori afirma que uma solução para a crise, ou seja, até que se crie algum consenso nas sociedades para esvaziar o extremismo de direita, deverá durar próximo da metade deste século, sendo, portanto, uma crise que deverá durar mais 20 a 30 anos. A saída clássica de superação do fascismo no século passado foi a implantação do Estado Social na Europa e dos governos trabalhistas na América Latina; um desenvolvimento econômico pujante que durou 30 anos e a retomada da "esperança de futuro". Em outro capítulo deste estudo mostro porque esta forma de superação do extremismo de direita terá grandes dificuldades de se repetir; os desafios são enormes.(….) É preciso de lideranças que tenham políticas fortes para sair da crise, que tenham uma ampla capacidade de diálogo social, como é o perfil da prefeita Marília Campos, e que recuperem, de novo, a "esperança de futuro".

8-MARÍLIA, UMA "RADICAL DA ALEGRIA, DO OTIMISMO E DA ESPERANÇA", COM UMA FRENTE AMPLA, VENCEU A EXTREMA DIREITA EM CONTAGEM. As teses e diagnósticos de José Luís Fiori, que citamos anteriormente, "não fundamentaram" as práticas e a forma de ser de Marília Campos; ela é afirmativa desde sempre. São diagnósticos "que confirmaram" que Marília, uma "radical da alegria, do otimismo e da esperança" é uma liderança talhada, com amplo diálogo social, para liderar a população nestes tempos marcados pela enorme polarização social, pelo ódio e pelos ressentimentos. Foi por isso que Marília, além de uma ampla aprovação de seu governo e de uma Frente Ampla com 14 partidos e mais o apoio informal de outros dois partidos, conseguiu vencer em primeiro turno a eleição para a Prefeitura de Contagem. Marília foi eleita em 2020 com uma frente de apenas quatro parti-

dos (PT/PSB/PCdoB e MDB); no governo constituiu uma Frente Ampla sustentada por 17 dos 21 vereadores e vereadoras; já na eleição, agora de 2024, Marília conseguiu montar uma Frente Ampla com 14 Partidos (PT/PV/PCdoB/ PSDB/ Cidadania/PSOL/ Rede / PSD / União Brasil / PDT/ PP / Solidariedade / MDB / PSB), além do apoio informal de dois partidos: Mobiliza e do Republicanos.

Marília é 100% afirmativa; ela não desconstrói os seus adversários, ela os ignora. Marília desde a militância nos movimentos sociais – movimento estudantil e bancário – sempre foi uma liderança muito afirmativa. Ninguém acredita no que fazemos em Contagem. Marília, nas dez campanhas políticas que realizou (5 para prefeitos(as); quatro para deputados(as) estaduais e 1 para vereadora), todas coordenadas por mim, ela nunca, nunca mesmo, citou uma única vez, em seus materiais impressos, nos vídeos, na TV e na internet, os nomes de seus adversários de campanha. Ela os ignorou completamente. Não se trata de arrogância, é um estilo muito singular dela; Marília lidera pelas qualidades dela e não pelos defeitos de seus adversários. Claro que uma estratégia 100% afirmativa só dá certo se for avassaladora, porque, caso contrário, "o ódio esmaga o amor". Marília tem estilo afirmativo avassalador; com Marília o amor "sufoca o ódio". Além do mais, campanha negativa é só negativa; já campanha afirmativa contém, intrinsecamente, a negação, ou seja, se indico um certo caminho estou polarizando, confrontando com outros caminhos diferentes.(…) Que Marília é 100% afirmativa todos nós sabemos. Difícil de entender é porque ela é assim, provavelmente um caso único na política brasileira. Perguntei a ela porque ela nunca cita os adversários dela. Ela me disse: "Não falo dos adversários, falo só de mim porque eu tenho muito para mostrar"; "Falar do adversário é concentrar a disputa na agenda dele e não na nossa agenda política". Arrisco dizer também que Marília é 100% afirmativa também porque é uma mulher muito vaidosa; ao polarizar com adversários e apontar os erros e falta de qualidade deles, ela se sente subestimada, seria não a "melhor escolha" dos eleitores, mas a "menos ruim". Para ela isto é insuportável.

É a esperança de futuro que abrirá portas e janelas de novos tempos. José Luís Fiori iluminou a nossa militância política quando fez um diagnóstico do "tempo histórico" da extrema direita, que é o fim das épocas da globalização neoliberal, que deixam um rastro de desigualdade, desesperança, guerras, conflitos políticos e religiosos, ódio e ressentimentos. A extrema direita, na proporção que adquiriu, "não veio para ficar", ela vai se enfraquecer e se isolar, ainda que este seja um processo demo-

rado, que deve demorar mais uns 20 a 30 anos na previsão de Fiori. E o mais importante: será a esperança de futuro que vai abrir as portas e janelas de novos tempos. No artigo que citamos, denominado "Revolta e esperança", José Luís Fiori conclui: "Vivemos uma verdadeira guerra entre duas visões da humanidade, absolutamente antagônicas e, ao mesmo tempo, no caso brasileiro, entre duas concepções opostas – de estado, de sociedade, de economia, de sustentabilidade, de cultura, de civilização e de futuro. Neste momento é fundamental que os progressistas apresentem à sociedade brasileira um projeto de futuro que seja inovador e que seja diferenciado, combinando uma verdadeira estratégia de guerra contra a desigualdade, com um projeto simultâneo de construção de uma nação, popular e democrática, e de uma grande potência pacificadora capaz de influenciar as gigantescas transformações mundiais que estão em pleno curso. É fundamental neste momento conscientizar e conquistar o apoio de todos os brasileiros para um novo projeto de futuro solidário e compartilhado por todos, capaz de vencer a distopia teológica e ultraliberal da salvação de cada um por si, mesmo que seja contra todos os demais, com a benção de Deus e a mão invisível do mercado. Nesta hora, mais do que nunca, é preciso inovar e apresentar com coragem e absoluta clareza, ideias e projetos, mas sobretudo, um 'sonho de futuro' capaz de sintonizar com a imaginação e a esperança de todos os brasileiros". Marília representa um pouco do conteúdo destas belas palavras; ela é "uma guerreira da esperança".

9-A "SEGUNDA ONDA" (2021 A 2024) DA ESQUERDA EM CONTAGEM FOI MUITO MELHOR QUE A "PRIMEIRA ONDA" (2005 A 2012); ISSO FOI IMPORTANTE DEMAIS PARA A VITÓRIA DE MARÍLIA, INCLUSIVE PARA A VIRADA HISTÓRICA NAS REGIÕES NACIONAL E RESSACA. A segunda onda de governos de esquerda costuma ser pior que a primeira. Veja o caso da América Latina: a segunda onda de esquerda é mais ampla geograficamente, mas mais "cansada". Álvaro Linera, sociólogo e ex-vice presidente da Bolívia, fala sobre uma segunda onda da esquerda e as dificuldades para se manter o ritmo da primeira onda; trata-se de uma análise interessante para analisarmos o caso de Contagem. Disse ele: "Houve uma primeira onda, com o surgimento de governos progressistas no início do século XXI. E a partir de 2018 e 2019, começou uma segunda onda progressista, mais extensa geograficamente – porque inclui também México, Chile e Colômbia. É mais expansiva territorialmente, mas com outras características, mais superficial em sua densidade. Há vários motivos para isso. Um deles é que

talvez seja uma onda mais cansada. A primeira foi intensa e esperançosa, de grandes reformas. A segunda onda chega cansada para a batalha. E enfrenta uma direita mais articulada, mais reorganizada após as derrotas de 2003, 2005 e 2010. É mais vocal: vai para as ruas, conduz a batalha cultural à sua maneira, mobiliza, ocupa as redes, é mais agressiva e pode abrir brechas nos erros da esquerda e dos progressistas no poder. Antes, isso não era possível. Éramos quase imaculados porque não tínhamos governado. Mas ao governar, você sempre cometerá erros, falhas, ausências. A direita aparece e coloca sal na ferida para que ela nunca cicatrize. Mas também porque essa segunda onda não foi acompanhada de grandes mobilizações (com exceção da Colômbia, que tomou as medidas mais radicais). Não se trata mais de uma onda que vem com a força da mobilização. Portanto, você tem um progressismo um pouco desbotado e, ao mesmo tempo, lideranças mais moderadas. É um progressismo que vem para administrar e não para transformar. O progressismo da primeira onda era rupturista. Era como se o mundo tivesse começado com eles: um novo sistema político, um novo sistema de ideias, uma nova economia. O segundo progressismo é administrativo. 'Calma, pessoal, vamos administrar o que está aí, ajustando um pouco aqui e ali'. Eles querem fazer parte de um sistema político, enquanto o primeiro progressivismo não queria fazer parte de nenhum sistema político. Lá, o progressivismo era o sistema político. Com ele, o mundo estava ordenado. O segundo progressismo, por outro lado, quer encontrar seu espaço em um sistema político a médio prazo. Eles se tornam mais tímidos, mais calculistas, fazem concessões com mais facilidade. São apaziguados com maior rapidez. E é um progressismo que, por causa disso, da falta de força dos líderes que o impulsionam e da ausência do povo nas ruas, quer preservar o que já existe em vez de conquistar coisas novas. Essa segunda onda progressista é fraca, não muito densa e, ouso dizer, temporária. Minha hipótese é que, nesses tempos liminares, teremos um progressismo de curta duração e um direitismo de curta duração. Hegemonias curtas, tanto à esquerda quanto à direita. Até que, em algum momento, o destino se realinhe para um lado ou para o outro e se inicie um longo ciclo de 20 ou 30 anos". (Outras Palavras, 21/12/2023).

Estas observações de Álvaro Linera sobre a América Latina servem para o mundo. Ele fala "Minha hipótese é que, nesses tempos liminares, teremos um progressismo de curta duração e um direitismo de curta duração. Hegemonias curtas, tanto à esquerda quanto à direita". E é isso o que vem acontecendo no planeta. São poucos os governos (presiden-

tes e primeiros-ministros) que conseguem a reeleição; duas exceções são o México e a Índia. No caso do Brasil, Bolsonaro não se reelegeu e Lula não tem ainda uma aprovação mais confortável, acima de 60%, que lhe garanta a reeleição; Lula deverá ser reeleito porque, tendo um governo com bons resultados na economia, poderá ampliar a aprovação, costurar uma Frente mais ampla do que na última eleição; na oposição Bolsonaro está inelegível e Tarcísio Freitas, governador de São Paulo de primeiro mandato, se candidatar poderá trocar uma reeleição quase garantida pela disputa duríssima e incerta com Lula em 2026.
O que impressiona é como em Contagem a segunda onda da esquerda é disparada a melhor e Marília faz o melhor governo de nossa cidade em décadas. Um dos aspectos que mais dificultam a uma segunda onda positiva é a falta de uma agenda política nova; e isto foi superado em Contagem com Marília conseguindo fazer um governo de enormes realizações com um plano de investimentos de R$ 1,5 bilhão, o maior em 40 anos, com destaque para a mobilidade urbana, especialmente o programa Asfalto Novo, que tem investimentos de R$ 620 milhões; as políticas sociais têm avançado muito com o aumento superior a 50% no orçamento da saúde, passando de R$ 620 milhões para mais de R$ 900 milhões; avanços nas políticas de educação com novos Cemeis e avanço significativo na remuneração dos professores; avanços expressivos na cultura, esportes e lazer, como, por exemplo, o retorno do Natal de Luzes; um amplo investimento nas políticas ambientais, com construção e reforma de praças e parques; a forte redução de 51% nos crimes violentos; geração de cerca de 40 mil empregos, colocando Contagem na segunda colocação no Estado, atrás apenas de Belo Horizonte. E Marília, com o amplo apoio da Câmara Municipal tomou outras medidas de grande impacto político e social: a) a aprovação de um novo plano diretor, com o retorno da área rural (28% de nosso território) e preservação de Vargem das Flores; b) a aprovação de um avançado Sistema de Participação Popular, com orçamento para dezenas de obras; c) a desprivatização dos serviços públicos da saúde (Hospital, Maternidade, e cinco UPAS), e criação do SSA – Serviço Social Autônomo; d) aprovação pelos vereadores e vereadoras de empréstimos de R$ 550 milhões vinculado a um projeto desenvolvimentista para Contagem; e) a defesa do desenvolvimento com proteção do meio ambiente com uma oposição pública e forte de nosso governo contra o traçado do Rodoanel, que rasga Vargem das Flores; f) Marília realizou um diálogo forte com a Câmara Municipal, que aprovou dobrar o valor das emendas impositivas; Marília vetou a medida e conseguiu que o veto fosse

mantido com os votos de todos os 20 vereadores da base de governo e também da oposição.

Marília realiza um governo "8 anos em 4 anos". Marília Campos, impressionante, pelos dados atualizados corrigidos pela inflação, que levantamos na revista Multicidades da Frente Nacional de Prefeitos, investiu em seus dois primeiros governos (2005 a 2012), cerca de R$ 1,381 bilhão e ao fim dos governos tinha 72% de aprovação; agora, em seu terceiro governo (2021 a 2024), em apenas 4 anos, os investimentos, corrigidos pela inflação, deverão se aproximar dos R$ 1,5 bilhão e aprovação popular é próxima de 75%. Por isso é que dizemos que Marília Campos realiza agora um "governo 8 anos em 4 anos". Vale dizer que os investimentos públicos em Contagem nos governos Marília Campos são ainda mais expressivos. Nos dois primeiros mandatos, o PAC Arruda foi articulado pela prefeita junto ao governo Lula, mas ela optou, frente à desorganização da Prefeitura naquela época, em propor que o governo do Estado tocasse as obras; mais recentemente temos investimentos em saneamento, articulados pela Marília junto ao governo Romeu Zema, de construção de duas bacias de detenção em Contagem e investimentos expressivos em saneamento na Bacia da Pampulha. Assim, ao final do terceiro governo, teremos um legado de realização da prefeita Marília Campos de aproximadamente R$ 3,5 bilhões, que reconstruíram a cidade de Contagem depois da falência na década de 1990.(…) É esta pujança do terceiro governo Marília Campos que explica a vitória dela em primeiro turno com 60,68% dos votos, e, pela primeira vez em toda a história do PT Contagem ganhamos a eleição nas oito regiões da cidade; com destaque para Nacional e Ressaca, que receberam investimentos maciços como no caso do Programa Asfalto Novo, onde nunca tínhamos vencido antes.

10-MARÍLIA, DE FORMA CORAJOSA, NÃO FUGIU DO DEBATE DOS VALORES E PRIORIDADES; ELA DEFENDEU A "CIDADE DA DIVERSIDADE" E A "CULTURA, LAZER E ESPORTES DE GRAÇA PARA A POPULAÇÃO". Em todo o Brasil marqueteiros e outros "especialistas" em comunicação defenderam que os candidatos do PT fugissem do debate dos "valores" que seria a pauta preferida da extrema direita. Marília não aceitou estas recomendações e enfrentou o debate que é uma prioridade para uma parcela da população. Mas Marília venceu a disputa no debate dos valores porque adotou uma concepção universal de defesa da pluralidade e dos direitos humanos, não adotou um discurso identitarista voltado apenas para as bolhas.

Contagem, a "cidade da diversidade". Uma das orientações da campanha foi a seguinte: "Defender como pauta da eleição municipal o projeto de desenvolvimento político, econômico e social de nossa Cidade não significa que ficaremos indiferentes ao debate dos 'valores' do povo contagense. Mas neste ponto não haverá polarização porque o que queremos é uma "cidade da diversidade". Contagem, com Marília, é uma cidade plural: tem marcha LGBTQIA+, mas também Marcha para Jesus; tem Djonga e tem Aline Barros; tem Frejat e Elba Ramalho. Para nós, da esquerda, os direitos humanos são universais e todos os cidadãos e cidadãs devem ser respeitados(as): raça, gênero, orientação sexual, religião, classe social, idade, pcd. Queremos a diversidade política, diversidade religiosa, diversidade de orientação sexual, diversidade de raça, diversidade de gênero, diversidade no futebol, queremos diversidade...Na vida privada e pública o que é intolerável é a violência de qualquer natureza, que merece os rigores da lei. Marília, desde sempre, tem um forte compromisso com os direitos humanos; ela foi protagonista, no Parlamento e na Prefeitura, de projetos de lei e de políticas de promoção dos direitos da população LGBTQIA+, das mulheres, pessoas portadoras de deficiência, promoção da igualdade racial. E Marília não se estreitou como liderança política, tendo vencido sete eleições, sento três majoritárias para prefeita, porque sempre tratou os direitos humanos como direitos universais, sempre falou para públicos amplos, e não para bolhas da população. No discurso de posse na presidência do STF, Luís Roberto Barroso defendeu uma posição com a qual concordamos: ele disse que os direitos humanos "não são uma bandeira progressista", são direitos de todos os seres humanos, são direitos universais". (…) Para que se tenha uma ideia da coragem da Marília no debate dos direitos humanos, basta dizer que ela, faltando dois meses para a eleição, compareceu a uma festa religiosa de matriz africana e o vídeo teve, de forma orgânica, mais de 150 mil visualizações; as centenas de comentários, quase todos de pessoas das religiões de matriz africana, não eram de caráter identitarista em defesa da religiosidade delas, eles ressaltaram a mensagem da Marília de "diversidade religiosa".

Marília defendeu na campanha, também de forma corajosa, a concepção ampliada de família que incluiu as famílias LGBTQIA+. Veja o nosso texto divulgado em forma de card: "Marília é de uma 'família tradicional', é casada com o economista José Prata há 41 anos e tem três filhos. Mas ela defende a proteção a todas as famílias. O Brasil tem 57 milhões de lares. As 'famílias tradicionais', formadas por homem, mulher e filhos, são 23,355 milhões, 41% do total; as "outras famílias" são 33,645

milhões (59% do total). São muitas as outras famílias: casais sem filhos; homens com filhos; mulheres com filhos; famílias com pessoas do mesmo sexo; casais com filhos e outro parente; mulher com filho e outro parente; homem com filho e outro parente; casais sem filhos e outro parente; casal com filhos com não parentes; mulher com filhos com não parentes; casais sem filhos com não parentes; homem com filhos com não parentes; família unipessoal. Onde existe amor, tem família! Qual família é a sua?".(…) A polarização entre família tradicional versus família LGBT+ não é correta. Não deveria haver nenhuma polarização entre as formas de família, todas precisam ser respeitadas. A polarização família tradicional versus família LGBT+ dialoga com as "bolhas"; não representa, nem de longe, a composição das famílias brasileiras. **Defendemos cultura, lazer e esportes de graça para a população.** E não fugimos também da polêmica sobre a prioridade da cultura, do lazer e dos esportes para a população. Em Contagem, para quem não sabe, a oposição centralizou a disputa no combate "aos shows e reforma de praças" defendendo que a prioridade única seria "melhorar a saúde". Nossa ofensiva nasceu da observação que fizemos da vida cotidiana dos candidatos da oposição. Vimos nas mídias sociais de um dos principais oposicionistas, que ele e sua família, nas férias e feriados prolongados, sempre viajavam para as melhores praias e lugares do Brasil e da América do Sul. Ou seja, a oposição tinha restrição ao direito da cultura e do lazer para os pobres, mantendo como um direito somente dos mais ricos; além disso a oposição, de forma hipócrita defendia a saúde, mas sempre votou e sustentou o "teto de gastos" e o congelamento dos gastos para a saúde. Marília fez dois movimentos: a) assumiu a defesa da cultura, do lazer e dos esportes de graça para a população e as pesquisas indicaram grande apoio a esta política democratizadora; b) Marília, nos últimos quatro anos, passou o orçamento da saúde de R$ 620 milhões para mais de R$ 900 milhões, com avanço nos serviços e nos investimentos, o que também melhorou bastante a aprovação da saúde na população.

11-NOSSA CAMPANHA ACERTOU NOS DIAGNÓSTICOS DAS ELEIÇÕES: ELEIÇÃO MUNICIPAL NÃO SERIA NACIONALIZADA; NÃO ERA CORRETO, NESTE SENTIDO, A POLARIZAÇÃO COM UMA AGENDA NACIONAL; E A TENDÊNCIA, DADA A ALTA APROVAÇÃO DOS PREFEITOS, ERA A FORÇA DA REELEIÇÃO. No nosso plano de campanha, documento interno da coordenação, que eu, José Prata, Coordenador da Campanha, escrevi em fevereiro/2024, traçamos diagnósticos incrivelmente corre-

tos. Como pode se ver, faremos a seguir e nos outros pontos, um balanço da campanha com base nos nossos diagnósticos e propostas, as diferenças são mínimas com o que planejamos. As citações entre aspas são do nosso plano de campanha.(…) "As eleições municipais não deverão ser nacionalizadas; isto porque os partidos de centro, pouco relevantes nas disputas nacionais, dominam amplamente as prefeituras e câmaras municipais. Em países, com poucos partidos, são eles que hegemonizam a eleição no plano nacional até o local; nestes casos existe uma grande verticalização da política já que os partidos mais representativos são os mesmos em todas as eleições nas três esferas de governo. Assim, uma eleição local, por exemplo, acaba sendo um plebiscito em relação ao governo nacional.(…) No Brasil é diferente. Nas eleições municipais, PT e PL serão bem votados, mas os partidos de centro, que tiveram pequeno protagonismo na eleição presidencial – PSD, PP, União Brasil, MDB, PSDB —, são os que tem, disparado, o maior número de prefeitos. Nas eleições de 2020, estes cinco partidos elegeram 3.166 prefeitos, 57% de todos os prefeitos dos 5.570 municípios brasileiros e elegeram nada menos que 28.000 vereadores, o que representa 48% dos 58.208 vereadores de todo o Brasil. Os cinco maiores partidos de centro foram os que mais cresceram, em 2023 e 2024, com as mudanças de partidos. Nada indica uma mudança radical da configuração do predomínio dos partidos nos municípios".

Nosso plano de campanha indicou novos diagnósticos. "E veja só: mesmo nos municípios que PT e PL tiverem candidatos não está garantida a polarização porque um partido pode ser competitivo e o outro não e a polarização será com outro partido de centro-direita que tiver uma candidatura competitiva. Ou seja, PT e PL, na maioria dos casos, terão como principais adversários candidatos dos partidos de centro, que tem a ampla maioria dos prefeitos, inclusive das grandes cidades e capitais. Não adianta PT e PL quererem 'escolher' o outro como adversário, para haver a polarização, a disputa na maioria dos locais será entre 'centro versus extrema direita' ou 'centro versus esquerda'".(…) Nós antecipamos que Lula pouco envolveria na campanha municipal e Bolsonaro teria também enormes dificuldades: "O governo Lula e o próprio presidente não terão condições de nacionalizar as eleições. Lula dificilmente terá condições, ele próprio, de se engajar numa polarização das eleições municipais, sobretudo no primeiro turno, porque isso destruiria a governabilidade no plano federal. Sustento também a tese de que a extrema direita terá grande dificuldade de nacionalizar a eleição. O PL terá grande dificuldade de transformar as eleições municipais

em um 'terceiro turno' das eleições presidenciais, como deseja, porque o governo Lula está dando certo: bom crescimento econômico; forte geração de empregos; aprovação do novo arcabouço fiscal; aprovação da reforma tributária, retorno dos programas sociais – Bolsa Família, Mais Médicos, reajuste real do salário mínimo, programa Pé-de-meia, queda da inflação, continuidade e melhoria da política de cotas, aumento da faixa de isenção do IR para dois salários mínimos; ampliação forte inserção do Brasil no cenário internacional".(…) "Uma outra razão que enfraquece a nacionalização das eleições municipais é que elas são 'solteiras' e não acontecem junto com as eleições 'gerais' para presidente, governador, senador, deputado federal, deputado estadual. Assim, a pauta nacional não 'contamina' muito a eleição municipal, que é polarizada, quase sempre, pelas 'questões locais'".

Indicamos também em nosso plano de campanha que os partidos do chamado Centrão "jogariam parados" porque seriam a alternativa, no primeiro e segundo turnos, de um dos partidos polarizados: PT e PL. "Já vimos como o Centrão domina amplamente a política municipal. E se não bastasse este diferencial, os partidos de centro, por incrível que pareça, se beneficiarão da polarização em duas situações: a) sempre que um dos partidos polarizados – PT e PL – não tiverem candidaturas competitivas no primeiro turno, eles escolherão candidatos dos partidos de centro para apoiarem, como o PT e o PL tem indicado, por exemplo, em inúmeros locais; e neste caso os partidos de centro, em muitos casos, só aceitam o apoio de um dos dois partidos sem maior protagonismo, sem a entrega da candidatura de vice-prefeito, por exemplo, para não trazerem a polarização para dentro de suas coligações; b) no segundo turno sempre que a disputa se der entre um candidato de centro e de um partido polarizado, o outro partido polarizado que não foi ao segundo turno muito provavelmente vai apoiar o candidato do partido de centro. Impressionante!".

Afirmamos em nosso plano de campanha que a nacionalização seria uma possibilidade, mas de forma mais pontual e complementar. "Quando dizemos que a eleição municipal não será nacionalizada, não significa que as questões nacionais, especialmente as lideranças de Lula e Bolsonaro, possam ter uma influência importante nos resultados eleitorais. Por exemplo: um prefeito ou um candidato novo bem avaliado se for vinculado a uma das duas lideranças nacionais que venceu a disputa presidencial em seu município trata-se, neste caso, o potencial de votos municipal e nacional podem se somar e facilitar a vitória do candidato. Outro exemplo: a eleição no segundo turno, que em 2020 aconteceram

em 57 grandes municípios brasileiros. Em uma cidade que tiver candidatos vinculados a Lula e Bolsonaro poderá sim, além do programa de governo municipal, ganhar também uma forte coloração nacional. Não deverá ser muitos casos, mas como se trata de municípios muito grandes, a nacionalização poderá ser expressiva porque pesará muito no resultado eleitoral, não pelo número de municípios, mas da 'população governada' por um partido".

No nosso plano de campanha previmos uma ampla continuidade dos governos municipais, inclusive na cidade de São Paulo. "Quem acompanha a situação dos municípios sabe muito bem que a maioria deles está numa situação financeira muito favorável. Por força de lei, os municípios foram autorizados a congelar os salários dos servidores na pandemia durante um ano e meio; muitos receberam repasses especiais na pandemia e recursos expressivos das emendas impositivas; o crescimento da economia vem reforçando as receitas próprias e de transferências; com Lula cresceu de forma substancial os empréstimos para obras com autorização do governo federal. Ou seja, os municípios melhoraram os serviços públicos e ampliaram muito os investimentos". (…) Com base nestes diagnósticos afirmamos que existia um sentimento de continuidade nos municípios, sendo este o maior desafio do PT, que tem poucos prefeitos e é oposição nas cidades mais importantes. E citamos uma pesquisa CNT/MDA, de janeiro de 2024, feita de forma genérica para todas as cidades, mostrando que os prefeitos e prefeitas tinham, em geral, uma boa avaliação: 45,6% para bom e ótimo; 26,9% afirma ser regular; 23,8% para ruim e péssimo; e 3,7% não sabe / não respondeu.(…) E apontamos a má situação do PT: "A situação do PT e de toda a esquerda é muito desafiadora. Temos poucos governos municipais nas grandes cidades, e, em algumas delas, a situação política não é boa, como são os casos de Belém e Mauá e, mesmo em Diadema, a aprovação não é confortável. Em São Paulo, a disputa de Guilherme Boulos e o prefeito Ricardo Nunes será muito apertada, como indica todas as pesquisas. Veja só: se Guilherme Boulos mantiver uma linha de nacionalização das eleições e não 'encaixar' um forte agenda municipal poderá perder as eleições; a situação está se tornando desafiadora porque o prefeito Ricardo Nunes, do MDB, com um grande plano de investimentos, está avançando na aprovação popular de seu governo nos eleitores mais pobres que recebem até dois salários mínimos, e, na pesquisa do Paraná Pesquisas, do mês de março, tem aprovação de 58,3% e desaprovação de 38,0%".

12-PLANO DE CAMPANHA DE MARÍLIA APOSTOU NA COESÃO SOCIAL E NA ANTIPOLARIZAÇÃO: "A ELEIÇÃO EM CONTAGEM NÃO SERÁ NACIONALIZADA; NÃO SERÁ LULA VERSUS BOLSONARO NEM DIREITA VERSUS ESQUERDA; SERÁ GOVERNO VERSUS OPOSIÇÃO E CONTINUIDADE VERSUS MUDANÇA". Os diagnósticos e propostas a seguir são de nosso Plano de Campanha e, como se vê, acertou quase em tudo. "Marília, já no programa de governo de sua candidatura em 2020, trabalhou contra a extrema polarização política que temos no Brasil e fixou como objetivo de governo uma maior coesão social: 'Marília diz que quem governa tem o dever de governar para todos, de promover a paz e o bem comum. Para Marília a democracia é a solução encontrada nas sociedades modernas para que diferentes interesses, ideologias e opiniões possam conviver pacificamente no dia a dia, e competir pela preferência da maioria nos momentos de eleição. Cada eleição escolhe aqueles que estarão no governo, mas também indica aqueles que serão da oposição, e ambos gozam da legitimidade do voto popular. Quem governa tem o dever de governar para todos, e não apenas para seus eleitores. Governar exige descer do palanque e transformar a competição do momento eleitoral em cooperação para a promoção do bem comum, celebrando pactos e construindo consensos. Governar não é produzir um permanente estado de guerra entre cidadãs e cidadãos. Governar requer amplitude, generosidade, civilidade e respeito pela cidadã e pelo cidadão que votaram contra o governante'''. Como se vê, em Contagem colocamos em prática aquilo que o presidente Lula vem propondo em suas campanhas publicitárias:" União e reconstrução" e "Brasil, um só povo", traduzido para aqui: "Contagem, um só povo". E podemos dizer que foi esta diretriz que explica, em grande medida, o enorme apoio popular que Marília tem em Contagem.

No nosso Plano de Campanha afirmamos que em Contagem não trabalharíamos por uma disputa nacionalizada em 2024. "Aqui será 'governo' versus oposição', 'continuidade versus mudança'. Se as eleições municipais serão 'municipalizadas' ou 'nacionalizadas' não depende apenas da vontade dos atores políticos envolvidos na disputa. Nós, de Contagem, defendemos que as eleições municipais não sejam nacionalizadas, e isto não é apenas uma vontade nossa é o que tem sido a realidade em todas as eleições municipais anteriores, como já mostramos ao longo deste texto. Se depender de nós a eleição em nossa cidade não será nacionalizada; não será Lula versus Bolsonaro nem direita versus esquerda; será governo versus oposição e continuidade versus mudança.

Somos o governo Marília Campos e pela continuidade de nosso projeto político, econômico, social e ambiental para nossa cidade. Em 2022 não conseguimos em Contagem, mesmo com o enorme prestígio da Marília e com uma grande campanha de rua, 'municipalizar a eleição para presidente' e, agora, tudo indica, que não será possível ''nacionalizar' a eleição para prefeito(a)".

No plano de campanha afirmamos que a "nacionalização" das eleições municipais era ruim para Contagem por diversos motivos. "Veja só: a) a polarização e a nacionalização das eleições municipais rebaixa demais o 'teto político' nosso em Contagem. Marília foi eleita com 51% dos votos; Lula teve em Contagem 45% dos votos. Quando adotamos a polarização são estes os nossos tetos políticos; a polarização praticamente empurra para a extrema direita eleitores que podem aprovar nosso governo e mudar de opinião e votar em Marília para prefeita. Marília foi eleita com 51% dos votos, mas avançou muito mais as bases sociais, para 70% da população, e hoje aproximadamente 100 mil eleitores que votaram na oposição em 2020, hoje aprovam o governo dela; por isso, para dar amplitude às nossas bases políticas atuais, a eleição de governo versus oposição, de continuidade versus mudança. Não se consegue convencer ninguém do bloco adversário com a polarização; ninguém muda de posição com base na 'política do chicote', mas sim com muito diálogo e amplitude; b) na polarização existe em todo lugar um equilíbrio muito grande entre os blocos; quem é governo sempre precisa avançar sobre as bases da oposição para compensar perdas de base social que são inevitáveis quando se é governo; c) as eleições deste ano, como mostram as pesquisas, terá a "marca da continuidade"; os prefeitos e prefeitas estão bem avaliados e são grandes as chances de reeleição da maioria deles e delas. Isto não é bom para o PT, que tem poucas prefeituras no Brasil e somente quatro nas cidades com mais de 200 mil eleitores e será oposição na maioria das cidades. Mas em Contagem, onde somos governo, o sentimento de continuidade nos favorece muito; d) a polarização só é boa para a oposição, que, quase sempre, é franco-atiradora; quem é governo é cobrado pela população pela "gestão", pelas entregas e avanços que consegue apresentar à população; a polarização e a nacionalização é uma política permanente e implica na antecipação do calendário eleitoral; em Contagem se somos governo, governo bem avaliado, não temos porque antecipar o calendário eleitoral, vamos governar até o final, a antecipação só interessa à oposição; d) a nacionalização prejudica muito a constituição da Frente Ampla, pois retira completamente o protagonismo dos partidos

de centro; Marília está trabalhando, corretamente, para montar uma ampla coligação de centro-esquerda, onde estão fora sobretudo o PL e o Partido Novo, devido à concepção autoritária destes partidos e ao ultraliberalismo ou "privatiza tudo".

13-IMPRESSIONANTE! PREVIMOS, COM ANTECEDÊNCIA, QUE AS ELEIÇÕES DE CONTAGEM SERIAM DEFINIDAS EM PRIMEIRO TURNO COM A VITÓRIA DA MARÍLIA E QUE UM DOS CANDIDATOS DA EXTREMA DIREITA DESISTIRIA DA DISPUTA. Nosso plano de campanha redigido por mim em fevereiro de 2024, com sete meses de antecedência, previu a definição da eleição em primeiro turno e que um dos candidatos da extrema direita desistiria da disputa. Veja nossas explicações.
"Precisamos nos preparar para o cenário mais provável da eleição de Contagem: a definição da vencedora ou vencedor no primeiro turno. Isto deverá acontecer por dois motivos: a) a enorme aprovação popular da prefeita Marília Campos, que tem continuidade há dois anos, acima de 70% e a intenção de votos muito robusta; b) o fato da disputa em Contagem, ao contrário da enorme fragmentação de outros municípios que chega a ter 5, 7 e até 10 candidatos, está encaminhando para uma relação muito enxuta de candidaturas, sendo que até agora são apenas três candidaturas mais expressivas. E veja só: as duas candidaturas de oposição tem o mesmo perfil, do extremismo político de direita, e não dialogam com o eleitorado mais de centro, centro-esquerda e centro-direita, e nem mesmo com o eleitorado da direita democrática. Então este quadro político, com poucas candidaturas a prefeito, deverá antecipar o segundo turno no primeiro turno. E claro vamos trabalhar duramente para que seja Marília Campos saia vencedora da eleição no primeiro turno".
Continua o nosso planejamento de campanha: "Veja a enorme diferença para a eleição de Contagem de 2020. Foram 15 candidaturas com os seguintes percentuais de voto no primeiro turno: Marília Campos (41,83%), Felipe Saliba (18,42%, Doutor Wellington (14,09%), Ivayr Soalheiro (4,98%), Márcio Bernandino (4,62%), Wellington Silveira (4,03%), Professor Irineu (3,96%), Coronel Alvear (2,63%), Kaká Menezes (2,04%), Coronel Fiuza (1,11%), Maria Lúcia Guedes (0,75%), Lindomar Gomes (0,71%), Alfredo Cardoso (0,58%), Dulce (0,23%), Sebastião Pessoa (0,02%). Como se vê, a disputa eleitoral de 2020 foi muito fragmentada, o que empurrou a eleição para o segundo turno; agora, com poucas candidaturas e com a ampla coligação que deverá apoiar a prefeita Marília Campos a eleição deverá se encerrar no primeiro turno.

E vamos lutar muito para que a escolhida pela população de Contagem seja Marília Campos".(…) E mais: no plano de campanha previmos, com larga antecedência, a nossa vitória no primeiro turno e que teríamos uma redução de intenção na reta final: "Mas será natural algum sangramento em nossa intenção de votos; mas a vitória em primeiro turno, com 50% mais 1 voto, é uma possibilidade concreta nas eleições para a Prefeitura de Contagem. Claro que esta é uma referência interna nossa, não colocaremos isto como uma bandeira pública".(…) "Do lado da oposição, Junio Amaral deverá se consolidar na dianteira na extrema direita, e Felipe Saliba, sem mandato a partir de 12/04/2024, terá muitas dificuldades políticas e financeiras de manter a candidatura neste ano, e não será surpresa que tenhamos um fato novo, que a junção da extrema direita em nossa cidade, com a retirada de Felipe Saliba. A ver".

14-EXPERIÊNCIA DE CONTAGEM MOSTROU QUE A NOSSA ESTRATÉGIA DE DESPOLARIZAÇÃO DA POLÍTICA EM NOSSO PAÍS PODE SER VITORIOSA, MAS OS RESULTADOS SERÃO GRADUAIS. Com base nos dados anteriores e da larga aprovação da Marília junto à população passei a defender abertamente nas plenárias da campanha que Marília poderia vencer a eleição no primeiro turno. De forma realista coloquei como meta a vitória com 50% mais 1 voto, o mínimo previsto para se vencer no primeiro turno. Muita gente considerava que esta minha posição poderia transmitir arrogância de nossa campanha; mas sempre ressaltei que se tratava de uma importante diretriz interna, já que somente dois candidatos mais fortes na disputa, por uma questão matemática, a disputa terminaria no primeiro turno. E, claro, nossa meta então era a vitória da Marília, e não de nosso adversário, no primeiro turno. Eu e meu amigo Ivanir Corgosinho sempre previmos alguma perda de votos na reta final mas chegamos, em conversas informais, a prever um piso de 70% para Marília Campos. O que aconteceu? Marília que tinha aprovação de seu governo, em diversas pesquisas, de 75% a 80% da população. Se Marília fosse de um partido de centro, que não estivesse envolvido na polarização da política brasileira, sua votação convergiria com a aprovação de governo. Sendo ela do PT, partido que é fundadora e militante histórica, sua votação foi reduzida por parte dos eleitores bolsonaristas que apoiam o seu governo por razões ideológicas e do antipetismo. Portanto, Marília furou a bolha do bolsonarismo, mas a despolarização da política brasileira será gradual ao longo dos próximos anos se adotada pela esquerda. Mas veja só: Marília, nas

três primeiras eleições para prefeita, teve em média 42% dos votos no primeiro turno, agora seu teto subiu para 60% o que lhe garantiu uma vitória folgada com 22% de diferença. Bolsonaro teve em Contagem 55% dos votos em segundo turno contra 45% de Lula; Marília venceu por 60,68% a 38,93%, uma inversão expressiva do placar em nossa cidade.

Um dado impressionante sobre o "voto envergonhado" contra Marília (eleitores que aprovam Marília, mas que por razões ideológicas ou pelo antipetismo votam contra ela) foi captado por uma pesquisa a que tivemos acesso apenas dois meses depois da eleição, no mês de dezembro de 2024. A pesquisa com 1.000 pessoas, dentre outras perguntas, consultou os eleitores em quem tinham votado nas eleições de 2024; 80% disseram que votaram em Marília e apenas 20% no adversário dela, quando os resultados das urnas foram 60% a 40%. Ou seja, milhares de eleitores "deletaram" de suas mentes o voto que deram no candidato adversário que quase ninguém lembra nem o nome. E mais: a avaliação positiva da Marília (ótimo, bom e regular positivo) é também de 80%, 20% a mais que os votos que ela teve na eleição, o melhor resultado da petista ao longo dos quatro anos de mandato. Impressionante não é mesmo? (…) Por isso mesmo, nossa principal tarefa agora é aprofundar o diálogo com quem votou em Marília; reconquistar a aprovação de quem sempre apoiou Marília mas que votou contra ela, voltando a aprovação de nossa prefeita para patamares acima dos 75% da população. Isso é uma meta possível porque Marília realiza um governo de grandes realizações e isso será reconhecido pela população devido ao estilo suave e combativo de nossa prefeita, sua forma afirmativa de fazer política está se transformando em uma cultura política em nossa cidade. Toda a nossa chapa de vereadores(as) e demais lideranças de base são também afirmativas; quase não temos em Contagem militantes do estilo "tropa de choque", os lacradores de esquerda. E a orientação da Marília é clara: não fica no governo dela quem desrespeita quem pensa diferente da gente. Se atropelamos politicamente quem pensa diferente de nós, não temos como convencê-los a apoiar nossas políticas e nosso governo.

15-MUDAMOS O PADRÃO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS EM CONTAGEM; COM GRANDE PRIORIDADE TAMBÉM PARA A DISPUTA MAJORITÁRIA JÁ NO PRIMEIRO TURNO. No nosso plano de campanha indicamos a necessidade de mudança do padrão das campanhas eleitorais no Brasil e em Contagem. E nós conseguimos. "Tradicionalmente nas

campanhas de rua no Brasil no primeiro turno, inclusive da esquerda, o foco são as campanhas proporcionais para vereadores, nas eleições municipais, e para deputados federais e estaduais, nas eleições gerais, sendo que a campanha majoritária se dá "por dentro" das campanhas proporcionais. Isso decorre do modelo político que temos no Brasil, proporcional de lista aberta, onde milhares de candidatos a vereadores e a deputados estaduais e federais disputam de forma acirrada uma posição favorável internamente, nos seus partidos e federações, que lhes garanta a vitória política e eleitoral.(…) Já as candidaturas majoritárias, como na eleição para prefeitos e prefeitas, fazem a campanha no primeiro turno pela TV, Rádio e Internet, o que ocupa um enorme tempo nas gravações, e a agenda de rua, bastante rara, fica muito dependente da presença destes candidatos em atos nas grandes cidades do Estado e do País. Campanhas de rua dos candidatos majoritários só acontecem de forma mais intensa no segundo turno, quando tem segundo turno; ainda assim com ruas muito mais vazias, já que os candidatos proporcionais desativam suas estruturas de campanha e os candidatos derrotados, a grande maioria deles, desaminados com o revés eleitoral, tem uma capacidade de mobilização ainda menor.(…) Nossa experiência, no primeiro turno, nos indica que não tem viabilidade os Comitês de Candidatos Majoritários, de Marília por exemplo. Isto porque no modelo de lista aberta, por incrível que possa parecer, o "adversário" de um candidato é outro candidato do mesmo partido ou federação, que disputa as vagas resultantes do coeficiente eleitoral e das chamadas sobras. Ou seja, é muito difícil montar um comitê orgânico e unitário "Marília prefeita", por exemplo, com candidaturas proporcionais que, são, na prática, "adversárias" internamente nos seus partidos e federações.

Foi pensando em alternativas para este enorme impasse político, que nós, do PT Contagem, e de partidos aliados, adotamos um conjunto de propostas, que passam menos pela organicidade dos Comitês Populares Marília Prefeita, e mais por atividades de rua concretas, onde fazendo política em um espaço mais amplo, com presença de eleitores de Marília e também de nossos adversários, recuperamos nossa "unidade na luta" contra a extrema direita. Ou seja, como nas eleições anteriores, a organicidade da campanha será, essencialmente, dos comitês dos candidatos proporcionais a vereadores e vereadoras, mas nos "encontraremos nas ruas" numa "unidade na luta" contra a extrema direita. Ou seja, em vez de uma campanha orgânica da Marília vamos apostar numa estratégia "movimentista". Nosso "Encontro nas ruas" de Con-

tagem se dará com, pelo menos, uma atividade unificada uma vez por semana de toda a militância progressista de todos os partidos e candidaturas proporcionais em defesa das candidaturas de Marília prefeita. Claro que os candidatos a vereadores e vereadoras, nestas atividades, poderão também fazer suas campanhas; mas será uma campanha inversa daquela tradicional, com os candidatos proporcionais "unificados na luta" e fazendo campanhas "por dentro" da campanha majoritária de Marília prefeita.
Este novo modelo de campanha eleitorais no primeiro turno foi testado e aprovado em Contagem na campanha de Lula e Kalil, em 2022, quando fizemos 11 atividades (lançamento candidaturas em nossa cidade; sextou, que era o bandeiraço; caminhadas e carreatas). Todas as atividades majoritárias serão convocadas pela Coligação, o que não podia ser diferente, mas quem vai dar sustentação política de massas a esta proposta é a militância do PT Contagem, e, em menor proporção, a militância do PCdoB, PSOL, etc. Além do mais, estamos em um processo de convencimento de nossa chapa de vereadores e vereadoras, para que em suas campanhas garantam um amplo espaço para a candidatura da Marília; ou seja, queremos vincular fortemente a disputa proporcional com a disputa majoritária. Em minha opinião, inclusive, vereadores e vereadoras não deveriam ter jingle de campanha, deveriam trabalhar em seus carros de som com o jingle da Marília para politizar as campanhas proporcionais e, para não diluir a campanha proporcional, a ênfase seria no refrão do jingle e não ele todo.(…) Foi isso que planejamos e foi o que aconteceu na campanha: foi a campanha da Marília que polarizou as ruas já no primeiro turno e isto foi fundamental para a nossa vitória já no primeiro turno.

16-MARÍLIA DEFENDE A FRENTE AMPLA E RESGATA O PROTAGONISMO DOS PARTIDOS DE CENTRO NO BRASIL. Já no plano de campanha defendemos uma abordagem mais política da Frente Ampla. Veja a seguir. "Marília deverá ser candidata a um quarto mandato em Contagem liderando uma Frente Ampla de 16 partidos de esquerda e de centro. Não se trata de uma Frente Ampla apenas para derrotar o extremismo e preservar a democracia em nosso País; por si só uma tarefa muito relevante. Marília, é preciso lembrar, apoiou a candidatura de Antônio Anastasia, do PSDB, no segundo turno de 2018 contra a candidatura de Romeu Zema, o que gerou muitas críticas de militantes de esquerda. Marília tem uma longa história de reconhecimento do protagonismo dos partidos de centro no Brasil, em Minas Gerais e em Contagem. Lula, na crise de 2005 e 2006, cunhou a expressão "Nunca antes na his-

tória deste país", o que transformado num bordão petista acabou por passar uma certa arrogância, como se a história e as conquistas civilizatórias no Brasil tivessem iniciado com o PT. Na verdade, Lula, em 2006, cunhou esta expressão para sair da defensiva dos enormes ataques que sofreu naqueles anos, crise que superou de forma vitoriosa; mas temos que reconhecer o protagonismo de partidos de centro na construção do Brasil. Tudo que temos no Brasil, em Minas Gerais e em Contagem é fruto da luta e da organização popular e das políticas dos seus governantes historicamente"

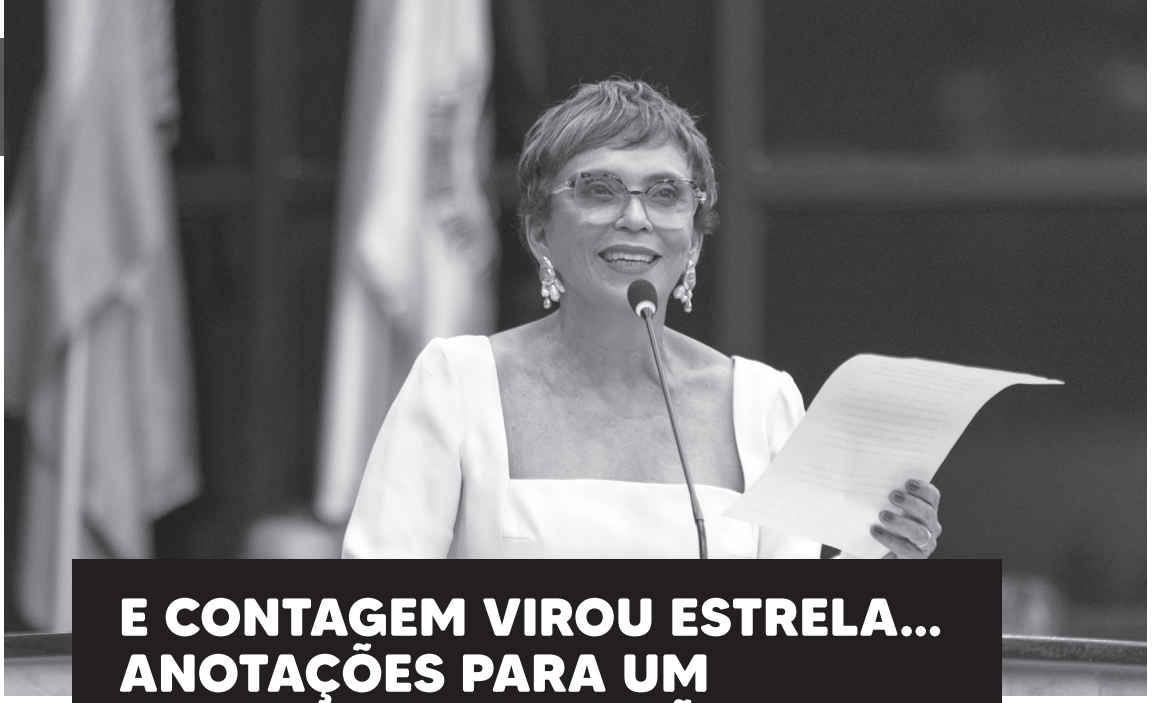
Os quatro pactos progressistas do Brasil. Veja o caso do Brasil onde temos pelo menos quatro grandes pactos progressistas e com grande apoio popular. O Brasil teve ao longo de sua história quatro grandes pactos progressistas: o de Getúlio Vargas e do trabalhismo de Leonel Brizola e outros líderes, que criou a legislação trabalhista e as leis de previdência, industrializou o Brasil e transformou nosso país em uma nação mais soberana, com a criação da Petrobras, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional —CSN e do BNDES. O Brasil foi o segundo país que mais cresceu no século 20 atrás apenas do Japão. Mas, o pacto getulista teve grandes problemas, como o autoritarismo político, que marcou a gestão na primeira fase de seu governo; os direitos sociais —direitos trabalhistas (CLT), previdência (antigo INPS) e saúde (antigo INAMPS) —eram para trabalhadores de carteira assinada; mesmo entre os trabalhadores muitos eram excluídos, como os trabalhadores rurais e domésticos; a CLT incorporou importantes direitos, mas sempre foi muito limitadora das liberdades sindicais; a educação pública era, até a década de 1970, muito limitada até o quarto ano primário, o que impôs limites de escolarização para muitas pessoas, como para o presidente Lula; eram poucos os estudantes que seguiam com os estudos por não serem aprovados nos "exames de admissão".

O segundo grande pacto progressista foi liderado pelo MDB de Ulisses Guimarães que, ao final das lutas pelo fim da ditadura militar, resultou na Constituição Cidadã de 1988, a Constituição social-democrata, que avançou as bases do Estado Social brasileiro, com a criação do Sistema Único de Saúde —SUS; transformou a educação em um direito universal do povo brasileiro; ampliou os direitos previdenciários; transformou a assistência em política pública; ampliou e constitucionalizou muitos direitos trabalhistas; criou leis de proteção ao trabalho, como o seguro-desemprego e avançou muitas outras conquistas sociais e democráticas. Mesmo tendo pequenas bancadas, os partidos de esquerda, como o PT, contribuíram muito na consolidação do Estado Social no

Brasil. Mas a Constituição de 1988, se avançou muitos nos direitos sociais, não avançou quase nada no financiamento do Estado Social com uma tributação mais progressiva; a expansão dos direitos implicou num aumento expressivo da carga tributária mas através de "contribuições sociais", impostos indiretos que tributam muito os mais pobres.

O terceiro grande pacto foi o Plano Real lançado no governo Itamar Franco, mas com enorme protagonismo do PSDB através do ministro Fernando Henrique Cardoso que se tornou presidente do Real por duas vezes. Veja só importância do Plano Real: em 1993, ano anterior ao Plano, a hiperinflação no Brasil foi de 2.700%. Passados 30 anos do Plano Real, com oito anos de governos do PSDB, 15 anos de governos do PT, a inflação acumulada é de 1.080%. Ser leniente com a inflação é fatal para qualquer governo; nenhum governo se reelege com inflação com dois dígitos. Impressionante não é mesmo. Isto explica porque FHC foi tão popular e venceu duas eleições no primeiro turno. Mas o PSDB perdeu as eleições porque o Plano Real, por um lado, conteve a inflação, por outro lado a permanência da paridade cambial por longo período gerou problemas graves: valorizou demais o Real, derrubou exportações e desequilibrou as contas externas do Brasil; sem reservas cambiais o Brasil foi atropelado pelos especuladores e quebrou duas vezes – em 1999 e 2002 – os juros foram colocados nas alturas e a dívida pública teve forte elevação. O PSDB foi muito tímido na área social, depois do fim da inflação o povo queria novos avanços, ainda que os tucanos tenham algumas políticas sociais importantes como os remédios genéricos; o programa de saúde da família; o Fundef.

O quarto pacto progressista do Brasil foi liderado pelo PT, nos dois mandatos de Lula com grande aprovação popular e no primeiro governo Dilma, marcado por enorme inclusão social, com a criação de 20 milhões de empregos de carteira assinada; reajuste real do salário mínimo, acima da inflação, de 76%; criação de grandes programas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida; avanços enormes na educação, da "creche à pós-graduação", como são os exemplos do ProUni, cotas, escolas infantis; descoberta e regulamentação do pré-sal; constituição de reservas internacionais de US$ 370 bilhões. Wanderley Guilherme dos Santos, nosso inesquecível cientista político, disse certa vez que Lula, e não Getúlio, foi o verdadeiro "pai dos pobres", porque implementou direitos para além do mercado de trabalho formal, para milhões de cidadãos pobres e extremamente pobres, como no caso do programa Bolsa Família. Lula foi, portanto, quem popularizou o Estado Social no Brasil, foi quem colocou a igualdade social no centro da conjuntura nacional e nisto, portanto, podemos dizer que Lula fez coisas "nunca antes na história deste país".



E CONTAGEM VIROU ESTRELA... ANOTAÇÕES PARA UM BALANÇO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

IVANIR CORGOSINHO

Na eleição de 2024, o campo progressista em Contagem logrou alcançar alguns resultados muito significativos tanto para a história política da cidade quanto no embate mais geral que vem sendo travado na atualidade em defesa da democracia e dos direitos sociais. Como exemplo, cabe citar a ruptura com a tradição de eleição em dois turnos que vigorava no município há 28 anos. A última vez que tivemos uma decisão na primeira rodada foi em 1996, com a eleição de Newton Cardoso (MDB).

Em segundo lugar, Marília sagrou-se a mulher mais votada do país no primeiro turno, posição que perdeu na fase seguinte para Adriane Lopes, do PP, eleita em Campo Grande (MS), cidade 240 mil eleitores maior que Contagem.

Marília é a única mulher a chegar ao Executivo Municipal contagense, a única petista a ser eleita para este cargo e a única a conseguir um quarto mandato à frente da prefeitura municipal. Não é pouca coisa.

Entretanto, talvez o fato mais relevante do processo eleitoral na cidade tenha sido a transformação da estratégia que adotamos no município em objeto de análises e debates de repercussão nacional. O desempe-

nho de Marília Campos e da coligação Juntos Por Contagem, num quadro de fraco desempenho do campo de esquerda em âmbito nacional, chamou muito a atenção de observadores e da grande mídia. Basta ver, dentre várias outras, a entrevista de página inteira com a prefeita que o jornal "Folha de S.Paulo" publicou na edição do domingo, dia 13 de outubro.(1)

Resumidamente, do ponto de vista de sua narrativa, a campanha majoritária em Contagem baseou-se em três pilares:

FOCO NAS QUESTÕES LOCAIS. Com uma ampla cartela de realizações para exibir e centenas de obras em andamento por toda a cidade, a campanha pôde focar o debate com a população nas questões locais e no projeto de cidade que sonhamos, exibindo as realizações do governo, reconhecendo as limitações e o que ficou "faltando fazer" e reafirmando o compromisso da gestão com o "fazer mais". A esse discurso, se juntou a trajetória pessoal da candidata, uma personagem com biografia e história no município, conhecida e reconhecida pela população. Com esta estratégia, os eleitores foram chamados a escolher entre o conhecido que inspira segurança e traz esperança, e uma suposta "novidade" sem condições de atestar a própria capacidade de realização, nem seus vínculos e compromissos com a comunidade.

AMPLITUDE DAS ALIANÇAS. Num intenso esforço de articulação política, Marília conseguiu costurar uma ampla frente de sustentação que, em número de partidos, superou muito a Federação Fé Brasil, avalista inicial de sua candidatura. A coligação Juntos Por Contagem reuniu 14 partidos, além da adesão informal do Mobiliza e do Republicanos, assegurando o isolamento político da oposição ao governo municipal, em especial, a oposição extremista de direita. Essa amplitude também favoreceu a mobilização de milhares de militantes por toda a cidade, organizados em torno de centenas de candidaturas proporcionais, dando capilaridade e força à campanha majoritária. É importante lembrar que, na eleição de 2020, a aliança que sustentou a candidatura de Marília à prefeitura limitou-se a cinco partidos.

SEM POLARIZAÇÃO. Diferentemente do que ocorreu em outras cidades, nossa campanha em Contagem evitou temas e debates que remetessem à polarização nacional entre Lula e Bolsonaro. Aliás, Lula sequer foi convidado para atividades de campanha no município, como Marília destacou na entrevista à Folha. Da mesma forma, Cabo Junio Amaral, principal adversário após a renúncia de Felipe Saliba e apoiado por Bolsonaro, não foi incluído em nossos discursos ou peças de publicidade. Em vez de alimentar a polarização, reafirmamos a importância do

diálogo amplo com diferentes setores políticos e sociais, independentemente de convicções ideológicas ou partidárias, sempre priorizando os interesses da cidade. Parte particularmente relevante desta postura foi a defesa da diversidade, especialmente contra ataques que estimulassem quaisquer tipos de preconceitos.

O resultado da disputa majoritária em Contagem pode ser visto nas **tabelas 1 e 2**. A primeira mostra o quadro geral da apuração, com os percentuais de comparecimento, abstenção, votos nulos e brancos, etc. A segunda mostra os resultados obtidos pelos candidatos/candidatas na corrida para a prefeitura da cidade.

Entretanto, para entender a extensão da vitória de Marília, é necessário recorrer à **tabela 3**. Como mostram os números, Marília perdeu apenas em dois bairros, ambos na região da Ressaca, reduto onde, até então, ela jamais havia sido vitoriosa. Ainda assim, perdeu por pequena margem no Cabral: a contagem foi de 49% a 51%, em favor do adversário. Já no Colorado, o resultado foi 46% a 54%. Na região da Ressaca, de conjunto, Marília alcançou uma vitória inédita com 24.405 votos, ou 55% do total, contra 19.917 (45%) de seu principal adversário.

Outra região onde tradicionalmente Marília vinha sendo minoritária é a do Nacional. Desta vez, o quadro mudou. Marília venceu em todos os bairros da região, chegando a 18.951 votos no total (60%), contra 12.592 (40%).

Entre os bairros onde se sagrou vencedora, Marília obteve sua menor votação no Morada Nova, também na região da Ressaca, onde ficou com apenas 51% dos votos. Por outro lado, suas maiores votações foram em Vargem das Flores, onde, na maioria dos bairros, alcançou mais de 70% dos votos. Neste caso é importante destacar que Marília obteve suas maiores votações nas áreas mais pobres da cidade. Além da região de Vargem das Flores, onde se destaca o Tupã com 78% dos votos para a petista, ela chegou a 70% dos Vale das Perobas, a 67% no Parque São João; a 65% no Maria da conceição e a 64% na Vila São Paulo, dentre outros exemplos.

Os números confirmam que as entregas realizadas pela prefeitura no goveno Marília correspondem às expectativas dos setores médios da cidade quanto de sua população mais pobre, consolidando uma aliança entre esses setores na defesa do governo.

UMA CÂMARA UM POUCO MAIS CONSERVADORA

Não há dúvidas, a vitória de Marília contribuiu para que a Federação Fé Brasil ampliasse sua bancada na Câmara dos Vereadores, especialmente pelo melhor desempenho do PT. A Federação Fé Brasil terá, a partir de

2025, a maior bancada do legislativo municipal, com cinco parlamentares: três do PT e dois do PV, sendo que a primeira suplência é do PCdoB. Por muito pouco (cerca de 65 votos) a federação teria conquistado mais uma vaga. Em seguida vem o PL e o União Brasil, com três eleitos em cada uma das legendas. Conforme mostra a **tabela 5**, o PRD e o Mobiliza fizeram duas vagas cada. PDT, PSD, Avante, Republicanos, PSB, MDB, PP, Solidariedade, PSOL, Rede e PSDB e Cidadania elegeram um vereador cada.

Até o início do período eleitoral, apenas quatro dos 21 vereadores se declaravam oposição ao governo municipal. A partir de janeiro próximo, serão cinco: dois que se reelegeram, José Carlos Gomes (Avante) e Pastor Itamar (PRD) e mais três eleitos pelo PL, que sequer tinha assento na Casa. São eles os candidatos Pedro Luiz, eleito com o apoio do deputado federal Nikolas Ferreira (PL) e segundo mais votado na cidade, Mauricinho do Sanduíche e Tia Keyla.

BAIXA RENOVAÇÃO – Dos 25 vereadores eleitos, 9 chegam à Câmara pela primeira vez, o que aponta para uma renovação de 36%. Entretanto, a renovação propriamente dita foi menor — de aproximadamente 23% se contabilizadas apenas as 21 vagas disponíveis antes do aumento do número de cadeiras para 25. Dos 21 eleitos em 2020, Teteco (MDB) não tentou a reeleição, ao passo que Edgar Guedes (PDT), Ronaldo Babão (Cidadania), Hugo Vilaça (Avante) e Abner Motta (DC) não conseguiram um novo mandato. Na eleição passada, em 2020, a renovação em Contagem foi bem maior: ficou em 43%, já que nove vereadores não foram reconduzidos. Os novatos que chegam à Câmara em janeiro são: Adilson Lamounier (União), Adriana Souza (PT), Carol do Teteco (MDB), Didi (PRD), Junior Zica (União), Mauricinho do Sanduíche (PL), Pedro Luiz (PL), Rodrigo do Posto (Mobiliza) e Tia Keyla (PL). Veja nas **tabelas 5 e 6** a distribuição das vagas pelos partidos e a relação dos candidatos eleitos e suas respectivas votações.

ABSTENÇÃO RECORDE – Em todo o país, a eleição de 2024 foi marcada por recordes de abstenção. A taxa foi de 21,68%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dos 155,9 milhões de eleitores aptos a votar, 33,8 milhões não foram às urnas. Essa é a 2ª maior taxa de não comparecimento desde as eleições de 2000, e só perde para a das eleições de 2020, durante a pandemia, quando chegou a 23,15%. Em Contagem foi pior. A **tabela 7** mostra a evolução dos percentuais de não comparecimento no município desde a eleição de 2008. Observe-se que o índice de ausências de 2024 foi ainda maior que o da eleição passada. Deixaram de comparecer às urnas em Contagem 106.756 elei-

tores, ou 23,25% do total, contra 19,99% da eleição de 2020, quando 85.490 se ausentaram.
Uma possível explicação para este fenômeno pode estar no franco favoritismo de Marília durante a maior parte da campanha. Supõe-se que o eleitor não seja estimulado a comparecer onde o resultado é considerado previsível. Possivelmente, uma competição mais acirrada teria contribuído para uma taxa menor de abstenções.

SARRAFO MAIS ALTO – A oferta de mais 4 vagas em 2024, graças ao resultado do Censo Populacional do IBGE, não significou um aumento das chances de eleição. Em 2020, o vereador eleito com a menor quantidade de apoiadores foi Abner Motta, com 1.784. Em 2024, o eleito menos votado foi Didi (PRD), com 2.829. O aumento no número mínimo para garantir uma cadeira foi de 58%.
Por outro lado, em 2020, Silvinha Dudu foi a mais votada da cidade, com 6.414 apoiadores. Desta vez, o campeão foi Léo da Academia, reeleito para um segundo mandato com 10.627 votos.
Com esses números, Léo se tornou o vereador mais votado da história da cidade, batendo o recorde de Arnaldo de Oliveira (Solidariedade), que chegou a 7.563 votos nas eleições municipais de 2004. Veja na **tabela 6**, já mencionada, a relação dos candidatos eleitos e suas respectivas votações.
Uma explicação para o aumento do sarrafo pode ser a redução do número de candidaturas, determinada pela Lei 14.211/2021, sobre a qual falarei mais adiante. Com uma redução das alternativas, o eleitor pode ter sido levado a convergir o voto, causando a elevação tanto dos mínimos necessários quanto dos máximos possíveis.

A FORÇA DOS PARTIDOS – Como evidencia a **tabela 8**, tivemos nesta eleição a importante aparição do PL na política municipal. Partido de Junio Amaral e Jair Bolsonaro, o Partido Liberal elegeu três vereadores, mesmo número que o PT e o União.
O PL também conseguiu o feito de ser o primeiro colocado em votos totais recebidos (soma dos votos de legenda mais os votos nominais) e nos votos nominais, ou seja, aqueles dados aos candidatos. No caso dos votos na legenda, ficou com a segunda colocação.
O PT ficou com a segunda colocação tanto no caso da soma geral dos votos quanto na apuração dos votos nominais, mas saiu da eleição como a legenda mais forte no município.
De fato, o PL obteve 32.782 votos totais, sendo 29.408 dados na sua chapa de candidatos e 3.374 na legenda. Já o PT alcançou 32.137 votos totais, 26.165 votos nominais e 5.972 votos de legenda.

É importante observar, entretanto, que apesar de os petistas alcançarem um número menor de votos em sua chapa de candidatos a vereadores e vereadoras, eles foram bem mais eficientes na conquista desse voto. Isso porque o partido lançou um número menor de concorrentes às 25 vagas disponíveis. Foram 16 candidatos pelo PT contra 26 candidatos do PL. Divida-se o total de votos nas chapas e teremos que o PT conseguiu, em média, 1.635 votos por candidato, enquanto o PL obteve apenas 1.131 votos por candidato.

Em outras palavras, para além da aparência dos números, o PT é o partido mais forte do município, seja quando se considera a popularidade da legenda, seja quando se considera a representatividade dos nomes que oferece ao escrutínio da população.

A meu ver, a principal indicação da tabela é que a maioria dos partidos municipais possui estruturas pouco robustas e baixa capilaridade, dependendo fortemente do capital político dos candidatos, especialmente daqueles que já têm mandato. Exceto no caso do PT e, agora, do PL, as votações nominais são várias vezes superiores ao total recebido pela legenda. O partido em melhor situação depois dos primeiros colocados é o PDT, num distante terceiro lugar, com 736 votos na sigla e 18.168 dados aos seus candidatos.

MULHERES EM ALTA – Se ficou um pouco mais conservadora na eleição de 2024, a Câmara municipal de Contagem também ficou mais feminina. Na eleição anterior, foram eleitas 4 mulheres para a edilidade: Silvinha Dudu (PV) e Glória da Aposentadoria (PSDB), ambas reeleitas na ocasião. Ainda tomaram posse as novatas Daisy Silva, do Republicanos e a petista Moara Sabóia. Em 2024, além de as quatro serem reconduzidas a um novo mandato, a bancada feminina foi reforçada com a eleição de Adriana Souza (PT), Tia Keyla (PL) e Carol do Teteco(MDB).

Uma importante informação sobre o perfil do eleitorado municipal nesta eleição é que tivemos uma maioria de votantes mulheres. Isto certamente influenciou o resultado, inclusive no caso da eleição de Marília. Como mostra a **tabela 10**, elas foram 54% das votantes, contra um comparecimento de apenas 46% dos homens. Além disso, cabe notar que o PT, de modo inédito, apresentou uma chapa à Câmara Municipal formada majoritariamente por mulheres. Foram 11 candidatas e apenas 6 candidatos.

Por outro lado, quando se considera apenas os votantes de fato, a situação é ainda mais desfavorável aos homens. As mulheres foram 61% dos votantes contra 39% dos homens. Veja a **tabela 11**.

ALGUMA CONCLUSÃO PARA OS RESULTADOS LOCAIS

O processo eleitoral de 2024 deixou evidente a força que o conservadorismo e o reacionarismo alcançaram no país. O campo de esquerda, embora tenha se saído vitorioso na eleição presidencial de 2022, ainda enfrenta uma forte oposição baseada, principalmente, na mobilização antipetista promovida pela extrema-direita bolsonarista, numa campanha sempre associada a mentiras, injurias e incentivo ao ódio.

Embora os adeptos desse estilo de política sejam minoritários entre a população, sob certas circunstâncias o discurso de ódio pode ser capaz de prejudicar governos progressistas bem avaliados. Como sugere o prefeito de Araraquara, Edinho Silva, do PT, "a polarização impede que as pessoas enxerguem o governo, inclusive seus êxitos". (2) Isto aconteceu em Contagem. O voto anti-PT conseguiu cativar parte do eleitorado indeciso, consolidar o bloco da oposição de direita e erodir parte da provação de Marília e de seu potencial de voto.

Na campanha eleitoral de 2020, Marília saiu do primeiro turno com 42% dos votos válidos, indo como franca favorita ao segundo turno, quando enfrentaria Felipe Saliba, que havia conseguido 18,42% da preferência dos eleitores. A expectativa era de uma vitória tranquila. Entretanto, o resultado foi apertado: ela obteve 51,35% dos votos válidos, num crescimento inferior a 10 pontos percentuais, ao passo que ele chegou a 48,65% dos votantes, mais que dobrando a votação da rodada anterior.

Situação semelhante aconteceu na eleição de 2024. Ao longo dos últimos quase quatro anos, o governo Marília chegou a ostentar índices de aprovação acima de 70%, chegando a 80% em algumas pesquisas. Segundo os mesmos levantamentos, esses percentuais estavam em consonância com seu potencial de voto — ou seja, com sua capacidade de convencer as pessoas a votar nela: cerca de 72%, taxa muito próxima à aprovação de seu governo. Todavia, Marília venceu com pouco mais de 60% dos votos, percentual inferior ao projetado pelos institutos.

Não resta dúvida que a propaganda anti-PT sensibilizou uma parte da população que sempre se declarou dividida entre o ódio ao partido e a admiração por Marília. É a turma que se diz de direita, que prefere Bolsonaro a Lula, mas se orienta e toma decisões com base na percepção dos efeitos que as políticas de governo produzem em suas vidas. Esse pessoal "detesta o PT, mas vota em Marília". Há, entretanto, uma outra turma de direita, minoritária, mas não inexpressiva, que se orienta por convicção ideológica. Para esse grupo, "petista bom é petista morto" e, com eles, não há como estabelecer qualquer diálogo. Por isso, sem hostilizá-los, os ignoramos. Mas, nosso adversário conseguiu mobilizar essa

turma, que entrou na campanha e capturou pelo menos uma franja do primeiro grupo, reduzindo a vantagem que ostentávamos.
A diferença de quase 20 pontos percentuais entre a aprovação da petista e os que, de fato, votaram nela, foi produzida na luta política, num processo que podemos chamar de "polarização assimétrica", pois só aconteceu num dos polos. É resultado do trabalho intensivo de um antagonista motivado e com capacidade de diálogo com um segmento da população que, embora minoritário, é significativo e tem potencial de expansão. Não podemos nos esquecer que o bolsonarismo venceu em Contagem nos primeiros e segundos turnos de duas eleições presidenciais consecutivas.
Estes exemplos mostram que a luta pelo voto, tal como, de fato, ocorre na vida real, é um fator com peso significativo na definição do resultado eleitoral, sobretudo quando a disputa vai para o vale tudo, como tem acontecido com frequência quando forças de extrema-direita estão envolvidas.
Mas, por mais que seja relevante, a disputa pelo voto no período eleitoral não decide o resultado de uma eleição. Isso precisa acontecer antes e, reforçando o já dito, especialmente nos dias que correm. Nesse sentido, os recursos que o candidato pode mobilizar na luta pelo voto são fundamentais para a elaboração de uma estratégia eleitoral e para seu desempenho na campanha. Esses recursos estão relacionados a seu projeto político e, obviamente, não podem ser adquiridos de última hora.
Nossa experiência mostrou ser possível vencer o antipetismo. E conseguimos isto porque, em primeiro lugar, entramos no período eleitoral com uma candidatura robusta, muito bem avaliada pela população e altamente competitiva; em segundo lugar, porque nosso projeto político interpreta de maneira correta as expectativas populares tendo o poder de restaurar a confiança da população nas lideranças políticas e despertar esperanças de dias melhores e, finalmente, porque acertamos na estratégia eleitoral.

MARÍLIA – O que as diversas pesquisas prévias às eleições mostravam é que Marília havia conquistado uma aprovação extensa, profunda e duradoura. Em média, três em cada quatro moradores de Contagem referendavam a atual gestão da prefeita, poucos meses antes do pleito e desde, praticamente, os primeiros dias de mandato.
Além disso, a aprovação nunca apresentou desiquilíbrios importantes entre os diferentes segmentos da população, sendo muito homogênea nos recortes por faixa etária, gênero, religião, escolaridade, faixa de

renda, etc., inexistindo um segmento de público capaz de desequilibrar a balança seja por amar demais a prefeita, seja por rejeitá-la vigorosamente. Ao mesmo tempo, a desaprovação vinha de uma minoria que, estava claro, se movia por razões de consciência e convicção, e dificilmente mudaria de opinião.

A aprovação de um governante está relacionada, naturalmente, às entregas de sua gestão em termos de obras e políticas públicas. É vital que ele construa as condições necessárias para atender às demandas da comunidade em áreas como educação, saúde, obras de infraestrutura ou segurança pública, dentre outros. Esses temas são insumos primários no relacionamento entre os moradores e o Poder Público. Uma má prestação de serviços significa notas baixas e, com elas, um esfriamento das relações e um afastamento que pode sepultar pretensões políticas. Entretanto, a gestão eficaz de serviços públicos não é a única coisa que importa para as pessoas. Parte significativa da avaliação de um governo é ditada pelo juízo que a população faz da liderança. Importa o grau em que as pessoas veem a si mesmas e seus valores representados naqueles que governam, se existem evidências de corrupção ou não, se os processos de tomada de decisão são democráticos, etc. Trata-se, enfim, do problema da confiança na liderança e seus métodos e no processo de governo.

Não conheço na literatura de esquerda uma tipologia do líder ideal. Geralmente, quem diz alguma coisa sobre o tema acaba resvalando para as soluções weberianas sobre os tipos de autoridade, destacando a liderança carismática como a que melhor explicaria a ascendência dos líderes populares sobre as "massas".(3) Divirjo desse caminho como chave explicativa, tanto quanto discordo da interpretação mais simples, que traduz carisma como simpatia e poder de comunicação. O carisma, em Weber, é dom extraordinário que dá ao indivíduo poderes especiais, tornando-o capaz de encantar seus seguidores. O problema dessa definição é que, ao primeiro tropeço da liderança que provoque frustração, o carisma acaba e o líder deixa de liderar. Isso nada tem a ver com Marília.

O relacionamento da liderança com a população implica, sobretudo, na construção de laços de confiança. Confiar num governo é acreditar que suas ações e decisões interpretam de forma correta as expectativas da comunidade e promovem bem-estar e a justiça social. Não é fácil conseguir que uma maioria sólida e longeva pense desta forma. Por isso, é necessário refletir sobre o estilo de liderança que consegue um feito desses.

A liderança exercida por Marília é do tipo orgânico. Guarda afinidades com o estilo de liderança exercida por líderes como Lula, Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, José Mujica e outros grandes heróis da história porque nasce de sua profunda identidade com as aspirações, alegrias e dores de sua comunidade (seus iguais), e da vivência cotidiana de seus dramas. Por essa razão, são líderes que se desatacam tanto pela determinação impulsionadora com que entram nos combates, quanto por compreenderem o sentido mais amplo da luta. É assim que se tornam os melhores representantes de suas comunidades, verdadeiros campeões de seus povos, e são sempre alçados aos patamares superiores de comando e direção. Nem por isso, deixam de ser acessíveis nem desenvolvem quaisquer interesses particulares separados dos interesses de sua gente.

O PROJETO POLÍTICO – Governar não é uma tarefa simples. Os administradores enfrentam limitações importantes relativas à escassez de recursos, dificuldades para medir resultados e assegurar a qualidade do gasto, crescimento da demanda. Existem entraves burocráticos e há, sempre, o risco de uma obra parar ou atrasar, de faltar medicamentos numa unidade de saúde, de os servidores públicos entrarem em greve, ou de um financiamento aguardado não ser aprovado, etc.

A maior dificuldade, entretanto, para conquistar uma opinião pública favorável por longo tempo, é o atual processo de fragmentação de interesses e opiniões. Com as grandes mudanças em andamento na própria base produtiva das sociedades, a exemplo da desverticalização e horizontalização do trabalho, entraram em voga novas formas de se fazer as coisas pautadas em noções como "conteúdo personalizado", "atendimento por demanda", "descentralização de plantas", nichos de consumo, empreendedorismo, mérito e, enfim, uma miríade de transformações que realçam as diferenças e as particularidades.

Ao mesmo tempo, com o advento das redes sociais e da internet, as pessoas passaram a ter acesso a uma quantidade inédita de informações e perspectivas. Vivemos num caos informacional que empurra os indivíduos para bolhas de sentido onde se sintam seguros, já que se expõem apenas a conteúdos que reforçam suas crenças preexistentes. O ambiente de polarização política e a manipulação de informação são outros complicadores que bloqueiam o diálogo e a compreensão entre diferentes grupos. Com a disseminação de notícias falsas e informações manipuladas, as pessoas podem ter dificuldade em distinguir entre o que é verdadeiro e o que não é, impulsionando uma fragmentação ainda maior das opiniões e interesses. Obviamente, a diversidade de

perspectivas e opiniões não são, necessariamente, ruins. Ao contrário, podem ser um motor de criatividade e inovação. Mas, para isso ocorrer, alguns elementos decisivos necessitam ser observados. A seguir, abordarei alguns desses elementos que me parecem os mais significativos.

Transparência: num mundo onde a mentira deixou de ser uma falha moral e é amplamente utilizada como recurso na luta política, medidas de transparência na gestão pública são essenciais como vacinas contra acusações de corrupção, malversação de verbas públicas e tentativas de desconstrução de reputações. A transparência é, sem dúvida, a melhor maneira de solucionar o desacordo entre a moral e a política. Mas, é mais que isso. Ao refletir sobre a legitimidade do poder e os fundamentos de autoridade das instituições políticas, Hanna Arendt sugere que a transparência é a condição para uma interpretação comum da realidade à medida que todos podem ver e testemunhar as mesmas evidências. Neste caso, a transparência está na base da formação de um sentido comum de realidade e é indispensável para o sucesso de qualquer projeto republicano e democrático de comunidade.

Promoção da igualdade: aqui não falo apenas da adoção de medidas que mitiguem as desigualdades sociais produzidas no processo de competição no mercado capitalista. Entre elas. Por exemplo, oferta de serviços públicos básicos, medidas de incentivo à economia local e à geração de emprego e renda, ou a assistência às populações mais vulneráveis. Falo também e, principalmente, do combate à acumulação de vantagens e privilégios públicos e privados na distribuição da riqueza socialmente produzida e no acesso às fontes de prestígio e poder. São exemplos desses privilégios, a desigualdade salarial em função do gênero ou cor da pele, a carga tributária regressiva, a isenção de impostos sobre dividendos e a tributação irrisória sobre bens de luxo, lucro e herança; o nepotismo, o acesso facilitado a oportunidades por razões de compadrio, isenções fiscais sem contrapartidas, o pagamento de benefícios extraordinários, o altíssimo custo da política, etc.

Participação e corresponsabilidade: é necessário superar a noção de que compete, exclusivamente, aos governos responder pelo desenvolvimento e problemas da coletividade. A empresa que sonega impostos ou o morador que joga lixo nos cursos de água devem, também, ser responsabilizados. Isso significa ampliar e consolidar o ambiente institucional adequado para que governo e sociedade sejam solidariamente responsáveis pela gestão do patrimônio público e pela definição do melhor futuro possível para todos ou, pelo menos, para a maioria da população, sem o silenciar as eventuais minorias. Busca-se, nesse sentido, um

sistema de governabilidade ampliada e de gestão colaborativa que vá além da chamada "participação popular" e incorpore todos os setores da sociedade.

A ESTRATÉGIA – José Prata de Araújo, velho companheiro e coordenador da campanha de Marília, costuma dizer que não há como acertar na estratégia se o diagnóstico estiver errado. Nosso diagnóstico da situação sob a qual se daria o processo eleitoral foi amplamente confirmado pelos resultados. Acertamos na previsão de que as eleições municipais não seriam nacionalizadas e que a polarização Lula x Bolsonaro não vingaria; acertamos ao prever que o debate com a população seria focado nas questões locais e concretas de cada município; acertamos ao prever que o "Centrão" sairia hegemônico nos municípios, certamos ao identificar a tendência para o voto na continuidade dos incumbentes e finalmente, acertamos ao apostar um confronto plebiscitário entre governo e oposição.

Dessa forma, nossa estratégia focou nas realizações do governo, abrindo-se para a formação de uma grande frente de defesa dessas políticas, isolando a oposição extremada e evitando o confronto radicalizado nos termos de esquerda versus direita, que não faz sentido no cotidiano municipal. Ignoramos a parcela minoritária da população que se diz de direita, prefere Bolsonaro a Lula e vota de acordo com suas convicções partidárias e ideológicas. Todavia, abrimos espaços para aqueles que, apesar de dizerem de direita e preferirem Bolsonaro a Lula, votam com base na percepção dos efeitos que as políticas de governo produzem em suas vidas. Em Contagem, é a turma que "detesta o PT, mas vota em Marília".

À liderança de Marília e ao acerto da estratégia adotada, é preciso acrescentar o papel do PT. Como veremos mais adiante, o sucesso do PL na cidade é reflexo de uma intenção convicta. O partido de Valdemar da Costa Neto entrou na disputa de 2024 determinado a ampliar suas forças e sua capacidade de influenciar o cenário nacional e, para isso, se mobilizou, marcou presença nos territórios, investiu nas candidatas e torrou uma grana fenomenal. Guardadas as devidas proporções, foi exatamente isso que fez o PT Contagem. Com muita antecedência e disposição, o partido se preparou para o combate convocando e reunindo a militância, adotando um novo método de gestão que permitiu construir a organização e infraestrutura necessárias; priorizou a mobilização da cidade de forma alegre e colorida e no uso intensivo das redes sociais dada a ausência de um programa de televisão. Na relação com os demais partidos, o PT investiu na preservação da unidade do amplo

campo de alianças aglutinado em torno de Marília, especialmente no que diz respeito à assistência aos candidatos a vereador e vereadora. Ou seja, o PT se capacitou para assumir um papel protagônico não apenas na Federação Fé Brasil, mas também junto à coligação Juntos Por Contagem.

Demos um passo aqui em Contagem. É preciso ter claro que a projeção nacional alcançada por Marília é a cereja do bolo de nosso sucesso eleitoral. Com ela, o PT Contagem e toda a esfera política municipal foram colocados num centro de um debate que pode ser decisivo para o futuro da esquerda e de todo o campo democrático do país nos próximos anos. Precisamos estar à altura desta oportunidade.

NOTAS

1 - Lula precisa reforçar diálogo e PT deve rever estratégia política, diz prefeita mais votada do país. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/10/lula-precisa-reforcar-dialogo-e-pt-deve-rever-estrategia-politica-diz-prefeita-mais-votada-do-pais.shtml

2 - Após derrotas do PT, Edinho diz que esquerda não domina ambiente polarizado e pede 'discurso de unidade' - https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/10/08/apos-derrotas-do-pt-edinho-diz-que-esquerda-nao-domina-ambiente-polarizado-e-pede-discurso-de-unidade.ghtml

3 - WEBER, Max . Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 2. Vol. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial. 1999

Tabela 1
Eleição 2024
Eleição majoritária (Contagem-MG) - Quadro geral da apuração

	2020		2024	
Comparecimento	342.088	80,01%	352.354	76,75%
Abstenção	85.487	19,99%	106.756	23,25%
Válidos	284.375	83,13%	310.076	88,00 %
Nulos	35.728	10,44%	23.429	6,65%
Branco	21.985	6,43%	18.718	5,31%

Fonte: TSE

Tabela 2 **Eleição 2024** **Eleição majoritária (Contagem-MG)**		
Marília	188.228	60,68 %
Junio Amaral	120.776	38,93%
Gustavo Olímpio	625	0,20%
Dulce	447	0,14%
Sebastião de Oliveira Pessoa	131	0,04%
Fonte: TSE		

Tabela 3 Eleição 2024 – Contagem Eleição majoritária Votação por bairros/Regionais Administrativas					
ELDORADO					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Água Branca	1621	1066	2687	60,33%	39,67%
Cinco	1582	989	2571	61,53%	38,47%
Conjunto Água Branca	3233	2553	5786	55,88%	44,12%
Eldoradinho	765	579	1344	56,92%	43,08%
Eldorado	14650	8700	23350	62,74%	37,26%
Jardim Bandeirantes	1812	1341	3153	57,47%	42,53%
Jk	1594	1031	2625	60,72%	39,28%
Maria da Conceição	2620	1410	4030	65,01%	34,99%
Novo Eldorado	5830	3620	9450	61,69%	38,31%
Parque São João	3410	1654	5064	67,34%	32,66%
Santa Cruz Industrial	1782	1031	2813	63,35%	36,65%
	38899	23974	62873	61,00%	39,00%
INDUSTRIAL					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Amazonas	3916	2894	6810	57,50%	42,50%
Bandeirantes	2414	1485	3899	61,91%	38,09%

Cidade Industrial	1447	746	2193	65,98%	34,02%
Industrial	8157	5436	13593	60,01%	39,99%
Jardim Industrial	3805	2247	6052	62,87%	37,13%
Vila São Paulo	833	540	1373	60,67%	39,33%
	20572	13348	33920	61,00%	39,00%
NACIONAL					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Carajás	1286	807	2093	61,44%	38,56%
Chácaras Bom Jesus	2980	1879	4859	61,33%	38,67%
Confisco	387	233	620	62,42%	37,58%
Nacional	3139	2478	5617	55,88%	44,12%
Nossa Sra. da Conceição	2818	1961	4779	58,97%	41,03%
São Mateus	2569	1355	3924	65,47%	34,53%
Tijuco	2303	1456	3759	61,27%	38,73%
Xangri-Lá	1295	1098	2393	54,12%	45,88%
	16777	11267	28044	60,00%	40,00%
PETROLANDIA					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Industrial São Luiz	2734	1552	4286	63,79%	36,21%
Petrolândia	4663	2897	7560	61,68%	38,32%
Sapucaias II	1543	836	2379	64,86%	35,14%
Solar do Madeira	832	495	1327	62,70%	37,30%
Tropical	3419	2123	5542	62,00%	38,00%
	13191	7903	21094	62,00%	38,00%
RESSACA					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Arvoredo	2238	1774	4012	55,78%	44,22%
Cabral	474	485	959	49,43%	50,57%
Colorado	1534	1832	3366	45,57%	54,43%
Jardim Laguna	2853	2253	5106	55,88%	44,12%

Kennedy	2437	2254	4691	51,95%	48,05%
Morada Nova	1355	1294	2649	51,15%	48,85%
Novo Progresso	7006	5524	12530	55,91%	44,09%
Parque Turistas	1839	1264	3103	59,27%	40,73%
São Joaquim	3053	2366	5419	56,34%	43,66%
Vila Perola	1616	871	2487	64,98%	35,02%
	24405	19917	44322	55,00%	45,00%
RIACHO					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Inconfidentes	4395	2581	6976	63,00%	37,00%
Jardim Riacho das Pedras	4475	3157	7632	58,63%	41,37%
Monte Castelo	2753	1927	4680	58,82%	41,18%
Novo Riacho	5918	3760	9678	61,15%	38,85%
Riacho Das Pedras	6825	3896	10721	63,66%	36,34%
	24366	15321	39687	61,00%	39,00%
SEDE					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Alvorada	4477	3606	8083	55,39%	44,61%
Bela Vista	1525	871	2396	63,65%	36,35%
Bernardo Monteiro	2820	1604	4424	63,74%	36,26%
Central Park	785	621	1406	55,83%	44,17%
Centro	8139	6027	14166	57,45%	42,55%
Colonial	1291	1100	2391	53,99%	46,01%
Fonte Grande	2940	2210	5150	57,09%	42,91%
Linda Vista	1375	1025	2400	57,29%	42,71%
Perobas	783	330	1113	70,35%	29,65%
Praia	2123	1324	3447	61,59%	38,41%
Santa Helena	2741	1765	4506	60,83%	39,17%
Vila Belém	1391	995	2386	58,30%	41,70%
	30390	21478	51868	58,00%	42,00%

VARGEM DAS FLORES					
BAIRRO	MARÍLIA	JUNIO	TOTAL	MARÍLIA	JUNIO
Darcy Ribeiro	1572	753	2325	67,61%	32,39%
Icaivera	1846	861	2707	68,19%	31,81%
Nova Contagem	10270	3601	13871	74,04%	25,96%
Retiro	4226	1760	5986	70,60%	29,40%
Tupã	582	162	744	78,23%	21,77%
Vila Ipê Amarelo	1132	431	1563	72,42%	27,58%
	19628	7568	27196	72,00%	28,00%
TOTAL GERAL	188228	120776	309004	61,00%	39,00%
Fonte: TSE					

Tabela 4
Eleição 2024 – Contagem
Eleição proporcional
Quadro geral da apuração

	Eleitores	%
Eleitorado	459.110	100,00%
Comparecimento	352.354	76,75%
Abstenção	106.756	23,25%
Votos nulos	23.429	5,47%
Votos em branco	18.718	6,20%
Votos válidos	311.235	88,04%
Votos nominais	296.728	95,34%
Votos para legenda	14.507	4,66%
Fonte: TSE		

Tabela 5 **Eleição 2024 — Contagem** **Bancadas na Câmara dos Vereadores**	
Partido	Bancada
PL	3
PT	3
UNIÃO	3
PV	2
PRD	2
MOBILIZA	2
PSB	1
REPUBLICANOS	1
PP	1
PDT	1
MDB	1
REDE	1
PSDB	1
PSD	1
SOLIDARIEDADE	1
AVANTE	1
Fonte: TSE	

Tabela 6 **Eleição 2024 — Contagem** **Vereadores eleitos**		
Candidato	Partido	Votos
Léo da Academia	PDT	10627
Pedro Luiz	PL	9330
Denilson da JUC	MOBILIZA	9002
Adriana Souza	PT	8205
Silvinha Dudu	PV	8022
Glória da Aposentadoria	PSDB	6753

Vinícius Faria	PP	5997
Mauricinho do Sanduíche	PL	5930
Alex Chiodi	UNIÃO	5715
Tia Keyla	PL	5714
Daniel do Irineu	PSB	5696
Arnaldo de Oliveira	SOLIDARIEDADE	5599
Junior Zica	UNIÃO	4630
Bruno Barreiro	PV	4539
Moara Sabóia	PT	4260
Zé Antônio do Hospital	PT	4215
Gege Marreco	REDE	4206
Daisy Silva	REPUBLICANOS	4075
Daniel Carvalho	PSD	3915
Pastor Itamar	PRD	3882
Adilson Lamounier	UNIÃO	3462
Carol do Teteco	MDB	3266
José Carlos Gomes	AVANTE	3220
Rodrigo do Posto	MOBILIZA	3120
Didi	PRD	2829
Fonte: TSE		

Tabela 7
Evolução das taxas de abstenção no primeiro turno - 2008/2024 - Contagem/MG

Eleição	Eleitores	%
2008	58.775	14,56%
2012	68.844	15,90%
2016	85.186	18,64%
2020	85.490	19,99%
2024	106.756	23,25%
Fonte: TSE		

Tabela 8
Eleição 2024 - Contagem
Voto nos partidos

Partido	Votos	Nominais	Legenda
PT	32.137	26.165	5.972
PL	32.782	29.408	3.374
PDT	18.904	18.168	736
PSDB	16.391	15.962	429
MDB	13.438	13.077	361
MOBILIZA	23.785	23.469	316
PP	15.120	14.811	309
UNIÃO	25.259	24.958	301
REPUBLICANOS	18.548	18.251	297
PRD	17.633	17.347	286
NOVO	7.871	7.589	282
REDE	16.964	16.710	254
PSD	10.045	9.801	244
SD	15.728	15.495	233
PSB	14.463	14.236	227
PSOL	2.015	1.808	207
PV	14.257	14.052	205
CIDADANIA	184	0	184
AVANTE	11.779	11.645	134
PSTU	223	131	92
PC do B	3.709	3.645	64

Tabela 9 **Eleição 2024 — Contagem** **Perfil do eleitorado por gênero**		
Gênero	Votantes	%
Masculino	211.290	46%
Feminino	247.280	54%
Fonte: TSE		

Tabela 10 **Eleição 2024 - Contagem** **Perfil dos votantes por gênero**		
Gênero	Votantes	%
Feminino	188.675	61%
Masculino	121.401	39%
Fonte: TSE		

A VITÓRIA EM CONTAGEM É FRUTO DE UM TRABALHO POLÍTICO E DE BASE DE 30 ANOS; É NA BASE QUE SE MUDA A HISTÓRIA!

JOSÉ PRATA ARAÚJO

Não tem como compreender a vitória histórica de Marília Campos em Contagem no primeiro turno para uma quarto mandato de prefeita sem relembrar o trabalho político e de base que realizamos nos últimos 30 anos. Somos da segunda geração do petismo de Contagem, que demos seguimento ao trabalho de nossos fundadores do PT na Cidade. Marília e eu, José Prata, mudamos para Contagem no final da década de 1980, éramos uma espécie de "estrangeiros" no PT local. Fomos muito bem acolhidos porque trazíamos a experiência e autenticidade do movimento sindical bancário de tantas mobilizações e lutas. Marília, como já vimos, desde a primeira disputa política, em 1996, para a prefeitura da cidade, se dedicou intensamente a organização de base em seus mandatos de vereadora, deputada estadual e prefeita. Ela optou historicamente por uma militância quase distrital em nossa cidade; ela ocupou cargos que lhes permitiam ficar bem perto da população, ao invés, por exemplo, de se eleger deputada federal e ficar grande parte

do tempo longe da população em Brasília. É esse trabalho político e de base junto à enorme militância política que explica que esta mulher, com 63 anos e 45 anos de militância, atinja a plenitude que exibiu nesta eleição com a conquista em primeiro turno do quarto mandato como prefeita.

Marília e o PT Contagem são potentes porque nos inspiramos no PT das origens, que tanto empolgou a população nas primeiras décadas do nosso partido. Mais recentemente, a partir de 2022, frente a uma conjuntura dramática da eleição presidencial revolucionamos o PT Contagem com uma espécie de fusão das melhores tradições do petismo em uma unidade histórica que nos possibilitou a vitória agora em 2024. Somos provavelmente um caso único no Brasil onde a direção partidária goza de enorme respeito e ascendência sobre a militância, a bancada de vereadores(as) e sobre o nosso governo de coalizão. Funcionamos de forma coletiva, descentralizada e com uma ampla unidade, com base no chamado "consenso progressivo" para enfrentar estes tempos tenebrosos que vivemos.

Uma cidade é uma construção histórica do seu povo e de seus governantes. História, que inclui momentos memoráveis da luta popular, como a greve dos metalúrgicos de Contagem de 1968, a primeira manifestação de massa, junto com Osasco, contra a ditadura militar e a organização da esquerda em nossa cidade, que resultou na criação de inúmeras organizações sociais e partidárias, inclusive do PT. Nosso governo é herdeiro das lutas sociais de décadas, que tinham como grande sonho a conquista do governo pela esquerda da primeira cidade operária de Minas. Fica aqui minha homenagem aos pioneiros da luta popular das últimas décadas em Contagem.(…) Ênio Seabra e Imaculada Conceição de Oliveira foram líderes da greve de 1968 dos metalúrgicos de Contagem.(…) Nossa saudade de Joaquim de Oliveira, Milton Freitas, Alcides de Oliveira, Ana Pena, Tilden Santiago.(…) Saúdo também outros militantes históricos que estiveram na construção do PT Contagem: Nilmário Miranda, Durval Ângelo, Ignácio Hernandes, José Isabel, Marcelo Brito, Marilda Perpetuo, Aristo Neves, Paulo Funghi, Letícia da Penha, Geraldo Índio. Em nome de todos estes companheiros e companheiras, cumprimento a toda a militância mais antiga e mais recente que dedicou suas vidas às lutas pelas transformações sociais em Contagem, em Minas e no Brasil.

1-UMA LIDERANÇA, COMO MARÍLIA, TEM UMA CONTINUIDADE HISTÓRICA PELO SEU LEGADO DE INVESTIMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS (LEGADO EXÓGENO), MAS TAMBÉM PELAS SUAS QUALIDADES POLÍTICAS E PESSOAIS (LEGADO ENDÓGENO). Marília teve uma aprovação elevada de 72% no final do seu segundo mandato, no final de 2012, e de 75% a 80%, agora em 2024, no terceiro mandato, porque tem um legado de políticas públicas (legado exógeno) e um legado vinculado aos seus posicionamentos e qualidade pessoais (legado endógeno). Muitas pessoas creditam a enorme popularidade da prefeita Marília Campos ao seu carisma e ao seu extraordinário legado na cidade. Não é bem assim. Foi ela quem, de fato, liderou, no seus dois primeiros mandatos de 2005 a 2012, a retirada da cidade da falência; tem atualmente, no seu terceiro mandato, "Gestão de excelência" sem arrochar servidores e com um grande plano de investimentos; Contagem vive com Marília dois grandes ciclos de crescimento da economia, com preservação do meio ambiente, e da geração de empregos; tem um forte legado de políticas públicas e na participação popular; desprivatizou Contagem nas áreas de saúde e educação; tem uma forte presença no meio do povo; construímos, de forma criativa e corajosa, uma aliança da classe média com a população mais pobre.
Mas, somente legado exógeno, todos sabemos, não segura a popularidade de uma liderança tanto tempo, considerando que as gerações se renovam e os mais jovens não assistiram o "filme da Marília"; as realizações se incorporam na vida do povo e se diluem; além do mais o antipetismo e a antipolítica foram um vendaval sobre o PT no Sudeste. Veja só: dezenas de prefeitos e prefeitas em Minas Gerais e no Brasil, muitos do PT, fizeram governos bem avaliados e, tempos depois, não conseguiram manter o apoio popular, muitos se candidataram novamente, inclusive nas eleições de 2024, e perderam eleições e outros(as) foram abandonados pelo caminho.(…) Para se manter com forte apoio popular durante longos períodos, o que é muito incomum, lideranças políticas precisam não somente de legados de realizações (aprovação exógena), mas também precisam defender teses, posicionamentos e qualidades pessoais (aprovação endógena), que as tornem inesquecíveis, e até mesmo praticamente indestrutíveis, como tem sido a liderança de Marília até aqui. Portanto, a liderança de Marília não resulta apenas dos seus legados de realizações, o que é muito importante, não pode ser associado apenas ao carisma, a capacidade de comunicação, trata-se de uma liderança que as pessoas não apenas "aderem", mas uma liderança que as pessoas se "identificam" pelas suas qualidades

políticas e pessoais. Tratamos neste texto dos legados de Marília que explicam a sua trajetória vitoriosa de 40 anos de militância e fazendo dela a prefeita de Contagem que está fazendo história em nossa cidade e, ao derrotar o extremismo, a projetou como uma liderança da esquerda mineira e brasileira.

2-MARÍLIA SE "BLINDOU" DO ANTIPETISMO COM... MAIS PETISMO; ELA SE VINCULOU AO PETISMO DAS ORIGENS QUE TANTO ENCANTOU A POPULAÇÃO NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DE CRIAÇÃO DO PT. No final da década de 1990, eu, José Prata, e Marília Campos publicamos um texto, que guiou nossa atuação até hoje: "O PT que queremos", que foi apresentado pela nossa saudosa Maria Regina Nabuco. No documento pressentíamos que o PT estava abrindo mão de muitas de suas "posições originais" e se vinculando muito à "política tradicional". Antecipamos, portanto, quase duas décadas ao antipetismo e à antipolítica, que cresceram a partir de 2013/2014. Decidimos manter e fazer uma construção histórica com base nas teses originais do PT, que muitas pessoas julgavam ultrapassadas, pois sabíamos que nos daria credibilidade e nos blindaria contra os ataques da direita nos anos seguintes, como de fato aconteceu mais recentemente. Adotamos, sem arrogância, mas expondo nossa diferenciação interna no PT, o slogan "Política diferente e melhor", com base em seis teses.

Primeira tese: a profunda identidade com os direitos sociais, com o Estado do Bem Estar Social. A primeira tese da nossa construção histórica é a identidade profunda com os direitos sociais, que foi âncora da militância da Marília e minha nos movimentos sociais nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e meu objeto de estudo nos meus 50 anos de militância política. Todos sabemos que o Estado Social (trabalho, educação, saúde, previdência, assistência, cultura e outros direitos) tem no Brasil "três pedaços": na União, nos Estados e municípios. Decidimos nos vincular ao Estado Social globalmente independente do cargo; Marília, como vereadora e deputada estadual, parecia mais deputada federal, pois é o governo federal que regulamenta quase tudo. Fizemos, nos mandatos da Marília vereadora e deputada, uma enorme campanha de defesa e promoção dos direitos sociais, através de cartilhas e em uma página fixa do Jornalzinho da Marília. Muitas pessoas conseguiam, e nos falavam, que tiveram acesso aos direitos, com base nas publicações dos mandatos da petista. Participamos, de forma destacada, junto com Marília deputada estadual, das lutas políticas nas ruas, nos governos Temer e Bolsonaro, na defesa da previdência (como nos aulões histórí-

cos que fazíamos semanalmente na praça sete, em BH, e na praça do Iria Diniz, em Contagem); Marília, participou junto com os estudantes secundaristas das históricas ocupações das escolas. Foi isto, em grande medida, que deu a Marília a fama de mulher justa e humana e comprometida com os direitos do povo. Nos seus governos, mais do que a defesa e promoção dos direitos sociais, Marília realizou excelentes mandatos e com grandes avanços para o povo, na saúde, educação, cultura, defesa social, assistência social, emprego, infraestrutura urbana, saneamento básico.

Segunda tese: Socialismo tem que ser democrático. Jovem, eu, José Prata, fui "descoberto" para a política na PUC/MG pelo PCdoB; sobretudo meu professor de sociologia é uma figura inesquecível em minha vida. Mas escolhi o PT, do qual participei desde as primeiras reuniões de fundação no Sindicato dos Petroleiros, por ser um partido construído de baixo para cima e por defender o socialismo democrático, como previu uma resolução do Terceiro Congresso: "Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas — individuais e coletivas — com os direitos econômicos e sociais. O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia".

Terceira tese: o PT não pode ser uma máquina eleitoral, mas um partido presente no dia a dia do povo. Não inovamos em nada na trajetória da sindicalista, vereadora, deputada e prefeita Marília Campos, apenas fizemos o que está no manifesto de fundação do PT: "Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações

de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias". Foi o compromisso com as ideias originárias do PT, como a presença sempre no meio do povo, um grande fator da afirmação da Marília em Contagem. Nos primeiros anos, a presença era garantida com o revolucionário "Jornalzinho da Marília", com 150 mil exemplares, que era distribuído em toda a cidade pela própria Marília, funcionários do gabinete e militância. O Jornalzinho foi fundamental na primeira vitória da Marília, em 2004, e a ASA, uma das maiores agências de publicidade daquela época, analisando uma pesquisa qualitativa, com a repercussão do Jornalzinho, escreveu: "ASA, para ser honesta com suas convicções, em 41 anos de existência, nunca encontrou um caso parecido na política". (…) Com a emergência da Internet, Marília não abandonou a comunicação presencial; manteve a presença no meio do povo trazendo a emoção das ruas para as redes sociais. Impressionante: uma mulher com 45 anos de militância, com mais de 63 anos de idade parece incansável, não se burocratiza e se mantém fiel às suas convicções históricas. Com isso, ao longo do tempo grande parte dos moradores de Contagem tem uma história com a petista, tendo encontrado ela em um bairro, uma escola, uma praça, um centro comercial, na pista de caminhada, no supermercado, na feira, nas portas de fábrica, na igreja e no templo evangélico, nos carros de som, nas visitas ao comércio, no metrô. Marília, portanto, não aparece no meio do povo de forma circunstancial, oportunista e de última hora. Marília é presente de forma permanente, sincera, histórica. E impressionante a reação da população à presença da Marília fora dos períodos eleitorais; as pessoas sempre perguntavam a ela: "Uai, vai ter eleição de novo?". A surpresa do povo sempre mostrou o quanto é acertado fazer política de forma permanente e não apenas em épocas de eleição.

Quarta tese: Marília sempre assinou e cumpriu a Carta Compromisso dos Candidatos do PT de combate aos privilégios, mantendo o "sentido de igualdade" da militância dela. O PT historicamente, desde a fundação, sempre exigiu de seus candidatos a assinatura de uma Carta Compromisso de fidelidade ao Partido. Marília não apenas assinou, ela cumpriu historicamente todos os compromissos. Em um dos principais trechos, a Carta exigia dos candidatos o combate aos privilégios: "Combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo

involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelista". O PT chegou a defender a vinculação dos deputados ao INSS no passado, conforme texto a seguir: "O PT repudia o uso da Carteira de Previdência e da verba pessoal especial para parlamentares. Para pôr fim a esses privilégios, o PT apresentará projetos de lei e tomará medidas judiciais. O parlamentar deve contribuir para a Previdência Social como os demais trabalhadores. Para a aposentadoria parlamentar, não devem vigorar privilégios quanto à contagem do tempo e quanto ao valor do pagamento ou outros".(…) A Carta Compromisso caiu em desuso no PT pela absoluta inutilidade histórica; quase ninguém levava a sério o que assinava. Quanto à aposentadoria dos deputados, o PT abdicou da proposta de um regime geral único para toda a população; e nas mudanças mais recentes da previdência foi colocada como alternativa a manutenção do regime dos deputados ou a transferência para o INSS; na Câmara Federal, o PT foi o partido com mais deputados escolheram se manter na previdência dos deputados que foi colocada em extinção.

Quinta tese: lideranças de esquerda devem ter hábitos simples e "não se apaixonarem pelo poder". Um segredo da continuidade histórica da liderança da Marília: Ela "não é apaixonada pelo poder". Publicamos na contracapa de uma das revistas da Marília quando era deputada estadual um pequeno texto de Michel Foucault, que se tornou também uma referência de nosso grupo político. Foi uma sugestão do Hamilton Reis, que Marília amou, porque era também um pouco a vida dela. Dizia: "Liberem a ação política de toda forma de paranoia / Proliferem ações, pensamentos e desejos / Prefiram a diferença à uniformidade / O produtivo é nômade / Não é preciso ser triste para ser militante / E, finalmente, não se apaixonem pelo poder". As pessoas querem dos seus líderes que lutem pelas transformações econômicas e sociais, que melhorem a vida do povo. Mas as qualidades "endógenas" dos líderes, as pessoas apreciam aqueles e aquelas que não mudam ao chegar ao poder, que não se tornem "deslumbradas", "distantes do povo", "indiferentes ao sofrimento popular". As pessoas admiram as lideranças que não se "apaixonam pelo poder". Veja que coisa impressionante. A Marília que chegou ao governo pela primeira vez em 2004 é a mesma que os contagenses tanto admiram agora que foi eleita prefeita pela quarta vez. Veja as qualidades de Marília na pesquisa qualitativa de 2004: "De cara, a tendência majoritária é apontá-la como uma pessoa transparente por prestar contas à população, inclusive por divulgar seu salário e concordar com os cortes relativos a ele – deixa a entender que

é honesta e democrática. O fato de ajudar a distribuir este "Jornalzinho" remete à percepção de ser: comunicativa; próxima da população / acessível; carismática; esforçada / batalhadora e simples – indicando reunir diversos atributos pretendidos a um prefeito". A Marília de 2004 é a mesma de hoje. Por isso Marília tornou-se inesquecível e até indestrutível e foi eleita prefeita pela quarta vez agora em 2024.

Sexta tese: Marília nunca se afastou da identificação simbólica com o PT. Marília sempre foi muito pressionada por aliados e publicitários a se afastar da imagem do PT. Ela nunca aceitou isso. Vejamos a postura dela mais recentemente na ofensiva brutal contra nosso partido a partir de 2014. Nas eleições para deputada estadual, em 2014 e 2018, no auge do antipetismo o jingle da campanha dela cantarolava: "Viva a alegria e a esperança com Marília do PT". Marília e seus mandatos fizeram campanha de massas contra o golpe político parlamentar contra Dilma e envidou todos os esforços pelo Lula Livre, com participação em todos os atos convocados, fizemos uma forte campanha, por sugestão do André Teixeira, com dezenas de banners e artigos, em defesa de Lula vinculando-o ao legado dele. Em um importante gesto simbólico em todas as campanhas para a Prefeitura e para deputada, nunca abrimos mão da cor vermelha ou avermelhada nos materiais de publicidade. E, agora como prefeita, mais um gesto simbólico importante: Marília sempre que artistas que vem a nossa cidade cantam a música "Meu coração é vermelho", ela sobe nos palcos e canta aos gritos: "Meu coração é vermelho (hey, hey, hey!) / De vermelho vive o coração, ê-ô, ê-ô! / Tudo é garantido após a rosa avermelhar / Tudo é garantido após o sol vermelhecer / Vermelhou o curral / A ideologia do folclore avermelhou / Vermelhou a paixão / O fogo de artifício da vitória avermelhou". E mais: os dois carros que tivemos até hoje, um GOL, e nosso carro atual, Onix 2013, são vermelhos e muitas pessoas desaconselhavam de usar o carro nos momentos mais perigosos do antipetismo, quando pessoas com carros vermelhos eram agredidas nas ruas.(…) Marília adora o vermelho dos comunistas, mas ela é mesmo social-democrata. Uma social-democrata de coração vermelho.

3-AUSÊNCIA DE UM "SENTIDO DE IGUALDADE" NA PRÁTICA POLÍTICA MINA A CREDIBILIDADE DA ESQUERDA NA SOCIEDADE; NOSSA MAIOR DERROTA IDEOLÓGICA: EXTREMA DIREITA TEM MILITÂNCIA VOLUNTÁRIA, A MILITÂNCIA DE ESQUERDA É CADA VEZ MAIS PROFISSIONALIZADA. Certa vez, Pepe Mujica, grande líder da esquerda latino americana e mundial, perguntado o "que faria diferente em sua

vida", afirmou: "Sou um líder socialista. Eu obrigaria todo o pessoal de confiança a colocar 5% a 10% para um fundo para fazer casas para os pobres. Eu colocava 80% do meu salário para fazer casas para os pobres. Eu colocava 80% do meu salário de presidente. Não fazia isso para me mostrar aos outros, mas para ter o direito moral de falar aos ricos que façam algo. Você tem de dar o primeiro passo". Isto, é preciso dar o primeiro passo; significa viver como pregava meu velho líder Fausto Drumond: "O socialismo, mais que um projeto de sociedade, deve ser uma forma de vida".(…) Uma das coisas que mais me deixa triste em relação à esquerda de nosso país é esta falta do "sentido de igualdade" em nossa prática política, deixando para a demagogia da antipolítica e do privatismo o combate aos privilégios mais visíveis do setor público. Isto vai cobrar um alto preço da esquerda na reforma tributária, vai faltar argumentos e engajamento na luta por política tributária progressiva. O Brasil é um país de renda ainda baixa: o salário mínimo é de R$ 1.412,00; o salário médio, de R$ 3.200,00. E quem são os ricos do País? Para surpresa de muitos, informamos, que quem tem renda per capita de R$ 4.000,00 está entre os 10% mais ricos; quem tem renda per capita de R$ 16.000,00 faz parte do grupo seleto de 1% mais rico dentre os brasileiros. Ou seja, uma reforma tributária progressiva séria vai sobrar para nós, da classe média de esquerda, que teremos que "dividir o pão". Quantos de nós vai concordar com a progressividade? E os deputados e senadores, com salários mensais de R$ 42.000,00 (quase três anos de salário de um trabalhador de salário mínimo), quantos votarão e apoiarão a tributação progressiva sobre a renda e a propriedade?

Sem este "sentido de igualdade" que falamos não tem como uma liderança de esquerda reunir uma ampla militância voluntária. Não tem como ser militante voluntário de um deputado, por exemplo, ganhando, como a maioria do povo, R$ 1.412,00 ou R$ 3.200,00, que não combate privilégios, que não divulga seus contracheques, estas coisas que a população progressista tanto admira. Um de nossas maiores derrotas ideológicas é a extrema direita ter uma ampla militância voluntária de uma classe média que já está com a "vida ganha" gritando pelas ruas "eu vim de graça"; e de outro lado uma militância de esquerda cada vez mais profissionalizada e sem referência voluntária em suas lideranças. Não vejo nenhuma graça de militantes de esquerda fazerem brincadeiras com o "pão com salame", o que, queiramos ou não, é uma aceitação da crítica à militância profissionalizada. E o que é chocante é que militantes profissionalizados, em sua maioria, se negam a fazer as

contribuições partidárias, previstas no estatuto do PT (ou o dízimo do PT, como critica a extrema direita), numa atitude individualista e liberal inacreditável; já que nestes casos se trata de uma contribuição vinculada aos cargos políticos que eles têm nos nossos governos e mandatos parlamentares. Não tem como mudar o mundo assim, sem recuperar um amplo apoio popular voluntário para as nossas causas.
Alguns dirão que tudo isso é firula, é tergiversar com a exploração, que a concentração da renda está no grande capital. Repito José Mujica: "Não fazia isso para me mostrar aos outros, mas para ter o direito moral de falar aos ricos que façam algo. Você tem de dar o primeiro passo". Quem e quantos darão o primeiro passo no Brasil? Talvez um primeiro passo terá que ser dado pelas lideranças mulheres, como Marília, e negras e negros, que, sendo a cara da desigualdade no Brasil, precisam, para dialogar com a população mais pobre, mostrar em suas vidas o compromisso prático com a igualdade social que tanto lutam.

4-MARÍLIA "LIDERA PELO EXEMPLO" E É POR ISSO QUE É UMA DAS POUCAS SOBREVIVENTES DA ESQUERDA NAS GRANDES CIDADES DO SUDESTE; O PT, AO ABDICAR DE POSIÇÕES ORIGINAIS, FICOU MUITO PARECIDO COM OS PARTIDOS TRADICIONAIS E PERDEU, AOS OLHOS DA POPULAÇÃO, A REBELDIA E O CARÁTER ANTISSISTEMA. LAMENTÁVEL! O Brasil, todos sabemos, é um dos países mais desiguais do planeta, devido à enorme concentração da propriedade; impostos regressivos em favor dos mais ricos; juros muito elevados, sendo o Brasil ainda hoje o segundo maior juro real do mundo; acesso aos melhores empregos pelos mais ricos; apropriação das riquezas naturais pelos mais ricos, como o minério de ferro; acesso desigual à educação. A existência de um robusto Estado Social em nosso País (SUS; educação da creche à universidade; INSS e previdência dos servidores; assistência social; CLT e políticas de proteção como o seguro-desemprego e o abono salarial) reduz um pouco as desigualdades brasileiras. Mas são questões complexas de se explicar à população. Por exemplo: os impostos são regressivos, mas os mais pobres não veem os impostos que pagam já que estão diluídos nos preços dos produtos; os juros são escondidos da população (nosso país só divulga o deficit primário e não o deficit nominal que incluem os juros da dívida de R$ 700 bilhões por ano). Digo isso para mostrar que, de fato, a luta por um Brasil mais igualitário tem desafios gigantescos. A população, na fúria da antipolítica, enxerga como desigualdade questões mais visíveis como os salários

muito altos dos políticos, aposentadorias privilegiadas, dentre outros privilégios. No Chile, por exemplo, os movimentos sociais exigiram o corte no salário dos deputados e, pressionados pelas ruas, o Congresso chileno reduziu pela metade os vencimentos dos políticos. Aprendemos como José Mujica que a esquerda precisa "liderar pelo exemplo". Ora, se nós, de esquerda, nos acostumamos aos pequenos privilégios, falta-nos coerência e coragem para enfrentar os grandes privilégios que temos na sociedade.(…) Veja só: a esquerda historicamente, depois de muitas polêmicas, concordou com a remuneração dos cargos políticos, porque, com razão, a atividade gratuita favorecia aos ricos porque somente eles teriam patrimônio e renda sem necessidade da remuneração. A atividade paga acabou viabilizando o acesso à representação política para os mais pobres e classe média em tese para a luta pelas transformações sociais; mas, contraditoriamente, a esquerda, com rendas altas e muitos privilégios da representação, acabou se acomodando à política tradicional e passou a fazer parte do "sistema".

Marília, ao combater os privilégios e ter uma trajetória transparente, esvaziou o antipetismo contra ela; e fortaleceu uma militância voluntária progressista. E como se deu a inserção da Marília no "sistema político"? Ela foi eleita uma vez para vereadora, três vezes para deputada estadual e quatro vezes para prefeita de Contagem, mas dentro do "sistema político" ela manteve a singularidade de sua forma de fazer política, com transparência e sem privilégios. Marília assinou nove cartas compromisso nas eleições que disputou: 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2008, 2014, 2018, 2020. Compromisso firmado, compromisso cumprido. Veja a seguir um breve balanço dos compromissos que ela cumpriu.(…) Aprendemos com grandes líderes, como o nosso guru Fausto Drumond (líder bancário já falecido), Olívio Dutra, Pepe Mujica, que o socialismo, mais que um "projeto de sociedade, é uma forma de vida". Daí porque nossa família optou por uma vida sem privilégios: Marília sempre prestou contas, divulgou contracheque, recusou privilégios e nunca empregou parentes até o terceiro grau (mesmo quando o nepotismo não era proibido). Marília, desde quando foi eleita vereadora de Contagem em 2000, adotou uma posição intransigente contra os privilégios. A remuneração do político deve ser o salário mensal mais o 13º salário, sem quaisquer penduricalhos. Foi assim que historicamente ela recusou o 14º e 15º salários (verba paletó); convocações extraordinárias nas férias (equivalente a um salário do parlamentar); sessões extraordinárias (uma espécie de hora extra para sessões noturnas); auxílio moradia (morando ela na grande BH e residindo em casa pró-

pria); diárias de viagem (que Marília somente requeria quando pernoitava nas cidades visitadas); aposentadoria especial, que tinha direito os deputados estaduais (que acabou por um projeto da Marília e, mesmo tendo direito adquirido a se aposentar com R$ 17.000,00, ela recusou o privilégio e se aposentou pelo INSS com R$ 6.000,00). Mesmo sem os privilégios dos mandatos, na pandemia, nossa família decidiu doar 25% do salário da Marília por seis meses, cerca de R$ 18.000,00, para a compra de cestas básicas para pessoas que passavam fome.

Em uma estimativa que fizemos, considerando os valores em reais do presente (referente aos valores do passado corrigidos pela inflação e valores futuros da aposentadoria trazidos para valores presentes), Marília recusou ao longo de sua trajetória política cerca de R$ 5 milhões. Marília não ficou rica com a atividade política; ela, com a família, tem como patrimônio a casa onde mora, um apartamento que usaremos o aluguel para complementar aposentadoria e um automóvel GM Onix ano 2013. Marília, atualmente como prefeita de Contagem, uma das maiores cidades do Brasil, ganha R$ 27.027,45, muito abaixo dos R$ 42.000,00 dos deputados federais; os reajustes que teve foram os mesmos concedidos aos servidores; e, ainda nos dias de hoje, divulga, como prefeita, o contracheque mensalmente nas redes sociais.(…) Eu, José Prata, e Marília para "liderar pelo exemplo", mesmo tendo renda para garantir estudos na rede privada, colocamos nossos três filhos, durante todo o ensino fundamental, em escolas públicas. Os dois mais velhos em uma escola estadual ao lado da nossa casa. Já o nosso filho mais novo, já Marília como prefeita em 2005, nós o colocamos em uma escola municipal. Foi um dos grandes erros de nossa vida porque, com a cidade falida, Marília nos primeiros anos tinha popularidade baixa e o Sindicato fazia um assédio violento sobre nosso filho, uma criança de sete anos, dando sempre prioridade para o trabalho sindical "na escola do filho da prefeita"; até hoje ele carrega as consequências de um ato horrível e desumano do sectarismo sindical.

Como praticamos os princípios caros da fundação do PT, princípios que consideramos históricos e completamente atuais, a direita, falso moralista, nunca conseguiu encaixar na Marília a pecha de "corrupta" ou "integrante do sistema"; ou seja, Marília é extremamente petista, como vimos, mas nela o antipetismo encontra uma "vacina" poderosa de uma vida austera e transparente. E mais: como milita com enorme "sentido de igualdade", Marília consegue, como poucos políticos da esquerda brasileira, uma ampla militância voluntária em sua defesa, seja nas campanhas eleitorais seja no governo. É muito raro que pessoas

declarem apenas o apoio individual a Marília, quase sempre elas, como se fossem lideranças familiares, falem "Marília, eu te apoio e minha família está com você".(…) Marília, por incrível que pareça, se tornou uma "outsider" do PT, não porque contrariou as orientações partidárias, mas porque se manteve vinculada às propostas originais de nosso Partido, que continuam profundamente atuais.
Maria Cristina Fernandes, em um longo artigo no Valor Econômico, considerou uma questão de grande alcance político o combate que Marília sempre fez aos privilégios: "O contraponto, diz, também tem que ser estabelecido pelo exemplo. Protagonista do movimento pelo fim da aposentadoria especial dos parlamentares mineiros, insta seus correligionários a se engajar pelo fim de privilégios e verbas indenizatórias no Legislativo e nos demais Poderes. Não tem dúvida de que a iniciativa renderia mais ao PT do que a surrada polarização com o bolsonarismo". Marília, felizmente, mesmo estando sempre ao lado do povo, nunca, nem em Contagem nem em Belo Horizonte, sofreu o detestável "escracho político". Trata-se para nós de uma postura de vida: abominamos o "escracho" seja de direita ou de esquerda. É desumano "escrachar" uma liderança de direita e expondo a um enorme constrangimento os familiares e, em particular, as crianças.

5-MARÍLIA MONTOU, CRITERIOSAMENTE, UMA ESTRATÉGIA DE ALIANÇA DO POVO POBRE COM A CLASSE MÉDIA PARA SE CONSOLIDAR EM CONTAGEM. Quase nada que fizemos em Contagem aconteceu por acaso. Veja só a construção impressionante que fizemos em nossa cidade. Luís Felipe Alencastro, historiador, fez certa vez uma síntese que se tornou uma referência para nós: "O objetivo de toda esquerda democrática é transformar a maioria social em maioria política". Foi isto que aconteceu em Contagem com a nossa companheira Marília Campos. (…) É bom destacar que Marília fez uma transição muito interessante de sindicalista para prefeita, uma trajetória muito parecida com a do nosso presidente Lula. Marília foi sindicalista e presidenta do Sindicato dos Bancários e depois ocupou por três vezes o mandato executivo, como prefeita de Contagem e, agora, foi eleita para um quarto mandato. Um balanço indica claramente que os movimentos sociais, em geral, são mais radicais, mas também, por representarem interesses concretos de segmentos da sociedade, são mais corporativos. Já no Poder Executivo, os administradores de esquerda, em geral, são mais moderados, mas, tendo que atender demandas de toda a sociedade, são também mais universais. Marília se dedicou com muita garra à luta

dos bancários por melhorias salariais, emprego e por planos de saúde e de Previdência, auxílio-alimentação e creche; mas, na Prefeitura, teve que avançar para uma visão mais universal, para atender demandas de saúde, educação, urbanização de toda a população. Ou seja, Marília, como Lula, era mais radical como sindicalista. Como prefeita, ela é mais moderada, mas também é uma líder política mais universal.
Como Marília lançou os fundamentos para uma aliança social mais duradoura da classe média com os segmentos mais pobres da população? Primeiro: ela deu grande prioridade no passado e, agora com mais ênfase, com a boa situação financeira da Prefeitura, às duas políticas de Estado Social de grande responsabilidade do município: saúde e educação; ela reconstruiu a infraestrutura da saúde e está humanizando o atendimento e construiu na educação, por exemplo, o sistema municipal de educação infantil. Segundo: ela busca ampliar ainda mais o "direito à cidade" para todos: na periferia (o maior exemplo é Nova Contagem) ela investiu fortemente na urbanização: saneamento básico, pavimentação, habitação, investimentos em áreas de risco. Nos bairros de classe média, onde muitas pessoas têm planos de saúde e educação privada, Marília investiu numa ampla política de requalificação urbana (praças, parques, pistas de caminhada, academias ao ar livre, revitalização de centros comerciais, etc.).
Veja como a maioria social de classe média e mais pobres sustentou o projeto nosso em Contagem. O PT, até 2002, foi um partido de classe média, representando principalmente, os trabalhadores assalariados urbanos, e Marília, até aquela época, era também uma liderança de classe média. Com Lula presidente, em 2002, o PT chegou às regiões mais pobres do Nordeste e da periferia das cidades do Sudeste; e Marília, eleita prefeita em 2004, também se vinculou à periferia mais pobre. A partir de 2010, especialmente, o PT perdeu a classe média e a população das periferias das grandes cidades do Sudeste. Mas, Marília manteve as bases sociais das duas fases do PT: a classe média e a população mais pobre de nossa Contagem. E isto ajuda a explicar o porquê ela foi vitoriosa para deputada estadual, com grandes votações, em 2014 e em 2018. E mais recentemente, mesmo num cenário de polarização com a extrema direita, nosso projeto mostrou enorme vigor. Marília foi eleita com 51% dos votos, para prefeita em 2020; conseguiu aprovação popular acima de 75% da população, implementou um grande programa de melhoria dos serviços públicos e obras, ampliou o "direito à cidade" para mais bairros e regiões. E, agora em 2024, ela conquistou o quarto mandato em primeiro turno com 60,68% dos votos; com uma virada

histórica nas regiões Nacional e Ressaca onde o PT se tornou maioria pela vez nos mais de 40 anos de nosso Partido.

6-MARÍLIA POLITIZA A GESTÃO MUNICIPAL; ELA É UMA PREFEITA COM FORTE VOCAÇÃO METROPOLITANA E FOI UMA DAS PROTAGONISTAS DO PLANO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DE MINAS GERAIS.

Marília sempre diz que a agenda política de um(a) prefeito(a) deve ser tudo aquilo que mexe com a vida das pessoas que moram nas cidades. Acontece que no Brasil, o Estado Social que temos é repartido em três pedaços; quase todos os serviços públicos têm gestão compartilhada pela União, Estados e Municípios. Até onde tenho informações, na Europa, por exemplo, as funções do Estado Social são muito centralizadas no governo federal e os governos municipais são mais esvaziados na gestão pública. Marília, como parlamentar, vereadora e deputada estadual, como já vimos, sempre abordou a defesa do Estado Social de forma ampla, e, por isso mesmo, seus mandatos sempre se confundiram com o de deputado federal. As bases sociais da Marília sempre valorizaram isso; uma vereadora ou deputada estadual opinar e mobilizar sobre questões do município, do Estado e da União. Esta politização foi fundamental, inclusive, na continuidade da liderança da Marília. No segundo mandato de deputada estadual, de 2015 a 2018, a crise política quase encerrou a trajetória dela devido a uma enorme crise política interna. Foi então que sugeri inflexionar o mandato para as ruas na discussão com a população das reformas previdenciária, trabalhista e do teto de gastos. Fizemos uma histórica agitação de rua, com aulões nas praças de Belo Horizonte e Contagem, Marília participou diretamente das ocupações das escolas pela juventude estudantil; isso revitalizou o mandato e lhe uma nova vitória em 2018.

Marília é uma espécie de "governadora" da região metropolitana. Marília, como prefeita no terceiro mandato, retomou a politização dos seus mandatos e colocou Contagem como protagonista de diversas lutas da região metropolitana, do Estado e do governo federal.(…) Marília Campos, uma prefeita com grande "vocação metropolitana", sempre assumiu funções mais amplas que transcendem a um município, funções típicas de governos do Estado. Veja trechos de um estudo do BDMG: "O Estado tem fundamental papel a desempenhar na economia, nas políticas sociais, enfim, na promoção de ações que possam elevar a qualidade de vida. A questão que se coloca é como o Poder Público deve fazer para alcançar seus objetivos. Às unidades federativas, em particular, essa questão é de mais difícil resposta, haja vista a crise

de identidade vivenciada nos últimos 15 anos. O 'emparedamento" dos estados entre a União e Município é real, pois, em larga medida, a primeira centraliza a arrecadação e o segundo executa as políticas. Mas o Governo Federal, nesse país-continente, não é capaz de reconhecer os desejos da coletividade das diferentes regiões, e os municípios, de todos os tipos e tamanhos, com interesses próprios e locais, não têm habilidade suficiente para executar políticas regionais, principalmente aquelas que abrangem o conjunto deles e que requerem coordenação para alcançarem eficácia. O papel da unidade federativa, portanto, é fundamental. Só ela é capaz e tem legitimidade para coordenar municípios, em especial nas regiões metropolitanas, aproveitando as economias de escala de vários serviços públicos e, o mais importante, incentivando os municípios a investirem coordenadamente nas políticas sociais" (Minas XXI – BDMG).

Veja só: Marília sempre foi uma prefeita com forte vocação metropolitana, assumindo funções típicas do governo do Estado. O Governo Marília Campos teve êxito em uma série de investimentos voltados para a melhoria do meio ambiente, por exemplo, porque articulou as políticas para além das fronteiras municipais. As políticas ambientais têm inegável caráter globalizante, precisam ser planejadas desde o espaço local até o global. São obras metropolitanas por uma razão simples: córregos, riachos, rios ultrapassam as fronteiras de um único município. Assim, muitas políticas ambientais de Contagem tem inegável caráter metropolitano, como obras de saneamento básico, como são os casos daquelas para despoluir a Lagoa da Pampulha e minimizar as enchentes no ribeirão Arrudas; a defesa de um novo traçado do Rodoanel e o novo Plano Diretor que retornou com a área rural do município para preservar Vargem das Flores; a reabertura do Parque Fernão Dias, parque com territórios de dois municípios: Contagem e Betim.

Marília é protagonista no debate da recuperação fiscal de Minas. Mas para além da região metropolitana, Marília encampou lutas do interesse de todo o Estado: articulação para liberação e descarimbamento dos recursos da saúde estadual; defesa de uma ação coordenada das cidades metropolitanas no combate à covid-19; luta por mudanças no ICMS Educação e contra as perdas enormes das grandes cidades; um novo Regime de Recuperação Fiscal – RRF, que preserve os direitos dos servidores e mantenha as estatais mineiras, mas que também viabilize as finanças do Estado e os repasses constitucionais aos municípios. O Plano de Recuperação Fiscal interessa ao Estado, mas é uma política nacional; por isso Marília entrou na seara federal ao cobrar do presidente

Lula, quando ele esteve em Contagem, que ajudasse a resolver a grave crise das finanças de Minas. Como reconhece o deputado do Cidadania, João Vítor Xavier, Marília foi uma protagonista da luta em defesa de uma solução para a dívida de Minas. Eu, José Prata, redigi o documento "Minas precisa de um plano de resgate", que foi apresentado inicialmente no Diretório Estadual do PT; foi entregue à presidente do PT, Gleisi Hoffman, quando ela esteve em Contagem; Marília se posicionou publicamente em torno do assunto por temer a falência do Estado e se articulou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Marília cobrou do presidente Lula que, se não fosse possível um grande desconto na dívida para não impactar o superavit fiscal, que o governo federal parcelasse a dívida em longo prazo para diluir o impacto nas finanças de Minas Gerais. O projeto apresentado pelo senador prevê um forte desconto nos juros e um novo parcelamento em 30 anos, como cobrou nossa prefeita. Acho que este modelo de um governo municipal politizado deve continuar.

7-MARÍLIA NÃO É APENAS UMA LIDERANÇA CARISMÁTICA, COM GRANDE CAPACIDADE DE COMUNICAÇÃO; ELA É UMA LIDERANÇA "POR IDENTIFICAÇÃO", UMA "INTÉRPRETE" E "AMIGA" DO POVO DE CONTAGEM. Marília não se assemelha a uma liderança carismática, nas palavras de Max Weber "uma personalidade individual, em virtude da qual o dotado é separado dos homens comuns e tratado como possuidor de poderes ou qualidades excepcionais sobrenaturais, sobre-humanos". As qualidades de Marília estão mais associadas na "identificação" da população com ela, que a considera ela "gente como a gente". Muitas pessoas consideram Marília uma liderança personalista, quando dizemos que ela tem se mostrado "indestrutível".(…) Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político, fez, em 2016, uma análise e um prognóstico impressionante sobre Lula e a falsos moralistas da Operação Lava Jato: "O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é indestrutível. A direita e a esquerda de nariz torcido evitam reconhecer que a indestrutibilidade de Lula não é propaganda partidária, mas fenômeno sociológico. Lula, o intérprete dos desassistidos, entrará para a história; já os reacionários não terão memória, não terão registro; serão abolidos". (…) Cândido Mendes, em 2006, disse que Lula representa a primeira grande saga de nossa população: "A grande realidade política hoje do país é o que se chamaria esta 'subversiva' popularidade do presidente. É um laço de identidade absolutamente inovador que liga a liderança do presidente a seu apoio, hoje, a saltar inclusive da nucleação do país

destituído que chegou com ele ao Planalto. Enganam-se também os que querem atribuir este sucesso a um carisma do presidente. O impacto de Lula nada tem a ver com uma adesão irracional ou, com a delegação irrestrita de mando a um Messias ou a um enviado, como protagonizou o país, por exemplo, na eleição de Collor". O sociólogo completa: "Trata-se de um fenômeno de um inconsciente coletivo que alguns tolos confundem com um irracional. O segredo de Lula está nesse olho no olho da sua gente e na capacidade sempre de se o reconhecer tal como chegou ao Planalto na primeira grande – e talvez única – saga da nossa população".

O certo é que grandes lideranças marcantes na vida de um povo, como Marília Campos, fenômenos sociológicos na expressão de Wanderley Guilherme, surgem de tempos em tempos, a cada 100 anos alguns afirmam, e quando surgem estas lideranças, as pessoas querem ficar perto, querem abraçar, não querem se desgrudar delas. Milhares de pessoas amam a Contagem "governada pela Marília", porque ela interpreta, de forma rara, "os sentimentos, desejos, emoções e expectativas de sua gente". Daí porque muita gente brinca querendo ela como "prefeita vitalícia" ou, de forma ainda mais exagerada, a qualificam de "prefeita perfeita". Lembro-me muito bem: Marília, quando deputada estadual, ia aos bairros falar para o povo, e ninguém queria ouvir a deputada, todos clamavam pelo "volta Marília". "Não queremos você como deputada, queremos você como prefeita novamente", diziam as pessoas. Brinco com Marília que, enquanto ela viver, provavelmente, ouviremos na cidade o apelo de "volta Marília". Não será fácil a população cedê-la, no início de um quarto mandato, para disputar uma eleição para senadora ou governadora. Não vai ser fácil também suceder Marília: na cabeça da população o(a) ocupante será apenas para "esquentar a cadeira" de prefeito, até a volta dela, como permite a legislação. Impressionante!

Eu gosto muito desta caracterização de grandes lideranças do povo como "intérpretes" dos sonhos e sentimentos da população. Não significa que tais líderes não tenham também grandiosas tarefas como dirigentes para não somente "interpretar" sonhos, mas também para "realizar" sonhos. Veja o caso de Marília. Ela precisou fazer uma complexa de transição de sindicalista para prefeita. Precisou lutar muito para se projetar como liderança na cidade. Enfrentou desafios gigantescos para conquistar os quatro mandatos em tensas disputas eleitorais. Eleita teve que enfrentar uma situação caótica de uma cidade falida e reorganizar as finanças municipais. Eleita também precisou constituir

base de apoio para seus governos e conseguir apoios de governos para implementar políticas públicas e investimentos em nossa cidade. Com as finanças bem arrumadas, teve que se dedicar fortemente à gestão para fazer as coisas acontecerem. Bem avaliada pela população ainda teve que enfrentar nos últimos anos a política de destruição do PT e da esquerda, que buscou reduzir a aprovação popular com um discurso ideológico do ódio e do ressentimento. E Marília foi vitoriosa quatro vezes. Ela é tetra!

Uma cena ontológica na campanha de 2020: Marília se curva diante de um cidadão que se ajoelhou à frente da camionete de som. Na campanha de 2020, que elegeu Marília para um terceiro mandato, presenciei uma cena de arrepiar, que aconteceu na região de Nova Contagem no dia 09/11/2020. Participei de uma carreata na cabine de uma camionete já que a carroceria estava ocupada por Marília e outras pessoas. Foi na entrada do bairro Icaivera que aconteceu uma cena emocionante: um cidadão, com bandeirinha e adesivo bolota nas mãos, se ajoelhou à frente do carro de som. Eu fiquei imóvel diante daquela cena inusitada. Não sabia que a cena tinha sido captada pela nossa equipe de vídeo que estava encima da camionete. Um ou dois dias se passaram e num miniclipe feito por nossa equipe de vídeo, aparecia a cena do cidadão ajoelhado e a reação da Marília, na minha opinião revelou a grande líder popular que ela é. O que impressiona é que a cena dura poucos segundos; sem tempo para pensar Marília reage de forma instintiva. Ela cruza os dois braços e os encosta no peito; se curva diante do cidadão e emocionada diz: "Obrigada gente". Fantástico e revelador! Naquele momento, o que vimos não foi um gesto submisso de um cidadão diante de uma líder populista e autoritária. O gesto de reverência do povo – se ajoelhar diante da liderança – foi respondido pela Marília com um gesto igualmente de reverência ao povo – mãos cruzadas no peito para expressar o amor e a emoção, a liderança se curva em gesto de encontro e humildade. Impressionante!

8-MARÍLIA É, DESDE SEMPRE, ADEPTA DA RESPONSABILIDADE FISCAL; UMA BOA GESTÃO FISCAL "NÃO É UMA RENDIÇÃO" AOS INTERESSES DOS BANCOS, "É UMA CONDIÇÃO" PARA QUE A ESQUERDA TENHA AUTONOMIA PARA IMPLEMENTAR UM PROJETO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Antes mesmo de entrar para a política institucional, Marília Campos já demonstrava grande preocupação com a gestão das finanças públicas. Em 1995, renunciou à presidência do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região por discordar

da expansão das despesas para além da capacidade de arrecadação da entidade. Uma atitude inusitada, considerando tratar-se de um sindicato de trabalhadores. Nós, vinculados à liderança de Marília Campos, sempre consideramos decisivo a defesa do equilíbrio das contas públicas porque, aprendemos também com o filósofo e ex-ministro Roberto Mangabeira Unger, que isso não se trata de uma "rendição" ao mercado financeiro; muito pelo contrário: trata-se de uma condição fundamental para que governos de esquerda ganhem "autonomia" em relação a este mesmo mercado, para que seja possível a implementação de um projeto desenvolvimentista e justo socialmente. Veja o exemplo de Lula: ele só peita o mercado porque conta com reservas polpudas de US$ 370 bilhões de dólares, o que pelo câmbio atual representa próximo de R$ 2 trilhões. Reservas em dólares tem efeitos contraditórios: em momentos mais especulativos o dólar é pressionado para cima o que eleva a inflação, mas, de outro lado, como o governo detém moeda forte, a dívida cai, ou seja o governo não quebra com os ataques especulativos. Reservas em dólares é a maior garantia da estabilidade do câmbio e da boa situação das contas externas do País. Por isso, com Lula, o FMI sumiu de nosso país. Falta agora, aproveitando inclusive a situação favorável do crescimento econômico, para realizar ajustes no arcabouço fiscal para que tenhamos uma trajetória mais tranquila da dívida pública, e para o Banco Central, agora com os indicados de Lula, implementem uma estratégia de redução dos juros no Brasil.

Marília retirou Contagem da falência, atuando de forma coordenada nas receitas, nas despesas, na redução da dívida e na ampliação dos investimentos. O governo Marília Campos tem uma trajetória exemplar na retirada de Contagem da falência. Em 2004, Contagem era a quarta cidade mais endividada do Brasil, atrás apenas de São Paulo, Campinas e Osasco. Como chegou-se àquela situação? Contagem tinha uma estrutura de financiamento muito baseada no ICMS, não tinha o principal imposto municipal, o IPTU, e era um dos cinco municípios brasileiros que ofertava amplamente o ensino médio com cerca de 11 mil matrículas, de responsabilidade constitucional dos governos dos Estados. Na década de 1990, com a desindustrialização, o ICMS de Contagem despencou e a cidade, sem receitas e assumindo serviços que não era de sua responsabilidade, faliu.(…) Marília tomou posse em 2005 e contou com uma ampla ajuda do governo Lula para retirar Contagem da falência. Veja como isso se deu: a) Marília recuperou as receitas próprias, tendo iniciado inclusive a cobrança do IPTU para as residências maiores, e teve ganhos de receitas de transferências com o crescimen-

to econômico da época; b) ela conseguiu um expressivo aumento das receitas e não contraiu novos empréstimos nos oito anos de mandato e, com isso, a dívida, enquanto proporção da receita, caiu de 127% para 47%; c) Marília fez uma grande gestão das despesas e, de forma corajosa, estadualizou o ensino médio; e nisso ela foi favorecida pelo fato de que Contagem só oferecia vagas noturnas, em escolas compartilhadas com o ensino fundamental, e o Estado oferecia o ensino médio diurno, o que era uma preferência dos alunos e das famílias; d) ainda nas despesas, Marília, com uma receita mais expressiva, realizou uma melhoria grande de recuperação da remuneração dos servidores; e) Marília convenceu o governo Lula e Dilma, já que Contagem não tinha capacidade de endividamento, que os investimentos dos PAC 1 e 2 fossem feitos não com empréstimos, mas com recursos do Orçamento Geral da União – OGU; e a petista foi beneficiada também com um convênio com a Copasa, com pequena contrapartida da Prefeitura, com um robusto plano de investimentos em saneamento básico; f) ao final do segundo mandato, em 2012, Contagem saiu da falência, nota de "Gestão crítica", e alcançou a nota de "Boa Gestão Fiscal".

Governos que sucederam Marília também contribuíram na reorganização das finanças de Contagem. No governo do PCdoB que sucedeu Marília, aconteceram avanços também na gestão fiscal: a) no governo Dilma, no final de 2014, foi aprovada uma lei de redução das dívidas de estados e municípios, e Contagem teve uma redução ampla da dívida com a União de R$ 230 milhões para apenas R$ 30 milhões; b) o governo conseguiu junto ao Ministério da Previdência uma nova "segregação de massas" na previdência municipal, que aliviou os gastos com a capitalização da previdência municipal; c) foi definida a volta ampla do ensino médio para 11 mil estudantes, mas, ao contrário do planejado, os estudantes, em sua maioria não voltaram, preferiram continuar no período diurno nas escolas do estado, e o ensino médio municipal ficou com 3.000 vagas, o mesmo tamanho que tem atualmente; d) com as receitas muito exprimidas pela recessão econômica, o governo do PCdoB deu poucos reajustes aos servidores; e) nos investimentos, o governo do PCdoB concluiu muitas obras iniciadas pela Marília na educação, saúde e saneamento básico.(…) No governo do PSDB as decisões de maior impacto foram: a) o retorno do IPTU residencial em 2017; b) realização de empréstimos, que tiveram baixa execução nas obras; c) foi um governo também com poucos reajustes para os servidores.

Marília conseguiu em seu terceiro mandato o selo de "Gestão de Excelência" e implementou um grande plano de investimentos de R$ 1,5 bilhão.

No terceiro mandato à frente da Prefeitura, de 2021 a 2024, Marília conseguiu o selo de "Gestão de Excelência", da Firjan, o melhor resultado dentre as grandes cidades de Minas Gerais: a) as receitas cresceram de forma significativa, com algum crescimento econômico, mas ressalte-se que a inflação alta "colaborou" com o chamado "imposto inflacionário"; um dado negativo, que diminuiu o avanço das receitas foram as perdas com o ICMS, com a lei de Bolsonaro, em 2022, que reduziu as alíquotas sobre a gasolina, energia elétrica, telecomunicações, e, em 2023, com o ICMS Educação aprovado pela Assembleia Legislativa; b) as despesas de pessoal, depois de congeladas durante a pandemia, tiveram uma expressiva recomposição no governo Marília e, somadas com a inclusão das despesas de pessoal de servidores terceirizados determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional, avançaram para mais próximo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal; c) a dívida corrente líquida (dívida bruta menos as disponibilidades de caixa) ficou em patamar baixo; d) e Contagem, com dívida baixa, com recursos obtidos com empréstimos, receitas do Tesouro e de outras fontes, conseguiu implementar um grande plano de investimentos de aproximadamente R$ 1,5 bilhão.(…) Marília, no quarto mandato, tem como estratégias: a) melhorar as receitas, sendo a boa notícia é que o ICMS, já tendo consolidado as perdas do passado, e com a melhoria do VAF, deverá avançar bastante no ano; e tem também a expectativa de o STF rever a lei do ICMS Educação; b) Marília vai continuar fazendo uma rigorosa gestão das despesas, como na educação, onde com a redução do número de alunos se torna imperativo reorganizar as escolas; c) ainda há espaço para contrair novos empréstimos, ainda que não mais nos valores dos últimos anos; d) será feito um enorme esforço para manter os investimentos em patamares elevados para concluir o plano de obras que se encontra em execução e para ampliar fortemente o "direito à cidade" para os moradores de vilas e favelas.

Diversos indicadores confirmam que Contagem vive grande fase desenvolvimentista com Marília na Prefeitura. O IBGE divulga com atraso de dois anos, o PIB dos municípios; o último divulgado é de 2021 e o PIB de 2022 será divulgado somente em 2025. Veja só os valores de 2021 do PIB dos quatro maiores municípios de Minas: Belo Horizonte (R$ 105,829 bilhões), Uberlândia (R$ 43,129 bilhões), Contagem (R$ 36,479 bilhões) e Betim (R$ 33,132 bilhões).(...) Mas veja na geração de empregos de 2021 a 2024 (até outubro) a inversão de posições: Belo Horizonte (166.732), Contagem (37.103), Uberlândia (29.987) e Betim (23.504 empregos); ou seja, Contagem supera em 7.000 empregos

Uberlândia.(...) Outro dado importante: Contagem, no mês de outubro de 2024, com estoque de 230.539 empregos, está encostada em Uberlândia com 235.071 empregos.(...) Outro dado é sobre o VAF, onde Contagem lidera o crescimento nos últimos quatro anos. O VAF é o Valor Adicionado Fiscal, que é a diferença do valor das compras de mercadorias mais energia e insumos necessários para produzir ou comercializar e o valor das vendas. Contagem, no período de 2020 a 2024, lidera o crescimento do VAF com 90%, seguido de Uberlândia com 80%, Betim com 78% e Belo Horizonte com 34%. Todos estes dados podem estar indicando que Contagem, com investimentos maciços da Prefeitura e do setor privado, vive um momento de grande desenvolvimento no governo Marília Campos.

9-IVANIR CORGOSINHO: MARÍLIA ENCARNA O UNIVERSALISMO HUMANISTA EM SUAS POSIÇÕES POLÍTICAS E FILOSÓFICAS E EM SUA TRAJETÓRIA DE VIDA. Em um ótimo artigo publicado no Blog do Zé Prata e do Ivanir, o companheiro Ivanir Corgosinho produziu um texto maravilhoso sobre a prefeita Marília Campos. Ele escreveu sobre uma outra dimensão da Marília, mais transcendental, a Marília vista de um ponto de vista filosófico. Marília ao ler o texto "perdeu o fôlego". Provavelmente o texto do Ivanir vai marcar a vida da Marília para sempre, uma liderança do "universalismo humanista". Para o autor uma marca da Marília é a luta pelo bem comum: "No caso da prefeita Marília, o propósito previamente estabelecido que ela cultiva e que a sustenta no esforço para compor pactos e construir consensos é o bem comum. Marília tem um compromisso taxativo e inarredável, atestado por sua biografia, com um projeto humano universal e com a inclusão social como meios para a promoção do desenvolvimento e do bem-estar coletivo. Este compromisso está filosoficamente incrustado na base de sua visão de mundo, nas relações que estabelece com os moradores da cidade, na sua luta contra privilégios e é, ademais, o que orienta o programa de governo desenvolvimentista e inclusivo que propõe para a comunidade. Trata-se de um compromisso que guarda laços profundos com a identidade que a prefeita mantém com a cidade e seus moradores, assim como manteve, no passado, com outras comunidades. Aqui, é possível evocar o que o filósofo contemporâneo canadense, Charles Taylor, chamou de 'ética da autenticidade', referindo-se à busca por um autêntico que não se pretende original ou inédito, mas, isto sim, se assume como verdade socialmente produzida e legitimada pela influência da vida comunitária e das relações interpessoais na formação da

identidade pessoal. Um autêntico que, portanto, se pretende expressão fiel da vida como ela é, e não um simulacro produzido pelas convenções sociais ou pela política profissionalizada. Em suma, não há nada de monárquico, messiânico, redentor, artificial, publicitário e, enfim, unilateral, na liderança de Marília. As lutas de seu povo são suas lutas e as lutas que, por ventura, ela propõe ao povo, visam o melhor interesse da comunidade. Além disso, Marília tem a consciência que seu 'trono' é passível de crítica e concorrência. Por essa razão, ela não teme, nem se sente desconfortável, com o conflito. Ao contrário, até o incentiva. Marília não hesita em apontar publicamente falhas de seu próprio governo e estimula a auto-organização da população para que reivindique suas demandas junto à administração – atitude que, por vezes, pode exasperar seus auxiliares".

Ivanir fala em seu texto do universalismo humanista: "Não é de hoje, o universalismo e a ideia de comunidade estão sob forte ataque, ao mesmo tempo que ocorre um extenso processo de fragmentação competitiva das relações sociais. Estes fenômenos são decorrentes do advento da chamada globalização, aliada ao neoliberalismo como política econômica. A globalização encurtou distâncias, diluiu fronteiras simbólicas e geográficas, dissolveu velhas identidades e deu margem à expansão da diversidade e do multiculturalismo numa escala jamais imaginada pelas revoluções liberais, às quais devemos o início desta abertura. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo impôs um acirramento impiedoso da concorrência entre os agentes econômicos na luta pelo aumento de suas margens de ganhos e de sua participação na repartição da riqueza socialmente produzida. Em consequência, em lugar de perspectivas ampliadas e ecumênicas nos relacionamentos, de forma a potencializar as possibilidades criadoras da pluralidade dos modos de ser, passamos a conviver com o acirramento da hostilidade entre os grupos numa dinâmica que tem levado à percepção do 'outro diferente de mim' como um inimigo perigoso, e não como mero adversário, competidor ou, quem sabe, um parceiro. Evidência deste fenômeno é a radicalização da preferência das pessoas por se relacionarem apenas quem pensa da mesma forma, encapsulando-se em 'bolhas de opinião confirmativas'. O grande problema é que o 'espírito de confraria', o 'paroquialismo' e o 'corporativismo' que, fatalmente, emergem desse tipo de comportamento, passaram a ser incensados como um tipo de 'tribalismo' ou 'identitarismo' válidos na disputa por direitos e prerrogativas. Assim, cada vez mais, indivíduos e grupos se veem como portadores de identidades claramente definidas e só se identificam com quem seja da

mesma tribo, declarando-se hostis aos demais. Ora, este é o fim do universalismo humanista. O humanismo é uma das mais generosas correntes filosóficas já inventadas. Coloca a dignidade do ser humano no centro de suas preocupações, realçando a igualdade dos indivíduos uns perante os outros, e rechaça, por esta mesma razão, toda forma de obscurantismo, autoritarismo e opressão, defendendo a tese pela qual as hierarquias, como construções humanas, podem ser mudadas e até eliminadas. Já o universalismo é uma ideia fundamental para a promoção da justiça social ao afirmar que ninguém deve ficar às margens do progresso, pouco importam suas origens de classe, seu sexo, etnia, credo, etc. Ambos, o universalismo e o humanismo, são princípios éticos que informam as noções de bem e de justo, sem as quais não é possível um programa de ação que promova a busca da felicidade por todos e por cada um".

Ivanir termina o seu artigo defendendo o resgaste do universalismo humanista: "Não há escapatória para a humanidade. Somente uma ética de alcance universal, fundamentada nos princípios iluministas de liberdade, igualdade e solidariedade construídos no decorrer de séculos que remontam aos velhos gregos e ao cristianismo primitivo, poderá fazer convergir a multiplicidade humana numa mesma "casa comum". Nesta caminhada, é inevitável, lideranças como Marília continuarão a ser escolhidas por seus pares para liderar a grande batalha. 'Ave Caesar, morituri te salutant' (em tradução literal, "Ave, César, aqueles que vão morrer o saúdam", conforme a Wikipédia).

10-ETEVALDO BRITO DIAS, PROFESSOR, DE FORMA VISIONÁRIA, ANTECIPOU A BIOGRAFIA DA MARÍLIA: ELA É "GENTE COMO A GENTE"; É "UMA ESTRELA NO MEIO DA CONSTELAÇÃO". Umas maiores contribuições teóricas da história de Contagem foi dada pelo professor Etevaldo Brito Dias, vinculado à Igreja progressista e apoiador histórico da Marília. Ele, de forma visionária, em um pequeno texto, antecipou a biografia da Marília em um depoimento de apoio da candidatura dela a vereadora em 2000: "Na minha concepção de política, eu nunca engoli esse negócio de paraquedismo eleitoral. Sonho com processo inverso: uma determinada comunidade humana, nas suas lutas pela vida, reconhecendo a necessidade de atuar junto aos organismos de decisão, organiza-se politicamente para ter acesso a tais instâncias e escolhe, entre os agentes mais empenhados aquele(s) e aquela(s) que mais eficazmente possa(m) representá-la perante os quadros políticos instituídos. Não precisa nem dizer que, nesse processo representativo, a pessoa indicada

estará naturalmente sintonizada com as lutas de sua comunidade e terá, na prática, estabelecido com ela um pacto de fidelidade às suas causas. Isso, evidentemente, implica troca permanente de informação, estratégias, mútuo esforço, aprendizado sobre os limites e possibilidades da política institucional, etc. Utopia? Pode ser. Mas esse é o sonho que vejo representado em Marília: uma mulher da classe média, trabalhadora, esposa, mãe, gente como a gente, sensível, incomodada com a podridão que reina neste país, estado e município, indignada como nós com a sujeira e omissão da maioria de nossos políticos. Enfim, uma mulher do meio do povo, que é chamada por sua comunidade, a comunidade de Contagem, a cumprir uma difícil missão: ajudar a passar a limpo a maneira vigente de fazer política, para que a política não continue significando a arte de usar e abusar do patrimônio público em benefício dos próprios interesses ou ainda a arte de enganar o povo, tendo o próprio povo como cúmplice. Marília nunca se impôs como candidata. Foi sempre procurada por grupos de cidadãos comuns, que viram nela uma digna representante. O que fez sempre foi discutir com seus apoiadores o sentido da candidatura proposta por eles e então colocar seu nome à disposição dos projetos políticos e sociais dos grupos solicitantes, apresentando como condição não ficar sozinha como estrela solitária, mas irradiar a sua luz no meio de uma constelação. Eleger Marília vereadora de Contagem é semear a esperança de voltar a acreditar em política como a nobre arte de promover o bem público e a ele se dedicar com o zelo e a garra de quem se vê lutando por um bem imprescindível à vida. Eu acredito em política assim. E você?".(…) Impressionante como Etevaldo antecipou a "biografia" da Marília. Na época, mostrei este depoimento à Marília e ela, de forma emocionada, me falou: "Esta sou eu"; e a Marília de agora é a mesma descrita por Etevaldo.

Veja como Etevaldo antecipou a biografia da Marília. Veja só: a) Etevaldo diz que Marília não brilha sozinha, é uma estrela no meio da constelação; ou seja, é esta característica singular da Marília que desperta um "protagonismo coletivo", que mobiliza as pessoas para tudo o que se faz; que está gerando esta "explosão" de ocupação dos espaços públicos que temos em Contagem"; com Marília ninguém se sente coadjuvante, todos e todas se sentem protagonistas da vida na cidade; b) Etevaldo cravou até mesmo o bordão com o qual Marília é tão admirada em Contagem, "gente como a gente": "uma mulher da classe média, trabalhadora, esposa, mãe, gente como a gente, sensível, incomodada com a podridão que reina neste país, estado e município, indignada

como nós com a sujeira e omissão da maioria de nossos políticos"; c) com Marília ser candidata é um processo social e não pessoal: "Marília nunca se impôs como candidata. Foi sempre procurada por grupos de cidadãos comuns, que viram nela uma digna representante"; eu como marido dela posso comprovar isto, pois quando chega a época de eleição ela quase não comenta o assunto em nossa casa, ela espera pacientemente a manifestação dos segmentos políticos da cidade e da sociedade contagense; d) até o slogan do governo Marília "Trabalho pela vida" parece ter sido antecipado por Etevaldo: "Política como a nobre arte de promover o bem público e a ele se dedicar com o zelo e a garra de quem se vê lutando por um bem imprescindível à vida".

11-MARÍLIA TEM GRANDES QUALIDADES PESSOAIS: ELA "É GENTE COMO A GENTE", É PRÓXIMA DO POVO E TEM "ESCUTA", É AFIRMATIVA, É GUERREIRA, ELA GOSTA DA GESTÃO, E É REPUBLICANA. Uma liderança, como já vimos, não se torna inesquecível como Lula e Marília, que são muito populares depois de mais de quatro a cinco décadas de militância, sem que tenham legado de realizações em seus governos, legados políticos sintonizados com a vontade popular e qualidades pessoais que caiam no gosto da população. Marília se tornou inesquecível e, na expressão de Wanderley Guilherme dos Santos, se tornou uma liderança praticamente indestrutível. Veja as qualidades pessoais de Marília que as pessoas mais admiram.

Marília é "gente como a gente" e faz de tudo um pouco o que "as gentes" fazem. Muitas pessoas ainda não compreendem o que significa Marília ser considerada pelo povo, especialmente pelas mulheres da classe C, "gente como a gente". Muitos afirmam que isto é resultado da presença constante da Marília no meio do povo; isto é importante, mas isto é "presença política". Claro que as pessoas gostam muito da simplicidade da Marília e sua presença na cidade; a mulher austera e transparente que rejeita privilégios.(…) Mas o que as pessoas entendem como "gente como a gente" é a dimensão privada da vida da prefeita. Pessoas comuns não vivem a política por 24 horas como os "políticos profissionais"; provavelmente a maioria pensa em política muito pouco tempo ao longo do dia. Portanto, "gente como a gente" quer dizer que as pessoas se identificam com a liderança que entende dos problemas cotidianos vividos pelo povo, em especial as mulheres. E ser "gente como a gente" é fazer tudo aquilo que "as gentes fazem": cozinhar, fazer doces e bolos, lavar roupa, fazer as compras de supermercado e do sacolão, arrumar a casa, viajar de ônibus para a praia, cuidar dos filhos

e da neta, namorar com o marido; cuidar dos familiares idosos, como Marília faz com a mãe dela, a Silvia; levantar cedo para ir a Academia; acarinhar e cuidar da cachorrinha, a Skae, para quem não sabe é nome da personagem da Patrulha Canina; tomar uma cervejinha, um vinho ouvindo música nos finais de semana; assistir filmes e séries na TV e ir ao cinema nos finais de semana; ler um bom livro; comparecer no jogo do Sada Cruzeiro no Caldeirão do Riacho. Claro que Marília como prefeita de uma grande cidade como Contagem, e as pessoas compreendem isso, não tem uma vida de cidadã comum "na intensidade" dos demais cidadãos e cidadãs comuns. Mas sabem sim que Marília tem identidade com a vida das cidadãs e cidadãos comuns; sabem que o que ela divulga nas redes sociais não é factoide; são coisas bonitas e verdadeiras. Marília me disse, certa vez, e eu não esqueço disso, que no dia em que ela não tivesse a vida de cidadã comum que ela deixaria a vida política. Uma vida política desregrada e alienada, é o caminho mais curto para que Marília abandone a vida política precocemente; o que será uma perda enorme para a esquerda. Por isso mesmo luto muito junto ao governo, amigos e familiares para que Marília tenha mais tempo para a vida privada; o que evidentemente vai dificultar muito ela deixar a vida política. Que dilema fantástico este; ter dificuldade de deixar a vida política por excesso de amor...

Voltando ao título deste item, foi esta vida de cidadã comum, acima de tudo, que blindou a Marília da antipolítica, já que ela tem uma intensa vida política, mas também prioriza fortemente a vida privada, aquelas coisas que fazem parte da rotina das cidadãs e dos cidadãos. Ou seja, a "antipolítica" é uma reação da sociedade à "política tradicional"; acontece que Marília não se encaixa no modelo do político profissional. Uma coisa que me impressiona é o diálogo que Marília tem, sobretudo com mulheres da Classe C, no Instagram, uma mídia social de massas com quase 100 mil seguidores. Quando Marília publica uma de suas bonitas crônicas da vida privada, as pessoas entendem como sendo um momento de diálogo dela com os cidadãos e cidadãs comuns; existe uma enorme impaciência com aqueles que politizam os comentários, que usam aquele momento para ataques a Marília. Já as pessoas de extrema direita se irritam com "tanta gente puxando o saco de político". Impressionante!

Marília é próxima do povo e tem muita "escuta"; faz política "olho no olho" da população. Marília é uma liderança política que não se afasta da vida do povo. Não é do tipo que só aparece em época de eleição, de quatro em quatro anos. Marília se recusa a governar somente nos

gabinetes. Ela está constantemente nas ruas, visitando escolas, inspecionando os postos de saúde, fiscalizando o andamento das obras, ou conversando com moradores, empresários e lideranças para saber o que precisa ser feito para melhorar a vida dos contagenses. Também é em Contagem que Marília faz suas compras, suas caminhadas, pratica sua fé e se diverte. A população, não acostumada com este tipo de prática, sempre pergunta a Marília: "Uai, vai ter nova eleição?". Marília, portanto, nunca foi uma liderança política somente "de Gabinete", ela sempre combinou politicamente as tarefas de gestão nos gabinetes com uma forte presença junto aos cidadãos e cidadãs. Com isso, ao longo do tempo grande parte dos moradores de Contagem tem uma história com a petista, tendo encontrado ela em um bairro, uma escola, uma praça, um centro comercial, na pista de caminhada, no supermercado, na feira, nas portas de fábrica, na igreja e no templo evangélico, nos carros de som, nas visitas ao comércio, no metrô. Marília, portanto, não aparece no meio do povo de forma circunstancial, oportunista e de última hora. Marília é presente de forma permanente, sincera, histórica.
Marília, nesta última campanha, reafirmou seu estilo político, marcado por uma ampla "escuta" das reivindicações e desejos da população. Ela em pelo menos em duas falas em suas caminhadas pelo comércio afirmou que estava na rua não apenas para pedir o voto, mas também para ouvir as críticas, os elogios e "pactuar" com a população os seus compromissos de governo. Em um outro vídeo que teve enorme repercussão nas redes sociais, Marília, em visita ao "Morro dos Cabritos" no Ressaca, ouve com enorme atenção e paciência uma senhora relatar a vida difícil em uma área de risco; a senhora falou da desconfiança inicial que teve com Marília na solução do problema, mas, de forma emocionada, afirma que Marília está fazendo uma obra de contenção que vai possibilitar que ela fique na "casinha dela".
Marília não teme os conflitos, ela adora as "mulheres bravas" da periferia; ela participa, muitas vezes contra a orientação de seu governo, de reuniões tensas nos bairros e seu estilo é sempre o mesmo. Ela abre o microfone para a população, ouve as críticas, e, depois fala não de promessas e sim de compromissos, em resolver as questões reivindicadas pelo povo. Lembro-me daquele que foi provavelmente o momento mais tenso dos mandatos da Marília. (…) Na campanha da reeleição de 2008, Marília em um jipe vermelho foi cercada por quatro lideranças no bairro Darcy Ribeiro, que obrigaram ela a descer até o "buracão", a parte baixa do bairro sem asfalto e não urbanizada. Foi tenso. Marília foi até o local exigido pelas lideranças, abriu o microfone para os

líderes, ouviu críticas duras ao "abandono" do bairro. Ela então pegou o microfone, pediu a uma liderança, um senhor mais velho, que estava com a cabeça baixa que levantasse a cabeça para que ela pudesse olhar no olho dele; pactuou compromisso de se eleita urbanizar o local e, depois de meia hora de conversa, foi "libertada" e saiu do local com o apoio das quatro lideranças. A revolta se transformou em apoio político. Marília venceu a eleição e urbanizou o "buracão" do Darcy Ribeiro. Uma história emocionante!

Marília é uma liderança afirmativa; ela é a "Marilinha paz e amor". Marília, desde sempre, foi uma liderança muito afirmativa; ela é uma guerreira da alegria, do otimismo e da esperança. Marília é uma liderança política sensível, alegre e afirmativa; ela lidera com base nas enormes qualidades pessoais dela e não pelos defeitos dos seus adversários.(…) A linha da política super afirmativa ganhou "bases teóricas" nasceu de uma observação nossa da campanha de Lula em 2002, o "Lulinha, paz e amor". Na comunicação tradicional temos: a oposição critica e ataca quem está no governo, para tentar desconstruir o governante, foca portanto na campanha negativa; o governante adota uma postura afirmativa mostrando o que fez no seu mandato e defende a continuidade; ou seja faz a campanha afirmativa, positiva. Na campanha de 2002 de Lula, o publicitário do petista, Duda Mendonça, inverteu esta lógica formal. Ele partiu do seguinte pressuposto: se o governo está mal avaliado, como estava FHC, a oposição pode inverter a lógica de campanha, assumindo uma postura propositiva e deixando a campanha negativa para o governo. Isto faz todo o sentido: se o governo é mal avaliado, a oposição, se fixa em uma campanha negativa, acaba subestimando a vontade popular que quer mudança. Daí é que surgiu o "Lulinha, paz e amor", de 2002, que foi fundamental para a ampliação de sua base social, para reduzir a rejeição à esquerda e para garantir a vitória política e eleitoral. Ou seja, Lula adotou uma campanha afirmativa, esperançosa, de falar do futuro, deixando a campanha negativa, desgastante, para José Serra defender FHC de um mal governo. Aplicamos em Contagem na campanha de 2004, de forma radical, a linha afirmativa de campanha. Fizemos uma crítica impessoal à situação da administração municipal, mas nunca citamos, uma única vez, o nome de nossos adversários em nossos folhetos de campanha e Marília nos carros de som também os desconheceu; criamos a "Marilinha", uma versão feminina do "Lulinha, paz e amor", que virou um meme na cidade, em particular junto às crianças; no segundo turno adotamos como slogan "Agora é Marília", também uma adaptação da campanha

de Lula. Na campanha pela reeleição de 2008, mantivemos a mesma linha afirmativa de 2004, mas agora em uma situação inversa, como governo.

Na campanha de 2020, novamente na oposição, retomamos, com um banner, o estilo "paz e amor": "Marília é 100% afirmativa; ela não xinga e não desconstrói os seus adversários, ela os ignora. É assim que Marília fez sua trajetória em Contagem. Em vez de ser "anti" alguma coisa, ela sempre se posicionou "a favor" da Contagem que queremos. Mais do que se "opor", ela "propõe" e apresenta propostas concretas que atendam aos anseios dos(as) contagenses. Mais que "denunciar", ela "anuncia" novos tempos para que Contagem continue sendo uma cidade bonita e vibrante. Ao invés do "ódio" ela celebra a "vida", com amor, diversidade, justiça social e democracia".

Na eleição agora de 2024, ela esqueceu a oposição, e reafirmou de forma radical o sentido afirmativo da política. Marília, prefeita com amplo apoio da população, esteve mais alegre e afirmativa do que nunca: ela vibrou com o maior plano de investimentos dos últimos 40 anos em Contagem, que melhora a vida da população; ela abordou, de forma corajosa, o que ainda precisa ser feito na cidade; e esbanjou alegria e bom humor nas "entregas" de obras, serviços à população e nas festas na cidade.

Marília só é reativa quando se sente muito injustiçada. Marília, agora no governo, raramente adota posições reativas. Todos sabemos que ela não se importa com as críticas; ela até mesmo, nos contatos com a população, assume o papel da oposição e reconhece os problemas da cidade: os buracos nas ruas, defeitos nos postos de saúde, a precariedade do transporte coletivo. E no governo e na esquerda, Marília gosta de pessoas de opiniões firmes e não aprecia o "puxa saquismo". Marília reconhece também a autonomia que devem ter os sindicatos em relação aos governos, mesmo os de esquerda, porque não tem sentido o "o sindicalismo chapa branca", e não tem problemas que se tenha contradições entre sindicalistas do PT e governos do PT, por exemplo. Mas ela deixa claro que "o sindicalismo não pode ser governista" e "o governo também não pode ser sindicalista" porque o governo deve ser para todos e todas e não apenas para os filiados de sindicatos.

Marília é guerreira e não manda seus soldados(as) sozinhos(as) para a guerra; ela os lidera no campo de batalha. Uma das tradições mais bonitas do grupo político liderado pela Marília foi a redução da distância entre teoria e prática; entre "teoricistas" e "praticistas", como nós dizíamos. Sempre convidamos os "praticistas" para a teoria com

um turbilhão de estudos, textos, cartilhas (não conheço no Brasil nada parecido) e os 'teoricistas" sempre eram convidados para ir às ruas. Marília sempre foi uma liderança muito culta, lia tudo, tudo mesmo, que era produzido; eu sempre digo para meus amigos, que não sei quantas pessoas leram minhas publicações, mas eu sei que uma pessoa muito importante, a Marília, leu tudo o que eu escrevi nos últimos 40 anos. Marília, ao mesmo tempo que valoriza a teoria, também sempre encabeçou seus mandatos nas ruas, como faz até hoje. Ela, como os heróis da antiguidade, não manda seus soldados(as) sozinhos(as) para a guerra, ela os lidera nos campos de batalha. Claro que uma estratégia afirmativa sempre se sustentou nesta combatividade nas ruas de nossa cidade.

Pois bem, eu que sempre falei para públicos mais homogêneos em locais fechados, "amarelei" na campanha de 2008. Há 15 dias daquela eleição saiu uma pesquisa dando vitória ao tucano no primeiro turno. Eu desesperei; sentei com a Marília, que estava repousando, e dei a péssima notícia para ela. Ela me falou: "Me sinto como uma náufraga no mar; posso morrer afogada ou lutar e nadar até a praia e sobreviver. Eu vou lutar". Ela tinha um compromisso em Nova Contagem, me convidou, eu dei uma desculpa esfarrapada e não fui com ela. Ela lutou no resto da campanha, trouxe de Nova Contagem a frase dita por uma senhora, que se tornou nosso slogan intimista na reta final: "Ela merece continuar". E ela venceu. Foi a maior vergonha que passei em minha vida. Passada a campanha escrevi uma revista, onde afirmei: "Marília renasceu politicamente". Nos anos seguintes, me preparei para resgatar a admiração de Marília por mim. Em 2012, liderei nas ruas de Nova Contagem, junto com outros companheiros, a campanha petista, única região em que vencemos a eleição. E nos mandatos de deputada da Marília, nos momentos mais dramáticos do antipetismo, assumi uma posição de grande combatividade para "empurrar" os mandatos para as ruas e me transformei num orador de rua, como nos inesquecíveis aulões sobre a reforma da previdência na Praça Sete e na praça do Iria Diniz. Acho que recuperei a admiração de minha mulher!

Marília é cautelosa e ousada, por isso agrada aos moderados e aos mais radicais. Desde quando comandou o Sindicato dos Bancários, Marília demonstrou uma qualidade rara: é, ao mesmo tempo, cautelosa e ousada. Nas lutas sindicais ela se destacava pela combatividade nas mobilizações para as greves; mas quando chegava a hora difícil que era convencer a militância, às centenas e milhares, a encerrar a greve era ela uma das lideranças que também se destacava na moderação e no

convencimento, sempre muito difícil, de encerrar o movimento muitas vezes com contrapropostas distantes do que reivindicávamos. (…) Portanto, Marília tem uma enorme capacidade aglutinadora, pois ela é, a um só tempo, cautelosa e ousada, guerreira e afirmativa, conseguindo com estas posições dialogar com setores mais moderados e mais radicais da sociedade. A petista é cautelosa e prudente quando a situação política assim o recomenda, mas é ousada quando a situação recomenda acelerar o passo da história; não é vanguardista ficando além da capacidade de luta da sociedade mas também não é de ficar na retaguarda quando as possibilidades de avanços políticos e sociais são uma possibilidade concreta. Sabemos que todas as pessoas combativas e guerreiras quase sempre são reativas e antipáticas, mas Marília consegue ser guerreira e afirmativa a um só tempo; é uma guerreira da esperança!

Marília tem apetite pela gestão; ela gosta de ver "as coisas acontecerem".

Diferentemente de muitos líderes políticos, Marília tem "apetite" pela gestão, gosta de ver "as coisas acontecerem". Sua capacidade gestora, sempre brincamos, é uma herança da Sílvia, mãe dela, que tem como um dos princípios de gestão da casa: "Guardo o que comer, mas não guardo o que fazer", ou seja, Marília "não deixa nada para depois". Marília não é voluntarista com as finanças públicas, ela sabe que uma boa gestão financeira, com muitos recursos para os investimentos, é fundamental para atender aos anseios da população; Marília se reúne com as secretarias regularmente para dar balanços das atividades e planejar novos investimentos; cobra que os prazos para as entregas das obras e investimentos, sejam respeitados, como ela faz nos atos das "ordens de serviço"; "aperta" até mesmo as empresas em contatos diretos para que não atrasem as obras. Ela não deixa nada para depois, se está circulando de carro pelas ruas e vê alguma coisa errada liga de imediato para os secretários(as) responsáveis. E Marília criou os Comitês de Políticas Públicas para reunir as áreas afins do governo e integrar as atividades que estão separadas em secretarias mas que precisam ser planejadas conjuntamente. Documento da Prefeitura expõe os objetivos dos Comitês: "O objetivo geral é efetivar as políticas públicas integradas, estabelecendo diretrizes que promovam a transversalidade, intersetorialidade, planejamento, monitoramento e avaliação, com vistas a traçar uma linha da qualificação dos gastos, mobilização social/controle social da administração pública municipal". São cinco Comitês Setoriais: Comitê de Gestão; Comitê de Políticas Sociais e de Desenvolvimento Local; Comitê de Políticas Urbanas; Comitê de Gestão da Tecnologia da

Informação e Inovação e Comitê de Coordenação Orçamentária e Administração Financeira — CCOAF". Marília, na gestão, se esforça para romper com a verticalização e despolitização da administração pública, muito dividida em "caixinhas setoriais", e sempre lembra à sua equipe que as políticas públicas não são políticas apenas de secretários, secretárias e de secretarias — são, acima de tudo, "políticas de governo". Claro que a gana pela gestão da prefeita é cada vez maior com muitos recursos, cerca de R$ 1,500 bilhão, que seu governo tem para investimentos e ela trabalha, de forma compacta, para implementar seu plano de obras, além das inovações nas políticas públicas.(…) E quase todos os dias metade do tempo, Marília faz a gestão nas ruas, visitando equipamentos, reunindo as comunidades.

Marília é uma liderança republicana; ela garante recursos com Lula, Zema, senadores e deputados(as). Marília é uma liderança democrática e republicana. Terminada a eleição, ela desmonta o palanque e busca, com diálogo e diplomacia, amplas parcerias para investimentos que melhorem a vida em nossa cidade, independentemente de partidos, crenças ou ideologias. Com o governo Lula, por exemplo, a prefeita conseguiu financiamento para avenida Maracanã e o programa Asfalto Novo. Com Romeu Zema, Marília conseguiu recursos para investimentos em drenagem e construção de bacias de detenção na região do Riacho, e da Copasa em saneamento nas regiões Ressaca e Nacional, na Bacia da Pampulha.(…) Deputados e senadores também ajudam muito. Por razões de espaço, não podemos citar nominalmente todos os que nos apoiam e têm garantido recursos para Contagem. Ao todo, são três senadores (especialmente o senador Rodrigo Pacheco), 29 deputados federais e 38 deputados estaduais do PT, PV, Rede, PSOL, Novo, PSB, PL, Republicanos, PCdoB, PSD, PROS, PSDB, MDB, Cidadania, Patriota, Solidariedade, PDT, PP, PRD, Podemos e Avante. Foi com esta visão democrática e republicana, de colaboração com os governos federal e estadual, que Marília conseguiu tirar Contagem da falência nos seus dois primeiros mandatos, e transformar a cidade numa referência na boa organização das finanças, nos avanços nas políticas públicas e no bom desenvolvimento econômico.

O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PT CONTAGEM DEVE SERVIR DE INSPIRAÇÃO PARA MINAS E O BRASIL

JOSÉ PRATA ARAÚJO

O PT foi fruto da confluência de segmentos sociais e ideológicos bastante diversos: sindicalismo combativo que construiu a CUT; setores progressistas da Igreja Católica, como os adeptos da Teoria da Libertação; partidos de esquerda clandestinos mais à esquerda; setores importantes da intelectualidade, dentre outros segmentos sociais. Depois de muitos desencontros, uma resolução partidária exigiu corretamente a "diluição" das organizações políticas autônomas no partido e, para garantir a pluralidade, formalizou a existência de tendências.(…) Mas isto resultou em um modelo de organização muito problemático: a) verticalização por tendências, onde quem não pertence a uma tendência não tem identidade partidária, e é considerado "independente". Eu, como "independente", sempre brinco com meus amigos: "Se eu sou independente, então o PT é uma federação de partidos e eu sou um filiado avulso na federação"; b) dificulta o debate de ideias já que, ainda no processo de formulação, existe uma unidade de ação dos membros das correntes e as resoluções finais são fruto de acordos de cima para baixo e não resultado do debate aberto e competitivo nos plenários dos encontros e congressos; o PT, mesmo sendo um partido de mas-

sas, nunca teve grandes "viradas" em seus encontros e congressos; c) as composições partidárias se deram muito no plano institucional, nos diretórios, porque ali se encontra decisões fundamentais, como a definição de candidaturas, finanças, participação nos governos, dentre ouras atribuições; mas nos movimentos sociais, que não tem a atratividade institucional, o PT nunca chegou a se compor como partido; as correntes são autônomas e atuam sem mediação partidária. Com isso, as lutas sociais deixaram de ser "assunto de partido" e raramente, ou quase nunca, foram pautadas nos encontros e congressos partidários; assuntos "partidários" pautados nos congressos são: discussão de estatuto; definições do perfil ideológico do partido; táticas eleitorais; resoluções sobre conjuntura; d) as secretarias setoriais foram completamente esvaziadas por não terem o que coordenar, já que não existe partido organizado e unificado nos movimentos sociais. Esta organização partidária "meio Frankenstein" não impediu o forte avanço do PT nos momentos de ascenso das lutas sociais, mas nos últimos anos vem impedindo a renovação e revitalização da vida partidária.

1-NO FINAL DA DÉCADA DE 1990 OPTAMOS POR UMA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MAIS PLURAL COM A CARA DO PT. Marília foi uma das fundadoras do PT, e até 1996 esteve vinculada aos movimentos sociais – movimento estudantil em Uberlândia e movimento sindical bancário em Belo Horizonte. Nunca atuamos como partido nos movimentos sociais; o PT se dividia em correntes sindicais e éramos da "CUT pela Base", que polarizava com outra grande corrente petista – a Articulação Sindical – no sindicalismo bancário e no movimento sindical de um modo geral. Esta experiência sempre foi muito traumática porque impedia a unidade dos petistas que agiam como adversários nas lutas sociais.(…) Marília iniciou sua trajetória na política institucional – vereadora, deputada e prefeita – em 1996, quando disputou pela primeira vez um cargo público, candidatando-se pela primeira vez a prefeita de Contagem. Este início de uma nova militância política se deu também com a adoção de um modelo de organização diferente pelo adotado pelo PT. Ao invés da militância em tendências, ela optou por uma militância mais horizontal em articulações políticas mais plurais, que reuniam pessoas de diversas orientações políticas no PT. Seus mandatos de vereadora, deputada e prefeita se confundiram muito com o próprio PT de nossa cidade.(…) Marília nunca transformou seus mandatos em instrumentos de substituição da vida partidária; não realizou filiações em massa em Contagem ou em qualquer outra cidade; e sempre foi

minoritária no PT municipal, onde as chapas que apoiava nunca passaram de 200 a 400 votos nas prévias, número compatível com o acúmulo político que se tinha na cidade.(…) O PT precisa rever o seu modelo de organização: a realidade do nosso Partido em quase todos os locais é de esvaziamento das correntes políticas substituídas por mandatos parlamentares; o partido está extremamente esvaziado politicamente, sem diálogo com lideranças políticas e sociais importantes; a formação e a comunicação tem enormes desafios, que não estão sendo enfrentados; o Partido não tem teoria nem unidade para adotar uma política de reconstrução dos movimentos sociais. O partido já está sendo atropelado com a constituição de coletivos identitários e/ou temáticos, semelhantes ao PSOL, que tiveram vitórias importantes em diversas Câmaras Municipais de cidades do Brasil.

2-O PT QUE QUEREMOS – POLITIZADO, PLURAL E DE BASE – ESTÁ RENASCENDO EM CONTAGEM; TRATA-SE DE UMA EXPERIÊNCIA QUE DEVE INSPIRAR O PT DE MINAS DE MINAS E DO BRASIL. O PT Contagem nunca esteve destruído; foi sustentado por alguns abnegados companheiros e companheiras durante anos. Não é fácil sustentar as instância partidárias, que não contam com recursos financeiros e tem poucas lideranças nas direções partidárias. Um único mandato de vereador é, em Contagem, dezessete vezes maior do que um Diretório Municipal, por exemplo; quando somos governo quase todos os quadros políticos vão para o governo e sobra pouca gente para tocar o Partido. Nossa nova construção partidária tem sido diferente porque mais unitária e com projeto global para o nosso município; porque conservou lideranças importantes nas direções partidárias; porque conseguiu, aos trancos e barrancos, reorganizar as finanças partidárias e porque propôs e encaminhou um plano de reconstrução que empolgou os filiados e simpatizantes de nosso Partido. Nossa nova construção partidária começou na campanha de Lula em 2022, quando fomos para as ruas no primeiro e segundo turnos; e com as propostas de reorganização do PT Contagem baseadas em cinco eixos: trabalho de base; formação política; comunicação; partido como espaço do encontro e da confraternização e reorganização das finanças. Temos em Contagem diversas correntes partidárias. Vai aqui o meu reconhecimento a todas elas, em especial aos companheiros e companheiras da corrente Tribo, vinculada historicamente à Igreja Progressista, coordenada em nossa cidade pelo presidente do PT, Adriano Boneco, pelo deputado federal Miguel Ângelo, e pelo vereador José Antônio, que acolheram nossas propostas

de construção do PT que, junto com outras experiências históricas, tem retomado a construção do PT que queremos – politizado, plural e de base, uma experiência que deve inspirar o PT de Minas e do Brasil. E foi o companheiro Ramon Santos, com seu jeito polêmico e sem "papas na língua", o principal inspirador da unidade do PT Contagem. Veja um breve resumo de nossas experiências:

a)Fortalecimento da direção partidária, incorporação dos simpatizantes na vida partidária, partidarização dos mandatos parlamentares e aproximação do PT Contagem da prefeita Marília Campos. Uma realidade em todo o Brasil é o enorme enfraquecimento das direções partidárias. Nas cidades onde somos governos então não sobra quase ninguém para "tocar" a vida partidária. O que fizemos em Contagem? De comum acordo a direção do PT – Diretório e Executiva – montamos uma Coordenação consultiva (ou Executiva ampliada) para além da direção partidária, incorporando representantes da Executiva Municipal (Adriano Boneco, Alexandre Ribeiro, Josinea Marprates, Adilson Dutra), petistas importantes do governo Marília Campos (Fernando Lopes, João Alves, Ramon Santos), e três dos principais formuladores políticos do PT Contagem (Eu, José Prata, Ivanir Corgosinho e Rodrigo Paiva). Esta Executiva Ampliada ficou muito masculina porque as principais lideranças mulheres foram para a linha de frente da batalha eleitoral, que teve 70% da chapa petista representada por elas. Passada as eleições vamos compor as instâncias de direção com maior paridade de mulheres e homens. Temos trabalhado de forma muito construtiva e com decisões consensuais; quando não tem consenso, o que é raro, remetemos o tema para a direção partidária decidir. Nosso método é o "consenso progressivo" e não me lembro de nenhuma divergência irreversível que tenha sido remetida às instâncias partidárias para dirimir divergências. Somos de correntes e segmentos diferentes dentro do Partido, mas em Contagem trabalhamos nos últimos anos com uma sólida unidade, o que contribuiu muito para a construção partidária, para o sucesso do governo Marília Campos e para a vitória de nossa prefeita em primeiro turno.(…) Outra diretriz fundamental tem sido, além dos petistas filiados "de carteirinha", uma ampla incorporação na vida partidária dos simpatizantes, em plenárias e reuniões não deliberativas, mas baseadas em decisões consensuais. Vamos lançar uma campanha de filiação partidária para incorporar mais organicamente ao PT Contagem dezenas de ativistas que participaram de nossas atividades.
Estamos conseguindo também em Contagem partidarizar os manda-

tos parlamentares; nossos vereadores(as) se integraram no plano de reconstrução partidária e marcaram uma forte presença na reestruturação dos Setoriais, na construção das regionais do PT e nas plenárias partidárias. Mudamos em nossa cidade o padrão das campanhas eleitorais no primeiro turno, que quase sempre tem campanhas de rua massiva somente dos candidatos proporcionais, e conseguimos colocar como centralidade da campanha de rua já no primeiro turno da campanha majoritária de Marília Campos. Passadas as eleições, em uma histórica plenária de avaliação da nossa vitória, foi emocionante ver nossos representantes eleitos reconhecerem publicamente que seus mandatos são partidários, que ninguém foi eleito sozinho tendo atingido o coeficiente eleitoral e todos os nossos candidatos e candidatas, que não foram eleitos foram citados nominalmente e tiveram o reconhecimento público da prefeita Marília Campos.(…) E conseguimos também, um fato raro no Brasil, um amplo reconhecimento do governo e da prefeita Marília Campos ao PT Contagem, pela capacidade de formulação, pela reorganização partidária e pela contribuição na construção da Frente Ampla. Marília sempre foi muito presente na vida partidária e, agora vitoriosa para o seu quarto mandato, confere um empoderamento sem precedentes no Brasil aos partidos da Frente Ampla e ao PT de Contagem, que serão os responsáveis pela indicação de todos os representantes partidários no seu governo. Os vereadores da base terão protagonismo na formação do governo, mas isto terá que ser feito nas instâncias partidárias.

b)Organização de base. PT Contagem reuniu, em 2023, 3.400 pessoas no seu processo de reorganização: Setoriais, Direções Regionais e outros eventos. O PT Contagem conseguiu reunir 3.400 pessoas – filiados e simpatizantes – em nossos encontros. Foram 1.100 em nove reuniões setoriais (Assistência Social; Trabalho e Economia Solidária; Saúde; Educação; Cultura; Direitos Humanos, uma promoção conjunta das Mulheres, Igualdade Racial, Jovens e LGBT+; Comunicação; Meio Ambiente; Direitos Animais). Reunimos 730 pessoas nos oito encontros regionais (Eldorado, Sede, Industrial, Riacho, Petrolândia, Vargem das Flores, Ressaca, Nacional). Reunimos outras 1.550 pessoas em outras atividades: lançamento da revista do PT, Lançamento do livro de crônicas do José Prata; e primeira edição do Boteco. Os dois principais saldos foram a constituição de Grupos de WhatsApp (são 20 grupos, com 1.110 pessoas) e constituição de coordenações de base (em oito Regionais e quatro Setoriais).

Os encontros foram muito bem organizados, com ampla convocação nas redes sociais, locais amplos e com um mínimo de conforto, lanches para os participantes.(…) Não foi somente o número de pessoas presentes nas reuniões dos Setoriais e Regionais que impressiona. As reuniões começaram com pequenos atrasos muito próximo ao horário da convocação; elas duraram, em média, duas horas, com metade do tempo para palestrantes e metade para as pessoas presentes se manifestarem; as reuniões começaram cheias e terminaram cheias e sem a tradicional dispersão que temos na esquerda. Tivemos boas palestras e boas intervenções das pessoas das plenárias. Na esquerda a tradição é as reuniões nem bem começam e já se inicia a dispersão das pessoas; quando os palestrantes terminam suas falas aí então é que sobra quase ninguém para ouvirem as intervenções das pessoas de base. É esta politização que explica todas aquelas fotos de final de reunião, com um grande número de pessoas. Nos meus 50 anos de militância nunca vi algo parecido; praticamente todos e todas as presentes nas reuniões posando para a foto ou vídeo final para divulgação nas redes sociais.

c)Formação política. Na formação, o maior destaque foi a revista "Contagem está feliz com Marília" e um Blog que debate a nossa Cidade. Em Contagem, temos uma tradição de realização de estudos sobre nossa cidade nos aspectos econômico, social, urbanístico, administrativo e financeiro; Marília, quando deputada, publicou três edições de uma cartilha sobre nossa cidade e, além disso, temos uma ampla sistematização, em quatro revistas, dos dois mandatos da petista (2005 a 2012). Agora, o PT Contagem retomou esta tradição de estudos sobre a nossa cidade com publicações de peso: a revista "Contagem está feliz com Marília", com 166 páginas e 2.000 exemplares; o caderno "Marília aqui e Lula lá", com um completo balanço das eleições de 2022.(…) E temos em Contagem uma experiência pioneira no Brasil: o Blog do Zé Prata e Ivanir, publicado semanalmente, que se tornou uma referência do debate sobre nossa cidade, com 5,7, 9 artigos semanais, de militantes de Contagem, com análises e formulações sobre a realidade econômica e social de nossa cidade; mantido o ritmo teremos mais de 200 artigos ao longo do ano sobre Contagem.(…) No ano de 2024, a prioridade ao debate programático para a nossa candidatura à Prefeitura. Destaque para o projeto "Roda de Conversa", que realizamos para debater o programa de governo da candidatura de Marília Campos. Os dois responsáveis pelo balanço de governo e pelo programa foram dois militantes do PT: José Prata e Ivanir Corgosinho.

d)Na comunicação definimos pelo lançamento do boletim "Nossa Voz", com uma ampla tiragem; faremos os "Mutirões de Base". Nos dois últimos anos – 2022 e 2023 — realizamos duas campanhas nas redes sociais em defesa do governo Marília Campos, sendo uma campanha com o eixo "O jeito PT de governar faz Contagem melhorar" e a mais recente com o eixo "Contagem está feliz com Marília"; lançamos também o "Boletim do PT Contagem" para socializar para "dentro do Partido" as nossas propostas e realizações partidárias.(…) Temos uma tradição em Contagem de trabalhar com um mix amplo de comunicação: mídias sociais, jornais, carros de som, megafones, adesivos, etc. Somos a esquerda das redes sociais, mas também das ruas. Lula, representando uma posição bastante consensual no Partido, propôs uma revalorização das origens do PT: "É preciso percorrer de novo o Brasil, ocupar as ruas, conversar com as pessoas nos bairros, igrejas, locais de trabalho, movimentos sociais, universidades". Mas como retornar às ruas, de mãos vazias, sem um boletim ou jornal, apenas no gogó? O PT precisa revalorizar as mídias tradicionais, que nos permitem divulgar nossas posições e políticas "olhando no olho das pessoas". Por isso, o PT Contagem vai lançar o boletim "Nossa Voz" para a realização de grandes mutirões de base nas oito regiões de Contagem; tivemos que adiar o lançamento do nosso jornal de massas devido a recomendações de nossos advogados que este tipo de publicação em ano eleitoral poderia gerar problemas jurídicos. Veja o que aconteceu com o próprio Lula no segundo turno em 2022: a coordenação priorizou gastos somente com TV, Rádio e Internet e deixou milhares de militantes em todo o Brasil, sem boletins, bandeiras, adesivos. Um absurdo!(…) Na comunicação temos em Contagem uma experiência que deveria servir de exemplo para o PT de Minas e do Brasil: os perfis individuais da Marília no Instagran e no Facebook, vinculados e mantidos pelo PT Contagem, não se resumem a uma comunicação somente virtual; Marília mantém sua trajetória de militância de rua, ela não é uma prefeita somente de Gabinete, mantém uma agenda também quase diária nas ruas e nos equipamentos da Prefeitura e, em vez de gravar vídeos em Gabinetes e Estúdios, ela traz as demandas, conversas, e emoções das ruas para as redes sociais. Ou seja, Marília combina vivamente a comunicação de rua e virtual nas redes sociais.

e)No partido da confraternização avançamos muito com a inauguração do Boteco do PT Contagem, que é um enorme sucesso. Nosso pessoal da

Juventude do PT estava certo: o Partido da Confraternização que está virando o PT Contagem vai contribuir demais em nosso projeto político. A primeira edição do Boteco foi um sucesso, onde as alternativas que criamos – jogos de sinuca e totó, música ao vivo – relaxa mais o pessoal com entretenimento e com menos "despachos políticos". Veja o lançamento do livro meu, José Prata, "A maravilhosa matemática do amor": foi uma noite diferente, um ato lúdico de celebração do amor e das famílias, de todas as famílias. Não teve mesa política, nem discursos, nem citação das autoridades e lideranças presentes; foi, como na música de Ivan Lins, "somos todos iguais nesta noite". Nosso boteco tem música ao vivo, com a presença voluntária dos artistas de nossa cidade. E temos outros mimos para garantir a presença das pessoas mais pobres: uma porção de feijão-tropeiro e refrigerante de graça; cerveja é paga. (…) Por isso vamos apostar muito na consolidação do Boteco do PT Contagem, como um grande espaço do encontro da militância partidária.(…) Partido como espaço do Encontro também precisa consolidar as creches para a militância, uma proposta sempre lembrada na esquerda e nunca realizada.

f)Nas finanças conseguimos alguns avanços que nos permitiram garantir o funcionamento mínimo do PT Contagem. O companheiro José Dirceu, um grande estrategista da construção partidária, afirmou, com razão, que não tem como reorganizar o PT pela base sem que todos os diretórios tenham uma estrutura mínima, como uma sede por exemplo. Nas finanças conseguimos realizar uma cotização para o pagamento da revista sobre o governo Marília Campos, ampliamos o número de filiados contribuintes de nosso partido, o que possibilitou algumas melhorias na sede, que tem agora um espaço para reunião de mais de 200 pessoas, a garantia do pagamento em dia do aluguel, água, luz e outros gastos básicos, além de uma infraestrutura mínima para os nossos encontros, como lanche, mesas e cadeiras.

g)Lançamos o debate em Contagem de uma reorganização dos movimentos sociais com a recuperação do sindicalismo e com uma atuação mais unificada nestes movimentos. Um partido de esquerda como o PT não pode ser um fim em si mesmo; viver apenas para o debate interno. Sua função é militante, é lutar pelas transformações políticas, econômicas e sociais na sociedade. Mudar o PT Contagem de patamar significa um projeto ambicioso de luta para que as grandes conquistas de nosso governo sejam apropriadas pela população, contribuindo, portanto,

para mudanças profundas na cultura política de nossa cidade; uma Contagem democrática, solidária e antifascista.(…) Assim, os Setoriais e as Regionais do PT devem se engajar nas lutas sociais em nossa cidade. Em um primeiro momento, e isto foi muito importante, nossas reuniões visaram politizar nossa representação no governo Marília Campos. Agora precisamos avançar ainda mais; devemos buscar a vinculação com todas as formas de movimentos sociais já existentes na cidade; tais como sindicatos, ONGs ambientais, movimentos culturais, associações de bairro; e também nos conselhos de participação popular do município; etc. Outra forma militante é a militância partidária, por exemplo, a distribuição do Jornalzinho do PT, que lançaremos neste primeiro semestre. (…) Nas reuniões dos Setoriais iniciamos a "elaboração de teorias" para os movimentos sociais. É preciso superar os micromovimentos sociais e apostar em movimentos mais potentes. A realidade que temos hoje é uma enorme fragmentação dos movimentos sociais; vinculados a partidos, tendências, ou cidadãos e cidadãs de um modo geral; muitas vezes movimentos sociais são criados por cinco a dez ativistas. No Setorial dos Direitos Animais, o que polarizou o debate, contando com ampla concordância, é a necessidade de criação de movimentos sociais mais amplos em nossa cidade. Em lugar de micromovimentos sociais ambientais, de mulheres, igualdade racial, defesa animal, juventude, é preciso envidar esforços para a unificação destes movimentos para torná-los mais potentes. Foi proposto concretamente uma grande articulação em Contagem para a unificação dos petistas e de outros setores progressistas da sociedade em torno de movimentos sociais mais amplos e potentes.(…) O principal movimento social, que é o sindicalismo, precisa ser recuperado politicamente. É fundamental discutir a reforma trabalhista e a reconstrução dos Sindicatos. O governo Lula tem conseguido um apoio razoável do Congresso Nacional para propostas importantes, como a reforma tributária, novo arcabouço fiscal, retorno de programas sociais. Mas em pontos importantes as resistências são muitas, como no caso da reforma trabalhista, e temas como terceirização, trabalho intermitente e outros. A reorganização dos sindicatos passa, portanto, pela supressão da precarização do trabalho; garantia da autonomia dos sindicatos; garantia de financiamento dos sindicatos; organização por local de trabalho; e ampliação da negociação coletiva.

3-DESAFIO AGORA, PARTINDO DO QUE JÁ FOI FEITO, É "MUDAR DE PATAMAR" O PT CONTAGEM. Já vimos neste capítulo os enormes avan-

ços na construção do PT Contagem. O que se propõe agora, partindo do que já foi feito, é mudar o nosso partido de patamar em nossa cidade. O que temos discutido no PT Contagem são as seguintes propostas:
a) consolidar a estrutura de direção do PT Contagem, com formatação de uma nova Executiva Ampliada, com participação dos membros da Executiva Municipal; de representantes petistas do governo Marília Campos; de nossos três vereadores e vereadoras; dos nossos principais formuladores políticos e representantes de movimentos sociais;
b)avançar na construção partidária, com a participação de filiados e simpatizantes do PT; mas para valorizar a organicidade partidária realização de plenárias trimestrais de filiados e serão também os filiados que poderão participar das coordenações de setoriais e regionais do PT Contagem. Os simpatizantes serão convidados a participar das reuniões de setoriais e regionais; dos debates que vamos realizar; das atividades de formação, como a Roda de Conversa; de nossas festas e do Boteco.
c) construir um PT de base, buscando a vinculação ao Partido de centenas de cidadãos e cidadãs para além de funcionários de governo e petistas de carteirinha; apostando na descoberta nos segmentos e nas regiões de novas lideranças populares; buscar a vinculação com todas as formas de movimentos sociais já existentes na cidade; tais como sindicatos, ONGs ambientais, movimentos culturais, associações de bairro; e também nos conselhos de participação popular do município; etc;
d) realizar enorme investimento na consolidação das regionais do PT nas oito grandes regiões de Contagem (Vargem das Flores, Sede, Eldorado, Industrial, Petrolândia, Riacho, Nacional e Ressaca); e consolidação dos setoriais com eleição de coordenadores e planos de trabalho: Meio Ambiente; Assistência Social; LGBTQIA+; Juristas; Educação; Saúde; Igualdade Racial; Mulheres; Juventude; Sindical; Trabalho, Renda, e Economia Solidária; Comunicação; Defesa Animal; e criação do Setorial de Desenvolvimento Urbano (transporte, habitação e outras políticas urbanas);
e) retomada das atividades de formação; uma primeira grande iniciativa é este livro "O Brasil olha para Contagem", com a avaliação das eleições em Contagem e o resgate de nossos legados políticos e organizativos; consolidação de nosso projeto "Roda de Conversa", com debates relevantes para nossa Cidade, Estado e Brasil; constituição de grupos de estudos, para avançar na "formação de formadores", tendo este nosso livro como uma referência inicial; retorno do Blog Zé Prata & Ivanir no início de 2025, ampliando a agenda para temas de Contagem, mas também de Minas e do Brasil, com ampla participação da militância de

esquerda de nossa cidade; constituição de uma grande biblioteca, com muitos livros de interesse da militância (que serão cedidos por empréstimo) e com um arquivo especial com a memória do partido em nossa cidade;
f)na comunicação a prioridade é o lançamento do jornal do PT Contagem, o "Nossa Voz", com tiragem de 50.000 exemplares e com duas tiragens anuais; constituição de um potente Setorial de Comunicação do PT Contagem, com a participação de uma pequena equipe do PT Contagem e com uma militância voluntária de todos e todas que defendem o governo Marília Campos, para cuidar das mídias do PT Contagem, vídeos, cards e textos para nossas mídias sociais e para os perfis individuais da Marília (Facebook, Instagram, X, jornais e boletins, cartilhas) e para cuidar do impulsionamento partidário das publicações nas mídias sociais;
f)uma solução duradoura para a questão financeira: se o PT é uma construção coletiva, não se pode mais aceitar posições individualistas de quem deve contribuir para o Partido e não está contribuindo. Prioridades: contribuição regular de todos os comissionados que estarão no governo, com acerto parcelado dos atrasados; solicitação de contribuição daqueles que não são do governo e podem contribuir com valor acima da "contribuição padrão"; campanha de doação de pessoas que simpatizantes do PT (não pode ser comissionados do governo); realização de dois a três jantares por ano pelo PT de Contagem, como faz regularmente o PCdoB para arrecadar fundos.
g) retorno e consolidação do boteco do PT Contagem no ano de 2025, com música ao vivo de nossos artistas; e para garantir a presença dos filiados e simpatizantes mais pobres, garantir a distribuição de refrigerante e tira gosto; implantar o Boteco Itinerante nas oito regionais do PT Contagem, porque o boteco realizado apenas na sede do PT, no Eldorado, limita muito a participação da militância.

4-O FUTURO DO PT CONTAGEM DEPENDE DA SOLIDARIEDADE FIRME À PREFEITA MARÍLIA CAMPOS; PT MINAS PRECISA DEFENDER NOSSO GOVERNO DO "FOGO AMIGO". Marília realizou um terceiro governo (2021 a 2024) com uma ampla base na Câmara Municipal, de 17 dos 21 vereadores. Mas a posição mais crítica a ela veio de onde nunca se esperava: da maioria da direção do PT Minas e da liderança do PT na Assembleia Legislativa. É uma das mais bizarras que já vi em meus 50 anos de militância política. O PT Minas não assume a defesa de nossos governos municipais como o de Contagem; em quatro anos

nunca a direção estadual e nem a liderança na ALMG esteve em nossa cidade para se solidarizar e apoiar a gestão de Marília; não compareceu na convenção que aprovou a candidatura de Marília nem esteve na festa da vitória. Não se trata de uma crítica a uma ou mais tendências que dirigem o PT em nosso Estado. Nós, que seguimos a liderança de Marília sempre tivemos muito apreço por uma lista plural de petistas: Luís Dulci, Juarez Guimarães, Nilmário Miranda, Patrus Ananias, Virgílio Guimarães, Miguel Ângelo. Sérgio Miranda, deputado do PCdoB, era um admirador apaixonado do nosso trabalho em Contagem, da Marília e meu, e nos nossos encontros regulares sempre dizia não entender porque setores do PT MG não valorizavam uma militância social tão importante. Na Convenção que lançou Marília estiveram presentes os dirigentes do PT, Romênio Pereira, da tendência Movimento PT e Luís Dulci, da CNB. Na convenção falei do amplo apoio popular que a Marília tem em Contagem e que é "muito difícil" não gostar dela. Luís Dulci, em sua fala, me contrariou e disse que não é "muito difícil", é "impossível" não gostar da Marília. Pois é, muitos petistas mineiros "desafiam as impossibilidades" e não gostam da Marília. E o pior: não gostam e não dão sustentação política ao seu governo.

O PT Minas não tem um diálogo mais amplo com a sociedade. Os sindicatos, infelizmente, vivem uma crise sem precedentes e o PT Minas assumiu funções tipicamente sindicais reaglutinando parte dos sindicatos de servidores no plano parlamentar. Esta falta de diálogo com setores sociais mais amplos explica, em grande medida, os resultados de Belo Horizonte. Claro que dobram a aposta na derrota quando fazem uma caça aos "infiéis" e "traidores" que não apoiaram o nosso candidato, mas se omitem que Lula nunca teve convicção da candidatura própria na capital e não entrou na campanha. Todos sabemos que a disputa política mais dura se dá na Região Metropolitana de Belo Horizonte, região onde está a sede do governo mineiro, as sedes dos demais Poderes – Legislativo e Judiciário, os principais órgãos de imprensa e as sedes dos sindicatos e dos partidos políticos. Em grande parte do interior, a política se dá de forma mais pragmática, principalmente através de cargos públicos, emendas parlamentares. A estratégia errada do PT Minas de oposição ao governo Romeu Zema, o "quanto pior melhor", tem respingado fortemente em Contagem, na Grande BH, onde a prefeita Marília Campos tem sido atacada por parte da militância de esquerda, com o silêncio quase absoluto as principais lideranças partidárias. Faço este desabafo, porque não vamos mais tolerar o anti-marilismo da direção do PT MG, que, se não for barrado, com

certeza, vai fazer dobradinha com a oposição de extrema-direita que Marília terá no seu próximo mandato em Contagem a partir de janeiro de 2025. Nós exigimos que a nova direção do PT Minas e a liderança do Partido na ALMG cessem as hostilidades contra a prefeita Marília Campos e retomem o diálogo com o PT de Contagem. Veja a seguir as bizarrices do PT Minas contra Marília.

PT Minas tem a presidência da Comissão de Educação e uma parlamentar petista relatou a Lei do ICMS Educação que tirou R$ 70 milhões anuais do ICMS de Contagem. O governador Romeu Zema não quis regulamentar a lei do ICMS Educação em Minas Gerais. Com a omissão do governador, o PT Minas na ALMG, assumiu grande protagonismo nesta questão já que tem a presidência da Comissão de Educação e uma parlamentar petista foi quem relatou a Lei. Pois bem, 10% do ICMS dos Municípios foi dividido por uma série de critérios, mas, de uma forma inacreditável sem ponderar o número de alunos. Assim, cidades com redes de ensino como Contagem (58.223 alunos) e Belo Horizonte (147.046 alunos) receberão os mesmos valores anuais do que as duas menores cidades de Minas, Cedro do Abaeté e Serra da Saudade, com redes de ensino de 97 e 99 alunos respectivamente; ou seja são cidades tão pequenas que o número de alunos é inferior a uma escola apenas em nossas cidades. Inacreditável! Veja então como ficou de janeiro a setembro de 2024, a distribuição do ICMS Educação por aluno: Belo Horizonte (R$ 9,69 por aluno) e Contagem (R$ 31,52 por aluno); já as duas menores cidades do estado receberam: Cedro do Abaeté (R$ 20.300,00 por aluno) e Serra da Saudade (R$ 16.700,00 por aluno). Essa distribuição do ICMS não tem nada a ver com educação, é confisco dos recursos das grandes cidades com as maiores redes de ensino.

Quem descobriu o erro grosseiro foi os técnicos da Secretaria da Fazenda de Contagem. Provamos o erro no final de 2023, antes ainda da entrada em vigor da lei coordenada e relatada pelo PT; nossa interpretação era que se tratava de um erro involuntário. Mas para nossa surpresa o PT Minas não aceitou reabrir o debate na ALMG e ainda acusou a petista de "arrumar confusão" junto aos deputados. Marília não teve o apoio sequer dos sindicatos da educação vinculados ao PT e ao PSTU; mesmo sabendo que perdas de R$ 70 milhões implicam perdas para os servidores de R$ 42 milhões (60% da receita é para despesas de pessoal). Marília então fez uma ampla aliança de prefeitos de grandes cidades – Contagem, Betim, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia – e foi acolhida pelo PCdoB que entrou com uma ação de inconstitucionalidade no STF. Ação que teve a adesão da Frente Nacional de Prefeitos, pois

apenas seis estados fizeram a ponderação dos repasses pelo número de alunos, e, em 21 estados, as grandes cidades também perderam muito. O maior desafio da prefeita Marília Campos neste quarto mandato é exatamente compensar as perdas da lei petista do ICMS Educação, na expectativa de que o STF reveja a lei.

Nós, de Contagem, defendemos, com a posse de Lula, um novo plano de recuperação fiscal de Minas; PT Minas nos equiparou a Romeu Zema. No mês de agosto de 2023 lancei um documento de 90 páginas denominado "Minas precisa de um plano de resgate"; apresentei o documento no Diretório Estadual do PT e entreguei o documento para a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffman, quando da visita dela a Contagem. Minha posição era a seguinte: o PT Minas acertou em recusar o Regime de Recuperação Fiscal – RRF, mas com a posse de Lula era preciso que Minas discutisse um novo RRF a luz das posições de nosso governo. Ou seja, o RRF, como um programa federal, a partir de 2023, era um programa de Lula. Esta nossa posição era idêntica a do governo Lula, expressa pelo ministro Alexandre Padilha, em encontro com a bancada de esquerda de Minas, no final de fevereiro de 2023: "(A medida adotada) pelo Paulo Guedes não é o mesmo que o Haddad vai fazer. Porque as eleições deram a responsabilidade pro novo governo do presidente Lula e do novo ministro da Fazenda. Nós teremos o tratamento republicano e parceiro dos Estados e Municípios, vamos sempre apoiar e compreender o papel que a União pode ter para apoiar as dificuldades do Estado, mas não vamos usar os instrumentos que a União tem para estimular qualquer plano de privatização e qualquer plano privatista, que desmonte as políticas públicas em qualquer Estado. Então isso é uma diretriz muito clara. Para nós é muito grave qualquer proposta como essa não ter sido debatida pela ALMG. O regime não é de um governo, ultrapassa governos. Então, se você não tem um órgão legislativo como órgão fiador do que pode ser a proposta, você está entregando na mão de um governo que é transitório. O que pode dar garantia que é um projeto que ultrapassa governos é exatamente o papel legislativo. Sempre foi assim, é uma instância fundamental que tem que ser respeitada". Marília entrou no debate do RRF porque se a ALMG derrotasse o projeto sem um programa alternativo, o Estado voltaria a pagar a dívida cheia, com juros e amortizações de R$ 18 bilhões por ano, o que quebraria o Estado, com atraso do pagamento dos servidores e atrasos nos repasses constitucionais aos municípios. E Marília sempre disse: "Minha prioridade é a população de Contagem e não o patriotismo partidário". Marília e eu apanhamos muito do PT MG por sermos

"traidores" e "aliados de Romeu Zema".

Contagem paga um dos melhores pisos dos professores do Brasil e ainda é acusada pelo PT MG de ser igual a Romeu Zema. Marília concedeu, no seu terceiro governo, 52,80% para os professores, o dobro dos 26% dos dois governos anteriores (2013 a 2020); o dobro da inflação do período de 26%; diretores, somente neste terceiro governo Marília, tiveram 62,6% e vice-diretores 88,2%. Sobre o piso salarial do magistério a Lei 11.738/2008 é clara: "O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais"; o piso proporcional está previsto no parágrafo terceiro do artigo primeiro: "Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo". Contagem praticou, em 2024, um piso proporcional de R$ 3.652,36, 42% superior ao proporcional nacional para 22h30min de R$ 2.576,57; e o piso de 40 horas de R$ 6.493,08, 42% superior ao piso nacional de R$ 4.580,57.(…) O deputado Rogério Correia, autor da legislação que prevê piso cheio para jornada proporcional de 24 horas dos professores estaduais, defendeu Marília na polêmica do piso proporcional: "Contagem a jornada é 22 horas se não me engano. E na legislação local não tem obrigatoriedade de pagamento de piso nesta jornada, diferente do Zema onde temos a jornada de 24 horas em lei e constituição. Além disto a Marília deu bons reajustes, diferente do Zema. Igualar não é justo e nem boa política". É absolutamente óbvia a situação de Minas: se a lei nacional não acolhesse o "piso proporcional" não precisaria ter uma legislação estadual, uma emenda constitucional, prevendo o "piso cheio" para a jornada de 24 horas.(…) Mas podem esperar: no início de 2025, quando o novo piso do magistério for anunciado, mais uma vez voltará a equiparação de Marília a Romeu Zema, mesmo que Contagem pratique um salário 33% superior ao do governo de Minas. O PT Minas vai assistir Marília sendo atacada injustamente?

R**ateio do Fundeb é previsto para governos que pagam mal aos professores e gastam menos de 70% do Fundo; Marília gasta mais e é criticada por petistas.** O PT Minas faz campanha pelo pagamento do rateio do Fundeb, mas sem deixar claro que este rateio deve ser feito pelos governos que pagam piores salários aos professores e não cumprem o gasto mínimo de 70% do Fundeb com o magistério. Como Contagem gasta muito mais com os professores, a narrativa do PT Minas respinga na

Marília porque ela não faz o rateio do Fundo. Em 2022, Romeu Zema pagou o rateio do Fundeb e petistas vinculados ao PT Minas diziam que Marília era pior que o governador. Tem casos de prefeituras, como de Belo Horizonte, que, mesmo cumprindo os 70% do Fundeb com salários de professores, optam pelo "rateio do Fundeb" como forma de desvincular os servidores; ou seja, paga-se o abono em parcela única e não repassa ganhos reais para a carreira dos servidores e nem para aposentados e pensionistas. Já a prefeita Marília Campos concedeu reajuste de 52% de reajuste aos professores em seu terceiro governo, com repasse para a carreira da ativa e para aposentados e pensionistas é criticada por petistas porque não cumpriria a legislação. Inacreditável: temos a melhor política para o magistério e ainda somos vítimas do "fogo amigo".

Marília, mesmo com todas as hostilidades do PT Minas, nunca sairá do PT. Toda a nossa indignação com o PT Minas não é sobre 2026, que Marília já anunciou que não será candidata. Não é sobre ataque a tendências, já que temos muitos amigos e amigas em todas elas, e muitos na corrente majoritária, a CNB. Nossa indignação é sobre a prioridade absoluta pela representação com fidelidade da população de Contagem, que está acima do "patriotismo partidário". Nossa indignação é pelo respeito que merecemos depois de uma trajetória de luta social depois de quase 50 anos.

5-NÃO PODEMOS ANTECIPAR A SUCESSÃO DE MARÍLIA; PRIORIDADES SÃO MANTER EM MAIS DE 70% A APROVAÇÃO DA PREFEITA E GARANTIR OS INVESTIMENTOS PARA LEVAR "O DIREITO À CIDADE" PARA TODA A POPULAÇÃO, EM PARTICULAR AOS MORADORES DAS VILAS E FAVELAS. O PT Contagem não vai antecipar a sucessão da prefeita Marília Campos. As prioridades são a continuidade das políticas e dos investimentos públicos, que garantiram a vitória da prefeita no primeiro turno. No quarto mandato, Marília, além de concluir as obras do sistema de mobilidade – estações, viadutos, trincheiras, e outras –, vai priorizar a ampliação do direito à cidade para as populações mais pobres, com forte investimentos na urbanização de vilas e favelas. Vamos trabalhar muito para retomar e manter a aprovação da prefeita em nível elevado acima dos 70% e com boa unidade da Frente Ampla na Câmara Municipal. Marília já deixou claro que não será candidata em 2026 ao governo nem ao Senado e, sobre 2028, ela deixou claro também, na reunião com os presidentes de partido da base de apoio, que o seu candidato ou candidata será quem tiver melhor posicionado(a)

para vencer a eleição contra a extrema direita e continuar o seu legado de quatro mandatos como prefeita de nossa cidade.

Marília não será candidata em 2026 devido ao antipetismo e pela fragilidade do PT Minas, mas também em função da ruptura que seria renunciar da Prefeitura para concorrer a uma nova eleição. A sucessão não vai ser em 2026, e Marília, em entrevista ao Estado de Minas, deixou claro que vai continuar na Prefeitura os quatro anos: "Mesmo vitoriosa ao conquistar o quarto mandato à frente da Prefeitura de Contagem (Grande BH), Marília Campos decidiu não ser candidata a governadora em 2026 por conta da rejeição ao PT. De acordo com ela, o antipetismo impede a volta de seu partido ao governo. 'Minha vitória foi estupenda em Contagem, mas não seria vitoriosa em Minas pelas minhas características. Eu tenho a consciência e a humildade necessária para reconhecer isso. Eu sou do PT; o antipetismo é muito forte', diagnosticou a prefeita, acrescentando que também não adianta trocar de partido. 'Porque o PT não sairá de mim, eu tenho a estrela carimbada na minha testa. É a minha história'. O antipetismo é tão forte que, segundo ela, impediu que sua votação, que foi de 60% nessa reeleição, alcançasse sua aprovação de 80%. Diante disso, a petista defende uma candidatura de centro, para, além de ganhar, 'conseguir governar e tirar Minas do atoleiro'. 'Não pode ser um projeto que comece na defensiva. Precisamos de alguém para Minas que seja de centro, que resgate o desenvolvimento com sustentabilidade, mas que não carregue essa rejeição por ser do PT. Eu sou do PT e sei o que é o antipetismo'. Admitiu que gostaria de ser candidata a governadora, porém, mais do que isso, quer um novo projeto para Minas. 'Eu sonho com um projeto de alguém que consiga dialogar com os 853 municípios, com toda a diversidade geográfica, política e social. Tem que ser alguém de centro. O melhor perfil é o do senador Rodrigo Pacheco (PSD). Tenho orgulho de dizer que ele tem a estatura que o Estado precisa. Eu sou rodriguista. Vou trabalhar para convencê-lo', adiantou ela ante a conhecida resistência do senador".

Os eleitores de Marília de Contagem não aceitarão a renúncia dela da Prefeitura. Vale ressaltar também que, além das dificuldades para vencer uma eleição majoritária e para governar em função do antipetismo, não sendo o mandato de prefeita coincidente com o governador, vice ou senador, uma candidatura implica numa ruptura muito grande com a cidade, que dificilmente seria aceita pela população. Mandatos de presidente, governador, senador são coincidentes e isso facilita o afastamento para disputa de um novo cargo, que se dá apenas já no final do mandato. Mas prefeito, sendo um cargo em disputa, no intervalo

das eleições quase gerais, implica na renúncia do cargo no início do segundo ano de mandato. De concreto, Marília para disputar a eleição de 2026 teria que renunciar da Prefeitura no primeiro trimestre de 2026. Nas últimas eleições de 2022, dois prefeitos que renunciaram foram derrotados na eleição para os governos de Estado. Em Minas, Alexandre Kalil renunciou no segundo mandato, disputou a eleição para o governo do Estado e perdeu eleição no primeiro turno com votação de 35,09%; e o pior: Kalil foi derrotado também em Belo Horizonte onde obteve 42,55% dos votos. Outro caso de prefeito que renunciou ao mandato para se candidatar ao governo do Estado aconteceu na Bahia. ACM Neto também não obteve sucesso, renunciou ao mandato de prefeito de Salvador e perdeu a eleição do governo do Estado para o PT. Veja como é incerta a situação de prefeito que renuncia ao cargo para disputa para o governo de estado e para o Senado.(…) O "tempo político" não ajuda Marília a disputar cargos para além da Prefeitura. Não sendo candidata em 2026 a eleição seguinte será em 2030. Lá, ela estará com 69 anos e a eleição para o governo de Estado será de um governo que poderá disputar a reeleição e, no Senado, será apenas uma vaga em disputa.

6-DOIS GRANDES OBJETIVOS DO PT CONTAGEM: CHAPA ÚNICA NO PED E UMA ESTRATÉGIA ELEITORAL UNIFICADA COM O APOIO PARTIDÁRIO A UMA DOBRADINHA DE DEPUTADO FEDERAL / DEPUTADO ESTADUAL DE NOSSA CIDADE. Será um enorme desafio para o PT Contagem manter o protagonismo na cidade depois do quarto mandato da prefeita Marília Campos. Marília é uma liderança histórica de esquerda em nossa cidade e será muito difícil ao PT Contagem sucedê-la. Veja o que aconteceu em grandes cidades que o PT governava com prefeitos(as) de dois mandatos e sem poderem se candidatar: perdemos as eleições em Araraquara, Lauro de Freitas, Teófilo Otoni e São Leopoldo. Será necessário superar a fragmentação política de tendências e mandatos parlamentares e fixar uma forte identidade de Cidade, que deve colocada acima do patriotismo partidário e de tendências. Uma primeira grande iniciativa neste sentido deve ser o lançamento de uma chapa única para o PED de 2025, de tal forma que sinalizemos para os filiados e simpatizantes que teremos uma unidade sólida nos próximos anos. Uma referência importante será a continuidade do companheiro Adriano Boneco na presidência de nosso partido e, com ele, constituirmos uma sólida direção partidária, com representantes de todas as tendências, dos principais formuladores do nosso projeto político, de petistas

do governo Marília Campos, de nossos três vereadores e vereadoras, de representantes dos movimentos sociais. Uma direção política representativa que leve a cabo um ambicioso projeto de avanço e consolidação da reconstrução do PT em nossa cidade.

Uma segunda meta fundamental é uma tática eleitoral também centrada na identidade de nossa cidade, onde o PT Contagem se una em torno de uma dobradinha para deputado federal / deputado estadual da cidade, que tenha condições políticas de disputar a primeira ou a segunda colocação dentre os candidatos majoritários de nossa cidade. Em grandes cidades como Contagem, o candidato(a) a prefeito(a) para ser competitivo precisa mostrar nas urnas força política e representatividade. Veja os dois casos onde o PT governa atualmente. Em Contagem, Marília foi majoritária para deputada estadual em 2002 (28.064 votos); 2014 (votação espetacular de 61.224 votos) e em 2018 (33.407 votos, o que fez de Marília a segunda colocada, mas da cidade foi a primeira). Em Juiz de Fora, Margarida Salomão foi majoritária para deputada federal em 2014 (53.485 votos) e em 2018 (47.172 votos); Ana Pimentel foi eleita em 2022 com 39.476 votos, encostada na primeira colocação, o que faz dela uma forte concorrente na sucessão futura de Margarida Salomão. Mas por mais importante que seja não basta ser majoritário na cidade para vencer uma eleição: Guilherme Boulos e Natália Bonavides eram majoritários em São Paulo e Natal, respectivamente, e perderam a disputa para prefeito. Por isso, prefeito(a) vitorioso(a) precisa de uma grande votação em suas cidades, precisa constituir uma Frente Ampla de apoio e precisa ter capacidade de ampliação dos votos para além das bolhas de esquerda, com eleitores de centro e também de direita. Em cidades metropolitanas como Contagem, o voto é muito fragmentado, dezenas de candidatos conseguem votos, e somente uma sólida unidade do PT Contagem em torno de uma dobradinha petista de nossa cidade poderá garantir a disputa pela representação majoritária da cidade na Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

ELEIÇÃO 2024: UM BRASIL MAIS CONSERVADOR, MAS NÃO DE EXTREMA DIREITA

IVANIR CORGOSINHO

Mal encerradas as urnas em todo o país, inúmeros analistas e a mídia corporativa se apressaram em anunciar uma avassaladora vitória da direita, somada a um desempenho para lá de sofrível das forças de esquerda, com destaque, naturalmente, para o desempenho pouco animador do "partido do Lula". A votação teria redesenhado o mapa político brasileiro. Não é bem assim.

É inegável que a direta mostrou força nestas eleições. Basta registrar que o PL saltou de 4,7 milhões de votos para prefeito em 2020 para 15,7 milhões em 2024, num crescimento percentual de 236,2%! O partido conquistou quatro capitais e governará Aracaju, Cuiabá, Maceió e Rio Branco a partir do próximo ano.

Todavia, os chamados bolsonaristas "raiz", como Bruno Engler em Belo Horizonte, André Fernandes em Fortaleza, Alexandre Ramagem no Rio, Fred Rodrigues em Goiânia, Cristina Graeml em Curitiba, sem nos esquecermos do Cabo Junio Amaral, em Contagem, não se saíram bem. Mais ainda: segundo apuração do jornal Folha de São Paulo, dos 27 candidatos abertamente apoiados por Bolsonaro no segundo turno, 17 perderam.(1) Três ex-ministros do governo de Bolsonaro disputaram as eleições, mas nenhum se elegeu, apesar do apoio público do ex-capi-

tão. Conforme o site Poder 360, Bolsonaro manifestou apoio a candidatos a prefeito em 96 municípios que visitou na campanha — 60 deles foram derrotados.

Abordarei este assunto mais adiante, mas me parece evidente que a população não se moveu atraída pelos polos opostos, como registraram diversos analistas e levantamentos. Na hora do voto, o "buraco da rua" pesou mais nas considerações da maioria dos eleitores que eventuais afinidades políticas e ideológicas.

Por outro lado, é importante perceber que, além da vontade do eleitor, outros fatores participaram ativamente da produção do resultado eleitoral. Dentre eles, dois merecem destaque:

AS EFICIENTES ESTRATÉGIAS DE CAMPANHA de partidos como o PL, que entraram na disputa com gana e firmes na disposição de multiplicar sua força, especialmente nas cidades pequenas e médias, ainda que isso viesse a custar "uma nota", como afirmou o presidente do partido, o ex-deputado federal Valdemar Costa Neto. PL, Novo, PMB e outros reforçaram a presença e a injeção de recursos nas municipalidades, visando a ampliação de sua participação na Câmara dos Deputados. A razão é obvia: há uma forte relação entre os resultados locais, o tamanho das bancadas federais e a maior ou menor facilidade de acesso aos recursos dos fundos partidário e eleitoral.(2) Assim sendo, tivemos nesta eleição uma forte influência das "máquinas" na definição dos resultados.

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO que instituíram a chamada "cláusula de desempenho", acabaram com as coligações proporcionais e reduziram o número máximo permitido de candidaturas por vaga disponível nas câmaras municipais. Como consequência, o TSE registrou em 2024 o menor número de pretendentes desde 2008! Além disso, estamos assistindo ao sufocamento das siglas com baixa representação social, ao recrudescimento da competição entre os interessados em uma candidatura, à volta da concentração do quadro partidário brasileiro e a um encarecimento ainda maior da política.

A seguir, breves comentários sobre algumas características das eleições de 2024 que me parecem especialmente relevantes.

A POLARIZAÇÃO QUE NÃO HOUVE

A polarização do processo eleitoral, tal como imaginada por alguns analistas, ou seja, como um enfrentamento longitudinal entre o campo de esquerda/lulista e a extrema-direita/bolsonarista, não aconteceu. Nem mesmo em São Paulo, onde as candidaturas de Guilherme Boulos e Ricardo Nunes foram mais claramente identificadas como, respectiva-

mente, de esquerda e de direita.
Conforme observa Bruno Carazza(3), a polarização não vingou, em primeiro lugar, devido à opção deliberada de Lula de manter distância da disputa. Em todo o país, candidatos do PT tiveram que se contentar com vídeos gravados pelo presidente, que só apareceu em palanque ao lado de Boulos. Já Bolsonaro foi bem mais ativo, visitando 102 cidades na campanha, desde as convenções partidárias até o 2º turno das eleições e declarando apoio a candidatos em 96 desses municípios, conforme levantamento do site Poder 360.
Um segundo fator explicativo para o desprestígio da polarização está na centralidade que as questões locais ocupam, tradicionalmente, nos pleitos municipais. "As eleições municipais no Brasil, depois da redemocratização, nunca foram uma reprodução estrita das eleições para presidente e governadores. Iludem-se aqueles que acham que teremos um 3º turno, mesmo em São Paulo, e que a polarização Lula x Bolsonaro ou Esquerda x Direita definirá os resultados de outubro vindouro.", escreveu, com carradas de razão, Cândido Vaccarezza, em artigo no início de 2024.(4)
Por isso mesmo, houve quem preferisse, inclusive, esconder o apoio das lideranças nacionais, fugindo da polarização ideológica e amarrando a campanha aos temas da cidade. Nesse sentido, o caso de Ricardo Paes, prefeito reeleito do Rio de Janeiro, é emblemático. No debate da TV Globo, Paes declarou: "Uns me acusam de ser de direita, outros de esquerda. Eu sou Rio de Janeiro!" Como é amplamente sabido, o candidato tinha o apoio expresso de Lula que, todavia, sequer teve sua imagem exibida na propaganda eleitoral carioca.
Isso não significa que a rivalidade entre os dois campos não tenha se manifestado na disputa. PT e PL estiveram em lados opostos em 25 das 26 capitais do país. Mas, em apenas oito apresentaram candidatos próprios. Nas demais, apoiaram algum aliado. Nos oito casos em que PT e PL se confrontaram diretamente (Aracaju, Belo Horizonte, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus e Vitória), o PL foi vitorioso em Aracaju, onde o PT ficou para trás no primeiro turno e em Cuiabá, onde enfrentou e venceu o PT no retorno. Já o PT derrotou o PL no segundo turno da eleição em Fortaleza.
Por outro lado, 85 candidatos a prefeito tiveram o apoio tanto do PT quanto o PL. Desses, 58 conseguiram se eleger. Além disso, os dois partidos se aliaram em São Luís (MA) no apoio Eduardo Braide, do PSD, eleito no primeiro turno.

CONTINUIDADE

Em termos eleitorais, 2024 certamente passará à história como o ano da continuidade. Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) mostra que a cada dez incumbentes que tentaram a recondução, oito obtiveram sucesso. Dos 3.006 que tentaram um segundo mandato, 2.444 foram reconduzidos. O percentual de reeleitos chega a 81%, a maior taxa registrada desde a implementação, em 1998, do instituto da reeleição no Poder Executivo. De acordo com a CNM, a taxa histórica fica em torno de 60% e o recorde anterior era de 63,7%, registrado em 2008.(5)

Esse resultado parece sugerir que, após a onda antipolítica no país, e da rejeição à chamada "política tradicional" que caracterizou as últimas eleições, a população brasileira está acenando com um distanciamento em relação aos aventureiros, celebridades e outros outsiders que se apresentam como novidades e candidatos de fora do "sistema" e, até, "antissistema".

Uma evidência significativa desta possibilidade é o fraco desempenho dos figurões da mídia nesta campanha. Em São Paulo, por exemplo, José Luiz Datena obteve um resultado constrangedor. Em Belo Horizonte, Mauro Tramonte — que chegou a figurar como favorito na disputa — foi ultrapassado por Bruno Engler e Fuad Noman, amargando o terceiro lugar na disputa pelo segundo turno. Também em São Paulo, o *coach e digital influencer* Pablo Marçal causou entusiasmo numa parcela do eleitorado bolsonarista, mas acabou rechaçado pela maioria da população.

Ao que tudo indica, o "político tradicional" está de volta.

COFRES CHEIOS

Uma importante razão para que o discurso da renovação, antissistêmica ou não, tenha obtido pouca atenção dos eleitores, está na boa saúde financeira que a maioria das prefeituras passou a ostentar no imediato pós-pandemia. Como consequência, também houve aumento da capacidade de investimentos e de satisfação das necessidades do eleitor.

Uma pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Cepid/Fapesp), ligado à USP, concluiu que, entre 2018 e 2022, a Receita Corrente Líquida (RCL) dos municípios com mais de 50 mil habitantes, cresceu cerca de 24% acima da inflação. A alta ocorreu devido, principalmente, às verbas emergenciais de transferência, destinadas ao combate à crise pandêmica e à redução das despesas com pessoal com o congelamen-

to dos salários dos servidores públicos determinados pela Lei Complementar 173/2020. Conforme o levantamento, a RCL passou de R$ 468,9 bilhões para R$ 582,2 bilhões, enquanto os gastos com pessoal e encargos sociais subiram, em média, 12% acima da inflação. No caso de cidades com 50 mil a 100 mil habitantes, o crescimento foi ainda maior, chegando a 134%.(6) Foram investigadas as finanças de cerca de 600 municípios brasileiros.

Como resultado, essas prefeituras tiveram ampliadas as margens para investimentos em setores de grande impacto social, como habitação, saneamento, transporte, saúde e educação. O aumento dos investimentos teria chegado a 94%, em média, nos municípios com mais de 50 mil habitantes.

Os efeitos do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), (Lei Complementar n.º 173/ 2020) puderam ser sentidos em Contagem onde, apenas mais recentemente, o Tesouro Municipal passou a ser ressentir do esgotamento do colchão de recursos financeiros formados no período pandêmico. Esses recursos, não há dúvida, contribuíram para a transformação da cidade num verdadeiro "canteiro de obras", com centenas de intervenções por toda a cidade e nas mais variadas áreas, ao custo de R$ 1,5 bilhão em verbas mobilizadas.

A FORÇA DA GRANA

Por outro lado, como já vimos, estratégias deliberadas e agressivas de ampliação por parte de alguns partidos também contribuíram para colocar os incumbentes em melhores condições de disputa. Neste ponto, é necessário chamar a atenção para a derrama de dinheiro que ocorreu no pleito de 2024.

De fato, a *"força da grana que ergue e destrói coisas belas"* foi uma das mais importantes alavancas eleitorais na eleição de 2024, especialmente nos municípios com menos de 20 mil eleitores. Os levantamentos indicam que, além do perturbador volume de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como fundão eleitoral, a dinheirama envolveu a disponibilização de emendas parlamentares ao Orçamento e verbas ilegais. Estima-se que o total de verbas públicas envolvida nas campanhas, por uma via ou outra, chegue a mais de R$ 50 bilhões.(7)

No caso do FEFC, a cifra chegou a R$ 4,9 bilhões, valor sancionado no Orçamento de 2024 pelo presidente Lula. Este montante representa o dobro de quatro anos atrás, quando ficou em R$ 2 bilhões. Por serem

as maiores bancadas no Congresso Nacional, PL e PT receberam os maiores montantes do fundo, uma bolada equivalente a 30% do total. No caso do PL, foram pouco mais de R$ 886 milhões. Já a Federação Fé Brasil recebeu cerca de R$ 721 milhões, dos quais R$ 620 milhões foram para o PT. Note-se que, além do fundo eleitoral, os partidos ainda têm à disposição os recursos do Fundo Partidário, estimados em R$ 1,24 bilhão.

Poucos dias antes da votação em primeiro turno, Valdemar Costa Neto afirmava à imprensa que já havia gasto todos os recursos a que teve direito do fundo eleitoral, vendo-se obrigado a recorrer ao Fundo Partidário para reforçar o orçamento do PL. "Vamos ter muita dificuldade com dinheiro no segundo turno", previa.

Já no caso das emendas parlamentares, cabe destaque ao peso da indecência chamada "emendas PIX".

Como se sabe, "emendas PIX" são recursos enviados por parlamentares diretamente para o caixa das prefeituras. Criadas em 2019, dispensam a necessidade de apresentação de projeto nem precisam ser destinadas a obra específica. Portanto, os prefeitos podem gastar a verba a seu critério, sem depender do aval dos governos federal ou estadual.

Um levantamento realizado pelo jornal O Globo sugere que o índice de reeleição nas cidades mais contempladas com as "emendas PIX" foi exponencialmente maior que o registrado no restante dos municípios. Das 178 prefeituras que mais receberam recursos desta fonte, 100 tiveram seus prefeitos reeleitos e, em 45 delas, o titular conseguiu eleger seu sucessor.

Finalmente, quanto às verbas ilegais, a Polícia Federal apreendeu em 2024 cerca de R$ 50,4 milhões relacionados a crimes eleitorais (formação de caixa dois, compra de votos, venda de emenda parlamentar, etc.). Desse total, R$ 21,8 milhões foram em dinheiro vivo. Este valor é mais de quatro vezes maior que o montante recolhido nas eleições de 2022 e 14 vezes o do pleito municipal de 2020.(11)

VIOLÊNCIA

As eleições de 2024 no Brasil bateram recordes de casos de violência política. A informação vem tanto da 3ª edição da pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil, feita pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global (8), quanto do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) mantido pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (GIEL/UNIRIO).

Segundo a pesquisa das organizações Terra de Direitos e Justiça Global,

mesmo antes do início do período eleitoral, iniciado em 16 de agosto, o país já registrava um alto número de ocorrências de agressões contra políticos em exercício, pré-candidatos, ministros ou secretários de governo, e assessores parlamentares. O levantamento não inclui a violência contra eleitores. Até 15 de agosto, haviam sido registrados 145 eventos, sendo 14 assassinatos, como o que vitimou o prefeito de Taboão da Serra (SP), José Aprígio da Silva (Podemos), morto a tiros. Neste levantamento, a média foi de 1,5 caso de violência eleitoral/dia, contra uma ocorrência a cada sete dias, em 2020.
Já conforme o grupo da Unirio, foram ao menos 338 casos registrados de julho a setembro. Mais da metade dos registros se refere à violência física. O levantamento está registrado no 19° Boletim do Observatório da Violência Política e Eleitoral.

ABSTENÇÃO

Os dados do TSE mostram que tivemos em 2024 a 2ª maior taxa de não comparecimento desde as eleições de 2000. Dos 155,9 milhões de eleitores aptos a votar, 33,8 milhões não foram às urnas no primeiro turno, número equivalente a 21,68% do eleitorado apto. Esta taxa só não é maior que a das eleições de 2020, durante a pandemia. Naquele ano, a abstenção foi de 23,15%, com 34,2 milhões de brasileiras e brasileiros deixando de votar.(9)
Estes números se repetiram no segundo turno, quando o TSE registrou uma taxa de abstenção ainda mais acentuada: 29,26%. Novamente, foi a segunda maior desde 2000, só superada (por muito pouco) na eleição de 2020, durante a pandemia, quando a abstenção na segunda rodada do pleito foi de 29,47%.
Desde 2000, a eleição que teve o menor percentual de abstenção foi a realizada em 2004, quando alcançou 14,22%. Em seguida, veio 2008, com 14,50%. Em 2016, último pleito antes da pandemia, a abstenção foi de 17,58%. A taxa de abstenção no 1º turno da eleição geral de 2022 foi de 20,79%, superior à registrada 4 anos antes (20,2%).
As razões para um número tão elevado de abstenções podem ser várias e, inclusive, prosaicas, como a falta de transporte, ou o mau tempo. Todavia, alguns fatores de caráter estrutural podem oferecer uma explicação mais consistente.
Comecemos pela facilidade para justificar a ausência da seção eleitoral no dia da eleição. Atualmente, isso pode ser feito em poucos segundos pelo celular. Além disso, a multa para quem não justificar é de R$ 3,51 por pleito, conforme a Resolução n.º 23.659/2021 do TSE, em vigor.

Isso faz com que o voto no país seja, praticamente, facultativo. A abstenção tem um custo muito baixo para o eleitor.
Outra causa pode estar no envelhecimento da população, com o aumento do eleitorado com mais de 70 anos, para quem o voto é facultativo. Dados do TSE indicam que temos 15,2 milhões de eleitores acima dessa faixa, ou 9,7% do total.
A baixa competitividade da disputa também pode ser um fator explicativo. Um cenário onde um dos candidatos pontifique como franco favorito, sem que os demais o ameacem seriamente, não será estimulante para o eleitor. Supõe-se que, ao contrário, onde a disputa for mais eletrizante, os eleitores se sentirão mais motivados a votar.
Finalmente, tanto a recente radicalização do debate político, quanto o já longevo descrédito das instituições políticas também podem ajudar a explicar a alta abstenção. Logo depois do segundo turno, a ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE, prometeu iniciar uma investigação em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), para tentar averiguar os motivos da abstenção. A ministra destacou que houve uma variação significativa entre as regiões brasileiras. "Houve município que teve 16% de abstenção e houve município com 30%", explicou. Aguardemos.

CANDIDATURAS EM BAIXA

Na eleição de 2024, foram computados 454.689 candidatos/candidatas para os cargos de prefeito, vice e vereador. O número é 19% menor do que os 557 mil candidatos na eleição de 2020 e é a menor taxa de pretendentes desde 2008, quando tivemos apenas 381.327 inscritos.
Entre os fatores que podem ter contribuído para este evento está a Lei 14.211/2021, que alterou o Código Eleitoral e a Lei das Eleições (Lei 9.504/97), reduzindo o limite de candidaturas que cada partido pode registrar nas eleições proporcionais. O número máximo permitido passou de 150% do número de vagas disponíveis nas câmaras municipais para 100% mais 1. Esta lei é oriunda do Projeto de Lei 783/2021, do senador Carlos Fávaro (PSD-MT).
Este dispositivo dificultou o acesso às vagas disponíveis já que, na formação das chapas, e no afã de maximizar seus resultados, as direções partidárias selecionam os postulantes com maior potencial de vitória. Esse processo, obviamente, radicaliza a competição entre os interessados, provoca uma elevação dos custos da política (financeiros e outros), desestimula as candidaturas de menor poder competitivo e, possivelmente, piora as condições de convivência no interior dos partidos.

Note-se, entretanto, que apesar da queda geral do número de candidaturas, em alguns casos houve aumento, e até aumento exponencial, de candidatos. O Novo, por exemplo, saltou 620 candidaturas em 2020 para 7.529 em 2024, num crescimento de fantásticos 1.114,35%. Algo de muito errado, entretanto, aconteceu com a campanha do partido que só elegeu 263 vereadores no país, ocupando um dos últimos lugares do ranking. O PL foi de 28.475 candidatos em 2020 para 35.762, numa variação positiva de 25%. No PMB, o salto foi de 2.880 registros para 4.114.

É necessário frisar, mais uma vez, que o aumento do quantitativo de candidatos registrados faz parte da estratégia desses partidos para ampliar sua participação na Câmara dos Deputados dada a forte relação entre os resultados locais, o tamanho das bancadas federais e o acesso aos recursos dos fundos partidário e eleitoral.

Lamentavelmente, nenhum partido de esquerda fez esforço semelhante. Em todos eles, incluindo o PT, houve queda do número de candidaturas na comparação com quatro anos atrás.

A **tabela 1** registra a evolução do número de candidaturas a vereadores apresentados pelos partidos em 2024 em comparação com a eleição de 2020.

Em tempo: o (PL) 783/2021 foi aprovado com o amplo apoio dos parlamentares petistas, em obediência à orientação partidária.

A VOLTA DOS PARTIDOS GRANDES

Já há algum tempo, temos observado o fim do quadro de ultrafragmentação partidária que vigorou no país até o final da década passada. Em 5 anos (de 2019 a 2023), 11 partidos deixaram de existir, incorporados por outras legendas ou em processos de fusão.

A concentração é consequência da reforma política de 2017, que aprovou a Emenda Constitucional 97 e estabeleceu a chamada "cláusula de desempenho" ou "de barreira" determinando que as legendas devem atingir um mínimo de votos para acessar o fundo partidário e a propaganda no rádio e na TV. Além disso, a emenda acabou com as coligações proporcionais.

As restrições impostas por esses dispositivos têm exigido que partidos de menor expressão reavaliem suas estratégias de sobrevivência, recorrendo a fusões, incorporações ou adesão a federações partidárias para evitar perda de competitividade e, até mesmo, o desaparecimento.

A tendência ao enxugamento do número de partidos no país foi amplamente reforçada no pleito de 2024. Apenas cinco legendas, todas

do Centrão (PSD, MDB, União Brasil, PP), somaram 3.466 prefeituras conquistadas nas últimas eleições, 62% do total nacional. Trata-se do maior índice de concentração em duas décadas. Esses mesmos partidos, juntos, elegeram quase metade dos vereadores do país: 30.743 das 61.984 cadeiras disponíveis.

O chamado NEP (Número Efetivo de Partido), índice utilizado para medir a fragmentação da Câmara de Deputados e quantidade de siglas com alguma relevância no Congresso, desabou de 16,5 pontos depois das eleições de 2018 para 9,2 pontos em 2022. Em 2024, tivemos o menor número de partidos em 12 anos e a menor quantidade de candidatos em 16 anos. A expectativa de alguns especialistas é que apenas oito partidos dominem o Legislativo a partir de 2030.(10)

A FORÇA DO CENTRÃO

Em artigo do início de 2024, José Prata de Araújo já antecipava a vitória do Centrão nestas eleições. "PT e PL nacionalizam; Centrão assiste e organiza um 'arrastão político' nas eleições municipais", sentenciou no título de um artigo.(11) Em seguida, o autor listou uma série de fatores favoráveis aos partidos de centro nas eleições municipais: "a) os prefeitos estão, na média do Brasil, com alta aprovação popular: pesquisa CNT/MDA, de janeiro de 2024, feita de forma genérica para todas as cidades, mostra que os prefeitos e prefeitas têm, em geral, uma boa avaliação: 45,6% para bom e ótimo; 26,9% afirma ser regular; 23,8% para ruim e péssimo; e 3,7% não sabe / não respondeu; dados do IPEC também confirmam a boa avaliação dos prefeitos; b) a eleição deverá ser marcada pelo 'sentimento de continuidade', o que favorece muito os partidos do Centrão, que têm muitos prefeitos; c) o articulista Alon Feuerwerker, com base em dados deste tipo afirma que 'a avaliação dos governadores e prefeitos parece menos contaminada pela polarização'; d) a política municipal é menos polarizada que a nacional porque os partidos que polarizam — PT e PL — têm pouca força nos municípios e são eleições mais pragmáticas, onde o que pesa decisivamente são as questões concretas de cada cidade".

Como se não bastasse, Prata alertava para uma obviedade: sempre que PT ou PL não tivessem candidaturas competitivas, os partidos de centro se tornariam a opção natural para alianças de ambos. De fato, foi o que aconteceu. Como vimos, PT e PL estiveram em lados opostos em 25 das 26 capitais do país, mas apresentaram candidaturas próprias e entraram em confronto direto em apenas oito. Nos demais casos, apoiaram uma candidatura aliada, invariavelmente do centro.

Enfim, tudo favoreceu o Centrão: o fato de a população preferir a continuidade em lugar de mudanças; prefeituras bem avaliadas; o amplo controle que esses partidos passaram a ter sobre recursos públicos com as emendas impositivas e emendas PIX; a boa dinâmica da economia sob o governo Lula; o mais que generoso Fundão, etc.
O balanço geral indica que os quatro partidos que formam o Centrão (PSD, MDB, PP, União Brasil) vão administrar cerca de 3.466 mil municípios a partir de 2025, número que equivale a 62% das cidades brasileiras. Neste bolo, estão 14 das 26 capitais brasileiras.
Nada de muito novo. O quadro repete os resultados da eleição de 2020, quando o Centro conquistou 3.427 municípios, apenas 36 menos que agora. Com um detalhe: naquela conjuntura, o PSDB era citado como integrante do bloco.

A CRISE DO PSDB

Protagonista na política nacional há três décadas, o PSDB ocupou a presidência da República com Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2002, comandou o estado de São Paulo por 27 anos e chegou a eleger grandes e poderosas bancadas de deputados federais.
Na eleição de 2024, porém, os tucanos exibiram o pior desempenho eleitoral de sua história.
Apesar de nascer como um partido de centro-esquerda, alinhado aos princípios da social-democracia, o PSDB chegou ao poder aliando-se ao antigo PFL e consolidando-se como um perfil de centro-direita. Nessa toada, por mais de 20 anos, foi o principal antagonista do petismo e, durante os governos de Lula e Dilma, iniciou uma guinada ainda mais à direita, formando uma base eleitoral conservadora, que acabaria aderindo ao bolsonarismo.
O partido atuou ativamente em favor do impeachment de Dilma após questionar o resultado da eleição que deu vitória à petista. Candidato pelos tucanos ao governo de São Paulo em 2018, o empresário João Dória venceu associando sua imagem à de Jair Bolsonaro numa campanha claramente anti-esquerdista.
A inflexão cada vez mais à direta na rivalidade com o petismo, levou a crises e rachas no partido. Rapidamente, o eleitorado conservador, cevado pela sigla ao longo dos anos, pulou para o barco bolsonarista, dando início à derrocada. A queda começou ainda em 2018, quando, apesar da vitória em São Paulo, o PSDB perdeu 25 dos deputados federais que havia conquistado em 2014 e teve desempenho medíocre nas eleições estaduais. Nas eleições presidenciais daquele ano, o então

tucano, Geraldo Alckmin, ficou em quarto lugar, com apenas 5% dos votos. Em 2020, elegeram os prefeitos de quatro capitais (São Paulo, Natal, Porto Velho e Palmas) e de mais de 500 outras prefeituras. Foi o canto do cisne. Em 2022, não lançaram candidato à presidência.
Em 2024, os tucanos elegeram apenas 269 prefeitos e, pela primeira vez, não estarão no governo de nenhuma das 26 capitais brasileiras. Em São Paulo, onde dominaram por décadas, o partido sumiu do mapa: saiu da eleição sem eleger sequer um vereador e penaram com o quinto lugar na corrida à prefeitura, com míseros 1,84% de votos válidos dados a José Luiz Datena. Já há quem fale na necessidade de fusão da legenda com outra agremiação. Gigantes outrora, hoje os tucanos caminham para a irrelevância.

A ESQUERDA E O PT

Em que pese o discreto crescimento do PT e do PSB, é necessário encarar o fato de a esquerda haver sofrido uma séria derrota política e eleitora. Por óbvia, esta afirmação pode ser despropositada para alguns, mas não é.
Na garimpagem de diagnósticos e prognósticos que a imprensa realizou logo após a divulgação dos resultados, não faltou quem tentasse tapar o sol com a peneira e transformar a derrota em vitória. Para alguns, por exemplo, a frente ampla governista que sustenta o governo Lula teria vencido o pleito e derrotado os candidatos de extrema-direita. Trata-se de uma temeridade. Não é crível que alguém, em sã consciência, possa supor que o governo Lula, via a frente ampla que o elegeu, seja o vencedor destas eleições. Isso significaria ignorar aquilo que o Centrão é, ou seja, um grupamento conservador, ainda que sem ideologia definida, formado por partidos que, nas palavras de André Singer "integram o longevo partido do interior, que se caracteriza por intenso fisiologismo e mobilidade programática absoluta, deslizando de aliança em aliança, da esquerda à extrema-direita, a depender do provável ganhador, desde que permaneça no aparelho de Estado."(12) Enfim, não dá para dizer que a vitória deles é uma vitória nossa.
Dito isso, os números informam que a participação das siglas de esquerda no comando de prefeituras caiu 13%, saindo de 852 conquistadas há 4 anos para 742 agora. No total alcançado em 2024, apenas duas capitais: João Campos (PSB), no Recife, e Evandro Leitão (PT), em Fortaleza. É a primeira vez que o número fica abaixo de quatro, resultado que alcançamos lá em 1985. Em 2020, fizemos cinco capitais: duas com o PDT, duas com o PSB e uma com o PSOL. Nenhuma do PT.

O PT foi quem se saiu melhor. Teve um crescimento de 39% em relação às últimas eleições, emplacando 252 prefeitos e voltando, em nono lugar, ao "Grupo dos 10" partidos com mais prefeituras conquistadas. Todavia, quando analisada a população governada, percebe-se que fomos empurrados para as cidades menores e que governaremos, a partir de 2025, um universo de, aproximadamente, 10 milhões de cidadãos, enquanto apenas o PL, por exemplo, governará mais de 26 milhões de almas. Em outro exemplo, o PSOL, apesar de ter 13 deputados federais e estar no comando da prefeitura de Belém, sequer conseguiu levar seu candidato, Edmilson Rodrigues, ao segundo turno e terminou a eleição em último lugar no ranking dos partidos que elegeram vereadores: apenas 80.

Naturalmente, um dos motivos para o baixo desempenho da esquerda é o antipetismo. Este estigma permanece forte e continua a ser amplamente mobilizado pela extrema-direita no esforço de dar coesão à sua base social e bloquear a fuga de simpatias e votos para o centro e, de lá, para a esquerda. Vimos como o antipetismo em Contagem conseguiu comprometer uma parcela da popularidade de Marília, que se elegeu com pouco mais de 60% dos votos, apesar de haver chegado ao período eleitoral com uma aprovação excelente, variando de 70% a 80% da população, conforme o instituto de pesquisa.

Mas, também vimos que é possível derrotar o antipetismo. Conseguimos isto em Contagem porque entramos no período eleitoral com uma candidatura robusta, muito bem avaliada pela população e altamente competitiva; porque desenvolvemos um projeto político sintonizado com as expectativas populares sobre uma cidade promotora da prosperidade coletiva, sem exclusões e, finalmente, porque acertamos na estratégia eleitoral, especialmente que se refere ao problema de como lidar com o antipetismo e, em decorrência, com a questão da polarização.

No caso do ódio aos petistas e da polarização, como vimos, acredito que podemos diferenciar entre dois grupos. Temos uma parcela da população que se diz de direita, que prefere Bolsonaro a Lula, mas se orienta e toma decisões com base na percepção dos efeitos que as políticas de governo produzem em suas vidas. Em Contagem, é a turma que "detesta o PT, mas vota em Marília". O outro grupo, minoritário, mas não inexpressivo, se comporta em conformidade com preferências identitárias e ideológicas e, para esse grupo, "petista bom é petista morto" e nada de bom pode ser feito por um petista, exceto desaparecer.

Nenhuma dessas perspectivas corresponde ao modo de pensar da maioria da população. Ao convergirem para o centro do espectro político nestas eleições, afastando-se dos polos opostos, brasileiros e brasileiras deram mostras que preferem uma boa conversa sobre os dramas de seu dia a dia, com quem entende do riscado e pode ajudar a resolver, que a troca de ofensas entre militantes fundamentalistas. Nesta perspectiva, a insistência de alguns na nacionalização da disputa municipal, num repeteco de 2022, foi um erro à medida que levou a uma campanha que não dialogou com as expectativas da maioria e, além disso, fortaleceu a banda mais radical do antipetismo.

Todavia, não se trata apenas de uma dissonância entre o discurso e as expectativas da população. É importante observar que, durante mais de três anos, mantivemos um alto índice de aprovação entre a parcela do eleitorado que se diz de direita e odeia o PT. Foi na campanha, ou seja, no momento de disputa real pelos votos que sofremos algum desgaste de nosso potencial de voto, que chegava a 72% do eleitorado.

A conclusão à qual chego é que a polarização só pode ser útil para quem está na oposição — se for. Ela funciona como uma espécie de viseira, ou distração, que desvia a atenção das pessoas para assuntos que dividem e antagonizam, impedindo-as de ver o que possa existir de positivo no outro. Por isso, a polarização é predatória, leva a um jogo de soma zero e, essa, é uma linguagem que a esquerda não domina, como disse o prefeito de Araraquara, Edinho Silva, do PT, em entrevista ao jornal O Globo.

Outra conclusão importante a esta altura é que precisamos estar melhor preparados para o combate. É necessário descobrir como manter a parcela da população que "vota em Marília, mas detesta o PT" ao nosso lado, mesmo naqueles momentos em que são pressionados, e até fortemente pressionados, para mudarem de barco. A outra parcela, para quem "petista bom é petista morto", deve ser ignorada, mas não hostilizada. Acredito que o comportamento desse grupo seja pautado mais pela negação ao PT do que por uma adesão à plataforma antissocial e anti-humanista do bolsonarismo. Nesse sentido, a hostilização serviria apenas para reforçar as antipatias mutuas, sem ganho de qualquer natureza.

De todo modo, num mundo como o atual, onde narrativas e interpretações prevalecem sobre evidências e as redes sociais, como o WhatsApp (sendo profundamente simplório), propagam informações descontroladamente, a mentira se tornou uma ferramenta política poderosa. Por isso, precisamos dar respostas melhores tanto para questões que as

forças de direita exploram no sentido de enfraquecer a imagem da esquerda, quanto para temas para os quais ainda não temos elaboração suficiente e que afetam nossas relações com a população.
Para tanto, será crucial enfrentarmos uma série de desafios que têm se acumulado ao longo do tempo. Por exemplo, tornou-se lugar-comum denunciar o distanciamento da legenda em relação às periferias, às juventudes, aos novos perfis de trabalhadores, aos evangélicos e, sem dúvida, em relação à questão municipal. O partido foi catapultado das prefeituras na eleição de 2016, e ainda não reencontrou um caminho de volta. Fala-se, há mais de uma década, na necessidade de um "retorno às bases" e de uma revisão de rumos que, entretanto, jamais acontece. Na sequência, aprecio quatro dimensões desse desafio que considero os mais relevantes.

BUROCRATIZAÇÃO – Há, acredito, um inexorável processo de colonização do PT por interesses sistêmicos que o torna cada vez mais incapaz de produzir as vacinas necessárias para contrabalancear sua aderência ao chamado establishment, vale dizer, à ordem política e ideológica dominante. Escrevi sobre esse assunto o artigo "Marília, o PT e a renovação que tarda", no Blog do Zé Prata e Ivanir.(13) É forçoso reconhecer que, premido pelas necessidades gerais da luta política, pelo confronto entre as correntes e tendências e pelos interesses dos gabinetes parlamentares, o partido deixou de investir nos instrumentos necessários para tratar as expectativas da militância. Em lugar disso, "acabou por criar uma estrutura que muitas vezes confunde os interesses da base com os seus próprios", como declarou Ricardo Berzoini em entrevista à CartaCapital em 2020. Este, entretanto, não é um fenômeno recente. Assim escreveu André Singer em 2006: "A presente crise tornou evidente que a burocratização da vida partidária foi um fator crucial para torná-la possível. Surgiu a ideia de refundar o PT, de trazê-lo de volta a um passado em que ele foi heroico, austero e ético. Mas não é possível desconsiderar que esse passado foi o ponto de partida de uma evolução (quase sem resistência) que levou o partido a se viciar em campanhas de alto custo e a se envolver em manobras financeiras inconfessáveis. Em outras palavras, não basta querer voltar a um tempo em que a escassez de numerário não foi bem uma opção, mas uma imposição das circunstâncias.(14)
Obviamente, esta conclusão não significa que as direções partidárias não possam, se assim o quiseram, adotar medidas para aumentar a transparência e a prestação de contas, incentivar a maior participação da base, fortalecer a formação política, apoiar a renovação de lideran-

ças e buscar uma maior conexão com os eleitores e demandas da sociedade. A história dos partidos políticos, e do próprio PT, está repleta de exemplos de processos intensos de renovação promovidos de dentro para fora, a partir da iniciativa dos dirigentes partidários.

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E NOVA ORDEM – Em segundo lugar, não apenas o PT, mas o campo de esquerda de modo geral, tem encontrado dificuldades para digerir o conjunto de inovações que há décadas vem perturbando as relações sociais na própria base produtiva das sociedades, a começar pelas inovações tecnológicas. A automação, a inteligência artificial e a digitalização estão transformando profundamente as dinâmicas de produção e trabalho. Indo além, não apenas impactam o mundo do trabalho, mas o conjunto das relações sociais à medida que possibilitam avanços significativos em termos de inovação, interconectividade, facilitação do comércio, mobilidade, aumento da produtividade, transferência de tecnologia e comunicação instantânea, dentre outras inovações.

Essa "revolução" também trouxe desafios significativos. A desigualdade econômica aumentou, com a concentração de riqueza nas mãos de poucos indivíduos e corporações. A automação e a terceirização vão eliminando postos de trabalho com máquinas e algoritmos substituindo funções humanas, enquanto contratos temporários, plataformas digitais como Uber e iFood e informalidade aprofundam a precarização das relações de trabalho.

Essas mudanças também têm contribuído para a fragmentação social, com a dissolução do velho senso de comunidade e vida coletiva, ainda comuns no século XX. Em consequência, assistimos à exacerbação do individualismo, do identitarismo, à polarização ideológica e à disseminação de desinformação nas redes sociais, dificultando consensos mínimos para a formulação de políticas públicas.

Como consequência de todos esses fatores, o Estado do Bem Estar Social entrou em crise duradoura, profunda e extensa, deflagrada pelo advento do neoliberalismo como política econômica e social dominante na globalização.

Durante o século XX, os movimentos de esquerda foram bem-sucedidos em mobilizar trabalhadores em torno de demandas concretas, como melhores condições de trabalho, redistribuição de renda e ampliação de direitos sociais. Hoje, a fragmentação social e as mudanças estruturais no mundo do trabalho dificultam criar uma base sólida e unificada. O grande desafio para as esquerdas nesta realidade é desenvolver uma compreensão adequada desses fenômenos e, principalmen-

te, interpretá-los numa narrativa potente o bastante para nos sugerir um novo horizonte utópico empolgante.

IDENTITARISMO – Trata-se de questão extremamente polêmica. É evidente que o sistema de distribuição da riqueza produzida socialmente é arbitrário e falsificador. Não se pode, por exemplo, concordar com critérios baseados na cor da pele para um cidadão ser beneficiado com uma cota parte da riqueza social. Ou com a diferença na remuneração das mulheres frente aos homens no mercado de trabalho pelo fato de serem mulheres. Neste sentido, não há dúvida que a luta pela inclusão social de negros, indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIAP+ e outros grupos sub-representados é essencial. Os movimentos e organizações expressivos desses segmentos da população colocaram em pauta questões históricas de exclusão e desigualdade. Chamaram a atenção para a importância de reconhecer as especificidades vividas por determinados grupos e promover ações afirmativas para corrigir desigualdades estruturais.

Ainda assim, o identitarismo, se não for adequadamente articulado com a luta mais geral por direitos, pode levar a um tipo de sectarismo essencialista que compromete a capacidade da esquerda de representar os interesses comuns e enfraquece a capacidade de mobilização coletiva. O produto da ênfase exclusiva em identidades específicas pode ser uma fragmentação política ainda maior, além de reforçar estereótipos e preconceitos, em vez de combatê-los, acirrando a competição por recursos e atenção entre grupos, enfraquecendo a solidariedade e a cooperação.

Isso não significa que ações afirmativas ou políticas direcionadas sejam desnecessárias, mas que elas precisam ser articuladas com uma visão universalista que beneficie a sociedade de conjunto.

Medidas universais, como saúde, educação e segurança de qualidade para todos, têm o potencial de beneficiar amplamente as populações marginalizadas, reduzindo desigualdades de maneira estrutural. No entanto, o discurso identitário, ao enfatizar demandas específicas, pode dificultar a construção de consensos políticos necessários para a implementação dessas políticas.

A ASSISTÊNCIA À MILITÂNCIA – Como já antecipei, a vitória eleitoral em Contagem se deve à combinação de uma candidatura potente com uma estratégia eleitoral acertada que evitou a polarização e focou nas questões locais. Além disto, o PT Contagem se preparou para a refrega com muita antecedência e disposição. O partido se reconstruiu, adotou um novo método de gestão, apostou na mobilização da base e se ca-

pacitou para assumir um papel protagônico não apenas na Federação Fé Brasil, mas também junto à coligação Juntos Por Contagem. Outros partidos, especialmente partidos de direita, também investiram na organização. Vide o PL. O sucesso desta legenda em Contagem e no país é reflexo de uma intenção convicta, como já vimos, de ampliar suas forças. O caminho vitorioso adotado em Contagem pode, e deve, servir de inspiração para o conjunto da esquerda e para o PT, em particular. Mas é necessário entender que, sem o apoio das instâncias superiores do partido e de seus parlamentares, a seção municipal, sozinha, não conseguirá suportar a pressão das demandas, nem dar conta das tarefas que a conjuntura impõe.

Finalizando, tudo indica que a "polarização beduína", para usarmos uma expressão de Cândido Vacarezza(15) vai continuar perdendo atrativos, ao passo que o centro tende a se fortalecer cada vez mais. Nesta etapa complexa da luta política, é urgente que o PT repense sua estratégia política e seu discurso, como tem insistido a prefeita Marília Campos. Acredito serem três as questões vitais para as quais precisamos encontrar respostas coletivas:

A) No plano institucional, como enfrentar as ameaças à democracia e aos direitos sociais sem fortalecer um polo de esquerda que, pelo prestígio que desfruta na comunidade, consiga atrair e dirigir as forças de centro e, até, da direita civilizada?

B) No plano da luta pela hegemonia social, como furar as bolhas de sentido e aproximar progressistas radicais e conservadores moderados, formando a base político-social desenvolvimentista que desperte as esperanças na construção de uma vida próspera para todos, sem exclusões?

C) No plano organizativo, como atrair, abrigar e coordenar as ações dos insatisfeitos, transformando suas necessidades num instrumento potente de luta sistemática pela melhoria de nossas condições de vida?

OS NÚMEROS DA ELEIÇÃO A DISPUTA DOS EXECUTIVOS MUNICIPAIS

NÚMERO DE VOTOS PARA PREFEITO

Considerada pelo lado da quantidade de votos que cada partido obteve, o grande vencedor da eleição é o PL, que saltou de 4,7 milhões de votos para prefeito em 2020 para 15,7 milhões em 2024. Foi um crescimento percentual de 236,2%. Como já frisei, esse crescimento

correspondeu à estratégia da sigla, comandada por Valdemar da Costa Neto, que investiu pesado em termos de recursos financeiros e a apoio aos candidatos do partido. Por exemplo, enquanto na maioria das siglas houve um recuo no número de candidaturas apresentadas, o PL registrou aumento de 970 candidatos a prefeito em 2020 para 1.483 nesta eleição, como mostra a **tabela 1**.

Na sequência, aparece o PSD, com 14,5 milhões de votos para prefeito em 2024, um crescimento de 36,7% sobre 2020. O 3º colocado no ranking é o MDB, que teve 14,4 milhões de votos e cresceu 32,5%.

O PT ficou no 6º lugar, alcançando 8,9 milhões de votos — um resultado modesto, mas melhor que o obtido em 2020, quando conseguiu o apoio de apenas 6,9 milhões de eleitores. O crescimento foi de 28,2%.

Em 2020, os tucanos alcançaram 10,6 milhões de votos. Mas em 2024, ficaram com apenas 4,7 milhões de votos, uma redução espetacular de 56%! Veja na **tabela 2** o quantitativo de votos totais de cada partido na disputa majoritária.

DISTRIBUIÇÃO DAS PREFEITURAS POR PARTIDOS

Os partidos que formam o chamado Centrão vão administrar 3.466 municípios a partir de 2025. O número equivale a praticamente 62% das cidades brasileiras. Neste campo, o PSD de Gilberto Kassab e Rodrigo Pacheco, conquistou o maior número de prefeituras (891), desbancando o MDB, tradicional líder em número de prefeituras pelo menos desde 2000 e que, agora, ocupa o 2º lugar governando 864 municípios.

Em terceiro lugar na fila, vem o PP (legenda do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira), com 752 candidatos vitoriosos na disputa para os executivos municipais. Em seguida vem o União Brasil, que conquistou 591 prefeituras e o PL, em 5º lugar, com 517 prefeitos vitoriosos — um crescimento de 166 municípios em relação a 2020. Entre as prefeituras que serão governadas pelo PL a partir do ano que vem, estão 4 capitais: Maceió, Rio Branco, Aracaju e Cuiabá.

Em nono lugar da lista, o PT logrou vencer em 252 municípios, registrando um aumento de 68 prefeituras (39%) em relação a 2020, quando conquistou 183. Mas, de forma geral, o partido não conseguiu um bom desempenho nas maiores cidades. O mapa de votação mostra que a maioria dos municípios onde se saiu vitorioso (67,7%) fica no Nordeste e o partido sai da disputa sem representação em seis estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Fortaleza é a única capital conquistada pelos petistas.

Já a esquerda de modo geral (PCdoB, PDT, PSB, PT, PV, PSOL e Rede) pode ter saído desta eleição ostentando o pior resultado desde a redemocratização. Além das 252 prefeituras conquistadas pelo PT, temos o PSB com 209, o PDT com151, o PCdoB com 19, o PV com 14 e o Rede com 4. O PSOL não elegeu ninguém, perdendo as cinco prefeituras que havia conquistado em 2020. Somando tudo, a esquerda deve governar cerca de 17,8 milhões (12%) de brasileiros a partir do próximo ano, a maioria em pequenos centros.
A **tabela 3** apresenta a relação dos partidos e a evolução do número de prefeituras sob comando de cada um deles desde a eleição de 2008,

POPULAÇÃO GOVERNADA

Além do número de prefeituras conquistadas, é essencial observar a população que passará a ser governada por partido. Nesse caso, o Partido Social Democrático (PSD) saiu do segundo turno das eleições municipais como a sigla que governará a maior população do país: 37,3 milhões de pessoas. Há oito anos, em 2016, o número de pessoas sob sua gestão era de apenas 13,4 milhões.
Em segundo lugar nesta fila, está o MDB que governará pouco mais de 35 milhões de almas. Parte significativa deste total se deve à vitória em São Paulo, onde o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) foi reeleito, trazendo um aumento de 36% na população sob gestão do partido.
No confronto entre espectros ideológicos, os números indicam que a esquerda deve governar cerca de 17,8 milhões (12%) de brasileiros a partir do ano que vem, a maioria em pequenos centros. Em contra partida, o "centro" governará cerca de 52% do eleitorado e a direita, por sua vez, 36%, ou 51,6 milhões de pessoas. O PL terá cerca de 26 milhões de pessoas sob seu comando, ao passo que pouco mais de 10 milhões de cidadãs e cidadãos estarão sob um governo petista.
A **tabela 4** apresenta o quantitativo de habitantes a ser governado pelos partidos.

CIDADES COM MAIS DE 200 MIL HABITANTES

O Brasil tem 103 municípios, de um total de 5.569, com mais de 200 mil habitantes. Trata-se do chamado G103. Nos termos da Constituição Federal e a Resolução 23.734/2024 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nestes municípios as eleições para o cargo do poder executivo local podem ocorrer em dois turnos. Eles são chamados de "PIB eleitoral", pois concentram 40% do eleitorado do país e seus resultados funcionam como cenários para projetar a correlação de forças partidárias no

quadro político nacional. São, portanto, estratégicos.
Com o resultado das eleições de 2024, os únicos partidos de esquerda que governarão alguma cidade do G103 são PT, PSB e PDT e, ainda assim, em proporção menor que a obtida em 2020. Serão apenas 13 cidades, contra as 19 da eleição passada. Entre os partidos de esquerda, o PT teve o melhor resultado, com seis dessas cidades conquistadas, entre elas Fortaleza (CE), a única capital que será governada pelos petistas. Há 24 anos, o PT estava à frente de 22 prefeituras neste grupo. PSB e PDT só governarão dois municípios do G103.
Os resultados mostram amplo predomínio dos partidos de centro e de direita nesse grupo de cidades. Dentre eles, o PL é a legenda com o maior número de prefeituras, havendo passado de duas, em 2020, para 16. O PSD vem em seguida, com o comando de 15 cidades. Na terceira colocação, o União Brasil governar 14 prefeituras do G103.
A **tabela 5** mostra a evolução do número de prefeituras do grupo que cada partido alcançou desde as eleições de 2000.

O RESULTADO NAS CAPITAIS

Após o encerramento do segundo turno, quando os eleitores de 15 capitais voltaram às urnas, os números mostraram que 80% dos candidatos que tentaram a reeleição foram vitoriosos. Os números também mostram que 85% dos eleitos tinham o maior ou segundo maior tempo de propaganda eleitoral na primeira rodada (na segunda, os tempos são iguais) — indicando a filiação a algum grande partido e o cenário de retorno da concentração partidária à qual já me referi.
Os grandes vencedores foram MDB e PSD com cinco 5 capitais, cada. Em seguida, União Brasil e PL venceram em 4, Podemos e PP ganharam em 2 e Avante, PSB, PT e Republicanos fizeram, cada um, uma capital.
A **tabela 6** apresenta evolução do número de prefeitos eleitos por partido nas capitais desde 2008.

O QUADRO LEGISLATIVO NACIONAL

O NÚMERO DE VOTOS PARA VEREADOR

Em 2024, 454.689 candidatos disputaram uma das 54.462 vagas para vereador no Brasil. Os dados da apuração mostram que o partido que mais conseguiu eleger vereadores foi o MDB, com 8.109. O que tem menos é o PSOL, com 80.
Neste quesito, é importante discernir dois cenários: o número de votos

que cada partido obteve na disputa proporcional e o número de eleitos que conseguiu viabilizar. Além de campeão em número de eleitos, o MDB também está no topo do ranking em número de votos recebidos: a sigla angariou 11,2 milhões de votos para seus candidatos.
Em 2º lugar, ficou o PSD com 10,3 milhões amealhados. Todavia, o partido fica com a terceira colocação quando se trata de conferir o número de vereadores eleitos: 6.622.
O PL quase dobrou o número de votos para vereador, conquistando 9,7 milhões de apoios para seus candidatos às câmaras municipais, ante 5,1 milhões de 4 anos atrás. Com esse desempenho, a legenda ficou em 4º lugar no ranking geral por votos recebidos, mas recua para a quinta colocação em número de parlamentares eleitos: 4.957.
Os petistas receberam 6,7 milhões de votos em seus candidatos a vereadores, contra 5,1 milhões em 2020, ostentando uma melhoria de 31% e ocupando a sétima posição neste ranqueamento, atrás de União Brasil e Republicanos. Por outro lado, elegeram 3.127 vereadores e vereadoras, ficando em oitavo lugar na apuração nacional. São 460 vereadores a mais que em 2020, num significativo crescimento de 17%.
A **tabela 7**, no anexo, mostra a evolução do número de vereadores eleitos por partido desde a eleição de 2008, enquanto a **tabela 8** apresenta a variação do número de votos angariados por partido entre as eleições de 2020 e 2024.

A SITUAÇÃO EM MINAS GERAIS

A DISPUTA PARA AS PREFEITURAS

O resultado da eleição em Minas Gerais confirma a tendência nacional de recondução dos incumbentes, mas de um modo bastante enviesado. Acontece que, aparentemente, tivemos um índice significativo de renovação dos mandatos, de acordo com levantamento realizado pela Associação Mineira dos Municípios (AMM).(16)
Dentre os 528 prefeitos aptos a tentar a reeleição no estado, 470 se registraram como candidatos. Destes, 395 foram reeleitos, o que representa uma taxa de sucesso de 84,4%. Com esse resultado, 46% dos municípios mineiros optaram pela reeleição dos atuais gestores, o que resulta numa taxa de recondução bem abaixo da média nacional, de 80%.
A AMM observa, entretanto, que entre os 456 novos prefeitos eleitos, vários são lideranças conhecidas no cenário político mineiro e já passaram pelos executivos municipais. Dessa forma, o número de prefeitos

realmente calouros que assumirão o cargo pela primeira vez em 2025, deve chegar a, no máximo, uma centena, especula o informe da associação. Isso reaproxima o percentual do "continuísmo mineiro" aos índices nacionais.

Quanto aos partidos dominantes, o Centrão foi vitorioso, como esperado. Juntas, as agremiações deste campo, vão governar cerca de 466 municípios no estado a partir do ano que vem. Neste campo, o PSD de Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal e possível candidato à sucessão de Romeu Zema em 2026, foi quem mais conquistou cadeiras, arrebatando 140 delas. Trata-se de um crescimento de 79% em relação a 2020, quando os pessedistas elegeram 78 prefeitos. Em seguida, o Republicanos elegeu em 83 municípios, o MDB em 82 e o PP em 77.

O PL venceu em 53 cidades, nove a mais do que em 2020, num crescimento muito discreto. Além disso, levou a pior na capital mineira, Belo Horizonte, onde Bruno Engler chegou ao final do primeiro turno em primeiro lugar, mas perdeu de virada no segundo, derrotado pelo candidato do PSD, o prefeito Fuad Noman.

Também o ultradireitista governador do estado, Romeu Zema, tem pouco a comemorar. O governador sofreu uma derrota feia na capital, onde apoiou Mauro Tramonte, do Republicanos. Durante quase toda a campanha, o apresentador de TV e deputado estadual manteve a liderança nas pesquisas e sua vitória chegou a ser dada como certa. Na reta final, contudo, foi ultrapassado por Engler e Fuad. Segundo consta, o governador teria obtido bons resultados no interior de Minas, onde 60% de seus apadrinhados teriam sido eleitos. Todavia, o registro aponta que ele pediu votos em apenas 27 cidades, o que é pouco demais num estado com mais de 800 municípios.(17) Finalmente, o Novo, seu partido, elegeu prefeitos em 9 municípios, num "espetacular" crescimento de 100% em relação a 2020, quando não elegeram ninguém.

Com tudo isso, os partidos de centro, centro-direita e direita estarão no comando de, aproximadamente, 719 prefeituras mineiras a partir de 2025, ou mais de 84% do total.

No campo de esquerda, O PT tinha 27 prefeituras e conquistou mais oito, chegando a 35 governos municipais no estado. O partido reelegeu em duas importantes prefeituras do interior (Contagem e Juiz de Fora), mas fez feio na capital, onde ficou num distante 6º lugar, com pouco mais de 55 mil votos. O PSB elegeu em 22 cidades, mesmo número alcançado pelo PDT. O Rede ficou com duas prefeituras e o PC do B com uma. Juntos, os partidos de esquerda e centro-esquerda governarão, a partir do ano que vem, cerca de 132 municípios, algo equivalente a 16% do total.

A **tabela 9** apresenta os números da disputa aos executivos municipais na eleição de 2024. Já na **tabela 10**, há o quadro da evolução do número de prefeituras administradas pelo PT em Minas Gerais desde 2012.

O QUADRO DA ELEIÇÃO DOS PROPORCIONAIS

Se o vereador ou a vereadora são, de fato, os representantes mais próximos do povo, as eleições de 2024 confirmaram que nada mais distante da população que os partidos de esquerda.

Para início de conversa, as legendas supostamente mais radicais neste campo, como PSOL e PSTU, ficam no fim da fila no ranqueamento do número de vereadores eleitos. O primeiro elegeu 6 e o segundo, nenhum. O partido de esquerda que mais elegeu vereadores foi o PDT (372), seguido pelo PT (368) e o PSB, com 325. No total, a esquerda e os partidos de centro-esquerda elegeram cerca de 1.590 vereadores e vereadoras para as 8.528 vagas disponíveis. Ou seja, elegeram cerca de 19% do total.

Um dado relevante é que a bancada de esquerda na Câmara Municipal de Belo Horizonte dobrou de tamanho, passando de cinco para dez, dos 41 vereadores. O PT, que tinha duas vagas no legislativo da capital, dobrou o número de cadeiras, enquanto o PSOL, ampliou de duas para três parlamentares, todas mulheres. As outras vagas são do PV e do PCdoB, que integram federação Fé Brasil.

Por outro lado, o centro e a direita deram de balaiada. Este campo elegeu quase 7.000 vereadores e vereadoras, ou 81% das vagas. O partido que mais elegeu foi o PSD (969) vereadores, seguido por MDB (838), PP (710) e União Brasil (678).

O PL elegeu 658 vereadores e o Novo, 93, ficando em um dos últimos lugares da fila dos partidos com maior número de vereadores em Minas. A **tabela 11** apresenta o quadro da eleição de vereadores no Estado e, a **tabela 12**, registra a evolução do número de vereadores e vereadoras eleitos pelo PT em Minas Gerais desde 2012.

A ELEIÇÃO POR SEGMENTOS

As eleições de 2024 revelaram alguns avanços que, embora insuficientes, podem contribuir para a luta contra a sub-representação de determinados segmentos de público, muito marcados pela segregação, tais como os negros, mulheres, a comunidade LGBTQIAP+, indígenas, quilombolas e outros.

Por isso mesmo, é necessário registrar que, dentre os membros eleitos

desses grupos sociais, um número expressivo está filiado a partidos de direita e do Centrão. Acredito que o fato de estarem associados a partidos que, por convicção ideológica, reforçam a segregação social, deve nos levar a considerar se o mero aumento do número de representantes eleitos desses grupos sociais representa, de fato, um ganho na luta contra a desigualdade e a discriminação.

MULHERES – O número de mulheres assumindo prefeituras cresceu em comparação ao último pleito. Serão 728 prefeitas no cargo a partir de 2025, contra 656 eleitas há quatro anos. Do total atual, apenas duas capitais serão governadas por mulheres: Campo Grande (MS) com Adriane Lopes (PP) e Aracaju (SE) com Emília Corrêa (PL). Este número representa o dobro do alcançado 2020, quando apenas uma mulher foi escolhida para governar uma capital (Cínthia Ribeiro, do PSDB, em Palmas). É o maior índice em 16 anos.

No recorte de gênero, o TSE também registrou um número recorde de candidaturas femininas em 2024 — o maior desde 2000. Foram 2.311 inscritas, cerca de 15% do total de candidatos. Apesar disso, as mulheres representam apenas 13,21% do total de prefeitos no país. O percentual representa um aumento de 1,1 ponto percentual em relação à eleição de 2020 quando 12,1% dos eleitos para as prefeituras foram mulheres.

O número de vereadoras também cresceu. Foram eleitas em 2024 10.624 mulheres, contra as 9.371 que chegaram às câmaras em 2020. O crescimento foi de 13%.

Levantamento realizado pelo Estadão sustenta que 82,5% das prefeitas eleitas representam partidos de direita ou centro. De acordo com as informações do jornal, o MDB lidera com o maior número de escolhidas: 130. O PSD conseguiu eleger 104 e o PP, 89. As prefeitas de esquerda e centro-esquerda são 129, ou 17,57% do total.

No caso das vereadoras, dentre as 10.624 que ocuparão as Câmaras Municipais em 2025, 4.923 são de centro (46%) e 3.633 (34%) de partidos à direita, em apuração do jornal Folha de São Paulo. O número de vereadoras da esquerda (2.090), representa 20% das eleitas no país.

O PT alcançou um resultado muito positivo com as candidaturas femininas. Dentre as candidaturas do partido, 36% foram de mulheres e, do total de eleitos, 25% são mulheres. Em 2020, eram 20%. O partido elegeu 876 mulheres entre prefeitas, vereadoras e vices em todo o país.

NEGROS – Um a cada 3 prefeitos eleitos (33,5%) nas eleições de 2024 se autodeclaram negros ou pardos. É a maior taxa desde que a Justiça Eleitoral passou a coletar a informação. No total, foram 1.865 eleitos,

número que representa uma alta de 1,3 ponto percentual em relação a 2020, quando 1,7 mil candidatos pretos ou pardos se saíram vitoriosos — 32% do total. O número de candidatos que se declararam pretos ou pardos chegou a 52,73% do total. Foram 239.789 nomes, o maior percentual desde 2016.

Levantamento realizado pelo jornal Folha de São Paulo indica que a maior parte dos negros ou pardos eleitos para comandar prefeituras pelo país são de centro ou direita. Ao todo, 49% são filiados a partidos do Centrão, 34% aos partidos de direita e apenas 17% são de esquerda.

COMUNIDADE LGBTQIAP+ – O TSE registrou 225 pessoas LGBTQIAP+ eleitas nessas eleições municipais, sendo três delas para prefeituras. O número representa um aumento de 130% em relação ao registrado no pleito de 2020 e é um recorde, de acordo com levantamento da organização não governamental VoteLGBT.

Ao mesmo tempo, houve retrocesso no número de vereanças conquistadas por pessoas trans. Em 2020 foram eleitas 30. Em 2024, apenas 26 conseguiram a eleição. Apesar do menor número, a representatividade das votações foi expressiva. Ao menos 14 candidatas trans foram as mais votadas em suas cidades. São os casos de Benny Briolly, em Niterói (PSOL-RJ) e Thabatta Pimenta, em Natal (PSOL-RN), primeira vereadora trans na história da capital.

De acordo com levantamento do VoteLGBT, 50,2% dos eleitos são de partidos de esquerda, principalmente do PT, com 64 eleitos; 29,5% são de centro e 20,3% de direita.

TRABALHADORES RURAIS – Segundo levantamento do jornal O Globo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) alcançou na eleição de 2024, a vitória de 133 candidaturas, sendo 23 prefeituras e 110 vereadores e vereadoras. Dentre os eleitos, 43 são candidatos próprios do MST, enquanto 90 políticos são candidatos que se comprometeram com as bandeiras do movimento. A suposição é que todos os eleitos pelo MST sejam de esquerda.

INDÍGENAS – O número de candidatos eleitos que se autodeclararam indígenas no pleito municipal de 2024 chegou a 261. Desses, nove indígenas são prefeitos (seis reeleitos), 12 vice-prefeitos e 240 vereadores. O número de indígenas eleitos equivale a 31,16% a mais do que em 2020. Há quatro anos, foram 199, dentre os quais oito prefeitos, 10 vices e 181 vereadores.

Entre os nove prefeitos eleitos, 3 são do PT e um do Rede. Os demais estão à direita no espectro político. PSD, MDB, PSDB, Republicanos e

PP elegeram, cada um, um prefeito indígena. Já no caso dos vereadores, 82 (34,17%) são de esquerda e 158 (65,83%) ligados a partidos de centro, centro-direita e direita.

QUILOMBOLAS – O Brasil elegeu 17 prefeitos, 36 vices e 334 vereadores quilombolas em 2024. É a primeira vez que o dado entra nos registros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), de forma autodeclaratória. No total, 11% dos 3.455 candidatos quilombolas foram eleitos.
Quanto ao perfil político partidário dos eleitos, no caso das prefeituras, 12 (71%) quilombolas eleitos são filiados a partidos de centro, centro-direita e direita (União, Avante, MDB, Mobiliza, PL, Pode, PP e PSD). O grupo tem ainda 3 quilombolas eleitos pelo PT e dois pelo PSB.
Para as Câmaras municipais, os resultados indicam que o Centrão lidera, com 220 eleitos. Dentre esses, MDB tem a maior fatia: 53 são filiados à legenda. Em seguida, aparecem PSD e União Brasil, com 40 cada um. O partido Progressistas ficou em quarto, com 33 eleitos. No campo da esquerda, o PT foi a sigla que mais elegeu vereadores quilombolas: 30. O PSB vem em segundo lugar com 26, e o PDT vem em seguida, com 20.

NOTAS

1 - Bolsonaro encerra eleição com racha na direita e também leva sua 'sapecada monumental' - https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/10/bolsonaro-encerra-eleicao-com-racha-na-direita-e-tambem-leva-sua-sapecada-monumental.shtml
2 - A influência vital: o papel das eleições municipais na política federal - https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/elas-no-jota/a-influencia-vital-o-papel-das-eleicoes-municipais-na-politica-federal
3 - O balanço de forças nas eleições 2024 - https://valor.globo.com/opiniao/bruno-carazza/coluna/o-balanco-de-forcas-nas-eleicoes-2024.ghtml
4 - Ilusões sobre o papel da polarização nacional nas eleições municipais - https://www.poder360.com.br/opiniao/ilusoes-sobre-o-papel-da-polarizacao-nacional-nas-eleicoes-municipais
5 - Número de reeleitos nas eleições municipais de 2024 é o maior da história - https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/numero-de-reeleitos-nas-eleicoes-municipais-de-2024-e-o-maior-da-historia
6 - Panorama das finanças municipais: análise das capitais e municípios com mais de 50 mil habitantes - 2018/2022 -10 - https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT21.pdf
7 - Partidos veem eleição com avanço de caixa 2, compra de votos e infiltração de facções - https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/10/partidos-veem-eleicao-com-avanco-de-caixa-2-compra-de-votos-e-infiltracao-de-faccoes.shtml

8 - Violência política pré-eleições em 2024 é 130% maior do que nas últimas eleições municipais - https://www.global.org.br/blog/violencia-politica-pre-eleicoes-em-2024-e-130-maior-do-que-nas-ultimas-eleicoes-municipais
9 - Abstenção é a 2ª maior desde 2000 e só perde para a pandemia https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/abstencao-e-a-2a-maior-desde-2000-e-so-perde-para-a-pandemia
10 - Hegemonia dos maiores partidos cresce pela 1ª vez desde 1996 - https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/hegemonia-dos-maiores-partidos-cresce-pela-1a-vez-desde-1996
11 - José Prata: PT e PL nacionalizam; Centrão assiste e organiza um "arrastão político" nas eleições municipais - https://www.zeprataeivanir.com.br/jose-prata-pt-e-pl-nacionalizam-centrao-assiste-e-organiza-um-arrastao-politico-nas-eleicoes-municipais/
12 - Bolsonarismo Shrek - https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-as-urnas-afetaram-as-coalizoes-que-devem-se-enfrentar-em-2026/
13 - Ivanir Corgosinho: Marília, o PT e a renovação que tarda - https://www.zeprataeivanir.com.br/marilia-o-pt-e-a-renovacao-que-tarda
14 - O PT em transformação - https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1505200608.htm
15 - A moderação venceu a polarização - https://www.poder360.com.br/opiniao/a-moderacao-venceu-a-polarizacao
16 - Eleições 2024: 53,3% dos eleitos em Minas Gerais são novos prefeito - https://portalamm.com/eleicoes-2024-533-dos-eleitos-em-minas-gerais-sao-novos-prefeitos/
17 - Apesar da derrota em BH, Zema viu 60% dos candidatos para quem pediu voto elegerem-se prefeitos https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/10/09/apesar-da-derrota-em-bh-zema-viu-60percent-dos-candidatos-para-quem-pediu-voto-elegerem-se-prefeitos.ghtml

Tabela 1
Eleição proporcional — Brasil
Evolução do número de candidaturas 2020/2024

PARTIDO	2020	2024	VARIAÇÃO	%
AVANTE	15.282	16.392	1.110	7,26
Cidadania	17.539	4.960	-12.579	-71,72
DC	4.882	7.064	2.182	44,69
UNIÃO Brasil	55.520	36.355	-19.165	-34,52
MDB	45.180	44.114	-1.066	-2,36
NOVO	620	7.529	6.909	1114,35
PC do B	10.727	3.150	-7.577	-70,63
PCB	77	35	-42	-54,55
PCO	143	172	29	20,28
PDT	28.766	22.722	-6.044	-21,01
PL	28.475	35.762	7.287	25,59
PMB	2.880	4.114	1.234	42,85
MOBILIZA	5.068	6.571	1.503	29,66
PODEMOS	20.715	23.575	2.860	13,81
PP	38.532	39.615	1.083	2,81
PROS	11.900		-11.900	-100
PRTB	8.012	4.243	-3.769	-47,04
PSB	26.971	26.351	-620	-2,3
PSC	18.135		-18.135	-100
PSD	39.746	38.646	-1.100	-2,77
PSDB	33.261	21.852	-11.409	-34,3
PSOL	4.759	3.931	-828	-17,4
PSTU	208	159	-49	-23,56
PT	31.860	29.808	-2.052	-6,44
PRD	38.253	16.911	-21.342	-55,79
AGIR	6.861	7.320	459	6,69

PV	12.285	4.709	-7.576	-61,67
REDE	4.871	4.400	-471	-9,67
REPUBLICANOS	28.868	33.754	4.886	16,93
SOLIDARIEDADE	17.148	14.946	-2.202	-12,84
Fonte: TSE/ Poder 360				

Tabela 2
Votos nos partidos — Brasil
Evolução dos votos totais. Majoritário. Primeiro turno

Partido	2020	2024
PL (ex PR)	4,7	15,7
PSD	10,6	14,5
MDB (ex-PMDB)	10,9	14,4
UNIÃO (DEM = PSL)	11,1	11,3
PP (ex PPB)	7,6	9,9
PT	6,9	8,9
REPUBLICANOS (ex PRB)	5,0	7,4
PSB	5,2	6,5
PSDB	10,6	4,7
PODEMOS (+ PSC)	5,4	3,5
PDT	5,3	3,2
PSOL	2,2	2,6
AVANTE (Ex PT do B)	1,6	2,1
PRTB	0,8	1,8
NOVO	0,4	1,5
SOLIDARIEDADE (+Pros)	3,3	1,3
Cidadania (ex PPS)	2,6	1,1
PRD (PTB + Patriotas)	4,7	1,1
PV	0,7	0,6
PMB	0,1	0,4
MOBILIZA	0,2	0,3

PC do B	1,2	0,3
REDE	0,4	0,1
DC	0,3	0,1
AGIR (ex PTC)	0,2	0,1
UP	0,0	0,1
PSTU	0,0	0,0
PCO	0,0	0,0
PCB	0,0	0,0
Fonte: TSE/ Poder 360		

Tabela 3
Eleição 2024
Evolução do número de prefeituras por partidos
2008/2024

Partido	2008	2012	2016	2020	2024
PSD	-	488	538	657	891
MDB (ex-PMDB)	1190	1013	1044	793	864
PP (ex PPB)	546	471	494	690	752
UNIÃO (DEM = PSL)	504	298	297	560	591
PL (ex PR)	380	272	297	344	517
REPUBLICANOS (ex PRB)	54	79	105	213	440
PSB	302	433	406	253	312
PSDB	776	684	799	523	276
PT	550	635	254	182	252
PDT	344	302	334	315	151
AVANTE (Ex PT do B)	8	25	12	81	136
PODEMOS (+ PSC)	73	91	117	219	129
PRD (PTB + Patriotas)	406	288	269	266	77
S O L I D A R I E D A D E (+Pros)	-	0	112	135	63
Cidadania (ex PPS	127	123	122	141	33

MOBILIZA	40	40	29	13	21
PC do B	39	53	81	46	19
NOVO	-	0	0	1	18
PV	73	98	101	46	14
REDE	-	-	6	5	4
AGIR (ex PTC)	11	20	16	1	3
PMB	-	-	4	1	2
DC	7	9	8	1	2
DRTB	11	16	9	6	1
PSOL	0	2	2	5	0
Fonte: TSE/Poder 360					

Tabela 4
Eleição 2024
População governada por partido
Primeiro e segundo turnos

Partido	População
PSD	37.305.305
MDB	35.609.469
PL	26.127.260
UNIÃO Brasil	23.805.870
PP	20.798.125
REPUBLICANOS	14.618.868
PT	10.149.671
PSB	8.987.850
PSDB	8.630.375
PODEMOS	7.434.898
AVANTE	4.977.418
PDT	3.808.341
NOVO	1.790.559
Cidadania	1.465.297

PRD	1.456.118
SOLIDARIEDADE	1.360.221
PV	381.562
PCdoB	368.093
MOBILIZA	195.025
PMB	107.762
DC	100.459
AGIR	69.380
REDE	40.186
PRTB	16.504
Fonte: Poder 360	

Tabela 5
Prefeituras do G103
Evolução do número de prefeituras por partidos 2000/2024

Partido	2000	2004	2008	2012	2016	2020	2024
PL	2	2	3	2	4	2	16
PSD	0	0	0	4	4	11	15
UNIÃO Brasil	12	6	5	5	5	12	14
MDB	12	10	21	12	14	17	12
PP	4	3	5	4	2	8	11
REPUBLICA-NOS	0	0	1	2	2	4	8
PODEMOS	1	0	0	1	3	8	8
PT	22	21	25	18	1	4	6
PSDB	18	20	14	19	28	17	5
PSB	6	9	8	12	7	4	2
PDT	8	9	8	7	4	4	2
AVANTE	0	0	0	0	0	2	2
NOVO	0	0	0	0	0	1	2
Fonte: Poder 360							

Tabela 6
Eleição 2024
Evolução do número de prefeitos eleitos por partido nas capitais - 2008/2024

Partido	2008	2012	2016	2020	2024
MDB	6	2	4	5	5
PSD	0	1	2	2	5
UNIÃO	1	2	1	4	4
PL	0	0	0	0	4
PP	1	2	0	2	2
PODEMOS	0	0	1	1	2
PSB	3	5	2	2	1
AVANTE	0	0	0	1	1
REPUBLICANOS	0	0	1	1	1
PT	6	4	1	0	1
PSDB	4	4	7	4	0
PDT	1	3	3	2	0
Cidadania	0	1	1	1	0
PSOL	0	1	0	1	0
AGIR	0	1	0	0	0
MOBILIZA	0	0	1	0	0
PCdoB	1	0	1	0	0
PV	1	0	0	0	0
REDE	0	0	1	0	0
PRD	2	0	0	0	0

Fonte: Poder 360

Tabela 7
Evolução do quadro de vereadores eleitos por partido. Brasil. Primeiro turno

Partido	2008	2012	2016	2020	2024
MDB (ex-PMDB)	6.645	7.962	7.554	7.352	8.109
PP (ex PPB)	4.038	4.938	4.740	6.376	6.947
PSD	-	4.666	4.646	5.700	6.622
UNIÃO (DEM = PSL)	4.106	4.046	3.774	5.547	5.482
PL (ex PR)	2.772	3.191	3.018	3.463	4.957
REPUBLICANOS (ex PRB)	579	1.207	1.616	2.574	4.642
PSB	2.321	3.555	3.629	3.010	3.583
PT	3.200	5.181	2.806	2.667	3.127
PSDB	4.533	5.260	5.357	4.399	3.002
PDT	2.744	3.663	3.765	3.430	2.503
PODEMOS (+ PSC)	1.087	1.896	2.286	3.030	2.329
AVANTE (Ex PT do B)	232	535	488	1.042	1.525
PRD (PTB + Patriotas)	-	-	2.994	2.327	1.413
SOLIDARIEDADE (+Pros)	-	-	2.422	2.113	1.251
PV	913	1.582	1.518	811	488
Cidadania (ex PPS	1.624	1.864	1.674	1.582	437
MOBILIZA	445	607	525	199	360
PC do B	467	974	1.008	704	354
AGIR (ex PTC)	259	483	572	214	296
NOVO	-	-	4	29	263
DC	258	447	417	122	253
REDE	-	-	179	149	172
PMB	-	-	213	46	109
PRTB	203	421	388	216	97
PSOL	22	49	56	93	80

Fonte: Poder 360

Tabela 8
Evolução dos votos nos vereadores – Brasil 2020/2024

Partido	2020	2024	Variação %
MDB	8,1	11,2	38,5
PSD	7,5	10,3	37,8
PP	7,1	10,1	42,0
PL	5,1	9,7	92,0
UNIÃO	9,1	9,2	1,1
REPUBLICANOS	5,2	8,1	56,7
PT	5,1	6,7	31,8
PSB	4,7	6,5	37,1
PODEMOS	6,6	5,6	-14,6
PDT	5,0	4,8	-5,8
PSDB	6,0	4,7	-22,0
PRD	6,0	3,5	-40,6
AVANTE	2,3	3,3	44,2
SOLIDARIEDADE	4,5	3,0	-32,4
NOVO	0,6	1,7	175,0
PSOL	1,5	1,6	4,7
DC	0,7	1,4	98,2
AGIR	0,9	1,3	48,3
PV	1,9	1,2	-33,4
Cidadania	3,0	1,2	-61,5
MOBILIZA	0,7	1,1	46,9
PC do B	1,6	0,9	-45,4
REDE	0,7	0,7	1,5
PMB	0,4	0,6	62,1
PTRB	1,0	0,6	-35,6
UP	0,0	0,0	18,4
PSTU	0,0	0,0	2,7

PCB	0,0	0,0	-78,9
PCO	O,0	0,0	228,2
Fonte: Poder 360			

Tabela 9 **Eleição 2024 — MG** **Prefeitos eleitos por partido**	
PSD	140
REPUBLICANOS	83
MDB	82
PP	77
UNIÃO Brasil	70
PSDB	60
AVANTE	58
PL	53
PRD	42
PT	35
SOLIDARIEDADE	31
PODEMOS	24
PDT	22
PSB	22
MOBILIZA	17
Cidadania	16
NOVO	9
PV	3
DC	2
REDE	2
AGIR	1
PC do B	1
PMB	1
Fonte: TSE	

Tabela 10
Evolução do número de prefeituras administradas pelo PT em Minas Gerais

ANO	Prefeituras
2012	113
2016	41
2020	27
2024	35

Fonte: TSE

Tabela 11
Eleição 2024 — MG
Número de vereadores eleitos por partidos

Partido	Votos	Nominais	Legenda	Eleitos
PSD	1.019.524	972.412	47.112	969
MDB	847.098	814.624	32.474	838
PP	867.170	835.544	31.626	710
UNIÃO	820.756	792.887	27.869	678
REPUB	855.171	819.982	35.189	664
PL	1.026.227	969.230	56.997	658
PSDB	535.633	513.078	22.555	536
AVANTE	635.399	618.340	17.059	508
PRD	568.812	553.277	15.535	442
PDT	532.111	505.851	26.260	372
PT	658.887	601.129	57.758	368
PSB	464.045	451.252	12.793	325
SD	465.182	453.752	11.430	319
PODE	439.519	429.056	10.463	306
MOBILIZA	378.983	370.435	8.548	237
CIDADANIA	242.155	231.618	10.537	131
PV	208.777	201.673	7.104	120

NOVO	333.495	320.881	12.614	93
AGIR	172.455	169.959	2.496	76
REDE	168.553	164.295	4.258	61
PMB	103.305	101.682	1.623	35
DC	162.525	160.224	2.301	34
PRTB	60.574	59.536	1.038	21
PC do B	72.709	70.905	1.804	19
PSOL	95.125	89.896	5.229	6
UP	3.981	3.355	626	0
PSTU	2.763	2.383	380	0
PCB	740	278	462	0
PCO	280	149	131	0
Fonte: TSE				

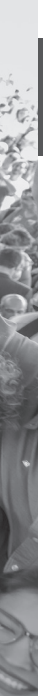
Tabela 12
Eleição 2024 — MG
Evolução do número de vereadores eleitos pelo PT

ANO	Eleitos
2024	368
2020	367
2016	422
2012	815
Fonte: TSE	

PARA CONTINUAR MUDANDO O BRASIL, O PT TAMBÉM PRECISA MUDAR PROFUNDAMENTE

JOSÉ PRATA ARAÚJO

Vivemos um dos momentos mais desafiadores da história do Partido dos Trabalhadores. Precisamos avançar na reconstrução de nosso Partido de forma plural e a muitas mãos. Nenhuma tendência ou segmento do Partido isoladamente dão conta de gigantescas tarefas políticas e organizativas que temos pela frente. Em Contagem tivemos uma clara compreensão deste processo, da gravidade deste momento histórico marcado pela enorme força da extrema direita, do risco que correm a nossa democracia e nosso Estado Social, e nos reunimos, de forma unificada, com base nas melhores tradições do petismo, para enfrentar os nossos adversários. E vencemos. Precisamos realizar um enorme mutirão de base e reconectar com nossas bases sociais históricas e ampliar nosso trabalho para novas bases sociais. Trabalho de base, comunicação e formação são três de nossas mais importantes tarefas. No plano político precisamos manter o crescimento econômico, mas aprofundar as lutas por um Brasil mais justo, com uma tributação mais progressiva e redução forte nos juros. Na próxima grande disputa, em 2026, precisamos reeleger Lula. Teremos uma disputa difícil para os governos dos Estados e, para o Senado, provavelmente somente uma tática eleitoral como a do segundo turno na França, com a unidade em torno de duas candidaturas por Estado, conseguiremos deter a extrema direita.



1-O PT OBTEVE NA CAMPANHA ELEITORAL RESULTADOS QUE PODERÍAMOS ENQUADRAR COMO UMA "RECONSTRUÇÃO LENTA"; MAS TRATA-SE DE UM DESEMPENHO AMPLAMENTE INSUFICIENTE PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DESTE MOMENTO HISTÓRICO. O desempenho do PT nas eleições municipais não foi o desastre político que aponta a direita e alguns segmentos da própria esquerda. Mas são resultados muito acanhados para reconstruir o PT como um partido nacional fincado na dinâmica de nossas cidades, que são fundamentais nas disputas majoritárias e, sobretudo, na correlação de forças na Câmara dos Deputados.(…) Veja os principais números divulgados pela direção nacional: a) o número de prefeituras passou de 183 para 252; b) o número de prefeituras nas cidades com mais de 200 mil eleitores passou de 4 para 6; c) nas cidades com 100 a 200 mil eleitores, o PT recuou de 5 para 2; perdeu quatro que governava: Araraquara, Teófilo Otoni, Lauro de Freitas e São Leopoldo; d) a votação para prefeitos passou de 6.909.779, em 2020, para 8.881.789; d) o número de vereadores cresceu de 2.668 para 3.129; e) a votação para vereadores passou de 5.701.138, em 2020, para 7.365.716, em 2024.(…) Mas veja só as fragilidades do PT no Brasil como partido nacional que é: a) o PT, dentre os partidos políticos, é apenas o nono colocado no número de prefeitos e o oitavo no número de vereadores; b) 188 prefeitos(as) do PT (75% do total) são de cidades pequenas com menos de 20 mil habitantes e apenas oito prefeituras nas cidades acima de 100 mil eleitores; c) 147 prefeitos (58%) estão concentrados em apenas três estados (Bahia, Ceará, Piauí); d) em sete estados o PT não nenhum prefeito (Acre, Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Roraima e Rondônia); em cinco estados tem-se de 1 a 2 prefeitos apenas (Alagoas, Amazonas, Maranhão, Pará, Paraíba; veja que três estados são do Nordeste); em três outros grandes estados temos muitos poucos prefeitos: São Paulo (4), Paraná (3) e Rio de Janeiro (3). Estes resultados são incompatíveis com um partido que sofreu uma séria perseguição; mas que deu a volta por cima e elegeu o presidente da República, quatro governadores; seis senadores; 180 deputados federais e estaduais; tem recursos expressivos de emendas impositivas e um fundo eleitoral de R$ 620 milhões. Nosso principal problema, que impede uma reconstrução nas cidades é que não temos mais uma agenda política municipal como nas origens de nosso partido, que resumíamos no "modo petista de governar" e no "modo petista de legislar"; nossa agenda política é somente nacional.(…) Sobre as eleições ainda é preciso destacar que nossos bons resultados, PT e lideranças de centro lulistas, em Minas Gerais e Rio de Janeiro, dois estados estratégicos do Sudeste,

que, numa aliança com o Nordeste, nos deixa em uma situação melhor para as disputas de 2026.

2-OU O PT SE RECONSTRÓI A PARTIR DAS CIDADES, DE BAIXO PARA CIMA, NO "CHÃO DO BRASIL", OU O NOSSO PARTIDO NÃO TERÁ FUTURO. Não tem como não se sentir desconfortável politicamente com os dados que citamos anteriormente. O PT é de uma fragilidade impressionante nos nossos municípios, que se não for superada compromete o nosso futuro. Muitos explicam esta situação pela ofensiva devastadora da Operação Lava Jato e da mídia empresarial contra nosso Partido. Mas não estamos conseguindo reverter a situação porque o PT subestima e até deprecia a organização partidária nos municípios. Alguns dos principais dirigentes do PT dizem que os prefeitos são pouco importantes "porque não dão votos para o presidente Lula". Recentemente, nós de Contagem, que valorizamos muito a organização municipal, fomos depreciados por um dos dirigentes do partido, nas mídias sociais, por sermos "municipalistas". (…) No nosso plano de campanha da Marília defendemos a "municipalização" das eleições municipais: "Nossa linha política é tida como 'despolitizada' e 'provinciana'; mas isso é um grave erro até porque temos uma enorme tradição de politização com formulações, textos e livros sobre os rumos de nosso Estado e de nosso País. Somos contra a nacionalização da disputa eleitoral, vamos centrar nosso combate política naquelas questões concretas de nosso município. Impressionante: o petismo em todo o Brasil tem um discurso homogêneo para todos os locais: seja no Brasil, nos Estados, nos municípios, na Igreja, na família, no local de trabalho. Isto não deu certo no passado nem dará certo nas eleições municipais de 2024. É preciso resgatar a história da construção de nosso Partido. O PT é um partido criado de baixo para cima, a partir das lutas sociais, teve também nas primeiras décadas de existência uma forte presença no 'chão' de nosso País, que são as cidades brasileiras. As administrações populares em grandes cidades foram fundamentais para a nacionalização da forma petista de governar, que, mais tarde, chegou também aos governos de Estado e a presidência da República. É preciso retomar este processo de construção de baixo para cima".

É na base que se muda a história! Nossa estratégia política e nossa forma de comunicação afirmativa e sem lacração política em Contagem é elogiada hoje, em conversas privadas, por alguns dos mais importantes analistas políticos e comunicadores do Brasil. Numa destas conversas escrevi para meu interlocutor: "A derrota do extremismo, em minha opi-

nião, deve ser de baixo para cima, no chão do Brasil, em nossas cidades. Contagem pode virar um exemplo para o Brasil. Marília está inspiradíssima e pode liderar este grande combate democrático". Meu interlocutor me respondeu: "Não há outra opção. É na base que se muda a história. As vitórias nacionais acabaram encastelando lideranças, que se afastam do povo. Um perigo! Sorte a nossa de ter a Marília". Diálogo maravilhoso! Repetindo pela terceira vez a frase que explica a nossa história e que define o nosso futuro: É na base que se muda a história!

3-O PT ESTÁ PERDENDO A CAPACIDADE TRANSFORMADORA E PODERÁ COMPROMETER O SEU FUTURO PORQUE PERDEU AS BASES NAS CIDADES, EM PARTICULAR NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS.

Muitos dirigentes do PT despolitizam e tratam com pouco caso a organização municipal do Partido; afirmam que como as eleições presidenciais, por exemplo, tem uma agenda tipicamente nacional Lula não precisaria do apoio dos prefeitos e prefeitas para se reeleger em 2026. Mas é a partir das cidades que construímos nossa história – nos movimentos sociais e nas administrações populares – e nas cidades, especialmente nas grandes cidades, que está o nosso futuro, futuro de reconstrução ou de decadência definitiva. Alguns analistas afirmam que o PT nunca foi um partido forte nos municípios. Não é bem assim. Já tivemos um número expressivo de prefeitos e prefeitas, mas como tínhamos uma forte presença nas grandes cidades, a "população governada" pelo nosso partido nos colocava sempre nas primeiras colocações dentre todos os partidos. Senão vejamos.

Desde 2012, provavelmente em função dos enormes ataques sofridos e em função da prioridade para a defesa de um projeto nacional e de nossas lideranças, o PT vem perdendo, de forma acelerada, suas bases municipais. Nosso Partido tinha 409 prefeitos(as), em 2004; saltou para 558, em 2008, terceiro maior partido nos municípios atrás apenas do MDB e PSDB; teve seu melhor desempenho, em 2012, com 638 prefeitos, de novo na terceira colocação atrás, mais uma vez, do MDB e PSDB; em 2016, o PT encolheu para 254 prefeitos e, em 2020, recuou ainda mais para apenas 183 prefeitos, ficando apenas na 11ª colocação dentre os partidos brasileiros.(…) E mais grave ainda: o PT, recuou muito desde 2012 no número de prefeitos nas grandes cidades. Veja só: PT e PSDB revezaram na primeira e na segunda colocação, durante 16 anos, no número de prefeituras nas grandes cidades. Em 2000, o PT tinha 22 prefeituras de grandes cidades e o PSDB 18; em 2004, o PT manteve a hegemonia com 21 a 20; em 2008, o PT disparou com 28 a 15 do PSDB

(o MDB assumiu a segunda colocação com 22 prefeituras); em 2012, o PT fez 18 grandes prefeituras, tendo sido superado pelo PSDB com 22 prefeituras; em 2016, o PSDB disparou com 28 grandes prefeituras e o PT foi massacrado e ficou com 1 (o MDB ficou em segundo lugar com 16). Em 2020, o PT teve uma tímida recuperação, com a conquista de quatro cidades (Contagem, Juiz de Fora, Diadema e Mauá). Com menos prefeitos e, sobretudo com a perda das grandes cidades, desabou o número de pessoas governadas pelo PT; em 2020, o PT passou a governar apenas 6.045.238 pessoas (2,9% da população brasileira).(…) Em 2020, a política municipal era dominada amplamente por cinco partidos de centro, o MDB, PP, PSD, PSDB e DEM (União Brasil), com 2.968 prefeitos, o que correspondia a 54% dos prefeitos do Brasil. Com as trocas de partido estes cinco partidos fecharam 2023 com 3.427 prefeitos e prefeitas (62% do total).

O PT viu também sua representação nas Câmaras Municipais desabar desde 2012. Nosso Partido atingiu força máxima nas eleições de 2012, quando elegeu 5.200 vereadores e vereadoras em todo o Brasil; nas eleições de 2020, a representação do PT nas Câmaras Municipais foi reduzida para quase a metade, apenas 2.700 vereadores. De outro lado, cinco partidos de centro (MDB, PP, PSD, PSDB e DEM (União Brasil) elegeram 28.000 vereadores, o que representa 48% dos 58.208 vereadores de todo o Brasil. (…) Portanto, a tentativa de nacionalização das eleições apenas escondeu as enormes fragilidades do PT e de toda a esquerda nos municípios.

Hegemonia dos partidos de centro nos municípios mudou a correlação de forças na Câmara Federal e praticamente acabou com o presidencialismo de coalizão. É dramática a subestimação do PT da política municipal e do peso dos prefeitos e prefeitas nos rumos de nosso País. As mudanças na política municipal, a partir de 2012, explicam, em grande medida, a correlação de forças na Câmara Federal; o Centrão é muito forte porque domina amplamente a política municipal. Estudo realizado por Felipe Nunes, da Quaest, divulgado na Globo News, mostra isto. O cientista político afirmou que PL e PT elegem muitos deputados "sem precisar de prefeitos e vereadores"; mas o desempenho dos partidos do Centrão na eleição de deputados federais "praticamente repete a votação para prefeitos e vereadores".(…) Veja só: o presidencialismo de coalização nos governos FHC e Lula era sustentado por dois partidos muito fortes nos municípios e também no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. No mandato conquistado, em 1994, FHC era sustentado pelo PSDB e PFL, com 196 deputados, quase 40% da Câmara dos Depu-

tados; em 1998, os dois partidos que sustentaram o segundo mandato de FHC tinham 204 deputados. Em 2002, Lula venceu as eleições e os dois partidos que ancoraram o seu governo, PT e PMDB, tinham 166 deputados; em 2006, no segundo mandato de Lula, PT e PMDB tinham 172 deputados. Em 2010, Dilma venceu as eleições e os dois partidos mantiveram a representação com 164 deputados; em 2014 a base de apoio dos dois partidos aos nossos governos, PT e PMDB, recuou para 135 deputados. Nas eleições seguintes, praticamente acabaram os grandes partidos com aproximadamente 100 deputados, à exceção do PL agora em 2022, e proliferaram os partidos médios. Com isso abriu-se uma "janela de oportunidades" que levou a criação do Centrão, como uma espécie de federação dos partidos médios de centro; isto levou ao esgotamento do presidencialismo de coalizão, sustentado em torno de dois grandes partidos, e foi criado na prática um semipresidencialismo, com a Câmara dos Deputados muito empoderada pelo orçamento impositivo e com gestão de boa parte do orçamento público, sobretudo para investimento. Veja que impressionante os dados divulgados pelo deputado carioca Pedro Paulo sobre os investimentos federais nos municípios: os recursos federais remetidos aos municípios de emendas parlamentares nos últimos quatro anos (de 2021 a 2024), foi de R$ 96,5 bilhões, valor que é quase o dobro do valor transferido de forma voluntária às prefeituras, de R$ 49,9 bilhões. (…) É muito difícil reverter esta situação, pois uma maior politização da representação proporcional, como o voto em lista, tem um escasso apoio político no Congresso Nacional e não tem apoio popular, pois o povo gosta de votar "na pessoa" e não "não no partido".

PT reduziu a bancada na Câmara dos Deputados mesmo sem coligação e parlamentares são pouco competitivos nas disputas majoritárias. Vale dizer que o recuo do PT, por exemplo, é muito mais amplo do que mostram os números; isto porque se nosso Partido recuou de 91 deputados, em 2002, para 68 agora, é preciso considerar que no passado nossa bancada era muito maior mesmo com as coligações proporcionais que nos tiravam dezenas de vagas; agora temos menos deputados, mesmo tendo "coligação" somente na federação do PT, PV e PCdoB. Outra mudança expressiva na nossa representação parlamentar é que, no passado, nossa representação parlamentar, era vinculada mais à velha guarda do PT, foi construída nas lutas sociais e eram mais universais; com isso eram os potenciais prefeitos e prefeitas nas médias e grandes cidades e, eleitos, abriam espaço para a subida de nossas lideranças que eram suplentes e, assim, o Partido se renovava permanentemente. Hoje, nossa representa-

ção parlamentar, pouco vinculada às disputas municipais, são representativas de segmentos sociais, grupos identitários, e com votação muito fragmentada nos estados. O que impressiona é que temos 68 deputados federais e 118 deputados estaduais, num total de 184 parlamentares, quase todos com domicílios eleitorais em cidades médias e grandes, e poucos são candidaturas competitivas para as mais importantes prefeituras do Brasil com votações majoritárias em suas cidades. Por isso a situação do PT na eleição é tão complicada: temos poucos prefeitos numa situação que a tendência é de continuidade nos municípios; temos muitos deputados mas que são candidaturas pouco competitivas nas grandes cidades; e não se cria lideranças potentes e universais da "noite para o dia".

Verdade que "não se nacionaliza eleição municipal" e "nem se municipaliza eleição para presidente", pois são agendas políticas diferentes; mas é nos municípios que precisamos ter uma sólida base de apoio para estes dois tipos de disputa. É um enorme erro a subestimação e até a depreciação absurda da organização de base do PT nos municípios. Por uma série de razões, as eleições municipais são "mais paroquiais" do que as eleições presidenciais: PT e PL são os protagonistas nas eleições para presidente e os principais protagonistas nos municípios são os partidos de centro; as eleições municipais são "solteiras", o que as preserva para a agenda política municipal. Mas veja só: as bases partidárias municipais são fundamentais para o PT porque elas que fazem as campanhas municipais, como aconteceu agora em 2024, mas serão estas mesmas bases municipais que sustentarão Lula e nossos candidatos na dificílima campanha de 2026. Não existem militantes específicos para as disputas nos municípios, nos estados e nacionais. A militância é a mesma; as agendas políticas das eleições é que são diferentes. É de obviedade impressionante: sem bases sólidas municipais o Partido não terá força política e não terá futuro. Sem bases partidárias e sociais nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, teremos cada vez menos prefeitos e "população governada" pelo nosso partido e teremos cada vez mais dificuldades de obter vitórias em grandes disputas nacionais, como para presidente da República.

4-BRUNO CARAZZA: O PT NÃO ENVELHECEU, MAS PERDEU VITALIDADE; ALGUMAS CRÍTICAS AOS "VELHOS" E "VELHAS" DO PT BEIRAM AO "ETARISMO". O articulista Bruno Carazza, do Valor Econômico, publicou pesquisas que demonstram, ao contrário do senso comum entre analistas, que a renovação não é maior dificuldade do PT. Veja a análise que desmente o suposto envelhecimento do PT: ""O PT é um partido que

envelheceu e não soube renovar os seus quadros" foi um diagnóstico muito utilizado na semana passada. Não é isso o que dizem os números. Entre os dez maiores partidos brasileiros, a agremiação fundada por Lula e seus companheiros em 1980 é aquela que proporcionalmente mais elegeu candidatos novatos na política neste ano. De todos os prefeitos e vereadores eleitos pelo partido, 18,5% disputaram sua primeira eleição neste ano, taxa só igualada pelo PSB - todos os demais tiveram proporcionalmente menos estreantes eleitos. O problema, portanto, não está na idade dos candidatos e nem na atratividade que a legenda exerce sobre os jovens políticos alinhados à esquerda.(…) Para tentar entender o que aconteceu com o PT, resolvi voltar a 2012, o ano em que o partido teve o melhor desempenho da sua história nas eleições municipais. Antes das jornadas de junho de 2013, da Lava Jato, do impeachment de Dilma e da prisão de Lula, os petistas conquistaram 651 prefeituras e elegeram 5.181 vereadores - ficando atrás apenas do PMDB e do PSDB no cômputo geral daquele ano. Em busca de explicações para a perda de competitividade do PT, mergulhei nos dados do Tribunal Superior Eleitoral para identificar o que aconteceu com aqueles 651 prefeitos eleitos pelo partido de Lula e Dilma na sua mais proveitosa eleição municipal. O resultado diz muito sobre as transformações vividas pelo PT nestes 12 anos em que a maré do partido virou algumas vezes. Quase um terço dos prefeitos eleitos pela sigla em 2012 deixou o partido (210, para ser mais exato) em pelo menos uma das seis eleições seguintes. Engana-se, porém, quem acredita que eles migraram para os outros partidos de esquerda (Psol, PC do B, PV, Rede, PDT ou PSB). A maioria dos prefeitos petistas de 2012 trocou o partido por alguma sigla de centro ou de direita, o que mostra que a sigla deixou de oferecer uma perspectiva de carreira política de sucesso para esses políticos. E mais: dos 273 prefeitos de 2012 que permaneceram fiéis ao PT, apenas 41,7% vieram a ganhar alguma eleição posteriormente, contra uma taxa de sucesso de 54,1% de quem trocou o PT por uma sigla de centro ou de direita. O dado mais chocante, porém, é que do total de 651 prefeitos petistas naquele ano, os dados do TSE indicam que 168 nunca mais disputaram uma eleição. Trata-se de um resultado a ser pesquisado: o que fez um quarto dos governantes municipais do partido simplesmente abandonar a carreira político-eleitoral a partir de 2016? Esses dados indicam que talvez o problema do PT não esteja na idade dos seus quadros, mas sim na sua perda de vitalidade enquanto partido - seja em relação aos políticos e, principalmente, o eleitorado".(Valor Econômico, 14/10/2024)

Certas críticas aos "velhos" e "velhas" do PT beiram ao "etarismo"; renova-

ção não está apenas no corpo mas sobretudo nas ideias. Os dados levantados pelo articulista do jornal Valor Econômico lança luz sobre a história do PT. Não é que o PT envelheceu, a geração de prefeitos até 2016 foi devastada pela Operação Lava Jato e pela mídia empresarial na sanha de destruição de nosso Partido. Esta geração, na maioria dos casos, por razões diversas, deixou o PT, muitos perderam eleições e não candidataram mais, outros simplesmente abandonaram a vida política e outros deixaram a representação política, muitos ocupam cargos comissionados mas têm pouquíssima influência na base social que lideraram no passado. Foi provavelmente a mesma devastação que aconteceu com deputados federais, deputados estaduais e vereadores em todo o País. Pare e pense: quantas lideranças que você conhece estão na situação que listei anteriormente? Uma tabela divulgada pelo site Poder 360 também confirma que o PT não é muito diferente dos demais partidos na faixa etária: a média de idade dos prefeitos e prefeitas eleitos agora em 2024 é de 49,9 anos; o PT ocupa a 14ª colocação como o partido mais jovem ainda que a idade, de 49,1 anos, não seja muito diferente da média. O que está acontecendo é o seguinte: em relação aos outros partidos o PT não envelheceu; a antiga geração de lideranças foi devastada pela operação Lava Jato; as novas lideranças estão chegando nas Câmaras Municipais e ainda não têm experiência e base social para as grandes disputas majoritárias, como para prefeitos e prefeitas; foram as velhas lideranças que sobreviveram à tentativa de destruição do PT que encabeçaram as principais vitórias de nosso Partido em 2024: Marília Campos, Margarida Salomão, Fernando Marroni e Luiz Caetano.

Tem certas críticas aos "velhos" e "velhas" do PT que beiram ao etarismo. Renovação não está somente no corpo, mas sobretudo nas ideias. Tem muitos líderes mais antigos, que defendem ideias muito atuais e tem jovens que politicamente já estão velhos precocemente. Recentemente um jovem do PT criticou a campanha eleitoral de Marília, com dezenas de atividades de rua dizendo que isto era "política ultrapassada" do século 20, "política moderna" é feita de forma virtual através das redes sociais. É possível transformar o mundo sem a rua, sem o diálogo com a população, sem a política "olho no olho" das pessoas? É motivo de orgulho ou de recriminação a Marília, com 63 anos e 45 anos de militância interrupta, ainda hoje buscar as energias nas ruas e adorar tomar um "banho de povo"? Respeitem nossas velhas lideranças!

5-PT ESTÁ SEM "BERÇO". SINDICALISMO QUE NOS DEU LULA, GOVERNADORES, SENADORES, PREFEITOS (COMO MARÍLIA), DEPUTADOS

FEDERAIS E ESTADUAIS; HOJE NÃO ELEGE NEM VEREADOR. Muitas pessoas afirmam que o PT está descolado da classe trabalhadora porque não tem ideias e propostas para os novos empreendedores que não querem a CLT. Fica parecendo que ainda está "tudo dominado" pela esquerda no setor formal da economia junto aos trabalhadores de carteira assinada. Não está. Muito pelo contrário: o sindicalismo, em especial o vinculado à CUT, está em uma crise que parece sem solução. Os sindicatos do setor público (serviços públicos e estatais) estão muito desorganizados e sem direção e os sindicatos dos trabalhadores do setor privado a gente nem vê falar mais. O todo poderoso sindicalismo brasileiro, que nos deu tantas lideranças, da presidência da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos não elege mais nem vereador nas grandes cidades.(…) São muitas as razões do enfraquecimento dos sindicatos: a redução forte do peso da indústria na economia; a privatização das estatais; a falta de perspectivas para os servidores públicos; o forte esvaziamento em termos de pessoal de importantes setores da área de serviços, como no caso dos bancos cuja modernização reduziu drasticamente os empregos; a ampliação das terceirizações; a reforma trabalhista, que dificultou o acesso à Justiça do Trabalho e sufocou financeiramente os sindicatos.

Mas existe também uma forte razão para a crise que é a estrutura sindical que nós, da CUT, não conseguimos mudar. Nosso sindicalismo teve grandes méritos que foi liderar as lutas econômicas e políticas pela democracia nas décadas de 1970, 1980 e 1990 por salário, direitos sociais e por liberdade. Mas não conseguimos institucionalizar um novo modelo sindical no Brasil mais potente e representativo. Em geral não temos um sindicalismo organizado nos locais de trabalho; o financiamento dos sindicatos sempre foi muito baseado em contribuições compulsórias e semicompulsórias; e a presença nos locais de trabalho não é priorizada nem pelos dirigentes; o retorno ao local de trabalho quase sempre é uma punição aos "desobedientes".(…) De uma maneira geral diminuíram muito os empregos mais valorizados a que tinham acesso os trabalhadores com ensino médio e superior. Como a CLT foi praticamente constitucionalizada na Constituição de 1988, a direita não conseguiu destruir os direitos trabalhistas e os empregos formais celetistas, no setor privado, e estatutários, no setor público, continuam muito expressivos. Mas, mesmo com os direitos trabalhistas muito mais amplos que têm os trabalhadores informais, existe de fato um descontentamento dos trabalhadores formais com os salários e condições de trabalho.

O Brasil tem mão de obra ocupada, de acordo com a PNAD do segundo trimestre de 2024, de 101,830 milhões de pessoas, sendo a) 39,821

milhões de carteira assinada (inclui domésticos) e 18,193 milhões sem carteira assinada (inclui domésticos); b) 9,406 milhões de servidores estatutários, militares e com carteira e 3,254 milhões servidores sem carteira; c) 3,487 milhões de empregadores com CNPJ, 808 mil empregadores sem CNPJ; d) conta própria: 6,540 milhões com CNPJ, 19,003 milhões sem CNPJ; e) 1,319 milhão trabalhador familiar auxiliar. Resumidamente: trabalhadores formais e empregador e conta própria formal são 60,573 milhões (60% do total) e 41,258 milhões (40% do total) são informais (trabalhador, empregador e conta própria); são 7,541 pessoas desempregadas e 66,709 milhões pessoas fora da força de trabalho.

Pesquisa indica que 70% dos trabalhadores autônomos querem carteira assinada, querem CLT. Até hoje não consigo compreender análises políticas que afirmam que os trabalhadores informais, em sua ampla maioria, não querem CLT, querem ser empreendedores. Veja os resultados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), divulgados pelo UOL: "O desejo da CLT é maior entre os autônomos mais pobres: 75,6% dos informais com renda de até um salário mínimo (R$ 1.412) preferem um trabalho com carteira assinada. Entre aqueles com renda entre um e três mínimos, esse nível chega 70,8%, enquanto essa proporção cai para 54,6% dos informais com renda acima de três mínimos. A maioria dos informais é homem e negro. 38% dos informais têm entre 45 e 65 anos, 66% são homens e 54,5% se declaram pretos e pardos. A insegurança financeira é maior para esses trabalhadores. Enquanto apenas 45% deles conseguem prever sua renda para o próximo semestre, esse percentual chega a 67,5% entre funcionários com carteira assinada. A renda dos autônomos também varia muito. O salário de 19,8% deles pode oscilar mais de 20% de um mês para o outro, enquanto o mesmo acontece com apenas 4,7% entre aqueles com CLT. "A pesquisa demonstra a insatisfação das pessoas com a reforma: os informais que ganham menos são os que mais querem carteira assinada. É uma opção menos pior. O emprego com carteira assinada não é bom, mas é melhor ter FGTS, férias, 13º e seguro-desemprego", conclui José Dari Krein, professor da Unicamp". (UOL, 26/08/2024).(…) A grande demanda dos trabalhadores informais, tendo eles trabalho e renda, é a proteção previdenciária para eles e suas famílias nas situações de velhice, doença, invalidez, morte, maternidade, etc. Veja só: as reformas trabalhistas estão enfraquecendo enormemente o financiamento da previdência, programa muito vinculado historicamente ao trabalho formal, através das contribuições compulsórias de patrões e de empregados sobre a folha de salários. Quando reduz o trabalho formal isto tem impacto muito grande nas receitas previdenciárias,

o que torna um enorme desafio buscar alternativas de proteção previdenciária para quem é informal. Veja só: os 15 milhões de Micro Empreendedores Individuais — MEI tem uma contribuição simbólica de apenas 5% sobre o salário mínimo e, ainda assim, a inadimplência é de 42%. A proteção aos MEI é um enorme desafio futuro da previdência social. Lula não repetiu a política previdenciária altamente subsidiada dos MEI para os trabalhadores de aplicativos; a proposta é uma contribuição de 7,5% para os trabalhadores e de 20% para as empresas de aplicativos. Esta proposta não agradou aos trabalhadores. Não tem saída fácil!

A utopia dos ultraliberais para o mundo do trabalho é o fim do trabalho formal e da previdência social. Na visão ultraliberal, acaba o trabalho formal, todo mundo vira informal, acaba a previdência social, quem tiver dinheiro vai comprar um plano de previdência privada e todos poderão ter uma renda assistencial básica. Em outras palavras para atender os "direitos" dos trabalhadores informais será preciso destruir os direitos dos trabalhadores formais, a exemplo da proposta da carteira de trabalho verde e amarela, proposta por Bolsonaro e Paulo Guedes, e a introdução da previdência privada individual, que chegou a figurar na proposta de reforma da previdência. Como se vê no caso da renda assistencial universal, a assistência social, quando integrada ao Estado Social, é uma bandeira progressista; mas assistência social substitutiva à previdência é dos sonhos dos ultraliberais. Fica claro que a ultradireita segura no "gogó ideológico" a defesa dos trabalhadores informais; mas esconde que a proposta concreta é um mundo sem trabalho formal e sem previdência social.

6-PED 2025. AS NOVAS DIREÇÕES DO PT DEVEM EMERGIR DE UM PLANO DE RECONSTRUÇÃO POLÍTICO E ORGANIZATIVO PARA O FUTURO E, POR ISSO, DEVE SER UM PROCESSO CONSTRUÍDO DE FORMA PLURAL E A MUITAS MÃOS. O PT vive, em minha opinião, um momento dramático. As novas direções que serão eleitas em 2025 não podem falhar na reconstrução partidária, porque senão o futuro do PT poderá ficar comprometido. Já vimos, ao longo deste livro, que os desafios do PT serão enormes e não serão enfrentados com sucesso com a direção de uma tendência, mas com um trabalho compartilhado de todos e todas. Um trabalho executado a muitas mãos. Não podemos fazer uma disputa sectária pelo espólio de nosso Partido, mas devemos chegar a um "consenso progressivo" o mais ampliado possível sobre um plano de reconstrução de nosso partido para manter o PT como protagonista na vida nacional nos próximos anos e décadas. Em Contagem, nossa

reconstrução vitoriosa está baseada em cinco eixos: trabalho de base, comunicação, formação, partido como espaço do encontro e da confraternização e finanças e infraestrutura organizadas. Tratamos neste item e nos próximos do que consideramos os grandes desafios. Nos itens seguintes trato dos itens políticos, como as melhores estratégias de derrotar a extrema direita, a partir de nossa experiência vitoriosa de Contagem; a luta pela igualdade social, com a defesa do Estado Social que é muito robusto em nosso país; a defesa do socialismo democrático; a luta pela progressividade dos impostos e por taxas de juros mais baixas; um novo modelo de desenvolvimento sustentado, com forte elevação dos investimentos como temos em Contagem.

Precisamos partidarizar os mandatos parlamentares e construir direções mais representativas; este é um dos maiores desafios que vai definir o futuro do PT. O Brasil é um dos poucos países grandes do mundo que adota a lista aberta, onde os eleitores "votam na pessoa" e não na "lista partidária". Até mesmo nos países onde se tem o voto distrital a representação é mais politizada porque o voto é partidário no candidato do partido, sendo o principal defeito neste caso que o voto não é proporcional. Em outros países se adota o regime misto, que combina o voto em lista com o distrital. O modelo brasileiro tem uma grande vantagem, como sempre apontou o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, que ele possibilita uma renovação partidária em um país com uma cultura política frágil. Mas a lista aberta e o predomínio quase absoluto dos parlamentares sobre a vida partidária precisa ser modificado profundamente. Os parlamentares monopolizam tudo: a representação nos nossos governos; os cargos nos legislativos; os cargos nas instâncias partidárias; as finanças partidárias e para as eleições. E mais ainda: a lista aberta é autofágica porque como o adversário de um parlamentar do partido é outro parlamentar do próprio partido se reparte a máquina partidária entre todos, mas ninguém lidera quase nada. Cada um cuida da "sua própria vida". Não tem um planejamento coletivo; é cada um para si e muitos vezes os cargos exercidos por parlamentares se misturam com seus mandatos. Este tipo de partido verticalizado, sem a presença forte de segmentos representativos da sociedade (militantes sociais, intelectuais, técnicos respeitados) não dá conta das enormes tarefas de reconstrução partidária.

Em Contagem temos uma ótima experiência: o ponto central de nossa reorganização foi a constituição de uma direção muito representativa de nosso acúmulo na Cidade, com membros da Executiva do Partido, três de nossos principais formuladores, nomes representativos do go-

verno Marília, vereadores e vereadoras. Este time ganhou uma enorme ascendência e credibilidade política na cidade, junto à militância petista e também junto ao governo Marília Campos e foi quem coordenou nossa vitoriosa campanha para a prefeitura. Marília retribuiu a este bom desempenho da direção partidária e, na formação de seu novo governo, empoderou o PT Contagem e demais partidos que vão fazer as indicações para o governo.

PT precisa preparar um grande mutirão de reorganização partidária já visando as eleições decisivas de 2026. O ministro Alexandre Padilha afirmou corretamente: "Acho que o PT tem que fazer uma grande guinada ao povo brasileiro, enquanto organização local, no município, nas cidades. Compreender esse perfil de organização. Compreender isso, para que a gente tenha, no nível local, no nível municipal, especialmente nas grandes e médias cidades do país, um protagonismo semelhante ao que a gente tem nas eleições presidenciais". Uma primeira tarefa neste mutirão de base é ver formas, através de uma melhor utilização do Fundo Partidário, ou de outras fontes, de garantir uma estrutura mínima para os diretórios municipais (sede e despesas básicas), como bem enfatiza o companheiro José Dirceu. Outras metas: construir direções mais representativas; realizar regular de plenárias partidárias; reativação dos Setoriais Temáticos; constituição de coordenações nas diversas regiões das cidades; retomada do PT como um partido do encontro e da confraternização com promoção de atividades como o Boteco do PT que temos em Contagem.

Outra tarefa central é ajudar na reorganização e reconstrução dos movimentos sociais, especialmente do sindicalismo. Nunca entendi porque o PT se unificou no plano institucional, nos Diretórios, mas nos movimentos sociais as correntes atuam diretamente sem a mediação do Partido. Eu, José Prata, e a Marília Campos, quando bancários, éramos da "CUT pela Base" e, mesmo sendo do mesmo Partido, tínhamos no Sindicato um clima de guerra com a Articulação Sindical também do PT. Pergunto-me até hoje: Por quê? Se somos do mesmo Partido porque não atuamos de forma unitária. Com o sindicalismo em grave crise perdemos o principal movimento social mais politizado e universal e estamos, cada vez mais, se organizando por identidades e afinidades. São movimentos pouco universais, tem bons desempenhos para o Poder Legislativo, mas, por dialogar com bolhas, lideranças nas disputas dos cargos majoritários não chegam aos dois dígitos nos votos. Precisamos politizar estes movimentos, de tal forma que tenham uma agenda política vinculada a um projeto amplo de desenvolvimento econômico, social e ambiental

para nosso País. Muitos movimentos sociais também são criados sem base social, vinculados a pessoas, tendências, parlamentares, e, muitas vezes, cinco, sete, dez pessoas fundam um movimento social. Está fragmentado demais. Por que numa grande cidade como Contagem, por exemplo, não pode ter um único movimento em defesa do meio ambiente reunindo todos que atuam de forma isolada? O mutirão de base que precisamos fazer é, portanto, para reaproximar o PT da sociedade e retomar uma ampla militância voluntária no Partido. O PT tem uma cara de militância profissionalizada: funcionários de prefeituras, dos governos estaduais e federais, dos mandatos parlamentares, sindicalistas liberados do trabalho e profissionalizados. Um partido da transformação social não sobrevive assim!

Contagem, na comunicação, aponta caminhos para a esquerda brasileira; não tem como fazer trabalho de base, dialogar com a população, fazer a política "olho no olho" sem resgatar as mídias tradicionais; trazendo para as mídias sociais o calor e a emoção das ruas. Não tenho dúvidas que a experiência de Contagem na comunicação deveria ser uma referência para a esquerda brasileira. Somos herdeiros da comunicação de rua, presencial das décadas de 1970, 1980 e 1990, com as mídias tradicionais, como carros de som, megafones, jornais, folhetos, bandeiras, adesivos, etc. Mas quando chegou o tempo das mídias sociais, em vez de migrarmos para a comunicação virtual, unimos as duas formas de comunicação: continuamos nas ruas e trouxemos as emoções das ruas para as redes sociais. É assim que fazemos nas campanhas eleitorais e no governo Marília Campos e vamos fazer também no PT Contagem. Na campanha de 2024, tivemos 20 carros de som; jornal distribuído de casa em casa nas 150 mil residências de nossa Cidade; estimo que 14 milhões de santões e colinhas eleitorais; centenas de bandeiras grandes; wind banners nas ruas; Citru; adesivos de blusa e para carros; e dois materiais lúdicos de sucesso: 100 mil bandeirinhas de plástico tamanho A4, distribuídas nas saídas das aulas para crianças e adolescentes de todas as escolas da cidade e uma máscara da Marília que caiu no gosto das pessoas. Toda esta campanha de rua foi trazida para as redes sociais, com a "mensagem quente" do povo nas ruas que nos renderam a espetacular marca de 76 milhões de visualizações de vídeo e 5 milhões de engajamento com as publicações. O governo Marília Campos, além de campanhas no rádio e TV, redes sociais, mas tem também jornal de casa em casa, outdoor, busdoor, carros de som.

Praticamente todas as lideranças políticas de esquerda e de direita "montam palanques" para as mídias sociais em locais fechados, escri-

tórios, gabinetes e estúdios. Veja como a esquerda comete erros dramáticos: a campanha de Lula dirigida por grandes agências de publicidade não organizou a campanha de rua, não tinha folhetos, bandeiras, adesivos, carros de som nas cidades; com isto milhares de ativistas em todo o Brasil praticamente não fizeram campanha por absoluta falta de materiais de comunicação para irem às ruas. Quem tinha esta preocupação era Franklin Martins, que por divergências deixou a comunicação da campanha. Quase perdemos a eleição pela desmobilização da militância e da campanha de rua. Marília rompeu com a lógica das redes sociais da polêmica, xingamentos, provocação e memes. Marília tem uma comunicação diferenciada também porque, ao contrário da maioria das lideranças de esquerda e de direita, a política de comunicação dela é 100% afirmativa e sem lacração. Todos sabemos que a lógica nas redes sociais é a "polêmica e a provocação", os "memes", que, se rendem bons frutos nas respectivas "bolhas" de esquerda e de direita, mas acabam estreitando estas lideranças nas disputas majoritárias, que exigem maior capacidade de agregação, de angariar apoiadores além das "bolhas". Por isso mesmo, a diretriz da comunicação da Marília sempre foi evitar a provocação, nunca repartimos a sociedade, na verdade a classe média, entre "petralhas" e "coxinhas". Nunca chamamos quem pensa diferente de "gado". Nossa marca é a politização da sociedade, o debate e a busca de alternativas para os problemas políticos, econômicos e sociais e a emoção, trazendo o calor humano das ruas para as redes sociais.(…) Cândido Mendes disse certa vez: "O segredo de Lula está nesse olho no olho da sua gente e na capacidade sempre de se o reconhecer tal como chegou ao Planalto na primeira grande – e talvez única – saga da nossa população". Com olho apenas no celular das redes sociais será muito difícil repetir no Brasil lideranças como Lula e Marília e lideranças populares densas. Diria mesmo, que lideranças apenas virtuais não tem futuro, são "modismos" que serão trocadas por outras "novidades".

Fundação Perseu Abramo está sumida e precisa a voltar a investir novamente na formação da militância petista. Sou de uma época em que nos encontros do PT não faltavam a venda de dezenas de livros editados pela Função Perseu Abramo do PT Nacional. Eu mesmo, José Prata, editei dois livros pela Fundação, dois dos melhores livros que fiz até hoje. O primeiro, em 2005, "Um retrato do Brasil", onde nas primeiras linhas da apresentação acertei a agenda política da eleição de 2006: "A concepção de Estado – estatais e serviços públicos - é a questão mais importante que estará em disputa nas eleições de 2006". Quem não se lembra no segundo turno, Geraldo Alkmin vestindo camisetas das estatais para negar que

iria privatizá-las? Este livro, o companheiro Luís Dulci diz ser "o melhor produzido sobre o primeiro governo Lula". O segundo livro, de 2011, "Guia dos Direitos Sociais" foi onde sintetizei os meus conhecimentos sobre o Estado Social e, me lembro, que um funcionário da Fundação Perseu Abramo me ligou dizendo que os operários da gráfica, onde eram impressos os livros, diziam que "era o melhor livro que imprimiram no local". Fantástico! Sugiro que a Fundação Perseu Abramo retome agora não livros, mas publicações populares para a militância em defesa do governo Lula em quantidade suficiente para a militância em todo o Brasil. Falo por mim: não consigo fazer leitura de textos mais longos no celular ou no computador e pelo que vejo é esta também a situação da maioria da militância. Então tem que voltar as publicações impressas. Uma curiosidade: Marília esteve na França em visita a três prefeituras do Partido Socialista, e lá se edita revistas e folhetos regularmente para os moradores.

Em Contagem temos uma longa tradição de formação política, que pode servir de inspiração para outras cidades: redigimos, nos últimos anos, três edições atualizadas de uma cartilha com informações amplas sobre Contagem; publicamos a revista "Contagem feliz com Marília", de 160 páginas, com um balanço completo do governo Marília Campos; lançamos o projeto "Roda de Conversa" que vamos retomar em 2025; e um projeto barato e muito importante: o blog do Zé Prata & Ivanir, plural como é o PT, virou uma referência para a militância de esquerda de nossa cidade e é publicado regulamente uma vez por semana, com cinco, sete, dez artigos de militantes de nossa cidade, sendo a maioria dos artigos sobre Contagem.

Sustentação financeira do PT é um desafio de difícil solução. No Brasil, como vimos anteriormente, tem sistema de lista aberta, onde as pessoas "votam na pessoa" e "não no partido". Nos países que tem voto em lista e mesmo naqueles em que o voto é distrital, as estruturas dos parlamentares é muito menor: a assessoria técnica é prestada pela respectiva casa legislativa e a vinculação política é fortemente com o Partido. No Brasil, cada parlamentar isoladamente é como se fosse um partido; mais que isso as estruturas (pessoal, verbas indenizatórias, e outras) são muito maiores do que as dos partidos no âmbito da representação parlamentar e isso sem contar as emendas impositivas e outros recursos. Em Contagem, por exemplo, um vereador(a) tem uma estrutura 20 vezes maior do que o PT da Cidade. Ou seja, em um sistema de lista aberta os parlamentares são grandes e os partidos, ainda com que verbas do Fundo Partidário, são muito pequenos. Não se pode transferir recursos e pes-

soal dos mandatos para os partidos, porque é ilegal.(…) Mas os parlamentares e ocupantes eleitos para cargos executivos podem contribuir com o Partido; politicamente fortalecendo e participando de direções partidárias representativas, e nas finanças fazendo as suas contribuições regulares e exigindo de seus funcionários que façam o mesmo. Em Contagem estamos encaminhando uma solução para definitiva para solucionar as finanças partidárias: a prefeita Marília Campos empoderou o PT (e demais partidos da Frente Ampla) entregando às direções partidárias e indicação dos cargos para participação no governo. Além disso vamos buscar a contribuição de quem é filiado padrão e pode contribuir com valor maior, com doações de quem não é filiado, e realizações de jantares para arrecadação de fundos.(…) A recusa à contribuição, sobretudo de cargos comissionados, é inaceitável. O PT é um projeto coletivo, ninguém ganhou nenhuma disputa política sozinho, foi tudo fruto de uma construção coletiva; por isso mesmo, estar no governo petista, por exemplo, e não contribuir com o Partido é um desrespeito aos milhares de filiados e simpatizantes que não pertencem aos quadros dos governos. E isto também se aplica aos cargos eletivos, no caso vereadores e vereadoras: ninguém foi eleito sozinho com os seus votos apenas, foram os votos dos que não se elegeram e os votos de legenda, que garantiram a eleição de nossos dois vereadores(as). Por isso é que dizemos: a recusa em contribuir para o PT é uma atitude individualista inaceitável.

7-A POLARIZAÇÃO É UM RISCO PARA O GOVERNO LULA; NÃO DÁ CERTO ATROPELAR POLITICAMENTE QUEM PENSA DIFERENTE E QUERER CONVENCER AS PESSOAS PELA ECONOMIA. Para que tenhamos uma previsão mais acertada sobre as eleições de 2026, temos que levar em conta quatro aspectos que tratamos neste estudo: a) o mundo vive uma crise da globalização neoliberal que nas "especulações" de José Luís Fiori vai gerar turbulências por mais 20 a 30 anos, até metade deste século: b) nenhuma corrente de opinião (socialistas, social-democratas, centro, direita, extrema-direita) tem apontado saídas para a crise; c) vivemos, portanto, uma época histórica marcada pela avaliação negativa da maioria dos governantes pelo mundo (presidentes e primeiros-ministros); governos bem avaliados dentre as grandes nações tem-se somente no México e Índia; na maioria dos países os governos estão muito mal avaliados, com a desaprovação superando a aprovação (Estados Unidos, Itália, Espanha, Reino Unido), e, em alguns países, a aprovação não chega a 30% (Canadá, Japão, Alemanha, França, Coreia do Sul); d) fruto desta situação, o sociólogo e ex-vice-presidente da Bolívia, Álvaro Linera,

prevê hegemonias curtas: "Minha hipótese é que, nesses tempos liminares, teremos um progressismo de curta duração e um direitismo de curta duração. Hegemonias curtas, tanto à esquerda quanto à direita. Até que, em algum momento, o destino se realinhe para um lado ou para o outro e se inicie um longo ciclo de 20 ou 30 anos"; e) as previsões de Linera vem se confirmando, como recentemente nos Estados Unidos, e poucos governos têm conseguido a reeleição.(…) No Brasil temos Lula com uma aprovação de próximo de 52%, quase o mesmo resultado da eleição de 2022. Lula, com esta aprovação, é, neste momento, um dos presidentes mais populares do mundo. O nosso presidente é, portanto, um candidato competitivo para 2026, mas, numa situação de empate político, não goza de grande favoritismo. Todos sabemos que a oposição, quase sempre, é franco atiradora e isto não lhes causa maiores desgastes; já quem governa é muito avaliado pela gestão política, econômica e social e variações de humor em anos eleitorais pode derrotar os mandatários. Veja 2022: nem os gastos públicos bilionários realizados pelo governo Bolsonaro lhes deram a vitória.

A economia vai continuar sendo muito importante na decisão dos eleitores, mas com a polarização, mais do que nunca, economia e a política precisam andar de mãos dadas. A estratégia atual do governo e, sobretudo do PT, de atropelar quem pensa diferente de nós e querer ganhar as mesmas pessoas que maltratamos pelos resultados da economia não funciona. Eu, José Prata, como economista, considero estratégia um grave erro. A polarização, o nós contra eles, congela a correlação de forças atual, não recuamos em relação à votação à votação de 2022 mas não saímos do lugar com os mesmos 52%. Essa situação de empate é muito perigosa para quem é governo, que, sendo, responsável pela gestão do país, fica exposto às variações conjunturais (repiques de inflação, câmbio, emprego, preços dos alimentos) que podem levar à derrota.(…) Lula tem bons resultados na economia e na área social: crescimento econômico acima de 3%, um dos maiores do mundo; forte geração de empregos, com o mercado de trabalho aquecido; a renda da população cresce de forma expressiva; aprovação do novo arcabouço fiscal, um avanço grande em relação ao teto de gastos que congela em termos reais os gastos públicos; aprovação da reforma tributária, retorno dos programas sociais – Bolsa Família, Mais Médicos, reajuste real do salário mínimo, programa Pé-de-meia, queda da inflação, continuidade e melhoria da política de cotas, aumento da faixa de isenção do IR para dois salários mínimos; ampliação forte da inserção do Brasil no cenário internacional.

O companheiro Edinho Silva está correto quando afirma que a polariza-

ção dificulta o reconhecimento destes avanços: "A polarização impede que as pessoas enxerguem o governo, inclusive seus êxitos. O maior desafio do PT e da esquerda é romper a polarização, porque a polarização cega e impede que governos exitosos sejam enxergados. Se não saímos disso, a avaliação de governo será sempre secundarizada". "Precisamos romper com um ambiente de polarização que a gente não domina, começar a criar um discurso de unidade no país, é a única coisa que vai furar a bolha da polarização. Não é uma estratégia simples".(O Globo, 08/10/2024). O que Edinho cobra do PT e do governo Lula é a sintonia com o slogan do próprio governo Lula: "União e reconstrução".

É preciso prestar a atenção nas palavras sábias do analista político Alon Feuerwerker: "Sem subestimar a economia, tampouco é demais olhar para aspectos mais subjetivos dos mecanismos de produção de opiniões políticas. O capital político dos governos sempre se beneficia de dois pês: propósito e pertencimento. Quando está claro a que veio o governo, e quando ele passa a sensação de querer o bem de todo mundo, e não só de sua turma. Acirrar as contradições e estimular a guerra de todos contra todos pode ser útil para reforçar o poder momentâneo, mas um efeito colateral é produzir sensação de exclusão em áreas que o andamento da economia pode até, eventualmente, estar beneficiando. Por isso se diz que a política tem de andar de mãos dadas com a economia, para que a safra eleitoral não decepcione".(Poder 360, 17/3/2024).

Marília, com seu jeito combativo e vibrante, lidera a Frente Ampla em Contagem de forma afirmativa e sem polarização do "nós contra eles". Muita gente na esquerda considera que a polarização, a política do "nós contra eles", é o único que vai garantir vitórias para a esquerda. Alguns militantes defendem que, em invés da adoção do slogan do governo Lula "União e reconstrução", devemos intensificar a polarização porque a "a polarização assimétrica" (a direita polariza muito e a esquerda polariza menos) é que explicaria os impasses da esquerda.(…) Em Contagem adotamos o caminho da despolarização, da não fulanização da política, e adotamos radicalmente uma política afirmativa. A política negativa só nega; já a política afirmativa contém, implicitamente, a negação porque se ela afirma "um caminho" ela se opõe ao "caminho indicado pela extrema direita", da confrontação e do ódio.

A despolarização em Contagem, ao longo do terceiro governo Marília Campos, não resultou em um governo insosso e sem marcas políticas. Veja as impressionantes conquistas que o governo Marília Campos teve em Contagem: a) a aprovação de um novo plano diretor, com o retorno da área rural (28% de nosso território) e preservação de Vargem das

Flores; b) a aprovação de um avançado Sistema de Participação Popular, com orçamento para dezenas de obras; c) a desprivatização dos serviços públicos da saúde (Hospital, Maternidade, e cinco UPAS), e criação do SSA- Serviço Social Autônomo; d) aprovação pelos vereadores e vereadoras de empréstimos de R$ 550 milhões vinculado a um projeto desenvolvimentista para Contagem; e) a defesa do desenvolvimento com proteção do meio ambiente com uma oposição pública e forte de nosso governo contra o traçado do Rodoanel, que rasga Vargem das Flores; f) Marília realizou um diálogo forte com a Câmara Municipal, que aprovou dobrar o valor das emendas impositivas; Marília vetou a medida e conseguiu que o veto fosse mantido com os votos de todos os 20 vereadores da base de governo e também da oposição. Marília faz, além disso, um governo com forte presença junto ao povo, com agenda de rua quase todos os dias.

Nossa campanha não foi "fulanizada", no sentido que não polarizou com as lideranças da extrema direita, mas se contrapôs fortemente aos projetos e programas da extrema direita para nossa cidade. Diria mesmo que em poucos locais do Brasil a esquerda fez isso. Por exemplo: de forma diferente do identitarismo, que dialoga com bolhas da sociedade, fizemos uma forte defesa dos direitos humanos com a proposta da "Cidade da diversidade"; defendemos fortemente os direitos das mulheres; do conceito ampliado de família e da comunidade LGBT+ e da diversidade religiosa. Vencemos a disputa com a extrema direita na defesa da cultura e do lazer, frente às críticas da extrema direita contra as reformas de praças e parques e aos shows que nosso governo faz em Contagem, com a defesa de "cultura, esporte e lazer de graça" para a população. Fizemos aquela que é provavelmente a campanha de rua mais intensa de uma candidatura de esquerda no Brasil; Marília sem liberação do cargo de prefeita, participou de 53 caminhadas, carreatas e bandeiraços, atividades que trazidas para as redes sociais tiveram a impressionante audiência de 76 milhões de visualizações de vídeo e 4,998 milhões de engajamento com as publicações. E, em Contagem, nunca abrimos mão dos nossos símbolos; a campanha de Marília foi sempre avermelhada e, nesta campanha conseguimos uma identidade visual perfeita, combinando o vermelho com o verde-amarelo. Em muitas cidades, até candidaturas ditas mais radicais foram enquadradas pelos publicitários com marcas com visuais de campanha completamente insossas e desconectados da nossa história.

Marília vai radicalizar a estratégia afirmativa nos seu quarto mandato; é nisto que acredito. Não vai "fulanizar" o debate, mas vai confrontar a

oposição com seu projeto de cidade, que tem como uma das centralidades a defesa da "Cidade da diversidade". Esta postura exige responsabilidade de todo o governo. Ninguém falará pelo governo, do menor ao maior escalão, no estilo "tropa de choque"; não será admitido o desrespeito a quem pensa diferente (por exemplo, caracterizar adversários de forma desrespeitosa de "gado"); nem participar de "escrachos" de lideranças da oposição, uma prática inaceitável que não devemos aceitar.
Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, pensa como nós de Contagem: contra o ódio e a confrontação apontar a "esperança de futuro". Com este trabalho maravilhoso em Contagem, Marília ganhou no primeiro turno com 60,68% dos votos, venceu nas oito regiões de Contagem e em 64 dos 66 bairros. Nosso mapa eleitoral é todo vermelho com dois pontinhos azuis. (…) É muito triste ver que muitos companheiros e companheiras do PT critiquem duramente e de forma sectária a estratégia da "despolarização". O deputado Rogério Correia escreveu que estamos imitando o Centrão: "Em toda encruzilhada temos de optar por um caminho. Na política, a esquerda deve se guiar pela estratégia e não aos acenos das elites, que hoje recomendam não polarização com a direita. José Genuíno tem razão, a esquerda não pode seguir o caminho do Centrão". Valter Pomar, ao criticar as posições de Edinho Silva, diz que dizer não à polarização é coisa da "esquerda domesticada": "A principal mensagem da entrevista de Edinho diz respeito à polarização. A lógica por detrás deste discurso é a de que política é diálogo. Uma ilusão típica da esquerda iluminista e domesticada no parlamento e demais instituições. Mas política é muito mais do que diálogo. Política é principalmente luta pelo poder. Confronto de forças. Mobilização. E se nesse confronto uma das partes polariza e a outra não, o resultado está praticamente definido desde o ponto de partida".
Interessante é que toda a esquerda brasileira publicou e se emocionou com um vídeo de Pepe Mujica, na campanha eleitoral do Uruguai, agora em novembro de 2024, quando o grande estadista, em discurso quase de despedida, defendeu uma visão muito parecida com a nossa de Contagem: "Porque é preciso um governo que abra o coração e a cabeça com todo o país. Não é poético o que eu digo. Alguém tem que dizer. Um velho. Não ao ódio! Não à confrontação! É preciso trabalhar pela esperança! Até sempre... lhes dou meu coração. Tenho que agradecer à vida! Porque quando esses braços se forem haverá milhares de braços. Obrigado por existir. Até sempre!". Viva Pepe Mujica! Viva Lula! Viva Marília!
A despolarização exige que a centro-direita caminhe mais para o centro e,

junto com partidos de esquerda, faça governos de centro-esquerda. Somos contra a polarização nos termos atuais, que dificulta o protagonismo dos partidos de centro no plano nacional (nos municípios são grandes protagonistas). Mas é preciso dizer que a polarização não é disputa entre dois extremos, temos atualmente apenas a extrema direita e a extrema esquerda é completamente irrelevante; o PT é um partido de esquerda que forma governos mais amplos junto com os partidos de centro, governos de centro-esquerda. Veja só: tínhamos no passado a disputa entre dois polos representados pelo PT e PSDB, mas eram dois polos com inegável compromisso democrático. Portanto, o problema atual mais grave não é polarização genericamente, mas a existência de uma extrema direita sem compromissos democráticos e cuja estratégia é a implantação no Brasil de um governo autocrático. Será bom para a democracia brasileira, que os partidos de centro retomem o protagonismo nacionalmente, mas aí o empecilho não é a esquerda mas a extrema direita que capturou grande parte dos eleitores de centro. Os partidos de centro só recuperarão o protagonismo, se além da defesa da democracia, distanciarem da extrema direita na economia, assumindo bandeiras como a defesa de uma nova política industrial; a defesa do fortalecimento do Estado, mudanças que já são visíveis em partidos de centro dos países desenvolvidos.

8-A DIFÍCIL COMBINAÇÃO DE DEMOCRACIA, ESTADO SOCIAL E A GEOPOLÍTICA MUNDIAL. Trata-se de uma relação complexa a defesa da democracia, do Estado Social no interior de grandes blocos geopolíticos mundiais, como os BRICS e o G-20. São muitos países que não adotam a democracia nem as políticas do Estado Social. As duas grandes potências no mundo – Estados Unidos e China –, por exemplo, são um exemplo neste sentido. Os Estados Unidos tem um Estado Social muito limitado, que não garante nem saúde universal para a população; a China com uma carga tributária de 17% do PIB e praticamente não tem políticas sociais universais, como saúde e educação.(…) Nas relações internacionais não tem posição homogênea na política, na ideológica nem no Estado social dado as diferenças existentes entre os países. O Bloco liderado pelos Estados Unidos sempre manteve estreitas relações com países com líderes ditatoriais e autoritários, em nosso continente articulou junto com a direita as ditaduras militares. Nos BRICS também é muito grande a diferenciação ideológicas, políticas e sociais, tem também muitas ditaduras e regimes autoritários. Mas os alinhamentos internacionais não podem enfraquecer nossa decisão interna de termos no Brasil a demo-

cracia e o Estado Social.
Quando as diferenças geopolíticas se dão com países do mesmo continente, com vizinhos como a Venezuela, a situação é diferente porque há grande repercussão na política interna do país. Portanto, considero um erro a posição do PT de reconhecimento da eleição de Nicolás Maduro; foi correta a posição do governo Lula de não reconhecimento da eleição do presidente venezuelano. Lula, agora, vai mais longe e decidiu ignorar Maduro: "Eu aprendi que a gente tem que ter muito cuidado quando a gente vai tratar de outros países e de outros presidentes. Eu acho que o Maduro é um problema da Venezuela, não é um problema do Brasil. Eu quero que a Venezuela viva bem, que eles cuidem do povo com dignidade. Eu vou cuidar do Brasil, o Maduro cuida dele, o povo venezuelano cuida do Maduro, e eu cuido Brasil. E vamos seguir em frente. Porque também não posso ficar me preocupando. Ora brigar com a Nicarágua, ora brigar com a Venezuela, ora brigar com não sei com quem".(O Globo, 11/11/2024).

A democracia é a mais valiosa das conquistas civilizatórias da humanidade.

O companheiro Ivanir Corgosinho redigiu para a campanha de Marília Campos um texto importante que mostra a relação estreita entre democracia e a luta pela igualdade social. Ele afirma: "As desigualdades sociais são tão antigas quanto as sociedades humanas. Desde tempos imemoriais, as pessoas estão divididas entre os que têm menos e os que têm mais; entre os que têm tudo e os que têm muito pouco: homens livres e escravos; reis e vassalos, ricos e pobres. Da mesma forma, tem sido eterna a luta por igualdade e por sociedades mais justas. Direitos políticos, econômicos e sociais hoje amplamente desfrutados, e que as gerações mais novas consideram óbvios, não existiriam não fosse a indignação e a revolta de nossos antepassados. E, com frequência, custaram o sacrifício de vidas. Apenas com a conquista das democracias, essa luta passou a ser reconhecida como um direito. Por essa razão, a democracia é a mais valiosa das conquistas civilizatórias da humanidade. É a única forma de governo onde as leis e o Estado protegem a liberdade de divergir, de protestar, de reivindicar e de lutar por uma existência mais digna, mais segura e mais feliz. A proteção da dignidade humana e a melhoria da vida são incompatíveis com ditaduras e com regimes autoritários. Pressupõem, ao contrário, a igualdade diante da lei, a igualdade da participação política e a igualdade de condições socioeconômicas básicas, primando especialmente pela inclusão dos que mais precisam, conforme determina a Constituição brasileira".(…) Se tivesse que opinar porque as democracias morrem eu diria que, na maioria dos casos, por

que se perde a "relação estreita entre democracia e a luta pela igualdade social". As políticas que ampliam as desigualdades sociais, como a da globalização neoliberal, que iniciaram na década de 1980 e explodiram agora em uma enorme crise, exigem governos tiranos e regimes cada vez mais autoritários.

Precisamos defender com convicção o nosso Estado Social, o mais robusto dentre os países em desenvolvimento. Não existe termo de comparação do Estado do Bem Estar Social brasileiro com o que existe na Europa. É muito comum que segmentos de classe média afirmem que temos carga tributária de primeiro mundo —de fato os 33% do Brasil é próxima a média da carga tributária na OCDE de 34,8% —, e serviços públicos de quinto mundo. Não é bem assim. O tamanho do Estado Social depende da carga tributária de cada país e da riqueza do país, expressa, por exemplo, no PIB per capita (PIB total dividido pelo número de habitantes). Nossa carga tributária incide sobre um patamar de riqueza muito inferior ao dos países europeus e até mesmo dos Estados Unidos. Se analisarmos o PIB per capita, dá para ver que a carga tributária per capita no Brasil em dólares, é muito pequena e isso implica enormes diferenças na capacidade de oferta de serviços públicos. Os países escandinavos—Dinamarca, a Suécia e a Noruega — têm carga tributária muito acima da média da OCDE e tem impostos per capita (carta tributária multiplicada pelo PIB per capita) de 21 a 33 mil dólares, o que representa de seis a nove vezes a do Brasil de apenas 3,6 mil dólares. Na Alemanha e França, ela é cinco vezes maior que a nossa; e mesmo em países mais liberais, como Estados Unidos e Reino Unido, a carga tributária per capita é também cinco vezes maior que aquela do Brasil. Quando comparamos o Brasil com outros países em desenvolvimento, como China, Índia e África do Sul, fica claro que nosso país é, disparado, o que tem mais direitos sociais. Assim, a conclusão é que temos no Brasil um Estado Social robusto, considerando o nível de riqueza de nosso país. Segmentos da esquerda fazem muitas vezes comparações que subestimam enormemente o nosso Estado do Bem Estar Social. Temos no Brasil uma tradição de considerar política social somente aquela da assistência social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social, mas as políticas sociais, são concedidas pelas três esferas de governo — estão em diversos ministérios — o próprio Desenvolvimento Social, Previdência, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Agrário — e nos Estados e municípios estão espalhadas em diversas secretarias. É muito comum a comparação entre os gastos com o Bolsa Família com os gastos com juros que são muito mais elevados. Não é bem assim. No Brasil, os

gastos públicos não financeiros (que excluem os juros da dívida) são da ordem de 33% do PIB, em grande parte direcionados para as políticas sociais. Este percentual é quase o dobro da carga tributária dos demais países dos BRICS, China e Índia, e é superior também ao da África do Sul e da maioria dos países da América Latina.(…) Nem bem a Constituição de 1988 foi promulgada, o neoliberalismo emergente passou a afirmar que a Constituição não cabia no orçamento e outras coisas mais. Contribuiu muito para a manutenção do Estado Social a constitucionalização detalhada dos direitos sociais, que são resumidos no artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". Dentre os direitos sociais podemos destacar: a) direitos trabalhistas, a Constituição praticamente constitucionalizou a CLT; b) na saúde tivemos a criação do SUS com a garantia de universalidade e integralidade do atendimento; c) a educação básica foi universalizada e o governo atua fortemente na educação superior e na pós-graduação; como dizemos: educação da creche até a pós-graduação; d) a previdência social é garantida para trabalhadores do setor privado (INSS) e para os servidores públicos através de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); e) a assistência social ganhou dimensão de política pública e cuida de muitos direitos, como o Bolsa Família e o BPC; f) sistema público de emprego, com os direitos ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

9)PROJETO NACIONAL. A ESCOLHA NÃO É ENTRE JUROS ALTOS E INFLAÇÃO; O QUE PRECISAMOS É DE PROJETO QUE AMPLIE FORTEMENTE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS PARA QUE TENHAMOS UM CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO E FORTE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES A questão fiscal do Brasil sempre foi desafiadora: receitas, despesas, dívida e investimentos. Veja só: temos uma carga tributária de 33% do PIB, o que somado neste momento com um deficit nominal (deficit com políticas públicas e principalmente com juros) de 8,91% do PIB em 2023, soma um total de despesas públicas de 42%. Muitas pessoas na esquerda defendem que a maior tributação dos ricos e dos bilionários pode garantir mais recursos para as políticas públicas. No entanto, a carga tributária no Brasil já é muito elevada e não há como aumentá-la mais, o que significa que a reforma tributária tem que ser neutra, ou seja, mantém-se a tributação em 33% do PIB e a redução para os ricos deve ser compensadas na tributação dos pobres. Ou seja, a reforma tributária visa garantir mais progressividade e justiça tributária,

onerando os mais ricos e desonerando os mais pobres, sem o objetivo de aumentar a carga tributária global. O controle maior dos gastos públicos, com reduções expressivas dos juros da dívida e de outras despesas correntes, visa, sobretudo, estabilizar a dívida pública (78% do PIB dívida bruta e 62% dívida líquida).
Portanto, para termos no Brasil um crescimento econômico sustentado precisamos desacelerar o crescimento, veja só desacelerar e não reduzir, das despesas correntes e aumentar muito os investimentos públicos. Não precisamos imitar a China, por exemplo, onde os investimentos públicos e privados são de impressionantes 42% do PIB, mas não é sustentável os investimentos brasileiros de apenas 16,8% do PIB, a 20ª pior taxa dentre 170 países.(…) Veja só: o Arcabouço Fiscal garante piso de investimentos federais de 0,6% do PIB, contra 3,5% a 4% do PIB nos governos federais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Temos cinco grandes desafios fiscais e para maior igualdade social no Brasil: reforma tributária progressiva; redução grande da taxa de juros; políticas de igualdade de gênero e raça; e dois problemas que envolvem Estados e Municípios: a renegociação das dívidas de Estados e o absurdo modelo de capitalização criado no governo Lula, em 2008, para Estados e Municípios, a maior "bomba fiscal" existente no Brasil e uma ameaça ao Estado Social.

10-A "COLIGAÇÃO DOS JUROS ALTOS" É LIDERADA PELA "MEIA DÚZIA" DE BANQUEIROS DA FARIA LIMA, MAS ELA É MUITO MAIS AMPLA NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Por que os juros altos no Brasil, completamente fora de linha com o mundo, não tem nenhuma "gritaria" contra? É uma simplificação populista se afirmar que temos "meia dúzia de banqueiros" contra o Brasil. Não é assim. Juros altos no nosso país, desde sempre, é considerado uma espécie de "direito adquirido" dos mais ricos. Veja só: no ano de 2023 os juros da dívida pública foram de R$ 700 bilhões e o lucro total dos bancos, com retorno altíssimo, foi de R$ 140 bilhões. Além dos bancos, ganham com os juros altos as empresas não financeiras da indústria, comércio, serviço e agricultura, que aplicam suas disponibilidades de caixa em títulos do governo; muitas delas têm lucro de aplicações financeiras superiores ao lucro operacional (veja o caso dos planos de saúde em 2023). Ganham com os juros altos também os segurados dos fundos de previdência privada e públicos; os fundos de pensão dos trabalhadores das estatais e ex-estatais, os fundos de previdência dos servidores federais, estaduais e municipais têm bilhões aplicados em títulos públicos. Todos nós, de classe média de direita

ou de esquerda, temos as nossas economias aplicadas em títulos do governo. Ganham muito também com aplicações financeiras as prefeituras e governos de Estado, que aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos. Veja o caso da Prefeitura de minha cidade, Contagem: no ano de 2023, as aplicações financeiras renderam ao município R$ 127,347 milhões, valor superior ao que a Prefeitura gastou com juros e amortizações da dívida de R$ 102,283 milhões.

Um passo fundamental que precisamos é dar total transparência para as contas públicas no país. Considero que muitos aspectos não são divulgados nem pelo mercado nem pela esquerda: a) a dívida pública brasileira está superestimada, porque "esquecem" de contabilizar e deduzir o volume expressivo de reservas internacionais do Brasil; b) o conceito de deficit/ superavit primário esconde os gastos com juros; c) pouco se fala na meta de inflação de 3%, percentual que nunca foi atingido na história brasileira; d) fazem terrorismo contra os governos de esquerda e não esclarecem que nossos governos, quase todos os anos, cumpriram a meta de inflação; e) uma informação que precisamos ter coragem de expressar: com juros altíssimos, a renda das classes A e B tem crescido mais do que a renda dos mais pobres das classes C, D, E, ou seja, se não baixarmos muito os juros nosso governo vai aumentar as desigualdades. Acho que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, são desenvolvimentistas mas têm consciência da tarefa gigante que é trazer os juros do Brasil para patamares internacionais, e como não são voluntaristas devem ter alguma estratégia para ampliar a base social de uma nova política de juros no Brasil.

Veja só: no passado, como nos anos seguintes ao Plano Real, a referência para os governos era a Dívida Corrente Líquida (DCL), dívida bruta menos as disponibilidades de caixa, no caso do governo federal estas disponibilidades são as reservas internacionais de 372 bilhões de dólares, que é utilizada até hoje como referência do endividamento de Estados e municípios. Este é também o critério utilizado pelas empresas para definir a situação financeira delas. Reservas internacionais que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, não utilizou, como fez no governo Bolsonaro, para fazer intervenções e estabilizar o dólar. As reservas internacionais são fundamentais para o Brasil não ir à falência, como aconteceu diversas vezes no passado. Quando o dólar dispara aumenta a inflação, mas, contraditoriamente, como o país tem amplas reservas na moeda estadunidense, a dívida pública fica menor em reais. O que deixa frágil o conceito de dívida líquida é que os juros da dívida bruta

são enormes e os juros sobre as reservas, aplicadas em títulos do Tesouro dos EUA, são muito menores. Ou seja, a dívida será menos preocupante, quando os juros internos estiverem mais alinhados com os juros internacionais, o que o governo paga com Selic e o que recebe com a aplicação das reservas em dólares.

O conceito de deficit/ superavit primário esconde os gastos com juros; o Brasil só discute os gastos com políticas públicas e não sabe do sufoco que são os gastos com juros de R$ 700 bilhões em 2023, por exemplo. Tem um acordo informal para esconder os dados: os banqueiros porque não querem dar transparência aos juros; os governos porque ficam "melhor na fita" com um deficit pequeno e até "deficit zero"; já os setores mais radicais também não falam do deficit nominal para continuarem subestimando a necessidade de uma maior gestão das despesas correntes. É o deficit nominal que mostra que o principal problema da dívida brasileira é o gasto com juros da dívida pública. Veja só: uma remuneração ótima para as aplicações financeiras é com juros que sejam, no máximo, do tamanho do crescimento da economia; assim a dívida se estabiliza enquanto proporção do PIB.

A política de juros é fortemente influenciada pela meta de inflação irreal ista que fixaram para o Brasil, de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5% para cima ou para baixo 1,5% / 4,5%. O ministro Fernando Haddad disse certa vez que esta meta de inflação nunca foi alcançada no Brasil. Fizemos uma pesquisa com a evolução histórica do IPCA que mostra que em 44 anos que este índice foi criado, somente em três anos, a inflação foi inferior a 3% (1998, 2006 e 2017), sendo que em dois destes três anos a inflação foi aliviada pelo crescimento de 0% da economia. Mas qualquer tentativa de aumentar a meta gera um enorme terrorismo econômico; o único alívio que teremos é a adoção, a partir de 2025, da "meta continua" de inflação, que funcionará assim: "A partir de 1º de janeiro de 2025, será considerado que a meta foi descumprida quando a inflação, medida pela variação acumulada em doze meses do índice de preços, desviar-se por seis meses consecutivos da faixa do respectivo intervalo de tolerância".

Com juros elevados demais, a renda das classes A e B está crescendo mais do que das classes C, D,E. O governo Lula, corretamente, têm divulgado que nosso país está crescendo muito, o mercado de trabalho está muito aquecido e a renda da população tem também crescimento real expressivo. No entanto, a renda dos mais ricos tem crescido mais do que dos pobres, e isso mostra que o modelo econômico, mantido os juros altos, a regressividade dos impostos, continua sendo um modelo de concen-

tração de renda.(…) Veja matéria do jornal Valor Econômico: "Beneficiadas pelos juros ainda altos e a conjuntura positiva da economia e do mercado de trabalho, as classes A e B devem ver a massa de renda ter crescimento expressivo neste ano, em comparação com as mais classes mais baixas, comumente favorecidas por transferências governamentais, segundo estudo da Tendências Consultoria, disponibilizado ao Valor. A massa de renda domiciliar total deve avançar 5,6% em 2024, após alta de 7,4% em 2023, mostra a análise Classes de Renda e Consumo no Brasil: 2024-2034. 0 crescimento se dará principalmente pela renda do trabalho, que tende a crescer 6,6% ao longo deste ano, refletindo a dinâmica favorável do mercado de trabalho. No estudo da Tendências, todas as altas citadas são reais, ou seja, acima da inflação. A alta da massa de renda nas classes mais altas deve ser substancialmente maior que as mais baixas, segundo a análise. A perspectiva é que o maior crescimento ocorra na classe B, cuja massa de renda deve avançar 7,2%, após crescer 8,7%. Na classe A, a projeção é de crescimento de 6,6% da renda, após alta de 9,7% em 2023. A classe C, por sua vez, deve ver a massa de renda subir 4,5%, depois de crescimento de 3,7%. Enquanto nas classes D e E, o crescimento deve ser de 3,2%, após alta de 5,6% no ano passado". Continua o Valor Econômico: "A Tendências considera classe A os domicílios com renda domiciliar superior a R$ 24,8 mil mensais. Esses representam 37,5% do total da massa de renda, mas apenas 3,9% dos domicílios. Já a classe B seria representada por domicílios com renda mensal entre R$ 8 mil e R$ 24,8 mil, representando 21,9% da massa e 15% dos lares no Brasil. Na classe C, a renda domiciliar vai de R$ 3.300 a R$ 8 mil. Ela corresponde a 18,4% do total da massa e 31,2% das famílias. Enquanto as classes D e E são aquelas com renda mensal domiciliar de até R$ 3.300, correspondendo a 22,2% da massa total e a 49,9% dos domicílios".(…) "O principal 'driver' por trás dessa alta é o dinamismo do mercado de trabalho, tanto no que diz respeito à ocupação quanto ao aumento do salário mínimo real. O segundo é a Previdência, já que o ajuste é atrelado ao salário mínimo. A Previdência é importante especialmente para a composição de renda das famílias mais pobres", diz a economista Alessandra Ribeiro, sócia-diretora da Tendências. Um outro vetor tem a ver com a categoria que classificamos como 'outros ganhos', como investimento, aplicação, aluguéis e dividendos, que esperamos que suba 4,9% neste ano. É muito representativa na classe A, e responde por 75% do rendimento nela, em comparação a 11% na classe B. Mesmo com a redução da Selic em relação ao ano passado, a taxa básica de juros ainda está em patamar muito alto."(Valor Econômico, 05/07/2024).

11-PROGRESSIVIDADE DOS IMPOSTOS. PABLO ORTELADO: RESOLVER O PROBLEMA DA REGRESSIVIDADE DOS IMPOSTOS NÃO É TRIVIAL; PAÍSES MAIS IGUALITÁRIOS CONSEGUIRAM EM CIRCUNSTÂNCIAS MUITO ESPECÍFICAS DO ESFORÇO DE GUERRA. O Estado Social implica numa adoção parcial daquele princípio do socialismo: "De cada um de acordo com sua capacidade e a cada um de acordo com sua necessidade". Implantamos O Estado Social no Brasil na Constituição de 1988 e, Lula deu contribuições importantes para reduzir a regressividade das políticas públicas de tal forma que elas priorizem quem mais precisa; já a tributação no Brasil, nem de longe, reflete a capacidade de contribuição da sociedade.

Brasil, em relação à OCDE, tributa menos a base renda, folha de salários e propriedade e mais sobre bens e serviços. A Receita Federal divulga anualmente um estudo sobre a Carga Tributária no Brasil e no mundo, como fez para no ano de 2021, tendo como referência o ano de 2020. Veja as conclusões da Receita Federal: "Quando se compara a tributação por base de incidência, observa-se que para a base 'Renda', 'Folha de Salários' e 'Propriedade', o Brasil tributa menos que a média dos países da OCDE, enquanto que para a base 'Bens e Serviços', tributa, em média, mais".(…) Veja os números por tributos do Brasil em comparação com a média da OCDE (33 países): a) A carga tributária sobre a renda, lucro e ganhos de capital, imposto típico dos mais ricos, é de 6,9% do PIB no Brasil e, em média, de 10,6% do PIB na OCDE. Neste item da tributação, o Brasil ocupa a 28ª colocação, dentre 33 nações da OCDE, percentual muito atrás até de países com tradição liberal: Estados Unidos (11,8% do PIB) e Reino Unido (também 11,8% do PIB); b) Na folha de salários a tributação é de 8,6% do PIB no Brasil e de 9,9% do PIB na OCDE. O Brasil neste item ocupa a 22ª posição no ranking da OCDE, o que desmente informações de que nosso país seria um campeão neste tipo de tributação; c) A carga tributária sobre bens e serviços, que onera os mais pobres, é de 13,5% do PIB no Brasil e de 10,8% do PIB na OCDE. Nosso país é o 7º colocado na OCDE que mais tributa os mais pobres; d) E, finalmente, a carga tributária sobre a propriedade é de 1,5% do PIB no Brasil e de 1,8% do PIB na OCDE. O Brasil ocupa 18ª posição neste tipo de tributo, sendo que em alguns países importantes, alguns deles de tradição liberal, ela é muito maior: Reino Unido (3,9% do PIB), Estados Unidos (3,0% do PIB).

Pablo Ortelado mostrou a enorme complexidade para o Brasil se tornar uma nação mais igualitária. Disse o autor: "Parece que o Brasil formou a convicção de que nosso problema fundamental é a corrupção: que

se prendermos os corruptos e fizermos valer o império da lei, o dinheiro público vai retornar para sua destinação original e teremos serviços públicos à altura do sacrifício que fazemos para pagar os impostos. Infelizmente, essa tese não é verdadeira. Os países que oferecem saúde, educação e previdência de boa qualidade para seus cidadãos ou tem muito mais riqueza que o Brasil ou neles o Estado se apropria de uma parcela maior da riqueza social —geralmente, as duas coisas. Por isso, se quisermos dar serviços públicos de qualidade para os brasileiros, precisaremos também fazer crescer a economia, resolver o problema dos juros da dívida pública e por fim aos privilégios previdenciários e tributários. (…) Resolver o problema da regressividade dos impostos, no entanto, não é trivial. Num instigante estudo comparativo sobre o surgimento e o desenvolvimento dos impostos progressivos, Kenneth Scheve e David Stasavage (Taxing the rich: a history of fiscal fairness in the United States and Europe. Princeton: Princeton University Press, 2016) demonstraram, apoiados na história de vinte países, que a introdução de impostos progressivos e a consequente diminuição da desigualdade na Europa e nos Estados Unidos não se deveu ao chamado "efeito democrático" (pelo qual maiorias pobres com direito a voto imporiam um sacrifício aos mais ricos), nem a uma reação política à desigualdade crescente, mas a circunstâncias muito específicas do esforço de guerra, sobretudo durante as duas guerras mundiais.(…) Num contexto que era de turbulência e ameaças, as esquerdas conseguiram fazer prevalecer o argumento de que assim como os trabalhadores estavam se sacrificando, colocando a vida em risco nos campos de batalha, os empresários também deveriam se sacrificar, contribuindo para o esforço de guerra com impostos muito mais elevados sobre a sua renda e o seu patrimônio. É o que os autores chamam de "argumento compensatório", no qual o fardo de um imposto elevado é visto como compensação por um privilégio.(…) A guerra criou as condições para que impostos sobre a renda e sobre a propriedade fossem elevados para níveis muito altos –e ainda que os impostos tenham diminuído quando a guerra acabou, eles permaneceram num patamar muito superior ao que havia antes, mudando de maneira estrutural o padrão distributivo desses países. Nosso desafio, no Brasil e em outros países desiguais como o nosso, é encontrar, em tempos de paz, meios políticos para distribuir o fardo de um Estado social de maneira que os privilegiados paguem mais. Mas, antes, teremos que convencer a opinião pública que combater a corrupção é necessário, mas não é suficiente para criar o país justo que queremos".(UOL, 19/10/2017).

A classe média só vai aceitar uma tributação mais progressiva se isto

começar pelos super ricos. Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda, em um interessante artigo sobre a desigualdade no Brasil, escreveu: "Em um texto de 2016, Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, apontou que a desigualdade é uma escolha política, não um resultado de forças externas à sociedade. Palma analisou a distribuição pessoal de renda em 129 países, dividindo cada sociedade em três grupos: mais pobres (40% na base da pirâmide), classe média (os 50% seguintes) e os ricos (os 10% no topo). Segundo Palma, há uma regularidade na maioria dos casos: a classe média detém aproximadamente 52% da renda pessoal, independentemente do grau de desigualdade do país em questão. Onde a desigualdade é alta, os ricos têm uma parcela elevada do total da renda, enquanto os pobres têm uma parcela reduzida. Onde a desigualdade é baixa, os ricos têm uma parcela menor, e os pobres, uma parcela maior do bolo. Nos dois casos, a classe média tem cerca de 52% da renda pessoal.(…) Minha interpretação dos resultados de Palma é que, onde a desigualdade é alta, a classe média aceita que os ricos sejam muito ricos desde que os pobres sejam muito pobres. Já onde a desigualdade é baixa, a classe média aceita que os pobres sejam menos pobres, desde que os ricos não sejam tão ricos. A "tolerância à desigualdade" de cada país reflete, portanto, sua preferência de renda relativa. Onde a desigualdade é alta, caso do Brasil, a classe média tolera a riqueza excessiva desde que sua renda também seja excessiva em relação aos mais pobres". (Folha S.Paulo, 29/09/2019).

Ampliar a tributação dos super-ricos para que tenhamos mais justiça tributária no Brasil é, talvez, a única chance da segunda fase da reforma tributária, que também precisa ser neutra. Ou seja, é preciso taxar mais os mais ricos e menos os mais pobres, mantendo a carga tributária global de 33% a 34% no Brasil. A principal proposta neste sentido até agora é a isenção de IR para as pessoas com renda até R$ 5.000,00. Lula defende esta proposta: "Não é um compromisso de campanha. É um compromisso de justiça. Você não pode fazer com que as pessoas que ganhem R$ 5 mil paguem Imposto de Renda, enquanto os caras que têm ações da Petrobras recebem R$ 45 bilhões de dividendos sem pagar. Você não pode cobrar 27% ou 15% de um trabalhador que ganha R$ 4 mil e deixar os caras que recebem herança não pagar. O que queremos é isentar as pessoas que ganham até R$ 5 mil e no futuro isentar mais". (Planalto, 11/10/2024).

12-A DESIGUALDADE NO BRASIL TEM A MARCA DE GÊNERO E RAÇA; POR ISSO SÃO FUNDAMENTAIS POLÍTICAS AMPLAS DE IGUALDADE

EM NOSSO PAÍS. O fim da escravidão não levou a política de inclusão social do negro(a) na sociedade brasileira.(…) "A formação social brasileira resultou num peculiar modelo de sociedade multirracial e pluriétnica. O legado da presença estimada de cinco milhões de indígenas que habitavam o país no período inicial do colonialismo, o tráfico de cerca de quatro milhões de africanos nos três séculos e meio em que perdurou o escravismo e a grande imigração europeia e asiática ao longo dos séculos XIX e XX fizeram do Brasil um mosaico de diversidades, portador de uma rica geografia de identidades étnicas, culturais, religiosas, éticas e estéticas.(…) O certo é que o fim da escravidão não levou a uma política de inclusão do negro na sociedade brasileira. O Brasil não realizou uma reforma agrária, que garantisse o acesso à terra às milhares de pessoas da raça negra libertas da escravidão. E mais: 'Instituiu o regime de trabalho assalariado, sem, contudo, adotar quaisquer medidas que permitissem ao ex-escravo competir, em igualdades de condições com o imigrante, então eleito como mão de obra mais apropriada à fundação da ordem capitalista e à noção de progresso desejável ao jovem Estado Republicano" (Relatório, 2001).

Mulheres foram quase metade do mercado de trabalho no início do século 20 e foram gradualmente substituídas pelo trabalho masculino. As mulheres representaram, no início do século 20, contingente expressivo da mão de obra industrial e também da População Economicamente Ativa — PEA, sendo que, em 1900, o percentual era de 45,3%. Mas esta situação se reverteu nos anos seguintes: "Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido —pelos homens —como 'naturalmente masculino'. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família"(RAGO, 1997, páginas 581 e 582).

É interessante notar a hipocrisia da burguesia e de sua ideologia, que advogava o retorno da mulher ao lar, que se tornou hegemônica na sociedade. Essa mesma ideologia não foi empecilho para a utilização massiva

do trabalho feminino, de forma profundamente precarizada, no início da industrialização brasileira. As mulheres foram exploradas brutalmente, com jornadas de trabalho de até 15 horas diárias e com remuneração mais baixa para trabalho igual ao dos homens. As poucas leis de proteção ao trabalho feminino não possuíam abrangência nacional e eram, na maioria dos casos, descumpridas. Quando se acelerou a industrialização brasileira e quando as oportunidades de trabalho e de formação profissional cresceram, as mulheres foram sendo gradativamente afastadas do mercado de trabalho, substituídas que foram pela mão de obra masculina. Depois de representar quase metade do mercado de trabalho no início do século, na década de 1920, a participação do trabalho feminino na PEA tinha reduzido para pouco mais de 15%, mantendo-se nesta faixa até a década de 1960.(…) Nas últimas décadas as mulheres ampliaram muito a participação no mercado de trabalho, chegando hoje perto de 43%. Mas veja que a maioria dos problemas são os mesmos do século passado: "variação salarial, intimidação física, desqualificação intelectual, assédio sexual".

Muitas pessoas se apegam ao preceito constitucional de que "todos são iguais perante a lei" para discordar das políticas diferenciadas de promoção da igualdade. Na verdade, a Constituição Federal prevê as políticas diferenciadas, quando voltadas para a promoção da igualdade: "Um dado interessante, no plano das leis nacionais, refere-se à introdução, no sistema jurídico brasileiro, do princípio da discriminação justa e positiva, o que resultou num alargamento substantivo do conteúdo semântico do princípio da igualdade, bem como na ampliação objetiva das obrigações estatais em face do tema. Vale dizer que o sistema constitucional brasileiro correlaciona igualdade e discriminação em duas fórmulas distintas, complementares e enlaçadas em concordância prática: a) veda a discriminação naquelas circunstâncias em que sua ocorrência produziria desigualação e, de outro lado, b) recomenda a discriminação como forma de compensar desigualdades de oportunidades, ou seja, quando tal procedimento se faz necessário para a promoção da igualdade. Este significado binário de evitar desigualação versus promover a igualação, atribui ao princípio da igualdade dois conteúdos igualmente distintos e complementares: a) um conteúdo negativo, que impõe uma obrigação negativa, uma abstenção, um papel passivo, uma obrigação de não-fazer: não discriminar; e b) um conteúdo positivo, que impõe uma obrigação positiva, uma prestação, um papel ativo, uma obrigação a fazer: promover a igualdade" (RELATÓRIO, 2001, páginas 6,7,8).

O combate às práticas discriminatórias precisa ser travado de forma ampla.

É preciso agrupá-las naquilo que elas têm em comum, colocando como alternativa a implementação de políticas de promoção da igualdade. "Não há dúvida quanto ao fato de que cada modalidade de discriminação apresenta suas particularidades, como também cada um dos grupamentos vitimizados possuem características que lhes são próprias e, finalmente, os movimentos sociais antidiscriminatórios apresentam formas de atuação, plataformas e identidades políticas distintas. Ainda assim, a conduta discriminatória, seja motivada por orientação sexual, raça ou qualquer outro critério, ofende pelo menos dois bens jurídicos de extrema relevância: a dignidade da pessoa humana e o direito à igualdade. Interessa-nos, portanto, não apenas compreender as causas, o modo de operação e particularidades da discriminação de natureza racial, de gênero, etária, motivada por orientação sexual, doenças ou deficiências, mas sobretudo agrupá-las, de modo que a prática discriminatória seja tomada em seu sentido lato" (INPIR, 1998, página 8).
Sou entusiasmado com a proposta de transformar a luta pela igualdade em um movimento político-social amplo, que agregue as diversas identidades em uma grande unidade política. No processo de rearticulação dos Setoriais do PT Contagem convocamos um processo de rearticulação de todas as identidades em uma grande reunião do Setorial de Direitos Humanos. Foi lindo a mesa composta por diversos palestrantes vinculados a diversos movimentos: mulheres, igualdade racial, LGBT+, pessoas com deficiência, jovens; todos unidos em torno daquilo que os une: a defesa da dignidade da pessoa humana e o direito à igualdade. Gosto dos movimentos identitários pela rebeldia e capacidade de mobilização. Mas, tendo um diálogo somente com as bolhas, estão condenados a serem, sempre, movimentos coadjuvantes na política; são muitos e muitas que se elegem para as Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e para a Câmara dos Deputados. Mas são movimentos que não são vitoriosos nas grandes disputas majoritárias para prefeitos(as), senadores(as), governadores(as) e presidente(a). Ou seja, para assumirem o protagonismo nas grandes disputas majoritárias, mulheres têm que liderar também os homens; negros e negras têm que liderar as demais raças; LGBT+ precisam liderar quem tem outras orientações sexuais.(…)
Duas bandeiras que podem, em minha opinião, ter grande repercussão política: introdução das cotas no plano federal para todos os servidores, municipais, estaduais e federais; é grande o número de municípios e estados que não adotam as cotas. Outra grande bandeira é a prioridade para creches de tempo integral para crianças de 0 a 3 anos filhos de mulheres pobres das periferias das grandes cidades para que elas possam

trabalhar com mais segurança e tranquilidade.

13-NÃO TEM COMO TER UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SE NÃO SE RESGATAR DA FALÊNCIA OS TRÊS ESTADOS MUITO IMPORTANTES: MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E RIO GRANDE DO SUL. O governo Lula precisa olhar com mais atenção e carinho a situação dos três estados mais endividados porque representam parte expressiva da população e do PIB brasileiro, e a recuperação das finanças destes estados é fundamental para um projeto de desenvolvimento nacional. Além do mais são estados estratégicos para se consolidar uma maioria política e social da esquerda brasileira, como ficou claro em quase todas as eleições presidenciais.(…) Depois de quase 30 anos de federalização das dívidas dos Estados, três dos mais importantes estados brasileiros continuam falidos, com dívida consolidada próximo de 200% da receita líquida. A federalização se deu com correção proibitiva muito acima das receitas do Estado: IGP-DI mais juros reais de 6% a 9%. Em 2014, Dilma fez uma primeira renegociação, mas ainda assim a indexação continuou muito elevada: INPC mais juro real de 4% ou Selic. Nos últimos anos, fizeram um Regime de Recuperação Fiscal – RRF que, em vez de ajudar, acabou piorando ainda mais a situação das dívidas atuais. Foi um RRF que não fez uma redução das dívidas, apenas concedeu uma moratória de até nove anos; com a moratória os valores não pagos a título de juros e amortizações foram incorporados ao estoque da dívida que cresceu violentamente nos três estados mais endividados. O principal problema para um resgate dos Estados, é que se trata de estados ricos em comparação aos demais, sendo que as dívidas de Minas, Rio, Rio Grande do Sul, somada com a de São Paulo, representam 86% da dívida global dos Estados de R$ 875 bilhões. Uma redução da dívida dos três estados mais endividados acaba sendo uma injustiça com os estados mais pobres, mas, ao mesmo tempo, estes estados, sem o resgate, não sairão da falência.

Veja a tragédia de Minas: a) a dívida no governo Romeu Zema passou de R$ 113,818 bilhões (2018) para R$ 185,307 bilhões (segundo quadrimestre de 2024); ou seja o governador não saneou o Estado, ele trocou a dívida com os servidores, com fornecedores e com os municípios pela dívida com o governo federal, garantida por uma moratória definida pelo STF que durou seis anos; b) Minas Gerais é o terceiro maior PIB brasileiro, é o nono PIB per capita, mas na receita per capita, devido provavelmente a Lei Kandir que desonerou as exportações de um estado exportador, o Estado é apenas o 19º receita per capita dos Estados; c)

mesmo realizando um arrocho severo dos servidores (a receita do Estado cresceu, nos últimos seis anos, 76% e as despesas de pessoal apenas 32%) ainda assim as despesas de pessoal do Poder Executivo, de 50,12% da receita, estão acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 46,55%.

Nós, de Contagem apresentamos o documento "Minas precisa de um plano de resgate". Eu, José Prata, nos últimos 20 anos publiquei 10 estudos sobre Minas Gerais. Com base nestes estudos e na experiência de resgate das finanças de Contagem, publiquei no mês de julho de 2023, o caderno "Minas precisa de um plano de resgate". Nossas principais propostas: a) um plano de resgate, para reduzir os custos fiscais do governo federal, focado nos três estados falidos; b) uma redução expressiva da dívida dos Estados com redução do teto de endividamento de 200% da receita para o mesmo percentual dos municípios, de 120% da receita, para evitar novas crises da dívida no futuro; a redução em reais seria no valor que ultrapassar os 120% da dívida; c) no debate sobre a dívida defendemos também um novo parcelamento da dívida em 30 a 50 anos, como forma de reduzir as prestações mensais pagas pelos estados ao Tesouro; d) retomada de um imposto regulatório sobre as exportações mineiras, sendo maior ou menor dependendo dos preços internacionais, redução dos subsídios e ampliação das receitas estaduais com ICMS, IPVA e outros impostos; além disso as finanças de Minas seriam favorecidas pelo crescimento da economia mineira e brasileira; c) revogação da exigência de previdência capitalizada para servidores estaduais que obriga o Estado a pagar um deficit atuarial de R$ 700 bilhões, o que se não acontecer vai contratar uma nova crise fiscal nas próximas décadas; d) retirada de qualquer referência aos servidores do RRF porque os gastos já estão nos limites da responsabilidade fiscal, sendo esta lei suficiente para regular o gasto daqui em diante; e) manutenção das estatais mineiras sob o controle do governo Estado, estado que tem garantias contra a privatização que são as exigências de emenda constituição e plebiscito, sem privatização nem federalização da Cemig, Copasa, Codemig e outras empresas; f) como Minas e os estados falidos não teriam, por um tempo, capacidade de endividamento por estarem no limite da dívida de 120% da receita, o governo federal daria um apoio especial aos investimentos nestes três estados.(...) O triste é que quase ninguém do PT Minas e da bancada do PT e da oposição na Assembleia de Minas, leram o meu documento e pior ainda: nos acusaram eu e Marília, por termos um plano alternativo de resgate de Minas de tentar

"salvar" e de sermos "aliados" governo Romeu Zema. Infelizmente a política do "quanto pior, melhor" desconheceu uma proposta que considero importante e que, gostem ou não, foi uma referência para o debate de um novo regime de recuperação fiscal no Congresso Nacional através do senador Rodrigo Pacheco.

Veja os principais itens do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). A nova legislação de refinanciamento das dívidas dos Estados prevê o seguinte: a) os estados poderão quitar de imediato parte das atuais dívidas transferindo para o poder da União bens móveis ou imóveis, participações societárias em empresas, créditos com o setor privado, créditos inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Estadual, dentre outros ativos; b) os valores das dívidas já com eventuais abatimentos previstos anteriormente serão refinanciados em até 360 parcelas mensais sucessivas, a primeira das quais vencerá no quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura do aditivo contratual; Rodrigo Pacheco incorporou uma de nossas propostas defendidas pela prefeita Marília Campos em visita do Lula a Contagem, um novo parcelamento de 30 anos para a dívida dos Estados; c) aos estados cujo ingresso no Regime de Recuperação Fiscal tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2023 e que aderirem ao Propag será concedida a possibilidade de incremento gradual entre o valor devido das prestações com base na aplicação das regras previstas na Lei Complementar, nos seguintes termos: 20% do valor das prestações devidas no primeiro ano; 40% do valor das prestações devidas no segundo ano; 60% do valor das prestações devidas no terceiro ano; 80% do valor das prestações devidas no quarto ano do termo aditivo; 100% do valor das prestações devidas do quinto ano; d) a correção da dívida que é feita pelo IPCA mais 4%, será reduzida para IPCA mais juros reais de 0%, 1% ou 2%, de acordo com o percentual de abatimento com ativos da dívida estadual (de 10% ou de 20%), realização de investimentos nas áreas definidas pela lei e contribuição para o Fundo de Equalização Federativa (a medida é uma espécie de compensação para os estados menos endividados); e) os estados terão até 31 de dezembro de 2025 para solicitar adesão ao Propag; essa foi uma sugestão da Câmara acatada pelo relator no Senado. O prazo anterior era de 120 dias a partir da publicação da lei; f) o texto aprovado também prevê exigências de equilíbrio fiscal aos entes que aderirem ao Propag. A nova legislação exige que esses estados limitem o crescimento de suas despesas primárias de forma similar ao arcabouço fiscal (Lei Complementar 200, de 2023).

O Propag foi uma construção coletiva de lideranças políticas mineiras; Marília Campos foi uma das protagonistas da construção, como

reconheceu o deputado João Vítor Xavier (Cidadania), em discurso em Contagem. No mês de dezembro de 2023, o deputado João Vítor Xavier, do partido Cidadania, em uma atividade na UPA JK proferiu as seguintes palavras: "A Marília teve uma coragem que é rara, que foi a do enfrentamento da divergência ideológica. Nem sempre a gente pensa igual, e ela e o Prata tiveram uma coragem grande de dizer o seguinte: olha tem outro caminho para a dívida de Minas Gerais. Tem outro caminho para resolver esse problema que faz tanto mal. Porque a dívida de Minas é igualzinho à dívida que a gente tem na vida pública. Quando a gente tá gastando muito dinheiro para pagar a dívida, falta dinheiro para fazer outras coisas. E é isso que está acontecendo. Marília foi ao meu escritório e a gente ligou junto para o senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. E dissemos para ele: senador, tem outros caminhos. Mandamos para ele um artigo que o Prata fez a respeito da dívida de Minas. E nessa semana tivemos um dia histórico, quando o presidente do senado se sentou com o presidente da República, com o presidente da Assembleia para com o ministro da Fazenda para rediscutir a dívida de Minas. E é muito importante que fique registrado para a história que isso começou com a prefeita de Contagem, Marília Campos, que foi quem ligou para o presidente do senado e deu essa sugestão para ele. Que ligou para o presidente da Assembleia e disse a ele o que ela entendia ser adequado ser feito. E ambos ouviram a experiência, a vivência da prefeita, com o aconselhamento técnico do Prata e a gente começa a caminhar e a trilhar um caminho de solução".

14-REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA –RPPS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS TÊM SITUAÇÃO CAÓTICA QUE COLOCAM EM RISCO NOSSO ESTADO SOCIAL; MUDANÇAS PROFUNDAS PRECISAM SER REALIZADAS.

No Brasil, diferentemente de outros países, não é somente o governo federal que cuida das políticas sociais. O governo federal, no essencial, cuida da arrecadação de impostos e contribuições, promove as transferências de renda (benefícios da previdência e assistência social) e realiza as transferências constitucionais para Estados e municípios, que executam grande parte das políticas sociais nas áreas de saúde, educação, segurança e outras. Portanto, a política de previdência para Estados e municípios compromete o futuro financeiro destes entes estatais e pode colocar em risco o Estado Social no Brasil.

Previdência capitalizada na previdência básica, criada nos governos do PT, e que tem o apoio de todos os sindicalistas dos partidos de esquerda é uma

“bomba fiscal” que vai quebrar Estados e municípios. Nos países desenvolvidos, que tem o Estado Social, a previdência se articula da seguinte maneira: a) um regime básico solidário, financeiro ou de repartição simples, onde as contribuições dos ativos sustentam os inativos, que visa o equilíbrio financeiro, ou seja, as contribuições devem ser suficientes para pagar as aposentadorias e pensões; b) e um regime complementar de caráter individual, onde a contribuição de cada segurado é capitalizada e, somada aos rendimentos, vai garantir a complementação de aposentadoria no futuro; os servidores federais são vinculados a este modelo. Mas o governo Lula, em 2008, implantou um novo modelo para os servidores estaduais e municipais exigindo também a capitalização na previdência básica até o teto do INSS; onde os servidores são “segregados” em dois fundos: os mais velhos e os mais novos. Ou seja, ao invés das contribuições dos novos servidores ativos pagarem os benefícios de aposentados e pensionistas; elas deixam de quitar estas despesas e são depositadas em um fundo de capitalização que vai financiar a aposentadoria dos novos servidores no futuro. Já no fundo financeiro dos servidores mais velhos não entra nem um novo servidor, à medida que todos vão se aposentando o deficit explode, porque só tem despesa e sem novas receitas de entrantes, como já está acontecendo em muitos municípios. Veja só: o passivo atuarial dos servidores mais antigos (valor a ser pago a eles no resto da vida) é de R$ 7 trilhões nos estados e de R$ 3 trilhões nos municípios). Veja mais: Contagem, que tem uma dívida pouco superior a R$ 1 bilhão, tem um passivo atuarial de R$ 4 bilhões a R$ 10 bilhões.

Ou seja, a previdência de capitalização é o maior plano de ajuste fiscal existente no Brasil e já está exigindo um superavit previdenciário superior ao pagamento das dívidas dos Estados e municípios. Este regime de capitalização precisa ser revogado, ficando os servidores estaduais e municipais em um modelo de previdência similar ao dos servidores federais. O governo federal acerta quando se articula para derrubar as isenções de previdência dos servidores municipais não efetivos; mas não tem sentido também o governo federal exigir dos municípios que façam um bilionário superavit em seus fundos de previdência dos servidores efetivos.

O Brasil precisa debater a federalização de 1.850 dos 2.245 regimes próprios de previdência de pequenos municípios foram criados “na tora”, sem nenhuma legislação regulamentar. O Brasil precisa discutir a federalização da previdência municipal dos pequenos municípios brasileiros, outra “bomba fiscal” no interior da máquina pública brasileira. A Lei 9.717/98 previu para os RPPS em seu artigo 1º: “Cobertura de um número mínimo

de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais".(…) Já a Portaria 4.992/98 definiu o seguinte: a) para garantia do equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, o regime próprio de previdência social deve abranger um mínimo de mil segurados, considerados os servidores e militares ativos e inativos; b) no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para organização e funcionamento do respectivo regime próprio de previdência social, constitui requisito adicional, ter receita diretamente arrecadada ampliada superior à proveniente de transferências constitucionais da União (este critério foi flexibilizado porque previa transferências dos Estados e da União ficando a previsão de transferências somente da União, mas ainda assim a sua aplicação inviabilizaria grande parte das previdências municipais); c) os dois critérios anteriores inviabilizavam grande parte dos regimes próprios de previdência, mas a Portaria previu a não aplicação retroativa ao prever que "o disposto no caput não se aplica aos Municípios que constituíram regime próprio de previdência social até 27 de novembro de 1998" (data da Lei 9.717/98).

A previdência municipal é uma bagunça: a) a legislação prevê que dos regimes próprios só participam servidores efetivos estatutários, mas, nos municípios, grande parte dos servidores são temporários, comissionados, terceirizados, e agora celetistas, com isso os RRPs tem número mínimo de servidores, 200, 300, 500 servidores; b) cerca de 1.241 municípios estão com o Certificado de Regularidade Previdenciária — CRP judicializado ou vencido; c) somente 708 municípios (33% do total) fizeram a adequação às normas da reforma da previdência já válida para servidores federais e trabalhadores segurados do INSS.(…) Assim, é preciso federalizar os RPPS sem condições mínimas de funcionamento (número mínimo de servidores e receita própria expressiva) e os RRPS que ficarem devem seguir as regras válidas para os servidores federais e segurados do INSS.

OS DESAFIOS POLÍTICOS DA ESQUERDA SÃO MONUMENTAIS PARA MANTER AS CONQUISTAS DA DEMOCRACIA E DO ESTADO SOCIAL

JOSÉ PRATA ARAÚJO

Vivemos tempos tenebrosos com a crise da globalização neoliberal e a grande força da extrema direita no mundo e no Brasil. No Brasil, como na América Latina, prevalece entre as elites econômicas a concepção ultraliberal de desmonte do nosso Estado desenvolvimentista e social. Fazemos ao final deste capítulo um roteiro de A a Z das concepções do "privatiza tudo" e da supressão da democracia em nosso país. Os desafios políticos da esquerda nós já abordamos em outros textos deste livro: o aprofundamento da construção de Frente Ampla; a defesa da democracia e do Estado Social; políticas amplas de "furem as bolhas" da extrema direita e amplie as bases sociais-democráticas e sociais; a manutenção e aprovação popular do governo Lula; adoção de medidas amplas e cuidadosas para dar sustentação à política fiscal, de tal forma que o Banco Central, com diretoria indicada pelo nosso governo, baixe os juros com controle da inflação; articulação desde já de iniciativas políticas para 2026, ampliando o apoio político ao presidente Lula e articulação de chapas enxutas de candidatos ao Senado pra evitar o controle desta Casa pela extrema direita.

1-PT E A ESQUERDA EM GERAL PRECISAM PREPARAR A MILITÂNCIA E A SOCIEDADE PARA UM COMBATE LONGO: VIVEMOS UMA PROFUNDA CRISE DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E AS TURBULÊNCIAS VÃO DURAR POR MAIS 20 A 30 ANOS. Temos dito que o grau de incivilidade trazido pela extrema direita é algo não é "para sempre"; é fruto das crises terríveis que estamos vivendo, fruto da crise da globalização neoliberal como descreveu José Luis Fiori em um dos textos iniciais deste livro. Trata-se de um período marcado por enormes conflitos, guerras, ressentimentos, ódio, diferenças de crenças e religiões, conflitos geopolíticos, enfraquecimento da democracia e do Estado Social. Se isto fosse "para sempre" seria uma tragédia sem fim para a humanidade. A luta contra o fascismo no século passado durou mais 30 anos; depois que foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, o fascismo ficou restrito a círculos políticos muito pequenos. Mas não devemos ter ilusão: será uma luta longa, por mais 20 a 30 anos, para derrotar a extrema direita e superar o ódio disseminado que marca o nosso tempo. Veja a seguir "especulações" de José Luís Fiori (A Terra é Redonda, 17/05/2024) sobre o mundo que vamos vier nos próximos anos.

Grande revolução conservadora" da década de 1980 entra em crise com a crise financeira de 2008. Fiori fala da decadência da revolução conservadora: "Houve, ainda, a derrota dos EUA na Guerra do Vietnã, em 1973, e foi por isto que naquele momento muitos analistas internacionais falaram, pela primeira vez, de uma 'crise terminal da hegemonia norte-americana'. Mas logo em seguida, como resposta a essa crise, os EUA lançaram uma ofensiva militar contra a URSS, que veio acompanhada pela grande 'revolução conservadora' dos anos 1980, que se desfez dos compromissos 'keynesianos' e 'desenvolvimentistas' do pós-Segunda Guerra Mundial e abriu as portas para o avanço de um novo projeto econômico global liderado pelas potências anglo-saxônicas: o neoliberalismo, que avançou como um tufão, ajudando a derrubar o Muro de Berlim e acabando com a bipolaridade estratégica da Guerra Fria. Nascia então uma nova 'ordem mundial', sustentada agora pelo poder unipolar dos EUA, conquistado por meio de suas vitórias na Guerra Fria (1989/91) e na Guerra do Golfo (1991/92). Esta segunda 'ordem mundial' – unipolar e neoliberal – do pós-Guerra Fria começa a perder fôlego a partir da grande crise financeira de 2008, que abalou a economia americana e atingiu em cheio a economia europeia. Foi ali que começou o chamado processo da 'desglobalização' da economia mundial, que viria a se acelerar com a pandemia de covid-19, com a guerra econômica dos EUA contra a China e, sobretudo, com o início

da Guerra da Ucrânia, em 2022".

A "multipolaridade" – uma disputa violenta e indefinida; não existe o menor consenso nem a menor ideia do que seja ou do que poderá vir a ser exatamente uma nova "ordem mundial multipolar". Fiori afirma que não se tem nenhuma certeza do futuro do planeta nas próximas décadas: "É muito comum ouvir políticos e analistas internacionais afirmarem que o sistema internacional está transitando de uma "ordem mundial unipolar e globalizada" para uma nova "ordem mundial multipolar e desglobalizada". Mas esta equação aparentemente simples esconde uma enorme complexidade, porque a palavra "transição" sugere linearidade, direção e conhecimento do lugar de onde se está partindo e do lugar para onde se está indo, e hoje não está claro nem o ponto em que se encontra a transformação do sistema mundial, nem muito menos o que viria a ser uma nova ordem mundial multipolar. Com relação ao ponto de partida dessa "transição", o que se pode dizer é que estamos assistindo a um processo de implosão, fragmentação e decomposição de uma ordem estabelecida, e esse processo está se dando de forma desordenada e conflitiva. O mundo não está no fim de uma guerra com ganhadores claros; pelo contrário, está no meio de duas guerras, sem perspectiva de acabar, envolvendo múltiplos atores, em pleno combate, e sem nenhuma disposição de negociar a paz. No entanto, com relação ao "ponto de chegada" dessa "transição", não existe o menor consenso nem a menor ideia do que seja ou do que poderá vir a ser exatamente uma nova "ordem mundial multipolar". O único que sabemos do ponto de vista puramente formal é que uma ordem multipolar não deverá ser igual a uma ordem "bipolar" como a que vigorou durante a Guerra Fria, entre 1945 e 1991; nem deverá ser igual à ordem "unipolar", que vigorou depois do fim da União Soviética, e da vitória norte-americana na Guerra do Golfo, em 1991/92".

Fiori especula que as grandes potências da ordem multipolar serão: EUA, China, Rússia, Índia e União Europeia, centralizada pela Alemanha. Ao contrário de muitos analistas de esquerda que sonham com a decadência dos Estados Unidos, Fiori afirma o país continuará sendo uma grande potência mundial: "Mas não dá para ir muito além desta especulação formal sem conhecer o resultado das guerras que estão em curso, e sem poder definir quais serão os membros do "clube das grandes potências" dessa nova ordem multipolar. Ninguém duvida de que este clube incluirá, pelo menos, EUA, China, Rússia, Índia e, talvez, uma União Europeia modificada, militarizada e recentralizada a partir da Alemanha. Ainda assim, não se sabe se haverá hierarquia e qual será,

entre esses países? Se haverá alguma hegemonia interna, ou se todos aceitariam uma configuração horizontal entre poderes considerados equivalentes e equipotentes? Tudo isto são especulações, obviamente, porque é impossível prever o que acontecerá. Mas uma coisa é absolutamente certa: é impossível que o mundo transite de forma pacífica e harmoniosa na direção desta multipolaridade. Pelo contrário, o que se vê pela frente é uma disputa sem fronteiras e sem limites de nenhum tipo entre potências em ascensão e um grupo de outras potências que dominaram o mundo nos últimos três séculos e que não querem abrir mão de seu poder mundial".

Fiori recomenda "apertar os cintos" porque as turbulências no mundo vão durar mais 20 a 30 anos. "Nesta hora, olhando para o futuro, o que o se consegue ver, para além dos conflitos imediatos, é um mundo atravessando um período muito longo de turbulência, instabilidade e imprevisibilidade, com uma sucessão de conflitos e guerras locais. E se for isto que se está chamando de "transição para a multipolaridade", então é melhor "apertar os cintos", porque a trepidação vai ser intensa, e deve se prolongar por muitos anos ou décadas. De qualquer maneira, durante este tempo de trepidação, que pode se prolongar até a segunda metade do século XXI, a defesa da multipolaridade será cada vez mais a bandeira dos países e dos povos que se insurgem neste momento contra o imperium militar global exercido pelo Ocidente, durante os últimos 300 anos da história da Humanidade, mesmo que não saibam exatamente, neste momento, o que virá a ser esta ordem multipolar do futuro".

2-A EXPERIÊNCIA CLÁSSICA PARA DERROTAR A EXTREMA DIREITA: ESTADO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RESGATE DA ESPERANÇA DE FUTURO; MAS OS DESAFIOS SÃO MUITO MAIORES. Sem crise econômica e social, o extremismo de direita encolhe. Elias Jabour, professor da UERJ, aponta o caminho da derrotar a extrema direita: "Não se trata de uma pergunta de US$ 1 milhão. É observarmos como sociedades radicalizadas pela direita fizeram para superar um determinado estado de espírito. O exemplo europeu do pós-Segunda Guerra Mundial é clássico: trinta anos de crescimento econômico e construção de um poderoso Welfare State. Isso trouxe em contrapartida mobilidade social, baixos níveis de desemprego e horizonte às gerações futuras. O bolsonarismo só começará a ser passado quando algum consenso em nossa sociedade alcançar a necessidade de crescimento econômico acelerado, industrialização e construção das bases materiais para um

Welfare State brasileiro".(A terra é redonda, 11/01/2023).

Mas os desafios de agora são muitos; principalmente porque o liberalismo econômico não tem mais um adversário ideológico no plano mundial. As reformas do capitalismo, em grande medida, foram fruto das pressões dos trabalhadores de baixo para cima e do medo dos capitalistas com o socialismo. Vejamos acontecimentos da história brasileira. A constituição de 1891 era completamente liberal e proibia o governo de legislar em termos sociais, na saúde, educação, previdência. O grande intelectual brasileiro, Azis Simão, escreveu que o liberalismo no Brasil deu continuidade à herança escravista: "Do ponto de vista das gestões econômicas, a diferença entre o braço escravo e o livre representava apenas uma diferença na forma de investimento em mão de obra — nunca a negação do direito privado de determinar as condições de locação da força de trabalho". (Simão, 1966, p.63). Foi Washington Luiz que, em 1920, sintetizou e tornou célebre o tratamento liberal à questão social na chamada República Velha. Para as elites burguesas, a questão social era uma questão de polícia. Disse ele: "Ainda por muitos anos, e eu vos falo para o minuto de um quadriênio, entre nós, em São Paulo, pelo menos, a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade" (RODRIGUES, 1979, página 68).

Direitos sociais no Brasil surgiram da luta do povo e do medo do socialismo; o que se dizia era que era melhor "ceder os anéis para não perder os dedos". A nova legislação de previdência, de 1923, foi uma das primeiras mudanças em relação a Constituição liberal de 1892. Seu autor, deputado Eloy Chaves, foi o secretário da segurança pública que reprimiu com violência a greve geral de 1917, descreveu os motivos da criação da previdência era o medo socialismo: "À esperada luta de classes figurada e aconselhada pelos espíritos extremados ou desvairados, por estranhas e complicadas paixões, eu anteponho, confiado no êxito final, a colaboração íntima e pacífica de todos, em benefício da pátria comum e dentro da ordem. A grande guerra, como um maremoto, submergiu o mundo civilizado com angustiosos e tremendos problemas surgidos das imensas devastações e da tensão sobre-humana a que foram sujeitos os nervos de milhões de combatentes. Cumpre-nos a nós, os contemporâneos desse acontecimento extraordinário, dar remédio aos males e solução ao caos dele decorrentes" (ANFIP, 1993, página 16).(…) Getúlio Vargas defendeu os direitos sociais também contra "os elementos perturbadores" da ordem: "O individualismo excessivo que

caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família" (MARTINS, 1979, página 29).

Com o fracasso do socialismo na União Soviética, os capitalistas, além de não "cederem os dedos", passaram advogar a "devolução dos anéis".

O historiador inglês Eric Hobsbawm resumiu, com notável precisão, o papel da Revolução Russa e a origem contraditória das reformas sociais no século 20 cuja maior síntese é o chamado Estado do Bem Estar Social: "Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar o seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo – o medo – para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma" (HOBSBAWM, 1995, página 17). Veja só: o Estado Social foi implantado na maioria dos países europeus (direitos trabalhistas, saúde, previdência, educação e assistência social e outros direitos, como cultura); de forma mais limitada nos Estados Unidos. Nos países de tradição socialista no século passado, a presença do Estado Social sempre foi muito expressiva, como Rússia e Cuba, ainda hoje com programas amplos de saúde e educação; naqueles países que se tornaram autônomos com o fim da URSS, a carga tributária é superior a 30%, o que dá para deduzir a existência de políticas sociais mantidas pelos governos. No Brasil aconteceu o improvável, nosso Estado Social começou a ser construído com Getúlio, com os direitos trabalhistas e a Previdência Social, mas somente para o trabalho formal; foi, em 1988, já marcado pela forte presença do neoliberalismo no planeta e em nosso continente com o Chile, que conquistamos a Constituição Social Democrata, com o mais robusto Estado Social dos países em desenvolvimento. Foi a nossa última chance de ter saúde, educação garantidos de forma universal, a previdência foi ampliada e a CLT foi quase toda constitucionalizada.

Nas três décadas da "revolução conservadora", o neoliberalismo fez um enorme estrago econômico e social em todo o mundo: empresas

estatais foram privatizadas em massa; quase toda a América Latina seguiu o modelo ultraprivatista do Chile, modelo que se estendeu muito também para a Europa de Leste; países mais liberais da Europa, como a Inglaterra, reduziram muito o Estado Social e tivemos muitos retrocessos também no Brasil. A maioria dos países europeus manteve de forma bastante ampla o Estado Social, mas ficaram muito menores no PIB global; a população está bem mais velha que no passado e a carga tributária já atingiu limites de até 45% do PIB; os movimentos sociais e partidos de esquerda estão muito enfraquecidos; tudo isso dificulta o financiamento das políticas. Ou seja, sem o medo da revolução russa, e sem alternativas socialistas democráticas e vitoriosas no planeta, o que a China não é, os capitalistas se sentem encorajados a fazerem a "revanche liberal" depois de 100 anos de conquistas sociais.

3-A NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL, LIDERADA PELOS ESTADOS UNIDOS E CHINA, É MAIS PLURAL DO QUE NO PASSADO; MAS O RUIM É QUE O MUNDO FICOU MAIS HOMOGÊNEO E LIBERAL DO PONTO DE VISTA DO MODELO SOCIAL. Lula, representando o governo brasileiro, fez recentemente um discurso com os avanços dos BRICS ("Mesmo sem estar pessoalmente em Kazan, quero registrar minha satisfação em me dirigir aos companheiros do BRICS. Quero agradecer o apoio que os membros do grupo têm estendido à presidência brasileira do G20. Seu respaldo foi fundamental para avançar em iniciativas que são cruciais para a redução das desigualdades, como a taxação de super-ricos.(…) Nossos países implementaram nas últimas décadas políticas sociais exitosas que podem servir de exemplo para o resto do mundo. A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza já está em fase avançada de adesões. O BRICS é ator incontornável no enfrentamento da mudança do clima. Não há dúvida de que a maior responsabilidade recai sobre os países ricos, cujo histórico de emissões culminou na crise climática que nos aflige hoje. É preciso ir além dos 100 bilhões anuais prometidos e não cumpridos, e fortalecer medidas de monitoramento dos compromissos assumidos. Os dados da ciência exprimem um sentido de urgência sem precedentes. O planeta é um só e seu futuro depende da ação coletiva.(…) Na presidência brasileira do BRICS, queremos reafirmar a vocação do bloco na luta por um mundo multipolar e por relações menos assimétricas entre os países. Não podemos aceitar a imposição de "apartheids" no acesso a vacinas e medicamentos, como ocorreu na pandemia, nem no desenvolvimento da Inteligência Artificial, que caminha para tornar-se privilégio de poucos. Precisamos fortalecer nossas

capacidades tecnológicas e favorecer a adoção de marcos multilaterais não excludentes, em que a voz dos governos prepondere sobre interesses privados.(…) O BRICS foi responsável por parcela significativa do crescimento econômico mundial nas últimas décadas. Juntos, somos mais de 3,6 bilhões de pessoas, que integram mercados dinâmicos com elevada mobilidade social. Representamos 36% do PIB global por paridade de poder de compra. Contamos com 72% das terras raras do planeta, 75% do manganês e 50% do grafite. Entretanto, os fluxos financeiros continuam seguindo para nações ricas. É um Plano Marshall às avessas, em que as economias emergentes e em desenvolvimento financiam o mundo desenvolvido".

Lula continuou: "As exportações brasileiras para os países do BRICS cresceram doze vezes entre 2003 e 2023. O BRICS é hoje a origem de quase um terço das importações do Brasil. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que neste ano completa dez anos, tem investido na infraestrutura necessária para fortalecer nossas economias e promover uma transição justa e soberana. Sob a liderança da companheira Dilma Rousseff, o NDB conta atualmente com uma carteira de quase 100 projetos e com financiamentos da ordem de 33 bilhões de dólares. Em vez de oferecer programas que impõem condicionalidades, o NDB financia projetos alinhados a prioridades nacionais.(…) Agora é chegada a hora de avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações entre nossos países. Não se trata de substituir nossas moedas. Mas é preciso trabalhar para que a ordem multipolar que almejamos se reflita no sistema financeiro internacional.(…) Muitos insistem em dividir o mundo entre amigos e inimigos. Mas os mais vulneráveis não estão interessados em dicotomias simplistas. O que eles querem é comida farta, trabalho digno e escolas e hospitais públicos de acesso universal e de qualidade. É um meio ambiente sadio, sem eventos climáticos que ponham em risco sua sobrevivência. É uma vida de paz, sem armas que vitimam inocentes.(…) Como disse o presidente Erdogan na Assembleia Geral da ONU, Gaza se tornou "o maior cemitério de crianças e mulheres do mundo". Essa insensatez agora se alastra para a Cisjordânia e para o Líbano. Por isso, o lema da presidência brasileira será "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável".(…)Companheiros, espero vê-los na próxima Cúpula para construir mais um capítulo da nossa história comum". (UOL, 23/10/2024).

Sou mais cético com o BRICS do que o governo Lula. Fala-se, por exemplo, que o "BRICS representa 36% do PIB global por paridade de poder

de compra". Mas esse gigantismo que ganhou o BRICS é quase sinônimo de crescimento da economia chinesa e um tanto da Índia. No início do Plano Real, em 1994, o PIB do Brasil correspondia a 2% da economia mundial e agora é de 2,1%. No mesmo período, o PIB da China saiu de uma parcela igual à brasileira e atingiu, em 2023, 16,9% da economia mundial. E acho um equívoco debitar a "desindustrialização brasileira" apenas a aspectos da política econômica: taxa de juros elevadas, real muito valorizado, falta de uma política industrial. Uma questão central é que a China não tem o Estado Social, ou seja, a China "é muito barata" do que o Brasil. Quando o Brasil aprovou a Lei Kandir, por exemplo, que continua em vigor até hoje, de desonerações das exportações passou a subsidiar a indústria chinesa, que compra minério de ferro e nos vende produtos manufaturados. "Segundo a CEPAL, o grosso das exportações latino-americanas para a China se concentra em seis produtos (soja, cobre e minérios de ferro, petróleo, cátodo de cobre e carne bovina), que juntos correspondem a 72% do total. Já as importações da região provenientes da China, por outro lado, consistem principalmente em produtos manufaturados, o que "ampliou o acesso das famílias e das empresas, mas também deslocou a produção regional". (BBC Brasil, abril 2024).

Lei Kandir que quebrou Minas Gerais, que é o terceiro PIB brasileiro e tem apenas a 19ª receita per capita dentre os 27 estados e Capital. A Lei Kandir arrasou as finanças dos estados exportadores e só foi boa para a China e para os controladores e acionistas da Vale. A Lei Kandir que foi aprovada não para deixarmos de "exportar impostos" como se dizia, mas para não exportar "câmbio valorizado" com a paridade real e dólar. Nos anos seguintes à aprovação da Lei nada mudou no deficit externo; o Brasil só se tornou superavitário na balança comercial depois que acabou a paridade real / dólar, a partir de 1999. Veja o que aconteceu recentemente, quando tivemos que taxar o aço chinês e as "blusinhas", devido à relação dos empresários da indústria e do comércio. E me pergunto o que vai acontecer agora com a posse de Trump: será que a China, com a redução do comércio para os Estados Unidos, no processo de desglobalização, não vai procurar manter a globalização com os países em desenvolvimento, tomando de vez o mercado latino-americano do Brasil? Acho que a esquerda brasileira tem "complexo de vira latas" em relação à China porque aceitou passivamente a desindustrialização e a transformação de nosso país em uma economia complementar a da China; o que agora é muito difícil de reverter.

Minha mulher, Marília Campos, foi eleita pela quarta vez para prefeita

de Contagem; e, como liderança de uma cidade industrial, ela visita as empresas e as reclamações sempre foram as mesmas: a concorrência desleal da China.

Fala-se também que "os mais vulneráveis não estão interessados em dicotomias simplistas. O que eles querem é comida farta, trabalho digno e escolas e hospitais públicos de acesso universal e de qualidade". Verdade que os países dos BRICS melhoraram a vida de seus povos, com mais crescimento econômico, mais empregos e redução da fome e da miséria. Mas, à exceção do Brasil e da Rússia, as outras grandes nações não tem um estado social que ofereça saúde, educação, previdência e direitos trabalhistas de forma ampla para seus povos. E não falo de estado social igual na Europa que tem muito mais riquezas que os BRICS. Falo de um Estado Social compatível com a situação de cada país; a China hoje já tem PIB per capita superior ao do Brasil.

Temos que comemorar um mundo multilateral; mas a esquerda nunca pode abrir mão da igualdade social. José Luís Fiori, uma dos meus maiores mestres, afirma em texto que publiquei anteriormente: "De qualquer maneira, durante este tempo de trepidação, que pode se prolongar até a segunda metade do século XXI, a defesa da multipolaridade será cada vez mais a bandeira dos países e dos povos que se insurgem neste momento contra o imperium militar global exercido pelo Ocidente, durante os últimos 300 anos da história da Humanidade, mesmo que não saibam exatamente, neste momento, o que virá a ser esta ordem multipolar do futuro".

Mas aprendi com Fiori também que a identidade dos socialistas não pode se resumir ao desenvolvimentismo, mas deve se fixar principalmente na igualdade social: "Goste-se ou não, o socialismo e a esquerda em geral deram contribuições decisivas ao pensamento e às instituições modernas. No século XIX, Marx formulou uma teoria histórica do capital e do desenvolvimento capitalista e sua tendência à globalização, que se transformou na referência obrigatória do pensamento social contemporâneo. No século XX, a esquerda teve uma participação muito importante na construção do "estado de bem estar social" dos europeus, na luta de independência nacional dos povos coloniais, e no sucesso de algumas experiências desenvolvimentistas do "terceiro mundo". No campo da política econômica, entretanto, os socialistas deram muito poucas contribuições teóricas originais". "O surpreendente, é que este aumento da desigualdade da riqueza entre as nações, as classes sociais e os indivíduos - nas últimas décadas do século XX - não tenha trazido de volta os temas da agenda clássica dos socialistas,

centrada na questão da igualdade social. Pelo contrário, neste período recente, as minudencias internas da política macroeconômica passaram a ocupar um lugar crescente e obsessivo nas discussões da esquerda. Mais do que isto ocorreu algo inimaginável, do ponto histórico: além de definir seus inimigos externos, a esquerda passou a se diferenciar internamente, e a medir as distâncias entre suas tendências reformistas ou revolucionárias, segundo suas posições e divergências macroeconômicas. E passou a travar verdadeiras guerras teológicas sobre alguns conceitos inéditos e totalmente ahistóricos, como por exemplo: qual seja o "tamanho ideal" do deficit fiscal ou da relação "dívida externa/ PIB"; ou qual deva ser o "crescimento possível" dentro do modelo de "metas de inflação", e a "distancia ideal" entre as suas "bandas" superior e inferior; ou ainda, de um ponto de vista mais propositivo, o que fazer para "flexibilizar a forma pela qual o Banco Central maneja sua política de juros, para combater a inflação, sem tocar na própria política". Uma lista de questões conceituais e problemas práticos extremamente limitada e específica, mas que pode ser considerada pertinente do ponto de vista do mundo das finanças, ou do mundo dos economistas, mesmo quando às vezes pareçam filigranas de um debate medieval. Mas é uma coisa completamente diferente, ver estas mesmas questões e divergências, colocadas no topo das preocupações socialistas. Neste caso, não cabe dúvidas: trata-se de uma perda de rumo e de identidade e de um empobrecimento notável de uma das principais matrizes do pensamento moderno". (Socialismo Macroeconômico, 2006). (…) Veja como as palavras de Fiori, de 18 anos atrás, continuam muito atuais. Nosso "socialismo macroeconômico" continua tendo como identidade e como diferenciação a macroeconomia e não a "igualdade social".

4-A CHINA, COM UM PROGRAMA AUDACIOSO, CENTRADO NOS INVESTIMENTOS, EXPORTAÇÕES E NUMA CARGA TRIBUTÁRIA MUITO PEQUENA, DISPAROU NO CRESCIMENTO E CAUSOU UM TSUNAMI NA ECONOMIA MUNDIAL. A minha trajetória de militante social e de teórico na questão do Estado Social, de 50 anos, se deu, impressionante, em paralelo com o tsunami chinês na economia mundial. Iniciei minha militância social em 1975 e, em 1977, me tornei bancário. Fui militante sindical, na oposição e no sindicato, por 20 anos. Para fundamentar a minha militância social, o que acabou me qualificando profissionalmente, tornei-me um autodidata radical, iniciando o estudo do Estado Social pelos direitos trabalhistas e previdenciários e, mais tarde, me

tornei estudioso em todas as políticas sociais. Meu primeiro livro sobre os direitos sociais foi "Previdência Social: uma tragédia brasileira", que publiquei em 1988. O outro estudo do Estado Social foi o livro "Manual dos Direitos Sociais da População", de 1998. Na redação do livro um fato familiar me marcou para o resto da minha vida. No embalo da redação do livro, eu era procurado insistentemente pelo meu segundo filho, Pedro, então com apenas 9 anos de idade, que buscava carinho e afeto. E eu, sem perceber, durante dias não o acolhi com a mesma frase: "Agora não posso filho, estou no meio do raciocínio". Certo dia, eu estava redigindo o livro no computador, meu filho sentou no meu colo, pegou o mouse, arrastou o texto e viu que o livro já tinha 180 páginas redigidas. Ele me falou: "Pai, o seu raciocínio não termina nunca!". Hoje, lembro este fato em casa e meu filho sorri e leva na brincadeira. Já eu sempre me emociono com aquela passagem de minha vida, "nunca concluo o raciocínio" e continuo tentando compatibilizar a vida familiar com a vida profissional e política.

José Pastore, professor da USP e um dos maiores teóricos do ultraliberalismo, publicou em 1992 um texto de apoio ao modelo chinês que abalou a minha vida. Nos estudos que realizei na década de 1980, caíram nas minhas mãos estudos de alguns dos maiores teóricos do neoliberalismo brasileiro, que defendiam que o socialismo chinês fosse a referência para nosso país nos direitos sociais. Como assim: ultraliberal defendendo a China? O texto virou um pesadelo em minha vida e já citei-o muitas vezes em minhas publicações. O consultor ultraliberal, José Pastore, defende o fim das leis trabalhistas, o fim da Justiça do Trabalho e a contratação fragmentada por empresa: "As novas condições econômicas determinadas pela revolução tecnológica, pelo aumento da competição mundial e recorrência da recessão vêm demandando estímulos para uma redução da legislação sobre o mercado de trabalho e ênfase na negociação e contratação por empresa—desestimulando-se com isso os contratos rígidos e irreais negociados por setor, e, muito menos, no nível nacional. Se as partes desejam realmente a instituição do contrato coletivo de trabalho, este terá mais funcionalidade na medida em que for descentralizado e baseado em negociações realmente livres a nível da empresa - com pouca legislação e sem a interferência da Justiça do Trabalho".

Em uma análise comparativa das relações de trabalho nos diversos países, José Pastore critica o excesso de regulamentação existente no Brasil, a inflexibilidade da contratação do trabalho da Europa, a rigidez parcial existente nos Estados Unidos, fixando-se no exemplo dos tigres

asiáticos. Diz ele: "Enquanto a rigidez contratual acontece parcialmente nos Estados Unidos e extensamente na Europa, o Japão e os Tigres Asiáticos vão contratando mão de obra e terceirizando as atividades com a máxima flexibilidade viabilizando um ajuste rápido às novas tecnologias e permitindo a conquista de parcelas significativas do mercado internacional" (PASTORE, 1992). (Contrato coletivo de trabalho: virtudes e limites). O impressionante é que o articulista ultraliberal, adepto do socialismo chinês, previu o tsunami da China na economia nos últimos 30 anos. A China foi a grande vencedora da globalização neoliberal porque seu modelo social, sem o Estado Social, faz dela a maior economia neoliberal dentre as grandes nações.

Banqueiros: o erro do Brasil foi ter optado pelo "modelo mais próximo ao bem-estar social europeu" do que "aquele fundado no liberalismo macroeconômico", nos moldes dos tigres asiáticos. No artigo "O que falta para o crescimento sustentável", os economistas neoliberais Caio Megale e Luiz Fernando Figueiredo, sócios da Mauá Investimentos em 2006, fizeram uma dura crítica ao modelo social vigente no Brasil. Tomando como ponto de partida da análise o crescimento de 2005 no governo Lula, eles concluíram o seguinte: "O crescimento medíocre de 2005 tem explicações conjunturais e estruturais. A explicação conjuntural passa pelo fato de termos crescido abaixo do nível considerado 'potencial' para nossa economia, que se estima em torno de 3,5%. O problema estrutural é que, mesmo se estivéssemos no potencial, ainda é um nível extremamente baixo quando comparado ao dos demais países emergentes. Mesmo com um superavit fiscal, nossa poupança doméstica continua espremida por gastos públicos gigantescos de 40% do PIB, enquanto nossos pares emergentes gastam próximo a 25% do PIB. Para financiar esses gastos, taxamos outros 40% do PIB, semeando ineficiência no setor produtivo doméstico. Esse quadro é resultado de escolhas que o país vem fazendo ao longo do tempo, mais intensivamente a partir da Constituição de 1988. As decisões no campo da Previdência Social, da legislação trabalhista, dos gastos públicos, da abertura econômica, foram, em sua maioria, na direção de um Estado assistencialista, paternalista, desincentivando o avanço dos ganhos de eficiência e, consequentemente, da produtividade. Ou seja, optamos por adotar um modelo mais próximo do 'bem-estar social' europeu do que aquele fundado no liberalismo macroeconômico, nos moldes dos países asiáticos campeões de crescimento do mundo moderno" (Folha de S. Paulo, 25-02-2006).

Veja o tamanho do tsunami chinês na economia mundial. A globaliza-

ção neoliberal, um projeto dos EUA e aliados, que pretendia impor uma hegemonia duradoura sobre o planeta, com redução drástica da autonomia dos governos nacionais, teve resultados surpreendentes: a China foi a grande vencedora. O cenário neste século é muito mais desafiador. Veja os resultados da globalização liberal sobre a economia e a geopolítica no planeta, em artigo de Assis Moreira no Valor Econômico: "O velho continente está ficando cada vez mais atrás dos Estados Unidos e da China e vendo o avanço de vários emergentes: a fatia da Europa na economia global declinou de 25,8% para 14,1% entre 1980 e 2024 em Paridade de Poder de Compra (PPC), pelos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em comparação, a parte dos EUA na economia global caiu de 21,3% para 15,5% no mesmo período. Já o peso da China deu um salto de 2,26% para 19,01%, superando americanos e europeus, sempre em PPC". O autor conclui que as eleições, com a enorme votação da extrema direita, "refletem uma Europa com menos peso no mundo". Claro que o modelo chinês contribuiu muito para a crise na Europa e redução dos direitos dos trabalhadores europeus. A China está maior e a Europa muito menor. Mas o mundo não é justo. No passado, inversamente, os países europeus se distanciaram dos demais países em termos econômicos e sociais porque diversos deles colonizaram os povos; ganharam muito com os lucros das multinacionais em outros países; se apropriaram das riquezas naturais de países em desenvolvimento. Por isso mesmo, tem razão quem afirmou que somente as transformações sociais globais são sustentáveis no longo do tempo. Neste momento a melhor saída para a crise seria com a manutenção do Estado Social na Europa e a implantação do Estado Social na China em um socialismo democrático. Dificilmente isto vai acontecer. Infelizmente!

O Modelo chinês: investimentos maciços, exportações, Estado com carga tributária pequena, poucos direitos sociais e contenção dos conflitos com um modelo autoritário. O modelo chinês foi construído pacientemente ao longo de décadas. O avanço chinês se deu, sobretudo, a partir da década de 1990.(…) A China pragmaticamente se protegeu dos aspectos mais negativos da globalização neoliberal: a) criou uma espécie de economia mista, parte estatal e parte privada; ao invés da privatização das estatais existentes, que nada acrescentaria à capacidade produtiva já que apenas mudam o caráter da propriedade de pública para privada; são 120 grandes companhias estatais com o governo federal e mais de 100 mil empresas controladas pelos governos provinciais, que respondem por 40% do PIB; b) foi lançado grandes programas de atra-

ção de empresas privadas, que respondem por 60% do PIB; c) a carga tributária chinesa sempre foi muito baixa, de 10% na década de 1980 e de 17% mais recentemente, ou seja, o "custo China" é muito baixo"; d) com investimentos maciços, que hoje são de 42% do PIB, contra 23% na OCDE e de apenas 17% no Brasil, com uma moeda controlada pelo governo e bastante desvalorizada, a China virou um tsunami e se transformou em uma grande plataforma de exportação, impulsionada também pela adesão à Organização Mundial do Comércio – OMC, em 2001, e os produtos chineses inundaram todo o planeta; d) o país manteve um grande controle da conta capital, para garantir a estabilidade financeira interna; e) a China acumulou enormes reservas em dólares e se precaveram contra as crises cambiais no cenário de turbulências da "globalização econômica"; valores expressivos das reservas chinesas financiam o Tesouro dos Estados Unidos; f) os juros na China são muito baixos, o que ajuda na expansão da economia e o crescimento da economia mantém a inflação em patamares muito baixos; g) a China faz muitos investimentos em educação e ciência e tecnologia, o que a coloca de forma avançada na produção de produtos de maior valor agregado e na vanguarda tecnológica; h) a urbanização também impulsionou a economia; i) a China, com carga tributária pequena, não tem um Estado Social com proteção ampla nas áreas de saúde, educação e previdência social, o que deixa a população muito desprotegida e enfraquece o mercado de consumo interno; h) a China é um regime autoritário, não tem liberdades políticas e sindicais; e o controle dos conflitos facilita a gestão da economia.

O que a China precisa é de mais socialismo. Mas o modelo chinês está em crise; não tem mais as taxas de crescimento de 10% a 12% do passado, agora só muito esforço se chega a 5%. "A questão é que esse modelo [exportador] vem se esgotando porque os outros mercados percebem que essa super oferta causada pela China está ameaçando a própria sobrevivência das indústrias nacionais dos outros países", avalia Yi Shin Tang, professor de Relações Internacionais da USP". (Poder 360, 01/10/2024). Os Estados Unidos tem liderado este movimento de fechar o mercado para as exportações da China. A União Europeia está indo no mesmo caminho. Até mesmo o Brasil, recentemente, ampliou tarifas sobre o aço chinês e implantou a "taxa das blusinhas". Agora, com a vitória de Trump, a guerra comercial com a China vai escalar um patamar nunca antes visto. Tudo isso deverá tirar alguns pontos do crescimento do PIB da China; o que não será bom para o Brasil, que é muito dependente da economia chinesa.

Está claro que a China precisa mudar seu modelo de desenvolvimento econômico e se voltar para o consumo interno. Mas isto não é uma tarefa fácil. "Larissa Wachholz, senior fellow de Ásia do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) explica que, em culturas asiáticas, como a chinesa, há uma tendência de poupança elevada, ou seja, as pessoas preferem economizar em vez de gastar. É preciso que as pessoas estejam muito confiantes na economia para que elas se sintam confortáveis em gastar e esse é o desafio que a China está passando no momento".(…) "O professor Yi Shin Tang, avalia que a tentativa chinesa de adotar um modelo de crescimento mais voltado para o consumo interno é uma tarefa complexa. "Investir em mercado de consumo interno nunca foi muito o forte da China. Isso é bastante notável. Quando a gente olha a contribuição do consumo interno chinês dentro do PIB, ele é, na média, muito menor do que em países Ocidentais e nas economias da OCDE". (Poder 360, 01/10/2024).
Outro dado que confirma também a fraqueza do mercado interno na China é que, enquanto no mundo a inflação está muito pressionada, na China o índice beira a 0%; deflação pontual pode até ser bom para baixar uma inflação mais persistente, mas a deflação continuada é muito ruim porque reduz o crescimento, aumenta o desemprego e, com menos receitas, agrava a situação fiscal. Claro que o mercado interno é fraco também pela ausência de um Estado Social que garanta renda e proteção social às pessoas, com políticas de previdência social, saúde, emprego e regulamentação do trabalho. Contraditoriamente, a implantação do Estado Social, como terá que ser acompanhada de um expressivo aumento da carga tributária, deixará a "China mais cara", o que poderá, em vez de um pouso suave", gerar um "pouso forçado" na China. Mas tudo indica que a China não terá alternativa senão fortalecer o mercado interno e ampliar muitos os direitos sociais. O jornalista brasileiro Paulo Totti, visitou a China, em 2006, e conclui em reportagem divulgada no Brasil: "A China é talvez a economia mais laissez-faire do mundo. O que a China precisa é de mais socialismo".

5-OS ULTRALIBERAIS ESTÃO À PROCURA DE UM "BOLSONARISTA MODERADO", MAS PODE SER TAMBÉM "UM TIRANO" E ATÉ MESMO UM "ANARCOCAPITALISTA" QUE TENHA FORÇA PARA DESTRUIR AS CONQUISTAS DO BRASIL DESENVOLVIMENTISTA E SOCIAL. Os ultraliberais estão à procura de uma liderança que vença as eleições de 2026, que tenha convicção e coragem para destruir as conquistas de nosso Estado desenvolvimentista e social. Diversos pré-candidatos estão

disputando a confiança do ultraliberalismo, com propostas de privatização de estatais e serviços públicos. Como os neoliberais sabem que ultraliberalismo não combina com democracia, qualquer perfil serve para 2026, ainda com Lula na disputa, ou em 2030, no pós-Lula. Pode ser "bolsonarista moderados" como Tarcísio Freitas (o das sete "marretadas" em um leilão) ou Romeu Zema; pode ser "tiranos", como Bolsonaro, ou até mesmo um anarcocapitalista, como Pablo Marçal. Pode ser qualquer um deles, como indicou claramente o jornal Folha S.Paulo, que abriu suas páginas para Bolsonaro "defender a democracia".(…) A Folha, já nas eleições de 2006, frustrada com Geraldo Alckmin, indicou a necessidade de um "liberal sem meias medidas": "Depois de ser relegado ao museu das velharias por meio século (1930 a 1980), seus escassos apóstolos ridicularizados como passadistas, eis que o liberalismo subitamente voltou, mais triunfante que nunca, nos últimos 20 anos. É no sistema de mercado que a economia funciona melhor. Cabe ao Estado assegurar condições propícias ao mercado, tornando estimulante empreender. Alternativas à democracia representativa logo se mostram antecâmara de alguma ditadura em nome das massas. Até os adversários do liberalismo admitem, a contragosto, esses tradicionais postulados. Mas ainda não surgiu um candidato que pregue o liberalismo sem meias medidas".

O que impressiona é a defesa no Brasil do ultraliberalismo, que se dizia "triunfante como nunca", nestes tempos marcados por uma enorme crise da globalização neoliberal. O Brasil foi um dos últimos países onde o neoliberalismo chegou — aprovamos a Constituição social-democrata de 1988, quando o neoliberalismo já rondava planeta, a partir do Chile, Estados Unidos e Inglaterra —; mas agora o Brasil é um dos últimos a se distanciar do ultraliberalismo, quando no mundo os países adotam o protecionismo comercial, políticas industriais, reforço do papel do Estado.(…) Veja só: a esquerda perdeu para Bolsonaro em 2018 com uma campanha inacreditavelmente despolitizada; aceitamos a agenda política da oposição, quando o programa de governo de Bolsonaro, registrado no TSE, já indicava tudo, tudo mesmo, o que ele faria no governo. Por isso, sistematizo a seguir as principais propostas do ultraliberalismo que estão sendo propagadas neste momento; para melhorar o combate político desde agora e não somente em 2026. Veja as concepções e propostas, de A a Z, dos ultraliberais para o Brasil:

a)Destruir o Estado social e desenvolvimentista em nome do combate à corrupção. Sem propostas para melhorar a vida das pessoas, os ultraliberais, os falsos moralistas, se fixam no combate à corrupção. Paulo

Guedes foi colunista do jornal O Globo e escreveu em 2005: "Existe uma lógica que costura os fatos nos últimos 40 anos de nossa história. Os diversos governos do período, apesar das diversas cores de sua vestimenta, tem em comum a enorme intervenção estatal, o excesso de gastos públicos e as consequentes mazelas financeiras. E a corrupção é apenas a face oculta deste modelo. A mãe de todos os corruptos é o excesso de gastos do Estado". (O Globo, 13/06/2005) Paulo Guedes defendeu a redução da carga tributária de 32% para 25% do PIB, um corte de R$ 700 bilhões nos gastos sociais. Reacionário!

b)Romeu Zema defende o Estado mínimo. Veja o programa de Romeu Zema em 2018 o mesmo reacionarismo de Paulo Guedes: "Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvermos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do Estado, e que, por isso, ele deve ser o mínimo necessário, pois o indivíduo deve ser o dono de si".

c)Privatização de todas as estatais. Este é um dos sonhos dos ultraliberais. A Folha S.Paulo em editorial provocativo na data da morte de Getúlio, 24/08/2024, escreveu: "Privatizar Petrobras, Caixa e Banco do Brasil. Trio de gigantes deve ser o próximo tabu a ser derrubado no bem-sucedido programa brasileiro de desestatização, que deve incluir mais 123 empesas controladas pela União". Os ultraliberais são obcecados de "fazerem história" privatizando empresas até que mais que centenárias: Banco do Brasil (1808), Caixa (1861), Casa da Moeda (1694) Petrobras (1953).

d) "Fast track" (caminho rápido) para as privatizações. Bolsonaro conseguiu junto ao STF que privatizações de subsidiárias não dependam de decisão do Congresso; ultraliberais querem um "fast track" (caminho rápido) para acelerar as privatizações do "miolo" das empresas estatais.

e)Romeu Zema, um fanático do ultraliberalismo, privatizou o "Palácio do Governo". Com Romeu Zema, o Palácio das Mangabeiras teve seu papel original encerrado em Belo Horizonte e passou a funcionar como centro cultural da iniciativa privada na capital do estado. Residência oficial dos governadores de Minas Gerais de 1955 a 2018, abrigou no período 18 chefes do Poder Executivo mineiro e chegou a hospedar figuras ilustres da cena nacional, como o presidente Getúlio Vargas, no exercício do cargo. O senador Cleitinho, em visita ao Palácio privatizado afirmou: "O Palácio das Mangabeiras é um local de eventos; antes sugava recursos, hoje dá lucro. Isso é que é gestão".

f)A "utopia ultraliberal": um mundo sem trabalho formal e sem previdência. Hélio Zylberstajn, professor da USP, próximo ao pensamento de Paulo Guedes, não escondeu o seu sonho que é um mundo sem trabalho formal e sem aposentadoria universal: "Daqui a 30 ou 40 anos, a aposentadoria como conhecemos vai desaparecer ou se reduzir muito, porque ninguém vai ter emprego. Mas todo mundo precisará ter poupança. Provavelmente a aposentadoria do futuro vai ser a renda universal e a capitalização, e nossa proposta já encaminha para isso".
g)Renda universal e assistência social, se substitutivas à previdência, é ultraliberalismo. A assistência social deve ser uma política integrada ao estado social, se for uma política substitutiva, ou seja, renda universal sem previdência social, trata-se de uma política ultraliberal.
h)Carteira de Trabalho Verde e Amarela era projeto para acabar com a CLT. Proposta em que o trabalhador terá que acertar, de forma isolada, todas as condições de trabalho com o patrão, sem a proteção da CLT e dos sindicatos através dos acordos e convenções coletivas de trabalho. É a volta à República Velha, onde o trabalho perde a dimensão coletiva e é tratado individualmente no "Contrato de Locação de Serviços".
i)Três grandes empresários, no Valor Econômico, propõem acabar integralmente com a CLT. Quase que em paralelo com a luta contra a Escala 6X1, que propõe ampliar os direitos trabalhistas, no dia 08/11/2024, três grandes empresários – Horácio Lafer Piva, Pedro Passos, e Pedro Wongtschowsld – propuseram acabar com todos os direitos trabalhistas: "Ora se o sistema de contratação clássico com CLT não é bom para o empregador, desestimula a formalização e não é mais do interesse crescente parte dos trabalhadores, por que continuar com ele?"
j)Enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores e sindicalismo patronal mantido pelo bilionário Sistema S. Os projetos de lei no Brasil, quase sempre, são desidratados pelo Congresso Nacional. A reforma trabalhista, coordenada pelo então deputado Rogério Marinho, fez o inverso o projeto original que mudava oito artigos, passaram a boiada, e terminou com mais de 100 artigos. Tiraram muitos direitos dos trabalhadores, sufocaram os sindicatos financeiramente e mantiveram intactos os sindicatos patronais com os bilhões do Sistema S.
l)Previdência individual e privada como no Chile. Na reforma da previdência Bolsonaro propôs a privatização da previdência, com adoção do modelo chileno. O Congresso rejeitou. O então ministro Paulo Guedes prometeu retomar a proposta de privatização "no futuro". A previdência social que é um pacto de vida, com a privatização vira um pacto de morte; porque somente com a morte dos aposentados e pensionistas

do regime público é concluída a transição para a previdência priva. (…) A legislação autorizou a privatização / gestão dos fundos de previdência complementares dos servidores.

m)3Ds: Desobrigar, desvincular e desindexar gastos da União e também dos Estados e municípios. Bolsonaro / Paulo Guedes propunham os 3Ds: Desobrigar significa que os "gastos obrigatórios" deixam de ser obrigatórios, é o chamado Orçamento Base Zero; Desvincular significa acabar com o piso mínimo de gastos para saúde e educação e com o piso mínimo de todos os benefícios sociais vinculados ao salário mínimo; Desindexar significa acabar com o reajuste anual de benefícios de transferência de renda, podendo serem congelados nominalmente as aposentadorias e pensões, BPC da LOAS, seguro-desemprego e abono salarial.

n)Privatização / terceirização da gestão da saúde. Cada vez mais avança a privatização e terceirização da saúde no Brasil; o que tem piorado o atendimento à população. Na contramão disso, em Contagem, em plena pandemia, a prefeita Marília Campos(PT) rompeu a privatização e retomou o controle público do Complexo Hospitalar (Hospital e Maternidade) e das cinco UPAS do município.

o)Romeu Zema quer acabar com o SUS e ofertar recursos para a migração para o setor privado: Proposta do governador de Minas: "Assistência à saúde assegurada pelo livre mercado custa menos e é mais versátil que aquela proporcionada diretamente pelo Estado; as mudanças na saúde do estado de Minas Gerais dependem de medidas em todas as esferas de governo. No novo sistema de saúde que se propõe será facultado aos brasileiros escolher permanecer nesse novo sistema ou migrar para a rede de saúde privada".

p)Romeu Zema quer comprar plano básico de saúde para os pobres. Zema propõe: "Viabilizar programas piloto onde o governo possa comprar serviços privados de saúde para a população com menor renda. Assim, a população tem melhores condições de comparar e avaliar os serviços públicos e privados, podendo cobrar novas políticas em direção a um novo modelo de saúde com mais liberdade".

q)A privatização da gestão das escolas virou uma disputa dos governadores de Minas, São Paulo e Paraná para agradar aos ultraliberais. Os governadores com pretensões presidenciais estão numa corrida com a privatização / terceirização da gestão das escolas no esforço de agradar os ultraliberais. Primeiro item do programa de educação, de 2018, de Romeu Zema: "maior oportunidade de acesso às escolas privadas pela população"; "Mesmo diante de limitações legais ao fomento a escolas

privadas, é possível realizar PPPs com vistas a reformas e/ou construções de estabelecimentos escolares, incluindo o gerenciamento da área administrativa".

r)Privatização da pré-escola até o ensino médio: Programa de Romeu Zena de 2018: "A mudança na educação depende de uma série de mudanças federais. Defenderemos medidas como: criação do ProEduca, que consiste na extensão do ProUni para alunos desde a pré-escola até o final do ensino médio, ou seja, ao invés do governo investir em escolas, o dinheiro da educação iria diretamente para aquelas famílias que desejarem colocar seus filhos em uma escola particular".

s)Privatização do Fundeb. Programa de Romeu Zema: "Será nossa bandeira também a reforma do FUNDEB, a fim de estabelecer que estados e municípios possam converter parte do fundo em bolsas de estudo para escolas particulares com ou sem fins lucrativos".

t) Reforma administrativa para desmontar o Estado. Reforma administrativa defendida pelos ultraliberais quer o fim da estabilidade para os servidores; um radical enxugamento das carreiras; redução dos salários de ingresso e gratificações; possibilidade de redução da jornada de trabalho e do salário. O jornal Folha S.Paulo entrou em campo, recentemente, com a defesa estabilidade somente para 10% dos servidores: "O Brasil é o país que mais concede estabilidade plena a seus servidores públicos, o que torna extremamente difícil gerir o quadro de pessoal —seja por mau desempenho, obsolescência da função ou até para simples ajuste da máquina estatal. Garantia, que trava a gestão, vale para 65% dos servidores e deveria ser limitada a pouco mais de 10% em funções de Estado" (Folha S.Paulo, 18/11/2024).

u)Privatização do sistema penitenciário. O programa de governo de Romeu Zema afirma: "Minas Gerais é o primeiro estado a abrigar um presídio construído e administrado por uma empresa privada. A aplicação do método Apac e os modelos de parcerias público-privadas podem ser aprimorados e expandidos". E incrível: Zema quer privatizar a polícia no campo: "o combate à violência no campo deve se dar por meio da revisão do marco regulatório vigente, a fim de incentivar ações de integração de cooperativas, associações e consórcios intermunicipais para que realizem parcerias objetivando mecanismos de vigilância rural privada".

v) Regime de Recuperação Fiscal – RRF é draconiano para os Estados. O Regime de Recuperação Fiscal – RRF dos Estados foi um desastre. Os juros elevados foram mantidos; se exigiu arrocho extremo dos servidores e privatização de estatais; e foi concedida uma moratória de até 9 anos,

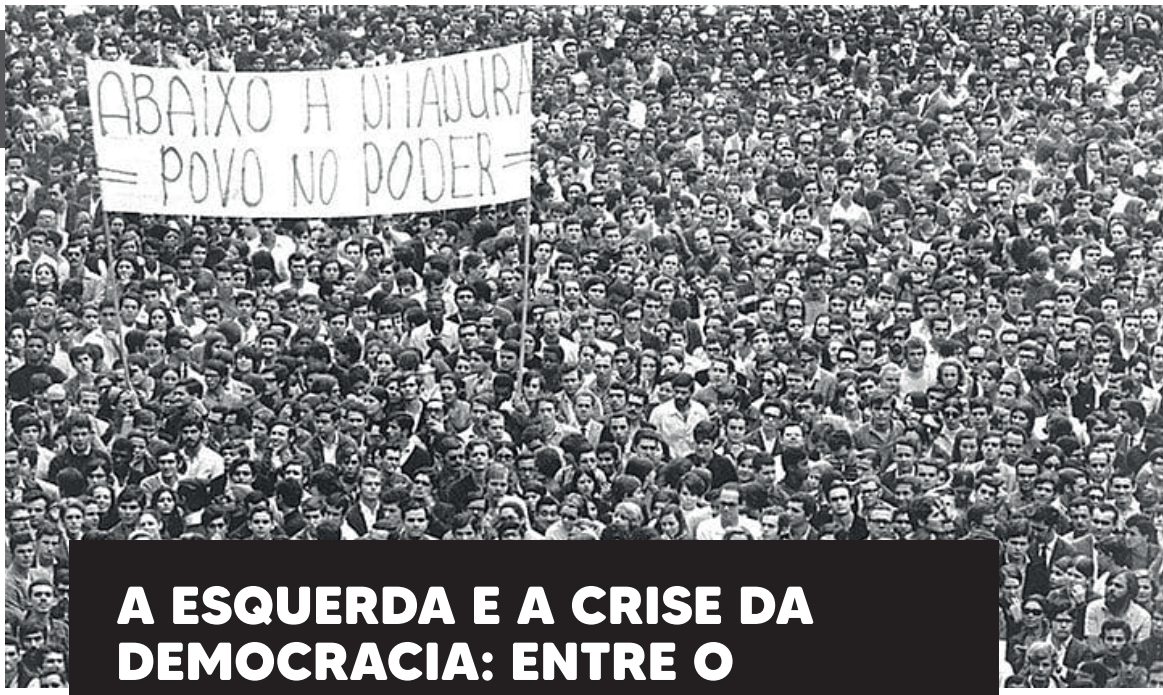
com a volta gradual do pagamento dos juros e amortizações à base de 11% ao ano. Os valores não pagos na moratória foram incorporados ao estoque da dívida e, passado os prazos do RRF, as dívidas dos Estados mais endividados explodiu.

x)Ultraliberais só defendem as reformas que lhes interessam; para as "reformas progressistas" eles fazem "cara de paisagem". Muitas das reformas defendidas pelos ultraliberais são baseadas, dizem eles, nas experiências de países desenvolvidos, a exemplo da reforma da previdência e administrativa. Então porque não adotam outras reformas dos países desenvolvidos: tributação fortemente progressiva; juros muito mais baixos do que os nossos; rotatividade de mão de obra muitíssimo menor que no Brasil; liberdade sindical para os sindicatos no interior das empresas.

z)Ultraliberalismo, autoritarismo e ditaduras. Rodrigo Perez Oliveira afirma que neoliberalismo quase sempre está associado a regimes não democráticos: "Pode parecer contraditório o fato de o ideário político fundado na promessa da liberdade individual ser capaz de se combinar com tanta desenvoltura com ditaduras e fascismos. Parece, mas não é. Não é porque o neoliberalismo desassociou política e economia. A liberdade defendida é a liberdade econômica, é a liberdade de exploração. Uns precisam ser livres pra explorar. Outros precisam estar desprotegidos para serem explorados. Ou tem neoliberalismo ou tem democracia. As duas coisas juntas, dá pra ter, não".

6-JOSÉ LUÍS FIORI PREVIU, EM 2015, A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO NO BRASIL E AFIRMOU QUE O ULTRALIBERALISMO, PARA SE VIABILIZAR, PRECISA DE UM "TIRANO LIBERAL". Fiori, como sempre antecipando aos fatos, previu o golpe político parlamentar contra Dilma e a emergência de um "tirano liberal" como Bolsonaro, para implementar o ultraliberalismo liderado por Paulo Guedes. Veja as palavras proféticas de Fiori: "Duas coisas ficaram mais claras nas últimas semanas, com relação à tal da 'crise brasileira'. De um lado, o despudor golpista, e de outro, a natureza ultraliberal do seu projeto para o Brasil. Do ponto de vista político, ficou claro que dá absolutamente no mesmo o motivo dos que propõem um impeachment, o fundamental é sua decisão prévia de derrubar uma presidente da república eleita por 54,5 milhões de brasileiros há menos de um ano, o que caracteriza um projeto claramente golpista e antidemocrático e, o que 'e pior, conduzido por lideranças medíocres e de discutível estatura moral. Talvez, por isto mesmo, nas últimas semanas, a imprensa escalou um grupo expressi-

vo de economistas liberais, para formular as ideias e projetos do que seria o governo nascido do golpe. Sem nenhuma surpresa: quase todos repetem as mesmas fórmulas, com distintas linguagens. Todos consideram que é preciso primeiro resolver a 'crise política', para depois poder resolver a 'crise econômica'; e uma vez 'resolvida' a crise política, todos propõem a mesma coisa, em síntese: 'menos estado e menos política".
Fiori continua: "Agora bem, na conjuntura atual, como entender o encontro e a colaboração destes economistas liberais com os políticos golpistas? O francês, Pierre Rosanvallon, dá uma pista, ao fazer uma anátomo-patologia lógica do liberalismo da "escola fisiocrática" francesa, liderada por François Quesnay. Ela parte da proposta fisiocrático/liberal de redução radical da política à economia, e da transformação de todos os governos em máquinas puramente administrativas e despolitizadas, fiéis à ordem natural dos mercados. E mostra como e porque este projeto de despolitização radical da economia e do estado leva à necessidade implacável de um "tirano" ou "déspota esclarecido" que entenda a natureza nefasta da política e do estado, se mantenha "neutro", e promova a supressão despótica da política, criando as condições indispensáveis para a realização da "grande utopia liberal", dos mercados livres e desregulados".(…) Foi o que Rosanvallon chamou de "paradoxo fisiocrata", ou seja: a defesa da necessidade de um "tirano liberal" que "adormecesse" as paixões e os interesses políticos e, se possível, os eliminasse".
Fiori conclui: "No século XX, a experiência mais conhecida deste projeto ultraliberal, foi a da ditadura do Sr. Augusto Pinochet, no Chile, que foi chamada pelo economista americano, Paul Samuelson, de "fascismo de mercado". Pinochet foi - por excelência - a figura do "tirano" sonhado pelos fisiocratas: primitivo, quase troglodita, dedicou-se quase inteiramente à eliminação dos seus adversários e de toda a atividade política dissidente, e entregou o governo de fato a um grupo de economistas ultraliberais que puderam fazer o que quiseram durante quase duas décadas.(…) No Brasil não faltam - neste momento - os candidatos com as mesmas características e os economistas sempre rápidos em propor, e dispostos a levar até as últimas consequências, o seu projeto de "redução radical do Estado" e, se for possível, de toda atividade política capaz de perturbar a tranquilidade dos seus modelos matemáticos e dos seus cálculos contábeis".(Valor Econômico, 7/08/2015).



A ESQUERDA E A CRISE DA DEMOCRACIA: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

IVANIR CORGOSINHO

INTRODUÇÃO

O artigo que se segue faz uma reflexão sobre as relações entre a esquerda e a democracia atualmente. Por democracia, entendo o arranjo constitucional que emergiu vitorioso no século XX, desde as revoluções chamadas "burguesas" no dezenove, com todas as suas atualizações posteriores. Essa forma de governo, chamada por muitos de "democracia liberal" ou "burguesa" encontra-se sob forte pressão, por razões de toda ordem: políticas, econômicas, sociais, culturais, etc. A tendência de crescimento de partidos e organizações de direita e de extrema-direita em todo o mundo nos últimos anos, tanto é uma consequência dessas pressões quando um fator para seu agravamento.

O "Rassemblement National", na França, liderado por Marine Le Pen; o "Fratelli d'Italia", na Itália, o "Alternativa para a Alemanha" são exemplos desses movimentos, da mesma forna que o bolsonarismo no Brasil, Donald Trump nos EUA, ou o "Bharatiya Janata", na Índia.

Vale destacar, porém, que nem só com a direita se atormenta a crise da democracia. É importante considerar que setores da esquerda também apresentam comportamentos antidemocráticos. Um exemplo recente é o crescente autoritarismo na Venezuela, onde o governo de Nicolás

Maduro tem reprimido opositores políticos e enfraquecido as instituições democráticas a pretexto de proteger uma revolução socialista, ou bolivariana. Outro caso rumoroso é o da Nicarágua, cenário da Revolução Sandinista que, em 1979, derrubou a odiosa ditadura de Anastasio Somoza Debayle e instalou um governo socialista, após décadas de repressão, autoritarismo e escandalosos índices de desigualdade social. Governada por Daniel Ortega, principal líder da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) durante a revolução, a Nicarágua voltou a ser uma ditadura que exerce controle absoluto sobre as instituições do Estado — incluindo o Judiciário, o Legislativo e o sistema eleitoral —, tenta silenciar vozes discordante e persegue jornalistas e líderes religiosos.

Também são questões delicadas a ambiguidade de parte da esquerda diante da questão Israel-Palestina, onde o legítimo apoio à causa palestina, em alguns momentos, relativiza atos violentos contra civis israelenses; o apoio a regimes autoritários em nome da luta anti-imperialista, a exemplo do endosso ao regime de Bashar al-Assad, na Síria, durante a guerra civil e o elogio às políticas econômicas na China, frequentemente acompanhado de um silêncio constrangedor ante a falta de transparência na questão dos direitos humanos, a repressão à minoria uigur, o controle severo sobre Hong Kong e a censura generalizada. Estes exemplos, dentre tantos outros, retratam a ambígua, complexa e contraditória relação de determinados grupos de esquerda com a democracia na atualidade. Essa ambiguidade contrasta com os ideais históricos de justiça social defendidos pela esquerda e fragiliza o discurso progressista ao não distinguir claramente entre democracia e a defesa dos direitos humanos de práticas autoritárias e violentas. Ainda mais grave, é um desserviço a todo o campo progressista à medida que oferece à direita motivos para questionar a coerência ética e moral da crítica de esquerda ao autoritarismo.

Essa confusão de determinados grupos de esquerda frente à questão democrática tem muitas explicações possíveis. Uma delas, bastante simples, está na idealização romântica do projeto socialista, especialmente a sua versão "científica" (o marxismo) e no medo de legitimar a direita. Nessa lógica, críticas públicas a regimes autoritários de esquerda poderiam fragilizar a "unidade ideológica" do único campo político e ideológico que oferece uma resposta viável às desigualdades geradas pelo capitalismo, mantendo viva a esperança em uma sociedade mais justa e igualitária.

Na mesma linha de raciocínio, outra possibilidade é geopolítica. Grande

parte da esquerda moderna foi moldada pela luta contra o imperialismo ocidental, particularmente o norte-americano. No contexto das lutas anticoloniais e da Guerra Fria, a extinta União Soviética, e o igualmente extinto, bloco socialista, eram vistos como aliados naturais dos movimentos sociais anticapitalistas, numa visão de mundo polarizada e dicotômica que deixou de fazer sentido no mundo multipolar inaugurado com o fenômeno da globalização.

Todavia, a razão explicativa que me parece mais promissora é a clássica, legítima e inevitável desconfiança da esquerda em relação à "democracia liberal".

Historicamente, a esquerda surge e se fortalece como uma força contestadora, alinhada aos movimentos de luta por liberdade e igualdade contra governos opressores, desde os movimentos operários do século XIX até as lutas anticoloniais do século XX. Ambas, igualdade e liberdade, eram entendidas como meio e condição para a construção de uma sociedade justa e próspera. Todavia, a experiência concreta de democratização das sociedades europeias no curso das revoluções burguesas do dezenove se revelou decepcionante para movimentos e organizações populares que marcharam ao lado da burguesia no combate ao Absolutismo.

A tenaz resistência dos liberais a qualquer tentativa de ampliação dos espaços de participação e do sistema de direitos em favor do povo pobre e trabalhador levou à conclusão que a liberdade e a igualdade "liberais" nada mais seriam que uma farsa. Seu objetivo seria enganar o povo, sustentar o capitalismo e proteger as novas elites. Nestas circunstâncias, como sabemos, a esquerda socialista declarou publicamente sua desconfiança com os governos burgueses, sua determinação em realizar uma revolução social para derrubá-los, confiscar seus bens e colocar os meios de produção sob controle dos trabalhadores por meio de uma ditadura que garantiria a segurança da nova ordem social.

Desde então, lamentavelmente, uma parte da esquerda afastou-se ideologicamente das questões relativas à liberdade e à igualdade, passando também a desdenhar a democracia como valor a ser preservado.

Em 1938, às vésperas da deflagração oficial da II Guerra Mundial, questionado sobre a posição do movimento comunista diante das ameaças à democracia representadas pelo fascismo e pelo nazismo, Leon Trótski, um dos mais notáveis líderes da Revolução Russa de 1917, respondeu: "As fórmulas da democracia (liberdade de reunião, de associação, de imprensa, etc.) são, para nós, palavras de ordem passageiras ou episódicas no movimento independente do proletariado e não um laço

corrediço democrático passado em torno do pescoço do proletariado pelos agentes da burguesia."

QUANDO MAIS LIBERDADE É MENOS IGUALDADE, E VICE-VERSA

Nestes primeiros anos do século XXI, temos assistido à radicalização de um dilema que perturba filósofos e governantes há várias décadas — e até séculos. Trata-se das relações entre igualdade e liberdade. A questão pode não ser imediatamente evidente para a maioria, pois estamos acostumados a pensar nesses conceitos como valores essenciais para a vida moderna. A ideia de que liberdade e igualdade sejam dimensões que podem ser incompatíveis pode soar, à primeira vista, muito perturbadora.

É fácil, entretanto, compreender que a igualdade pode limitar a liberdade, entendida aqui em seu sentido exato, ou seja, como a possibilidade de se fazer o que quiser, doa a quem doa. "Liberdade sempre implica liberdade de divergir", como sentenciou Hanna Arendt. A defesa intransigente da liberdade pode exacerbar as desigualdades. Cito dois exemplos de como isso pode acontecer.

No primeiro caso, temos a lei de cotas nas universidades. Esta é uma iniciativa fundamental para assegurar às populações sub-representadas, de baixa renda e historicamente oprimidas, como pretos, pardos, indígenas, quilombolas e deficientes, a possibilidade de acesso ao ensino superior. A lei das cotas, entretanto, cria uma reserva de vagas que viola a liberdade de indivíduos não pertencentes a esses grupos de concorrer a elas.

O outro exemplo é o das leis que regulam a jornada de trabalho. Essas leis são indispensáveis como meio de proteção aos trabalhadores, evitando a superexploração e jornadas extenuantes. Todavia elas limitam a liberdade do empregador de contratar empregados nas melhores condições possíveis para seu negócio.

O que esses exemplos mostram é que um regime de plenas liberdades individuais pode levar e, de fato, leva, à produção de desigualdades sociais, hierarquias e subordinações. Por mais que seja um bem precioso, a liberdade é um incentivo à rivalidade e um fator determinante na hierarquização das sociedades em vencedores e vencidos. Por outro lado, a igualdade, se levada às últimas consequências, engessa a liberdade, produz homogeneidades e elimina qualquer possibilidade de que alguém se destaque na multidão, inibindo a inovação, a diversidade de perspectivas e, portanto, em última análise, o próprio progresso humano.

Decorre dessa constatação que, idealmente, qualquer regime político que vise a coesão social e o progresso coletivo, deve ser capaz de equilibrar a equação, evitando que a exacerbação de uma das dimensões implique a anulação da outra. A tensão entre liberdade e igualdade é um dos dilemas centrais na teoria política e envolve questões de justiça social, direitos e a própria organização do poder.

Atualmente, vivemos em meio a uma radicalização da tensão entre liberdade e igualdade devido à aceleração de dois movimentos opostos. Por um lado, há um crescente apelo por mais liberdades, na onda das transformações sociais, políticas e econômicas que têm caracterizado o cenário global nas últimas décadas. Com as grandes mudanças que estão ocorrendo na própria base produtiva das sociedades, a exemplo da desverticalização e horizontalização do trabalho, entraram em voga novas formas de se fazer as coisas com maior flexibilidade e autonomia nos processos produtivos. Essas transformações geraram novas formas de trabalho e consumo, pautadas em conceitos como "conteúdo personalizado", com produtos e serviços ajustáveis às preferências individuais; "atendimento sob demanda", que adapta serviços conforme as necessidades imediatas do consumidor; e "descentralização de processos", em que as decisões e a produção são distribuídas entre diferentes atores. Além disso, nichos de consumo, empreendedorismo e ascensão por mérito tornaram-se conceitos centrais em um cenário que valoriza a individualidade e as particularidades de cada pessoa ou grupo. Essas mudanças, ao mesmo tempo que oferecem mais liberdade e possibilidades de escolha, ressaltam as desigualdades e diversificam ainda mais as condições sociais e econômicas.

Neste contexto, a ênfase crescente na autonomia individual é um dos maiores motores do apelo por liberdade, via a ampliação do direito de escolher e redução das normas de controle social, vale dizer, redução da presença do Estado na sociedade como condição para o exercício da liberdade, num poderoso retorno ao velho liberalismo. O avanço das tecnologias de comunicação e o livre acesso à informação proporcionado pela internet, reforçam esse movimento à medida que permitem que as pessoas passem a se conectar e a expressar suas opiniões com maior facilidade, ampliando o debate sobre direitos e liberdade pessoal.

Na contramão desse movimento, um crescente número de pessoas tem passado a depender, cada vez mais, de mecanismos de proteção social que só podem ser ofertados pelo Estado. Isso se deve à ampliação do abismo social entre as classes e ao aumento extraordinário das desi-

gualdades econômicas. Um dos exemplos mais claros desta situação vem dos Estados Unidos, onde a disparidade de renda entre os 1% mais ricos e os 90% mais pobres tem se expandido dramaticamente desde os anos 1980. Segundo a revista Fortune, que usa dados da empresa francesa de consultoria Capgemini, o número de pessoas com patrimônio superior a US$ 30 milhões (R$ 170 milhões) deu um salto de 28% nos últimos 7 anos, chegando a 220 mil no ano passado. O aumento fez subirem as "exigências" para ser um ricaço. Alguns especialistas apontam que, agora, é necessário algo entre US$ 50 milhões (R$ 283 milhões) e US$ 100 milhões (R$ 567 milhões) em ativos para entrar no seleto clube dos super-ricos. No Brasil, o número de bilionários passou de 51 pessoas em 2023 para 69 em 2024, conforme ranqueamento divulgado pela Forbes no início do ano.

Em paralelo, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), ferramenta adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para medir a pobreza em dimensões além da renda, registrou pelo menos 1,1 bilhão de pessoas em situação de pobreza no mundo em 2024. Uma em cada três crianças no planeta (27,9%) vive na pobreza.

Mais uma vez, o que explica o aumento nos índices de concentração de renda (inclusive no topo da piramede) e o aumento da pobreza e miséria no mundo, é o processo mundial e multifacetado de mudanças no modo de produção capitalista, com robôs, algoritmos e inteligência artificial(IA) ocupando vagas humanas, elevando as taxas de desemprego e os índices de precarização do trabalho. A expressão mais evidente destes fenômenos é a chamada "uberização", termo que surgiu em 2014 e marca um novo padrão de relacionamento entre capital e trabalho.

QUAL O TAMANHO DA ASSEMBLEIA?

Obviamente, não estamos diante de uma novidade. A tensão entre as demandas por liberdade de um lado e igualdade por outro, é conhecida desde os primórdios das grandes comunidades humanas. Ao longo da história, a democracia surgiu como a melhor resposta política a esse dilema, oferendo um método de coordenação da vida coletiva tendo em vista evitar conflitos provocados seja pela pressão por mais liberdade, seja pela pressão por mais igualdade. A fórmula democrática diz que, quando há liberdade de participação no processo de deliberativo, as normas estabelecidas, mesmo aquelas que podem restringir algumas liberdades, são vistas como legítimas, pois resultam de um processo

livremente aceito. Essa é a essência da liberdade de governar e de ser governado, como nos ensinaram os antigos gregos.
Todavia, desde a velha Atenas, existe uma polêmica sobre o alcance da Assembleia, ou seja, sobre quais temas devem ser objeto do escrutínio público e, além disso, sobre quem deve ter o direito de participar.
Quanto ao primeiro tema, o "domos", ou seja, a vida privada, estava fora do alcance da pólis, ou seja, da cidade. Como escreveu Aristóteles, "A arte de administrar uma casa e a de administrar uma pólis diferem entre si não apenas na medida em que a casa e a pólis também diferem (uma vez que aquela é o fundamento desta), mas ainda no fato de a administração da pólis envolver muitos governantes e de a administração doméstica depender somente de um". (1)
Já em relação ao segundo problema, sabemos que a democracia ateniense era fortemente excludente. Liminarmente, não havia espaço para as mulheres, escravos e estrangeiros. Além disso, para um grego, a cidadania estava restrita aos filhos homens nascidos de pai e mãe gregos. Tratava-se, por conseguinte, de um direito de sangue reservado às pessoas do sexo masculino. Entretanto, ainda que filhos de pai e mãe gregos, os pobres não eram bem-vistos. Isso porque o exercício da liberdade política pressupunha certa disponibilidade de tempo para participar dos intermináveis debates públicos e, portanto, certa autonomia pessoal para decidir sobre a própria vida. Assim, para pensadores como Aristóteles, Platão, Sócrates e outros, a pobreza não era apenas uma questão de privação econômica, mas um obstáculo à virtude e à estabilidade da pólis. Alguém que não fosse dono de seu tempo, como os assalariados, por exemplo, não teria como se dedicar às atividades públicas e das decisões que afetam a vida coletiva. A pobreza nesta abordagem é, principalmente, uma questão de cidadania em sentido negativo (2).

A DEMOCRACIA DOS MODERNOS

As restrições à cidadania observadas na democracia ateniense ecoaram, de forma adaptada, nas democracias que emergiram com as revoluções burguesas do novecentos.
Naquele período, basicamente, a burguesia em ascensão reivindicava participar das decisões que afetavam o comércio e exigia igualdade de direitos com o Clero e a Nobreza, como registram fartamente os livros de história. Dessa forma, tanto a questão da liberdade quanto a da igualdade foram pautadas pelos movimentos revolucionários como ideais na luta mais geral contra os regimes absolutistas, ambas fazendo

parte do ideário emancipador. Na Revolução Francesa, por exemplo, as duas consignas constavam do slogan revolucionário: liberté, egalité et fraternité. Naquele contexto, a liberdade era um meio e uma condição para o progresso humano rumo à construção de um reino de igualdade geral.

Foi relativamente fácil para os burgueses sensibilizar e mobilizar os camponeses e trabalhadores urbanos contra os privilégios políticos e sociais das classes dominantes.

Todavia, quando a massa dos pobres entrou na avenida, alegre, andrajosa, desdentada, sem modos e anexando suas próprias demandas à lista de reivindicações dos ricos, os burgueses rapidamente, mudaram de opinião e substituíram as divisas da revolução por "infanterie, cavalerie, artillerie", como ironizou Karl Marx(3). Jamais havia lhes passado pela cabeça que governar com o consentimento do povo significaria governar com o povo, ou permitir sua participação no poder.

É particularmente expressiva dessa forma de pensar a justificativa de John Locke, iluminista inglês conhecido como o "pai do liberalismo", para o surgimento do Estado moderno, entendido como um acordo firmado entre proprietários, ou os de mais posses, em defesa contra os não proprietários ou de menos posses. Na perspectiva do filósofo, o Estado seria (como Marx compreendeu perfeitamente) apenas um comitê para a proteção dos interesses dos proprietários privados dos meios de produção. Como escreve Locke, a função da sociedade política é salvaguardar a comunidade "dos propósitos e atentados de quem quer que seja, mesmo os legisladores, sempre forem tão levianos e maldosos, que formulem e conduzam planos contra as liberdades e a propriedade dos súditos"(4).

É neste ponto que ocorre a dissociação histórica entre as noções de liberdade e igualdade.

LIBERDADE PARA QUEM? IGUALDADE COM QUEM?

A concepção liberal de cidadania está focada no indivíduo e seus interesses particulares, ao passo que a comunidade, nessa abordagem, se resume às associações entre proprietários contratualmente reguladas por lei. Para um liberal, o conceito de liberdade está intimamente ligado ao direito de possuir e dispor de bens de maneira privada, sem que haja interferência do coletivo ou da autoridade pública, exceto para garantir a sua proteção contra violações externas, seja por outros indivíduos, seja pelo próprio governo. Ser livre é, enfim, viver numa ordem com o mínimo possível de restrições ao "empreendedorismo"

individual. Quanto à igualdade, esta seria apenas aquela assegurada pela isonomia dos indivíduos perante a lei, portanto, igualdade jurídica e contratual.

Dessa forma, embora tenha avançado ao introduzir princípios como a igualdade perante a lei, direitos individuais e soberania popular, que são inegáveis avanços em relação à situação anterior, as democracias modernas, em sua primeira forma, buscaram restringir a cidadania vinculando-a à propriedade e à renda, o que limitava o direito de participação política às elites econômicas. O sufrágio censitário, que vinculava o direito ao voto à posse de bens ou ao pagamento de impostos, exemplifica essa exclusão. Além disso, as exclusões de gênero e etnia também são evidentes. As mulheres foram sistematicamente privadas do direito ao voto até o final do século XIX e início do XX em diversos países, enquanto povos colonizados, escravizados ou de minorias étnicas também enfrentaram barreiras para serem reconhecidos como cidadãos plenos.

Essas restrições foram desafiadas ao longo dos séculos seguintes por movimentos sociais como o sufragismo, o abolicionismo, o trabalhismo, o sindicalismo e outros que lutaram para ampliar os limites da cidadania. Esta história, como sabemos, é repleta de sofrimento e derramamento de sangue pobre plebeu.

Nos meios de esquerda, é muito comum que a democracia existente nos países capitalistas seja classificada, de modo pejorativo, como "democracia burguesa". A verdade, entretanto, é que o sufrágio universal, o direito de associação e a liberdade de expressão, a liberdade sindical, o voto feminino, a abolição da escravidão, dentre muitos outros avanços democráticos e civilizadores das relações sociais foram violentamente indesejados pelas classes dominantes do final do oitocentos e início do novecentos, e são conquistas das classes populares.

As lutas feministas, por exemplo, bem como as campanhas anticoloniais na África e na Ásia, ampliaram os direitos civis e políticos, mas, indo além, reformataram a própria concepção de cidadania estabelecendo que uma democracia não será plena se não garantir direitos iguais a todos os seus cidadãos, independentemente de gênero, credo, etnia ou origem.

Todas essas conquistas representam um patrimônio jurídico, social e cultural das classes populares que, com ações concretas, transformaram as ideias abstratas sobre a liberdade e igualdade dos filósofos iluministas, moldando a face real dos sistemas democráticos modernos. Nesse sentido, tais conquistas e seus artífices oferecem substância às

duas mais poderosas vertentes da crítica política e filosófica ao liberalismo na atualidade. Refiro-me ao republicanismo e ao socialismo.
Com raízes na antiguidade romana e no humanismo cívico da Itália renascentista, o republicanismo, enfatiza a participação cívica, o autogoverno e a resistência contra os abusos de poder. Como escreve Hanna Arendt, "A concepção republicana de liberdade, se bem que pressupõe a inclusão do conjunto dos direitos fundamentais, valoriza a inserção do indivíduo na vida pública. Não se restringe a uma interpretação individualista de liberdade, de ação voltada para si mesmo, mas tem a conotação de ação no mundo. A liberdade é assim percebida como um conceito nascido da política e a sua própria razão de ser."(5)
Já o socialismo, movimento político e ideológico mais recente, surgido da luta dos trabalhadores e do povo pobre por direitos sob as condições do capitalismo, sustenta que a igualdade formal perante a lei, prometida pelos liberais, não se traduz em igualdade de fato, ou seja, em igualdade de condições materiais de vida.
Citando mais uma vez Hanna Arendt, Marx compreendeu que a Revolução Francesa fracassou em instituir a liberdade porque falhara em resolver a questão social. Se o marxismo, esclarece ela, "ajudou a libertação dos pobres não foi por lhes dizer que eles eram a encarnação viva de alguma necessidade histórica, mas por persuadi-los de que a própria pobreza é um fenômeno político, e não natural, uma consequência mais da violência e da violação que da escassez".(6)
Na verdade, foi o jornalista francês Gracchus Babeuf que, décadas antes de Marx, denunciou as limitações da "igualdade perante a lei" oferecida pelos liberais, propondo que, doravante, a verdadeira igualdade a ser conquistada seria a igualdade social. No Manifesto dos Iguais, redigido por ele em 1796, Babeuf escreveu: "Que entre os homens não exista mais nenhuma diferença do que aquela que lhes são dadas pela idade e pelo sexo. E, porque todos temos as mesmas necessidades e as mesmas faculdades, que exista, portanto, uma única educação para todos e um regime de alimentação idêntico." (7)
Noutras palavras, não basta nascermos livres e iguais; é necessário que todas as pessoas possam viver livres, compartilhando as mesmas condições materiais de conforto, segurança e prosperidade.
É por esse caminho que a ênfase na questão social passa a ser uma marca distintiva do pensamento de esquerda, numa inversão dos sinais em relação ao pensamento liberal. Agora, extrapolando a esfera dos direitos políticos, a igualdade deixava de ser apenas um ideal e tornava-se o meio e a condição para se chegar à liberdade real.

A LONGA HISTÓRIA DA CRÍTICA À DESIGUALDADE SOCIAL

Nunca é demais lembrar que à critica à desigualdade social e o conflito entre ricos e pobres, entre elites e povo ou entre opressores e oprimidos, tem raízes muito mais antigas e profundas que os movimentos de esquerda, que Babeuf ou que Marx. Desde os tempos do Código de Hamurábi, a literatura registra o problema dos vulneráveis e alerta contra os abusos das elites. Já nos textos bíblicos do Antigo Testamento, por exemplo, podemos encontrar as queixas e as ameças do profeta Amós denunciando vigorosamente o acúmulo de riqueza pelas elites e a exploração dos pobres: "Oprimem os pobres e roubam seu trigo com impostos injustos. Por isso, ainda que construam belas casas de pedra, jamais morarão nelas. Ainda que plantem videiras verdejantes, jamais beberão o vinho delas." (BÍBLIA, Amós 5:11).(8)

Mais recentemente, os efeitos perversos de uma distribuição desproporcionalmente desigual da riqueza foram apontados, entre outros, por autores como Aristóteles, há mais de dois mil anos. No Livro V de sua Política, o filósofo chama a atenção para o crescente conflito entre pobres e ricos em Atenas e propõe que a formação de uma classe média robusta e majoritária seria essencial para assegurar a estabilidade política e promover a harmonia social. Uma sociedade saudável seria formada, predominantemente, por pessoas que não fossem nem tão ricas que tivessem medo dos pobres, e nem tão pobres que invejassem a vida dos ricos. Esta fórmula, ao que tudo indica, permanece válida até os dias de hoje.

Pensadores como Jean-Jacques Rousseau, o Marquês de Condorcet, Jacques Roux, Jean-Paul Marat, Alexis de Tocqueville e outros também alertaram para os riscos explosivos que desigualdades radicais poderiam significar para estabilidade política das nascentes e frágeis democracias ocidentais.

A grande novidade trazida pelos movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX foi a ideia de que a conquista da igualdade só seria possível via a tomada do poder político por meios violentos. Esta ideia está, principalmente, em Marx. (9)

Resumidamente, de acordo com Marx, a superação do capitalismo só seria efetivamente possível via uma revolução social que abra o caminho para a instauração de uma sociedade comunista. Essa revolução teria que se dar contra a burguesia, classe detentora dos meios de produção. Após a derrubada do sistema capitalista pelo proletariado haveria um período de transição no qual as relações de propriedade privada sobre os meios de produção seriam abolidas, todas as estruturas de

poder da burguesia desmantelas e seriam implementadas medidas que eliminassem as desigualdades de classe. Neste período de transição, o Estado seria controlado pelos trabalhadores por meio de um governo cuja forma seria a ditadura do proletariado. Finalmente, com o tempo, o Estado se tornaria desnecessário e desapareceria, dando lugar ao comunismo, uma sociedade sem classes, sem propriedade privada e baseada na cooperação, onde as necessidades de todos seriam plenamente atendidas. A "ditadura do proletariado" neste sentido, era percebida como uma forma de governo muito mais democrática que qualquer "democracia liberal burguesa".

Ora, com base na observação dos eventos que haviam sacudido a Europa naquele período, Marx e Engels concluíram que a burguesia sempre recorreria à violência e à violação toda vez que se sentisse incapaz de controlar a mobiliação política dos trabalhadores e os pobres(10). Também concluíram que a postura intolerante, somada à contradição estrutural entre o desenvolvimento das forças produtivas, por um lado, e por outro, a crescente apropriação privada da riqueza socialmente produzida, levaria a instabilidades agudas que, fatalmente, explodiriam num colapso disruptivo e na revolta dos trabalhadores. "A burguesia cria os seus próprios coveiros", escrevem no Manifesto Comunista de 1948. "O desenvolvimento da burguesia é apenas possível à custa da classe operária. A miséria, a opressão, a escravidão, a degradação, a exploração, mas também a revolta cada vez mais consciente da classe operária – eis o resultado do regime burguês."(11)

Assim, depois de centrar o foco na igualdade material e na questão social, a tomada do poder político passa a ocupar o centro do pensamento politico da esquerda socialista e marxista. Na primeira metade do século XIX, a realização da revolução social tornou-se objetivo urgente num horizonte próximo, como afirma o próprio Engels: "não podia haver para nós qualquer dúvida, dadas as circunstâncias de então, que a grande luta decisiva havia começado, que tinha de ser travada num único período revolucionário longo e cheio de vicissitudes, mas que só podia terminar com a vitória definitiva do proletariado(12)".

Como sabemos, essa expectativa não se cumpriu, fato que Engels reconhece no mesmo texto: : "A história também não nos deu razão e demonstrou que os nossos pontos de vista dessa altura eram uma ilusão. E foi ainda mais além: não só destruiu o nosso erro de então como revolucionou totalmente as condições em que o proletariado tem de lutar. O modo de luta de 1848 está hoje ultrapassado em todos os aspectos". E prossegue: "A ironia da história universal põe tudo de

cabeça para baixo. Nós, os 'revolucionários', os 'subversivos', prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão."
Este é o divisor de águas definitivo da esquerda contemporânea. Não pretendo discutir aqui a acusação feita a Engels de ter se bandeado para o "campo reformista", questão que ele próprio já respondeu.

COMUNISMO E DEMOCRACIA

O fato é que, a partir da segunda metade do século XIX, abriu-se um amplo debate sobre os avanços e limitações das ondas revolucionárias que haviam tomado a Europa, dando espaço para que a questão democrática, enfim, voltasse a ser um motivo de reflexão entre socialistas e comunistas. Com isso, a esquerda dividiu-se em dois grupos claramente distintos. De um lado, os que prosseguiram acreditando na necessidade, urgência e inevitabilidade de um processo disruptivo, ainda que concordassem com a conveniência de participar de eleições e ocupação de espaços institucionais. De outro, os que, sem necessariamente abdicar da ideia da revolução, passaram a investir com mais vigor na participação eleitoral e na ocupação de espaços nas instâncias formais de poder e deliberação.
Os dois grupos enfrentam problemas gigantescos para fazer avançar suas perspectivas, ou seja, a luta pelo socialismo, pela igualdade e pela liberdade. Abordemos em primeiro lugar, os dilemas do segundo grupo, que podemos chamar de "esquerda democrática".
Embora exista um grande debate sobre o avanço da direita no mundo, suas características e métodos, é evidente que um dos motivos para a assustadora popularidade que movimentos e lideranças deste campo têm obtido nas últimas décadas está, de fato, no fracasso da democracia como meio para a promoção da igualdade e da liberdade. Neste caso, sugiro seguir os passos de Norberto Bobbio quando alerta para as "promessas não cumpridas da democracia".(14)
É imperativo reconhecer que, após a II Guerra, houve um exponencial aumento dos espaços democráticos no mundo. O direito de votar e ser votado foi universalizado junto com a adoção do sistema de eleições periódicas; multiplicaram-se os partidos em concorrência entre si dando vazão às múltiplas perspectivas ideológicas existentes na base das sociedades; foram ampliados os principais direitos de liberdade e avançou-se bastante no reconhecimento dos direitos das minorias, entre outros progressos. Entretanto — é para este ponto que Bobbio aponta — permanece um hiato profundo, e cada vez maior, entre aquilo que

foi imaginado pelos liberais e iluministas do novecentos e o que foi efetivamente entregue pelo que podemos chamar de "sistema" ou seja, a junção do capitalismo como modo de produção e distribuição de bens e serviços e a democracia como método de escolha dos governantes e de regulação da vida social.

Resumidamente, Bobbio denuncia que o "sistema", longe de entregar o reino de fraternidade, igualdade e liberdade prometido, levou à persistência dos poderes oligárquicos e à predominância de interesses particulares sobre as necessidades gerais da sociedade. Esse poder oligárquico não está presente apenas no mundo dos ricos, mas pode ser observado também na ação dos partidos, sindicatos e outros grupos organizados que, na prática, se tornaram os verdadeiros protagonistas da vida política em substituição aos indivíduos soberanos. Estes, por sua vez, vêm seu espaço de participação cada vez mais restrito ao voto nos momentos autorizados pelo sistema. Dessa forma, sugere Bobbio, o caminho para a interferência do chamado "poder invisível" (lobbies corporativos, pressão de grupos criminosos, etc.) sobre os fóruns de decisões governamentais vem sendo muito facilitado, favorecendo a corrupção e a opacidade nas relações entre os governos e o cidadão. Ao fim e ao cabo, todos esses fatores contribuem para a formação de uma cultura que descrê da política e não contribui para o ensinamento das virtudes e necessidades da cidadania.

Saliento que este conjunto de variantes conforma o mecanismo social de produção e reprodução das desigualdades sociais e, de modo particular, da desigualdade de renda, num processo que aumenta continuamente as distâncias sociais, como registrou o economista francês Thomas Piketty.(15)

É neste ambiente que a direita renovada opera, apresentando uma interpretação da realidade que faz muito sentido aos olhos do cidadão comum: os flagelos que ele vive em seu cotidiano são "culpa" de um "sistema corrupto", elitista e inacessível que precisa ser mudado, nem que seja "no tapa". A popularidade da nova direita vem dessa crítica radical à esfera política e de uma rebeldia contestatória que dialoga vivamente com sentimentos de indignação e frustração presentes entre o povo.

O dilema dessa esquerda democrática é descobrir como articular sua agenda transformadora dentro dos marcos da decepcionante democracia tal como ela é, e cada vez mais comprometida com os interesses do capital.

No caso do primeiro grupo, que chamarei de "esquerda beduína",

tomando de empréstimo uma expressão de Cândido Vacarezza, a situação é igualmente complicada. As ideias de Marx foram testadas ao longo do século XX em experiências conhecidas como "socialismo real" e deram margem a um forte desentendimento sobre a noção de liberdade dos governos socialistas.

Em "O Estado e a revolução", obra publicada às vésperas da revolução de outubro, Lenin havia explicado que "[a] ditadura do proletariado, isto é, a organização da vanguarda dos oprimidos como classe dominante para a repressão dos opressores, não pode conduzir a um simples alargamento da democracia. Juntamente com uma imensa ampliação do democratismo, que se transforma pela primeira vez em democratismo para os pobres, em democratismo para o povo, e não em democratismo para os ricos, a ditadura do proletariado impõe uma série de exceções à liberdade em relação aos opressores, aos exploradores, aos capitalistas. Temos de os reprimir para libertar a humanidade da escravidão assalariada; é preciso quebrar a sua resistência pela força; é claro que, onde há repressão, há violência, não há liberdade, não há democracia."(16)

Esta visão foi contestada por muitas lideranças de esquerda, entre ela, Rosa Luxemburgo, que escolho citar por ser uma notável integrante da ala revolucionária da social-democracia alemã. Num livreto publicado em 1922, quando o governo revolucionário, sob o comando de Lenin, já estava instalado, Rosa, afirma que o regime implantado pelo líder bolchevique não diferia de uma ditadura burguesa e que a evidente falta de respeito à questão democrática levaria necessariamente a uma barbarização da vida pública, com perseguições, atentados, fuzilamentos. Foi o que aconteceu sob o governo de Stálin.

"Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente. Não por fanatismo da 'justiça', mas porque tudo quanto há de instrutivo, de salutar e purificante na liberdade política prende-se a isto e perde sua eficácia quando a 'liberdade' torna-se privilégio".(17)

Este debate persiste. Embora alguns Estados socialistas tenham adotado sistemas multipartidários (como a China), na prática, ao que parece, não desfrutam de um pluralismo político real. Os partidos ou organizações permitidos têm existência formal, atuando sob controle do partido dominante. Essa dinâmica é frequentemente acompanhada por restrições impostas à liberdade de expressão e imprensa, com denúncias recorrentes de censura e perseguição a críticos do regime.

SOCIALISMO E IGUALDADE

Para finalizar, no que diz respeito à questão da igualdade e dos direitos sociais, é necessário considerar as dificuldades para se obter informações confiáveis sobre os países socialistas. As fontes mais acessíveis, geralmente vinculadas à grande mídia, tendem a filtrar os dados sob uma perspectiva predominantemente negativa, o que pode obscurecer tanto os sucessos quanto os desafios reais dessas experiências.

Por outro lado, as informações oficiais, quando acessíveis são, muitas vezes, manipuladas. Muitos governos socialistas têm um histórico de controle ou restrições à divulgação de informações, o que pode levar à subnotificação de problemas como pobreza ou desigualdade. A China, por exemplo, publica relatórios detalhados sobre a erradicação da pobreza extrema, mas há suspeitas de que falta de transparência das estatísticas e questionamentos sobre os critérios oficiais utilizados para a definição da linha de pobreza.

Outro problema significativo é que muitos países socialistas operam sob condições particulares de pressão externa, o que afeta diretamente sua capacidade de implementar políticas sociais de forma sustentável, além de dificultar a análise imparcial dos méritos ou deméritos dos modelos socialistas. Um exemplo claro é Cuba, que enfrenta um embargo econômico imposto pelos Estados Unidos há mais de 60 anos. Além disso, essas nações frequentemente enfrentam baixas avaliações das agências de risco, como a Moody's, Standard & Poor's e Fitch, radicalmente avessas a qualquer controle estatal da economia. As notas ruins têm um impacto significativo, limitando o acesso desses países a mercados financeiros, investimentos e, consequentemente, prejudicando seu crescimento econômico e sua capacidade de implementar políticas sociais.

Finalmente, é necessário considerar a concentração de recursos econômicos e políticos nas mãos do Estado que tanto pode impor uma economia planejada, priorizando setores estratégicos, quanto liberar investimentos maciços em infraestrutura social, diminuindo disparidades entre classes e promovendo acesso igualitário a bens essenciais.

Estamos, portanto, diante de um cenário desafiador onde se misturam dados incompletos e, muitas vezes, falseados; narrativas ideológicas e situações políticas e econômicas complexas.

Ainda assim, é possível identificar avanços reais em diversas áreas e países, ainda que as melhorias sejam mais evidentes ao se comparar a situação atual com as condições prévias à adoção dos modelos vigentes.

Cuba, por exemplo, é frequentemente citada como um dos maiores casos de sucesso no campo da saúde. Na antiga União Soviética, o regime socialista conseguiu erradicar o analfabetismo em poucos anos e criar um sistema educacional que não apenas abrangia todos os níveis de ensino, mas também promoveu excelência em áreas estratégicas como ciência e engenharia. É fato reconhecido internacionalmente que a China retirou mais de 800 milhões de pessoas da miséria nas últimas décadas, em um esforço que se intensificou a partir dos anos 1980. Em 2021, o governo declarou ter eliminado a pobreza extrema em todo o território chinês.

São exemplos que apontam a necessidade de uma investigação mais detalhada do tema. Contudo, ainda que nesses países, de fato, tenha havido uma universalização do acesso a bens essenciais, a igualdade foi alcançada? É óbvio que não.

Relatório da revista Forbes afirma que a China ocupa o segundo lugar no ranking de países com o maior número de bilionários no mundo em 2024: 473. A Rússia aparece em quinto lugar, com 120 bilhardários.

ALGUMA CONCLUSÃO

As pressões antidemocráticas, independentemente de sua origem ideológica, representam uma ameaça real às liberdades individuais e coletivas e ao pressuposto do igualitarismo. Fora da democracia, não há a possibilidade da liberdade de expressão, do exercício da crítica, ao passo que a luta por melhores dias é empurrada para os porões da ilegalidade. Conclui-se que os movimentos, organizações e partidos de esquerda são os que mais ganham com os regimes democráticos e os que mais perdem com arranjos políticos autoritários e ditatoriais. Os futuros da democracia e da esquerda estão, assim, profundamente entrelaçado. E, embora os dilemas sejam muitos, as perspectivas de uma renovação entre ambos oferecem um horizonte de grandes esperanças. Nesse sentido, é essencial que a esquerda enfrente o desafio de alinhar suas práticas ao discurso por justiça, igualdade e democracia. Do contrário, manterá aberto o espaço para críticos legítimos e para a direita construir narrativas que deslegitimam todo o campo progressista. Isso exige determinação e a reafirmação, sem meios termos, do compromisso histórico com a luta pela liberdade, pela igualdade e com a defesa da democracia não apenas como um meio para alcançar, sabe-se lá qual regime perfeito, mas como um fim em si: um valor estratégico para a definição das regras de relacionamento social e ambiente mais propício para a equilibrar estas duas dimensões da práxis política.

Nesta perspectiva, em primeiro lugar, é necessário abraçar uma definição mínima de democracia sem cuja observância não é possível endossar qualquer governo. Esta definição diz que há democracia quando e onde a população adulta escolhe os seus governantes e demais representantes sob condições de total liberdade de opinião, sem constrangimentos de quaisquer natureza e com pleno acesso às informações necessárias para a tomada de decisão, num processo imparcial, transparente e sem manipulações.

Mas isso não basta. Essa definição minimalista resolve o problema do método de escolha dos governantes, mas não aponta caminhos para a melhoria da qualidade da democracia. Neste caso, é imprescindível resgatar as melhores tradições republicanas e socialistas na abordagem da luta pela liberdade e pela igualdade. Trata-se de acatar, sem questionamentos, os requerimentos que, na atualidade, têm sido reiteradamente apontados como indispensáveis à recuperação da credibilidade da política e dos políticos. Entre eles, os que me parecem mais importantes são:

Transparência: num mundo onde a mentira deixou de ser uma falha moral e é amplamente utilizada como recurso na luta política, medidas de transparência na gestão pública são essenciais como vacinas contra acusações de corrupção, malversação de verbas públicas e tentativas de desconstrução de reputações. A transparência é, sem dúvida, a melhor maneira de solucionar o desacordo entre a moral e a política. Mas, é mais que isso. Ao refletir sobre a legitimidade do poder e os fundamentos de autoridade das instituições políticas, Hanna Arendt sugere que a transparência é a condição para uma interpretação comum da realidade, à medida que todos podem ver e testemunhar as mesmas evidências. Neste caso, a transparência está na base da formação de um sentido comum de realidade e é indispensável para o sucesso de qualquer projeto republicano e democrático de comunidade.

Promoção da igualdade: aqui não falo apenas da adoção de medidas que mitiguem as desigualdades sociais produzidas no processo de competição no mercado capitalista. Entre elas. Por exemplo, oferta de serviços públicos básicos, medidas de incentivo à economia local e à geração de emprego e renda, ou a assistência às populações mais vulneráveis. Falo também e, principalmente, do combate à acumulação de vantagens e privilégios públicos e privados na distribuição da riqueza socialmente produzida e no acesso às fontes de prestígio e poder. São exemplos desses privilégios, a desigualdade salarial em função do gênero ou cor da pele, a carga tributária regressiva, a isenção de

impostos sobre dividendos e a tributação irrisória sobre bens de luxo, lucro e herança; o nepotismo, o acesso facilitado a oportunidades por razões de compadrio, isenções fiscais sem contrapartidas, o pagamento de benefícios extraordinários, o altíssimo custo da política, etc.

Participação e corresponsabilidade: é necessário superar a noção de que compete, exclusivamente, aos governos responder pelo desenvolvimento e problemas da coletividade. A empresa que sonega impostos ou o morador que joga lixo nos cursos de água devem, também, ser responsabilizados. Isso significa ampliar e consolidar o ambiente institucional adequado para que governo e sociedade sejam solidariamente responsáveis pela gestão do patrimônio público e pela definição do melhor futuro possível para todos ou, pelo menos, para a maioria da população, sem o silenciar as eventuais minorias. Busca-se, nesse sentido, um sistema de governabilidade ampliada e de gestão colaborativa que vá além da chamada "participação popular" e incorpore todos os setores da sociedade.

***

As desigualdades sociais são tão antigas quanto as sociedades humanas. Desde tempos imemoriais, as pessoas estão divididas entre os que têm menos e os que têm mais; entre os que têm tudo e os que têm muito pouco, homens livres e escravos; reis e vassalos, ricos e pobres, oprimidos e opressores. Da mesma forma, tem sido eterna a luta por liberdade, igualdade e justiça social. Direitos políticos, econômicos e sociais hoje amplamente desfrutados, e que as gerações mais novas consideram óbvios, não existiriam não fosse a indignação e a revolta de nossos antepassados. E, com frequência, custaram o sacrifício de vidas. Apenas com a conquista das democracias, essa luta passou a ser reconhecida como um direito. Por essa razão, a democracia é a mais valiosa das conquistas civilizatórias da humanidade. É a única forma de governo onde as leis e o Estado protegem a liberdade de divergir, de protestar, de reivindicar e de lutar por uma existência mais digna, mais segura e mais feliz. A proteção da dignidade humana e a melhoria da vida são incompatíveis com ditaduras e com regimes autoritários. Pressupõem, ao contrário, a igualdade diante da lei, a igualdade da participação política e a igualdade de condições socioeconômicas básicas, primando especialmente pela inclusão dos que mais precisam, conforme determina a Constituição brasileira.

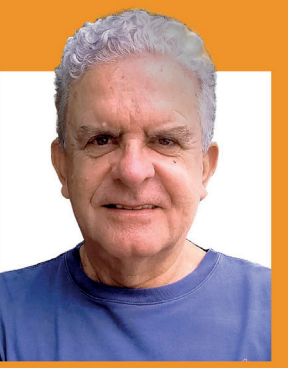
Entre a época em que Marx e Engels se preparavam, ansiosos, para abrir as portas a uma revolução social que acenava do portão e os dias atuais, há um abismo de diferenças de todo tipo. Por isso, a esquer-

da tem que mudar. Isso não significa deixar de ser de esquerda. Não significa adotar uma postura não revolucionária. Como escreveu Norberto Bobbio, "enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas — hoje talvez menos ofensivas do que em épocas passadas, mas bem visíveis — eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século têm distinguido todas as esquerdas da história".(18)

NOTAS

01 — ARISTÓTELES. Econômicos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
02 — ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martin Claret, 2002.
03 — MARX, K. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, p. 452, Obras Escolhidas, Edições Avante!, 1982, Lisboa, Portugal.
04 — LOCKE, J., Segundo tratado sobre o governo civil, p. 103, Os pensadores, Abril S.A. Cultural e Industrial, 1983, São Paulo.
05 — ARENDT, Hannah. Entre o passado e futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.
06 — ARENDT, H. Sobre a revolução. São Paulo: Editora Ática; Brasília: Editora UnB, 1988.
07 — BABEUF, Gracchus. Manifesto dos Iguais, 1796. Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/Babeuf_ManifIguais.pdf
08 — BÍBLIA. Tradução Almeida Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2019.
09 — MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha. tradução de Rubens Enderle. são paulo: Boitempo, 2012.
10 — MARX, Karl. As lutas de classes em França. São Paulo: Boitempo, 2012.
11 — MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.
12 — ENGELS, Friedrich. "Introdução à Luta de classes na França" In MARX e ENGELS. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, volume 1.
14 — BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo). Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
15 — PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
16 — O Estado e a revolução. In: LÊNIN, Vladimir I. Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1978. v. 2.
17 — Luxemburg, Rosa. A revolução Russa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
18 — BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995.

JOSÉ PRATA ARAÚJO



É economista e autor de diversos estudos sobre Contagem, Minas Gerais e o Brasil, publicados em livros, cartilhas e textos nas redes sociais. Sobre Contagem é autor de nove textos mais densos publicados em formatos de revistas, cartilhas e livros: Uma Contagem diferente e melhor (2005), A Contagem do futuro já começou (2009), O legado de Marília Campos em Contagem – 4 revistas (2013), Contagem: Estudos Municipais (2015), Contagem será feliz de novo (2020), Contagem Iluminada – caderno em parceria com Ivanir Corgosinho (2022), Marília aqui e Lula lá! (2022), Contagem está feliz com Marília – com colaboração de diversas pessoas (2023), e este O Brasil olha para Contagem, em parceria com Ivanir Corgosinho (2024). José Prata foi o Coordenador Geral das dez campanhas de Marília Campos (1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2008, 2014, 2018, 2020, 2024).

IVANIR CORGOSINHO

É sociólogo, graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Também tem especialização em Legislação e Políticas Públicas pela Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Escritor, cartunista e ilustrador.Iniciou seu envolvimento com os movimentos sociais e populares na década de 1980 e, desde então, tem atuado na assessoria a organizações sindicais e populares e mandatos legislativos.Foi um dos coordenadores das vitoriosas campanhas da petista Marília Campos à prefeitura de Contagem nas eleições de 2004 e 2008, 2020 e 2024, participando também dos respectivos governos. Nas campanhas de 2020 e 2024 coordenou o processo de elaboração do Programa de Governo.Em parceria com o economista José Prata de Araújo, é autor do caderno "Contagem Iluminada", onde fazem um balanço do governo Marília Campos.